



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIX SUP. B AO Nº 80, TERÇA-FEIRA, 4 DE JUNHO DE 2024

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)
2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1ª - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)
- 2ª - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)
- 3ª - Senador Dr. Hiran (PP-RR)
- 4ª - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

1.1 – CPI DA BRASKEM

Ata da 12ª Reunião, realizada em 23 de Abril de 2024	4
Ata da 15ª Reunião, realizada em 14 de Maio de 2024	62
Ata da 16ª Reunião, realizada em 15 de Maio de 2024	110
Ata da 17ª Reunião, realizada em 21 de Maio de 2024	156

1.2 – CPI DA MANIPULAÇÃO DE JOGOS E APOSTAS ESPORTIVAS

Ata da 2ª Reunião, realizada em 17 de Abril de 2024	166
Ata da 3ª Reunião, realizada em 22 de Abril de 2024	188
Ata da 4ª Reunião, realizada em 24 de Abril de 2024	247

1.3 – COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS ATIVIDADES RELATIVAS AO ENFRENTAMENTO DA CALAMIDADE QUE ATINGIU O RIO GRANDE DO SUL

Ata da 1ª Reunião, realizada em 7 de Maio de 2024	276
Ata da 2ª Reunião, realizada em 9 de Maio de 2024	289

1.4 – COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE

Ata da 14ª Reunião, realizada em 14 de Maio de 2024	317





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO DA CPI DA BRASKEM DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e seis minutos do dia vinte e três de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Rodrigo Cunha e Dr. Hiran, reúne-se a CPI DA BRASKEM com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato e Eduardo Gomes, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Janaína Farias, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alessandro Vieira, Efraim Filho, Cid Gomes e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em três partes: 1ª Parte - Oitiva. Finalidade: Depoimento de João Luis Lobo Silva (Procurador-Geral do Município de Maceió). Oitiva do João Luis Lobo Silva, em atendimento ao requerimento 128/2024. Resultado: Oitiva realizada. 2ª Parte - Eleição do Vice-Presidente da Comissão. Finalidade: Eleição do Vice-Presidente da Comissão. Resultado: O senador Dr. Hiran foi eleito Vice-Presidente da Comissão. 3ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 144 de 2024 que: "Requer a prestação de informações pela Braskem." Autoria: Senador Rogério Carvalho. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 145 de 2024 que: "Requisita da Braskem as informações que especifica." Autoria: Senador Rogério Carvalho. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 146 de 2024 que: "Convoca, como testemunha, Marcelo Sousa de Assumpção, professor da Universidade de São Paulo." Autoria: Senador Rogério Carvalho. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO Nº 147 de 2024 que: "Requisita do Instituto de Geomecânica de Leipzig (IFG), da Alemanha, informações sobre trabalhos técnicos elaborados para a Braskem S.A. relacionados à exploração de sal-gema em Maceió." Autoria: Senador Rogério Carvalho. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 5 - REQUERIMENTO Nº 148 de 2024 que: "Requisita da Braskem informações detalhadas sobre todas as obras realizadas pela Braskem em Maceió e arredores com o objetivo de reparar ou compensar os danos causados pela catástrofe oriunda da exploração de sal-gema." Autoria: Senador Rogério Carvalho. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 6 - REQUERIMENTO Nº 149 de 2024 que: "Requisita da Secretaria Adjunta Especial de Defesa Civil do Município de Maceió relatório de danos elaborado pelo município de Maceió, abrangendo quantificação dos prejuízos decorrentes da catástrofe oriunda da exploração de sal-gema." Autoria: Senador Rogério Carvalho. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Omar Aziz
Presidente da CPI DA BRASKEM





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 952, de 2023, para investigar os efeitos da responsabilidade jurídica socioambiental da empresa Braskem, decorrente do maior acidente ambiental urbano já constatado no país, caso Pinheiro/Braskem, em Maceió, Alagoas.

A presente reunião destina-se ao depoimento o Sr. João Luis Lobo Silva, Procurador-Geral do Município de Maceió, que foi convidado na condição de testemunha.

Solicito que o Sr. João Luis Lobo Silva seja conduzido à mesa. *(Pausa.)*

Eu vou ler um termo de compromisso.

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Nesta oportunidade, esclareço que o art. 4º, inciso II, da Lei nº 1.579, de 1952, estabelece que fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, constitui crime, punível com pena de reclusão de dois a quatro anos.

Eu vou passar a palavra ao depoente por 20 minutos.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Sr. Presidente, Senador Relator, gostaria de fazer um cumprimento especial ao Senador por Alagoas, Dr. Rodrigo Cunha, que muito honra o nosso Estado.

Tentarei, Presidente, neste início, ser bastante breve e ficar à disposição de V. Exas.

Eu sou advogado formado pela Universidade Federal de Alagoas, pós-graduado também em processo pela Universidade Federal de Alagoas, exerço a atividade da advocacia por 27 anos, quase 28. Nesse período, atuei sempre voltado ao direito público, entre outros, claro, mas com foco em direito público. Tive a honra de exercer diversas atribuições, diversas funções na Ordem dos Advogados do Brasil, com muito orgulho. Fui Conselheiro Seccional por três mandatos; Presidente do Tribunal de Ética do meu Estado por três mandatos; Conselheiro Federal da Ordem, representando também Alagoas, e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estanquei, vamos dizer assim, a minha atuação na Ordem para assumir o cargo que hoje ocupo, de Procurador-Geral do Município de Maceió. É, provavelmente, o maior desafio profissional da minha trajetória. E digo isso, Presidente e Senador Rodrigo, porque, ao assumir, em 2021, o cargo de Procurador-Geral, Maceió passava ali por diversos desafios, entre eles, uma pandemia, de todos conhecida, um momento crítico da pandemia, onde tinha um desafio com vacina e todas as dificuldades que aquele período trouxe para a gestão pública, para o país, para o mundo de forma geral.

Além disso e além das atribuições e dos problemas de uma transição difícil nesse período de pandemia, estávamos também num momento agudo da questão da crise provocada pela subsidência do solo pela mineração predatória da Braskem. Então, esse foi o cenário que a atual gestão assumiu, a condução de Maceió, e eu, na condição do Procurador-Geral. Então, foi um processo desafiador e eu diria que, ao mesmo tempo, instigante, porque tivemos que enfrentar tudo isso e, dentro do possível, acho que fizemos, pelo menos na minha avaliação, o melhor.

Naquele momento, é importante – eu queria também deixar isso claro, até para a gente marcar, vamos dizer assim, o tempo em si –, em 2021, esse processo de subsidência, de afundamento... Ele se inicia em 2018.

Em 2019, o Ministério Público, uma força-tarefa, na verdade – Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, DPU e a DPE também, no início – moveu algumas ações, especificamente três ações, três ACPs: uma com relação a obrigar a paralisação da atividade minerária e "tampamentos" das minas; a segunda, uma outra ACP que tratava da questão dos moradores, que, naquele momento, era algo absolutamente crítico, porque havia um indicativo de risco à população, que precisava ser realocada. Então, essa ação foi específica também dessa força-tarefa composta pelo Ministério Público Federal, Estadual e DPU. Na sequência uma ação também, uma outra ACP socioambiental, que tratava das questões mais amplas de imaterial, urbanística e tudo.

Então, quando nós assumimos a prefeitura, essa já era uma realidade posta: todas essas ações movidas. Não tinha a participação do município; todas essas ações movidas com acordos firmados: um primeiro acordo no final de 2019, na ação dos moradores, e um outro acordo firmado no final de 2020 também, na ação socioambiental, acordos esses – é importante que seja dito – acompanhados pelo Observatório do CNJ, pelo CNMP, com a participação de todas essas entidades e com homologação judicial.

Então, esse era o cenário apresentado no início. Fomos obviamente... Já no início da gestão, a atual gestão, com essa preocupação, já passou a mover toda a estrutura do município para que a gente pudesse entender essa situação e, dentro do que fosse possível, agir também. Não poderíamos ficar omissos nessa situação. Então, começamos a discutir, com as entidades, uma possibilidade que era prevista no acordo, de adesão a essas ações, que tratava de mobilidade e do plano de ação sociourbanística, que são duas situações distintas, que foram previstas no acordo do Ministério Público





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e a que o município poderia e deveria até aderir, para viabilizar a liberação de recursos e obras específicas para isso.

Mas *pari passu* é óbvio que o município constatou que essas ações não englobaram tudo. O município tinha prejuízos, tinha perdas próprias, e aí nós fomos atrás disso. Nós tínhamos... Tirando o que já tinha sido discutido nas primeiras ações, de que o município não fez parte, o município tinha perda principalmente do ponto de vista tributário e patrimonial: grandes equipamentos da área, na região, grandes equipamentos, vias públicas. Então, isso eram prejuízos que não estavam englobados nos primeiros acordos e cabia ao município buscá-los. E foi o que nós fizemos durante... Tudo ao mesmo tempo, vamos dizer assim, discutindo as adesões e buscando reparação para o município, no seu prejuízo próprio.

Fizemos isso ao longo de dois anos e meio, quando conseguimos, num primeiro ano, fazer adesão ao acordo de mobilidade, salvo engano, aqui de cabeça, em fevereiro de 2022. Depois, no meio de 2023, fizemos adesão ao Programa de Ação Sociourbanística, o PAS, e, por fim... Ah, não: automaticamente, no mesmo momento, fizemos também o acordo, que é o bilateral, como eu chamo, é o acordo global do município.

Então, nesse nós recuperamos esse patrimônio perdido do município, que foi a perda tributária e patrimonial.

Então, feitas essas considerações e contextualização, Sr. Presidente, eu encerro e me coloco à disposição para V. Exas., para tentar esclarecer o que for possível de dúvidas de V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Senador Rogério Carvalho, como Relator.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimentando V. Exa., queria estender a todos os presentes os meus cumprimentos.

Quero cumprimentar, em especial, o depoente, o Dr. José Luis Lobo Silva...

João? É João é?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA (*Fora do microfone.*) – João.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Aqui já me botaram errado, viu, João?

Já estou mal-orientado, viu? (*Fora do microfone.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

João Luis Lobo Silva, que é procurador do município em Maceió.

A Braskem previu provisionamento de 15,5 bilhões para a cobertura de todos os danos causados pela catástrofe envolvendo a exploração de sal-gema pela empresa em Maceió. Esse valor inclui as indenizações dos moradores, o fechamento das minas, obras de mobilidade, o pagamento de indenização à prefeitura, o acordo com pescadores, o acordo com moradores do Flexais, entre outros.

Em 20 de julho de 2023, a Prefeitura de Maceió e a Braskem celebram o termo de adesão total do acordo socioambiental celebrado em 2020 entre Braskem e diversos órgãos públicos.

Em decorrência disso, a prefeitura recebeu 1,7 bilhão, dos quais 300 milhões estão sendo destinados ao Fundo de Amparo ao Morador, sobre o qual falaremos depois.

O restante do recurso está sendo aplicado em quê? O senhor poderia nos informar, detalhadamente, como está sendo a aplicação?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Sr. Relator, eu vou contextualizar também aqui primeiro.

Óbvio, eu tenho determinadas limitações funcionais, que são de detalhamento dos valores, porque isso não cabe, vamos dizer assim, à Procuradoria especificamente, mas posso, posso, de um modo geral, porque tenho esse conhecimento de discussões e do dia a dia e até do que a própria gestão fez de divulgação.

Esses recursos oriundos, primeiro nós não recebemos ainda, o município não recebeu a totalidade desses 1,7 bilhão que foi pactuado.

Hoje, nós... Acho que foi essa última semana agora a última parcela. Nós recebemos um pouco mais da metade dele.

Esses valores específicos, a atual gestão tem definido parâmetros já, linhas para aplicação desse recurso.

Apesar de ele ser um recurso, esse, do nosso acordo, ele é um recurso desvinculado, porque é originário de perda tributária e patrimonial. Então, na sua origem, ele é um recurso desvinculado. Então, de um modo geral, é um recurso desvinculado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Só uma pergunta: quem assinou o contrato? Foi o senhor?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Fui eu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – O senhor assinou o contrato?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Assinei o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – É um acordo de 1,7 bilhão?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – O senhor assina um acordo, mas não sabe para que é que vai ser destinado esse recurso?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Não, eu sei, eu sei...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, o senhor disse que não sabia, no início.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Não, não, Presidente.

Eu vou fazer uma correção. Olhe bem.

Eu sei para que foi...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – A mina deixou de funcionar quando?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – A mina 18 não tem a ver com esse acordo, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, não. A mineração.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – A mineração deixou de ocorrer em 2018, 19, em 2019.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Então, de 2019 a 2022, quando o senhor celebra esse acordo, o prejuízo da Prefeitura de Maceió girou em torno de 1,4 bilhão só de perda de arrecadação. É isso?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Perda de arrecadação e patrimônio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Foi R\$1,4 bilhão de perda de arrecadação, em dois anos.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Arrecadação e patrimônio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Depois, só pra... Porque quem assina o contrato... Se eu assinar um contrato, Senador Rogério e Senador





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rodrigo Cunha, eu não vou colocar a minha assinatura sem saber qual é o destino desses recursos e quem vai fiscalizar, até porque a responsabilidade é de quem assina. Correto?

Mas, ao longo do...

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Presidente, se o senhor me permite complementar, ia até corrigir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – É porque, quando o senhor inicia, o senhor diz: "Eu não sei mais ou menos a programação", mas, depois, vai ter outras perguntas que nós vamos fazer para o senhor para o senhor explicar direitinho, porque uma coisa que me chamou a atenção é o valor: 1,7 bilhão pra prefeitura e, pra 15 mil famílias, 16 mil famílias, 4 bilhões e meio. Quer dizer, é desproporcional demais.

Mas vamos lá.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Presidente, então me permita complementar e até corrigir, se for o caso.

Eu tinha comentado, no início, que eu não sabia agora o detalhamento do uso, mas eu sei qual a destinação.

Esse é um valor desvinculado, mas que tem linhas mestras definidas pela gestão já publicadas. Esses valores vão ser aplicados em áreas específicas de saúde, educação, infraestrutura, assistência social e um programa específico, que está sendo finalizada a modelagem dele, já tem decreto publicado e tudo, que é o FAM, que é um amparo aos moradores. Essa destinação já está definida pela gestão.

Com esse recurso, grandes ações já foram feitas com a primeira parte. Nós tivemos a criação hoje, na parte da saúde, da educação, a criação de 4,5 mil vagas de escolas, de creches, para a primeira infância, com uma projeção de, até no final do ano, chegar a 10 mil, e tudo com esse recurso. Tivemos a compra do maior hospital da cidade, que Maceió não tinha, era um déficit.

Então, essas áreas estão definidas, esse recurso tem aplicação absolutamente transparente, até porque – isso é importante que seja dito –, foi criada uma rubrica própria, uma linha própria junto à secretaria, onde vai ser identificado todo o destino desse recurso, e tudo no Portal da Transparência também. Então, a utilização dele está sendo tratada da forma mais transparente possível pela gestão e a aplicação dele em áreas essenciais de infraestrutura, saúde, assistência social e educação, além da parte desse recurso destinada aos moradores.

Deixando claro e corrigindo, eu só abri a minha fala dizendo que eu não tinha como precisar agora a parte detalhada de aplicação, porque isso está dentro da Secretaria de Finanças, mas que é possível também, sem nenhuma dificuldade, ser encaminhada aqui à CPI. E isso por quê? Porque, como eu disse,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

isso está destacado em rubrica própria, e é uma informação de fácil obtenção, e me comprometo, inclusive, se for o caso, a providenciar e encaminhar.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor coloca que esse 1,7 bilhão teve, como justificativa, a questão do imposto, da perda de arrecadação. Teria como encaminhar para a CPI? Aqui eu estou, Presidente, requerendo ao depoente. Eu acho difícil ele poder apresentar esses dados para a gente, aqui, agora, mas que ele pudesse encaminhar para a CPI os cálculos dessa perda de arrecadação nesta região e a justificativa do porquê dessa arrecadação ter diminuído.

A gente sabe que foram quarenta escolas, doze unidades de saúde, dois parques, quatro praças, um campo de futebol e um cemitério. E aqui vai um registro: apesar de o cemitério ter sido indenizado, nós estamos tendo um problema – mais adiante nós vamos perguntar –, que é um caos na área funerária. Nós estamos tendo pessoas que não conseguem ser enterradas, passa três dias o corpo esperando um lugar para enterrar, porque isso não foi viabilizado, apesar de estar, no contrato, a mudança do cemitério e a indenização do cemitério, certo?

Então, vamos adiante. A propriedade desses bens está sendo também repassada para a empresa, como aconteceu com os imóveis privados?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Essa é uma pergunta interessante de ser feita, porque é importante para a gente também já esclarecer algumas questões que estão sendo divulgadas eventualmente. A Braskem não detém aí propriedade disponível disso. A Braskem não vai poder fazer qualquer espécie de construção, não vai poder, nem hoje, nem no futuro, comercializar essa área e obter lucro com isso, por algumas razões. Primeiro, porque esses terrenos estão sendo todos transferidos ali, colocados em posse da Braskem para uma obrigação específica. Qual é a obrigação específica? Eu posso até, se necessário, se V. Exa. quiser, fazer uma leitura delas, porque está prevista, como obrigação, no próprio acordo do Ministério Público. São obrigações com: demolição dos imóveis, gestão de resíduos sólidos da área, obra de drenagem, estabilização das encostas da área atingida, implantação e cobertura vegetal, gestão da área desocupada mediante vigilância e controle de pragas, gestão dos principais imóveis de interesse cultural. Então, assim...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Por quantos anos?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Isso não tem um prazo definido, até que consiga ou não – não sei, não tenho como precisar, tecnicamente –, até que haja uma estabilização dessa área, se é que vai ser conseguido. Então...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor poderia deixar esse documento com a gente?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Posso.**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Agradeço.**O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA** – O documento, sim.

Então, me permita, Senador. A Braskem não tem essa disponibilidade e nem vai ter. Por quê? Porque uma área que veio de um crime ambiental, que foi obtida... Ela tem que ter uma função, isso é princípio, ela tem que ter uma função social, e a função social não vai ser o lucro. Então, essa área estabilizada, se acontecer, ela vai ter uma destinação social, pelo próprio princípio constitucional do... Então, isso daí tem que ser esclarecido e que apenas a área tem que ficar, porque, se eles não tiverem, hoje, o controle daquilo ali, o custo fica com o município, de manutenção.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Perfeito. Vamos adiante, porque a gente tem mais questões.

O Acordo Socioambiental de 2020 prevê a realização de obras urbanísticas. O senhor já explicou aqui sobre isso. A Braskem disponibiliza no seu portal o andamento das entregas e contrapartidas comprometidas nos diversos acordos pactuados. A empresa também afirma que a prefeitura responde pela gestão global dos recursos pagos. Isso é verdade?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Desculpa, Senador, eu não entendi.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A Braskem disponibiliza no seu portal o andamento das entregas e contrapartidas nos diversos acordos pactuados. A empresa também afirma que a prefeitura responde pela gestão global dos recursos pagos. Isso é verdade?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Não. Não da forma que eu estou entendendo. Pode ser que tenha algo que eu não compreendi. O município só responde pela gestão financeira dos recursos que lhe foram entregues pelo acordo próprio, pelo 1,7. Esse acordo com o município, a responsabilidade de gestão financeira é dele. Os demais acordos que são de mobilidade e o PAS, esses têm recurso específico. Mobilidade tem recurso de R\$370 milhões, valor histórico, e o PAS, R\$198 milhões, em valor histórico também. Esses recursos são utilizados, as obras definidas ali, que foram definidas conjuntamente, e estão sendo ainda, o PAS ainda continua tendo definição, mas a de mobilidade. O que foi definido, e foi definido de forma colegiada, com a participação da Braskem, do município e da força-tarefa, de todos os órgãos, essa gestão é feita pela Braskem, a obra é feita diretamente pela Braskem. O município não tem ingerência nenhuma na obra, a não ser as fiscalizações naturais, e recebe essa obra semelhante com a doação; ou seja, eles estão obrigados a executar a obra e entregar ao município. Mas a gente não tem gestão sobre esse dinheiro que veio dos acordos firmados pela força-tarefa. Só com relação a nós.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Parte desses recursos destinados pela Braskem à Prefeitura de Maceió é nominal. A execução desse R\$1,7 bi não, necessariamente, é executada diretamente pela prefeitura. Uma parte é executada, outra parte não é. O senhor tem informação a esse respeito?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Não, Excelência. Esse R\$1 bi... Separando, é porque, na verdade, nós temos... Tem o acordo do Flexal, que é um ponto que a gente vai poder discutir. Tem o acordo do Flexal, que existe um valor específico para encostas. Esse valor ficou com o município pela gestão, R\$64 milhões para encostas. Esse fica, R\$1,7 bi, ele é, como eu tinha afirmado, um valor desvinculado, entregue ao município. Os outros valores, nós não temos domínio sobre ele, não tem gestão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – R\$1,7 bilhão.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – 1,7 é integralmente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Fica sob gestão da prefeitura.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Sob gestão da prefeitura, 1,7... O nosso acordo, que eu chamo de bilateral, esse acordo bilateral feito entre o município e a Braskem, de 1,7, esse é especificamente gerido pelo município. Provavelmente, pode ter alguma confusão porque a Braskem também levanta valores e fala... Quando eles juntam todos os valores que estão sendo aplicados pelos acordos firmados com o Ministério Público, também chega... Talvez tenha uma confusão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas, veja...

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Mas nós temos ingerência sobre esses valores.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas a minha sugestão é que a prefeitura notifique a Braskem para corrigir o que ela divulga no *site*, de que vocês acompanham 100% daquilo que está sendo executado pela empresa em todos os acordos. Então, se essa informação não procede, a prefeitura não deve se omitir em pedir a correção para dar transparência ao processo.

O senhor também já afirmou aqui que tem... que não exerce governança sobre os investimentos dos recursos outros, ou seja, que não é 1,7 bilhão, com exceção da recuperação das encostas do Flexal, não é? O senhor já acabou de afirmar aqui.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA (*Fora do microfone.*) – Isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Como o senhor poderia nos explicar, pela ótica do município, como funciona a fiscalização e o monitoramento das entregas? Também, como o senhor disse, 1,7 bilhão é de responsabilidade do município, e a prefeitura... Esse valor é monitorado pelo tribunal de contas do estado?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Sim, sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O município não tem tribunal de contas; é o tribunal de contas do estado?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Tribunal de contas do estado... do município.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Tribunal de contas do estado.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – E estão todos no Portal da Transparência, que o município também tem atualizado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A procuradoria já foi acionada por conta de algum atraso no andamento das obras sob a responsabilidade da Braskem?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Em nota divulgada no Portal da Prefeitura de Maceió, o Prefeito afirma que chamou a mineradora para conversar: "Cobramos o que era devido a Maceió e conquistamos recursos importantes para o município". De que forma os moradores e cidadãos de Maceió puderam se manifestar a respeito das tratativas da prefeitura com a Braskem?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – No período de discussão que nós tivemos, de 2021 para cá... Por isso que eu fiz aquele início, não é? Existe toda uma discussão anterior de que os moradores participaram – isso, nós não estávamos na gestão. O Município de Maceió não participou dessas discussões até onde eu sei. A partir de 2021, nós discutimos algumas situações, por exemplo: o PAS, na adesão do PAS, tem sim uma discussão ampla, tanto que hoje nós não conseguimos fechar, porque é uma discussão permanente com a comunidade para definir a aplicação desses recursos.

Mobilidade, da mesma forma.

Agora, o acordo feito do município, da perda tributária do município e da perda patrimonial do município, esse foi... de fato, não houve audiência pública porque era algo que tocava exclusivamente ao município. Então, nesse ponto, só esse acordo, não. Por exemplo, no acordo do Flexal, aí, sim, nós



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

passamos por várias audiências públicas também – foi bem divulgado –, à exceção do acordo específico, como eu disse, porque é uma questão tributária do município, e não teria uma discussão ampla. Pode ter agora com relação à aplicação do recurso, e está tendo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Dr. João...

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Mas não para cálculo, vamos dizer assim. Cálculos foram objetivos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – O senhor, que assinou esse acordo... Vocês não tiraram esse número do nada. Para chegar a 1,7 bilhão... Vocês chegaram... tinham que ter algumas conclusões: isso custou tanto, isso daqui é tanto, isso aqui é tanto. Então, o senhor deve saber, mais ou menos... O senhor fala nos 300 milhões. Esses 300 milhões estão intactos na prefeitura, não foram mexidos ainda, que são os 300 milhões da população?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Sim, o município tem esse recurso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não foi mexido ainda? Estou perguntando se ele não foi mexido ainda, porque você está dizendo para mim que vai discutir ainda.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – É, o processo... Já existe o decreto da formação do FAM e existe uma discussão em relação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Mas nós estamos há dois... Esse acordo foi feito dois anos atrás.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Não, Presidente, foi...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Em 2022.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Não, o nosso acordo foi agora, 2023 – o nosso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Tá, então veja bem...

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Mas nós não recebemos os recursos, ele é parcelado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Tudo bem, mas você disse que recebeu mais da metade. Mais da metade de 1 bilhão e 700 dá mais de 850 milhões, dos quais parte foi para esse desses 300 milhões. É isso ou não?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Vai ser...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Ah, então é o último...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Primeiro tem que botar o dinheiro na prefeitura e depois bota o da população. É isso?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – O dinheiro tem que entrar na prefeitura para que a gente possa fazer o gasto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, amigo. Não, não, espere aí! Só um minutinho.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Não entendi, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Até agora, quanto a Braskem pagou para a prefeitura...?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Novecentos e cinquenta, agora, nesta última semana.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Novecentos e cinquenta. Vocês devem ter retirado parte desses 950 para os 300 milhões daquele fundo que vocês falaram, que é o fundo que... Como é o nome?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Esse valor de 300 está mantido lá – está mantido. Agora, o município já fez várias despesas com a compra do hospital, com a questão das creches, com o Saúde da Gente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – O hospital, vocês compraram por quanto?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Duzentos e sessenta, mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Quantos leitos tem esse hospital?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Hoje tem... São cento e poucos leitos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Está de brincadeira que vocês compraram um hospital por 260, de cento e poucos leitos...!

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quantos leitos?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Eu acho que hoje são cento e poucos, mas ele não foi só isso, nós não compramos por leito. Isso tudo tem uma avaliação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, amigo...

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu construí, só em quatro anos, eu construí o maior hospital do Norte-Nordeste, chamado de... Tem o nome da minha mãe. Espere aí, eu sei valores e de cabeça. O que é isso?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não pode um hospital de cem leitos custar duzentos e poucos milhões.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Presidente, nós temos todos os laudos de auditoria independente, o Tribunal de Contas já analisou e já arquivou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, não, não, João, dá licença! Os laudos que foram feitos em Maceió até agora, todos eles, são de uma irresponsabilidade total. A Agência Nacional de Mineração, com irresponsabilidade total; os órgãos fiscalizadores tanto do município como do estado, irresponsabilidade total. Se chegamos nesse caos... Teve que admitir aqui o Diretor da Braskem, admitiu que a responsabilidade era da empresa – era da empresa –, não era o movimento sísmico ou coisa parecida, porque diziam que tinha lá uma rachadura que podia causar... Não, a "responsabilidade", entre aspas, entre aspas, Dr. João, entre aspas. Um hospital de cento e poucos leitos não custa 260 milhões nem aqui nem em lugar nenhum, e muito menos em Maceió – e muito menos em Maceió.

Aliás, nós vamos fazer a visita e nós vamos conhecer esse hospital...

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... que custou 260 milhões, porque é muito dinheiro para um hospital de pouco mais que cem leitos.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente! Sr. Presidente!

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Sr. Presidente, me permita...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para interpelar.)
– Sr. Presidente, me permita.

Esse hospital foi adquirido do setor privado?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA (Para expor.) – Setor privado.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – De quem era o hospital?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – O hospital... Não sei, não vou conseguir lembrar o nome agora da empresa aqui.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas o nome do hospital privado o senhor sabe?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – É um hospital do coração, era o hospital do coração antes.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Como?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – O hospital do coração.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O nome do hospital?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Era, o nome do hospital era Hospital do Coração.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ah, era um hospital privado. E foi feita uma avaliação por quem?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Foi feita a avaliação... Na verdade, a compra não foi por leito, era isso que eu ia esclarecer. Ele tem... Na verdade, são dois prédios gigantes. Um prédio que já tinha esses leitos, o outro prédio que é enorme. Isso é que está ainda finalizando, mas a avaliação foi feita por metro quadrado. Foi feita a avaliação, foi discutido...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Tem...

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Não...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Tem um módulo que...

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Tem tudo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... está em construção ainda.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – É, em construção. Por metro quadrado. Isso foi já analisado pelo Tribunal de Justiça; foi arquivada a representação. O Tribunal de Contas do Estado já avaliou, atestou e arquivou a representação. O Ministério Público também. Então, a gente já passou por esse crivo também de avaliação. Isso já foi atestado por Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e próprio Ministério Público, em primeiro grau, e a avaliação estava perfeita dentro... e, na verdade, está abaixo do valor, que seria o valor de mercado, considerando que foi por metro quadrado a aquisição.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sim, mas o senhor está dizendo que tem um módulo que ainda está em construção?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Sim, ele foi considerado na avaliação como em construção.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não está... Por exemplo, não tem nenhum equipamento dentro desse módulo?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Tem um módulo nesse sentido, já considerado na avaliação que seria dessa forma.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não. E tem outro módulo ainda em construção?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – É, é.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Construção civil?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Em construção, isso.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Inacabado ainda.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – É.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E o outro módulo está pronto...

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Perfeito, em funcionamento já.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E tem equipamentos?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Sim, funciona.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É um hospital de alta complexidade?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Alta; alta e média complexidade.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Tem ressonância magnética?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Tudo.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Faz cirurgia do coração?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Tudo, tudo.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Faz tudo?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Tudo.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Esse outro módulo?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Isso.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Esse outro módulo tem quantos leitos?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – É isso que eu estou dizendo. Olhe bem, eu estou fazendo, até, cometendo aqui um... Tentando responder, até eventualmente posso cometer uma imprecisão, porque, mais uma vez, é a área da saúde, de que eu não tenho domínio. Sou o Procurador do município. Nós não temos domínio do dia a dia das...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Tem que rever...

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Essa quantidade de leito era mais fácil até, Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... Sr. Presidente e Relator também, as avaliações que foram feitas dos órgãos que fizeram a avaliação.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – O Secretário de Saúde deve saber mais do que o senhor, não é?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Absoluta.

O senhor sabe quanto... Um hospital, por exemplo, que você constrói, que atende média e alta complexidade, que custa R\$260 milhões, o custeio dele anual chega perto disso por ano.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ou mais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Ou mais, pelo custeio, está certo?

O município assume uma responsabilidade que não é de responsabilidade do município. Média e alta complexidade não é atenção básica. O município dá atenção básica.

Agora, o senhor, como Procurador, não sabe de quem comprou? O senhor é que deve ter feito toda a documentação de desapropriação ou de compra...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Claro.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E aqui tem uma matéria, Sr. Presidente...

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Nós compramos da empresa Hospital do Coração. Eu não lembrei aqui o nome da empresa – o nome! Foi o Hospital do Coração, um hospital conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Está bom.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Então, assim...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Aqui tem uma denúncia, inclusive grave, a respeito do tema, da *Carta Capital*:

A aquisição de um conjunto hospitalar inacabado em Maceió [...] [por] 266 milhões de reais entrou na mira de procuradores do Ministério Público de Alagoas por indícios de superfaturamento, em mais um foco de desgaste para o [atual] prefeito João Henrique Caldas (PL) às vésperas da disputa eleitoral.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O dinheiro utilizado na negociação é [...] do acordo bilionário [...] [feito pela] Braskem [...]

Então, o Ministério Público aqui é que atesta que houve superfaturamento. É matéria da *Carta Capital*, que saiu agora, recentemente, já em fevereiro disso.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Esses procedimentos foram todos arquivados.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. *Fora do microfone.*) – Pelo Ministério Público?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Arquivado pelo Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas e, no primeiro grau, pelo Ministério Público, um procedimento específico que tinha. Foram todos arquivados, atestado que tinha... atestado, reconhecendo a...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E aqui tem a foto, inclusive, do hospital em que uma parte dele está completamente inacabada.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Isso foi previsto na avaliação. É isso que eu quero deixar claro. Na avaliação, que foi por metro quadrado...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É importante que se remetam todas as avaliações, como foram feitas, e depois verificar...

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Esse processo, Presidente – também me permita – é simples, é fácil. A gente pode encaminhar, porque ele ficou publicado, num *link* específico, todo o processo com avaliação... Está publicado na página da prefeitura – o processo na íntegra! Nós botamos um *link* para qualquer cidadão olhar o processo da avaliação que for. Então, também me comprometo, sem nenhum problema, em encaminhar integralmente para cá.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O que chama a atenção, Sr. Presidente, me perdoe o nosso Relator, é que tem um módulo ainda inacabado para ser construído, para ser equipado, toda a estrutura física de instalação elétrica, hidráulica, para concluir o hospital. E tem um outro módulo pronto que precisa se verificar se realmente está em funcionamento. E tem essa estrutura que ele citou de alta complexidade. Um hospital de alta complexidade é um hospital que você sabe que faz todo tipo de cirurgia, é um hospital de alta resolutividade, que o que chega lá termina lá, se trata o doente lá.

Então, essa verificação é importante. Nós temos avaliação... quer dizer, na minha experiência de, inclusive, médico e de ter sido secretário de saúde, é que esse valor está superestimado. Nós temos construído um hospital de alta complexidade na Bahia, de que a estrutura física custou 60 milhões, tem quase 200 leitos. Agora, com os equipamentos fica 120 milhões. Para esse estar custando 266, a distância é muito grande, Sr. Procurador, muito grande.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Mas temos... Mas temos...

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Para interpelar.) – Se me permite, só para contribuir. Duas informações. Se o Sr. Procurador tem a informação de algum outro hospital similar e o custo que foi na própria cidade de Maceió? Esse hospital, nós estamos falando que não é só de estrutura, mas também de equipamentos, porque faltou deixar claro isso.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA (Para expor.) – Isso, isso. Na verdade, o hospital tem duas partes, de fato, já estava sendo previsto dessa forma na avaliação, nas avaliações – foram três, inclusive, com auditores independentes. Então, nele estava prevista uma parte que era um prédio, que é um prédio enorme, que era a extensão do hospital, mas o próprio hospital já era um hospital de referência lá. E ele foi comprado com todos os equipamentos em funcionamento. Então, o município, a avaliação vinha da parte física, mas vinha também dos equipamentos. E foi feita por metro quadrado, isso é importante que seja dito. Não é uma avaliação simples por leito.

Hospital, uma comparação com um hospital vizinho lá, que é o Hospital Veredas, que estava sendo negociado – inclusive, no processo a gente identifica isso –, na negociação estaria acima do preço também.

Então, todo esse estudo, Senadores, de preço, de avaliação, isso nós temos a tranquilidade de apresentar sem nenhum problema, até porque todos os nossos órgãos de controle – Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e próprio Ministério Público – já conhecem esse processo, já discutiram e já atestaram. Então, assim, não há problema nenhum e posso e me comprometo aqui com os senhores de encaminhar a íntegra desse processo e, na visita, provavelmente, os senhores também irão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para interpelar.) – Dr. João, ninguém está fazendo juízo de valor. O que eu quero lhe dizer é que a atenção básica do município, ela que é a prioridade. Média e alta complexidade não é do Município de Maceió. Comprar um hospital de alta complexidade para o Município de Maceió, o custo dele anual é altíssimo. Eu queria que o senhor... está funcionando ele há quanto tempo já no município?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – No município, na verdade, ficou uma fase de transição, mas com o município, sob a gestão do município, nós temos uns três meses, aproximadamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Três meses. Eu pediria para V. Sa...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O custo mensal.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – É.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... encaminhar para a gente o custo mensal desse hospital, por favor. Porque esses 1,7 bi não entra em rubrica nenhuma. Ele entra... é um dinheiro extra.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Isso.

É um dinheiro extra para o município, porque o Prefeito vai fazer o que ele bem entender com esse dinheiro. Pelo que eu estou vendo aí, e eu estou perguntando dos 300 milhões que seriam destinados a beneficiar as pessoas que foram vítimas desse acidente todo, até agora, como não chegaram ainda a um acordo, não foi gasto absolutamente nada com a população. Não é isso?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Desse valor não, porque está em discussão, inclusive com a comunidade, está sendo feito...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Há quanto tempo? Há mais de um ano já, não é?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Esse FAM, foi publicado o decreto já do Prefeito, tem toda uma discussão para em quais áreas eles mesmos, os atingidos, querem que esse valor seja aplicado. Então isso está sendo finalizado. O valor ainda não foi utilizado para esse fim, mas essa discussão é permanente lá com as lideranças para definir no que vai ser aplicado.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para interpelar.) – Presidente, uma pergunta. A compra desse hospital foi levada ao conhecimento da comunidade? Ela consentiu isto: a compra do hospital? Foi feita alguma audiência pública para a compra?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA (Para expor.) – Não.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não foi feita nenhuma audiência pública?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Não, foi decisão da gestão.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – No local onde teve o desastre, o crime ambiental, tinha algum hospital?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Tinha.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Hospital desse porte?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Não, o município nunca teve um hospital desse porte.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Devia ter o quê? Um posto de saúde?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Você tem algumas...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Um posto de saúde.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – ... algumas UBSs.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Um posto de UBS?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – O município... É o primeiro hospital público do município...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E também para a compra do hospital não foi feita audiência pública, não foi consultada a comunidade?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Não.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Foi uma decisão própria do Prefeito?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Decisão de gestão.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está bom.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Eu queria, retomando aqui, Sr. Presidente, o senhor já fez essa pergunta, mas eu queria só fazer uma comparação. A prefeitura recebeu 1,7 bilhão por cerca de 60 bens, e os moradores receberam 4,5 bilhões por 14,5 mil imóveis. Esses valores não parecem desproporcionais?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA (Para expor.) – Não, Senador. Na verdade, esse 1,7, como eu disse, veio de perda tributária.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Quanto de perda tributária?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Algo estimado em torno de 500 milhões. Foi a estimativa apresentada pela nossa... Foram 500 milhões de perda tributária, porque isso teve um processo próprio de levantamento junto à nossa secretaria, técnicos da secretaria. E 1 bilhão e pouco foi estimado, pela





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria de Infraestrutura, da perda dos grandes equipamentos, mas não teve só grandes equipamentos, nós tínhamos as vias, que isso foi levado em consideração – vias, galerias, praças. Por isso que esse valor chegou a 1,5, e o acordo ficou um pouco acima disso. O valor ficou acima disso. Então, foi por isso que chegou a esse valor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor ficou de mandar para a gente as informações sobre os cálculos e meios utilizados para se chegar ao montante que é apresentado como 1,7 bilhão, principalmente na questão tributária...

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Perfeito.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... e na avaliação, se o método de avaliação dos bens imóveis da prefeitura seguiu a mesma regra da avaliação dos bens imóveis privados. Certo? Queria que mandasse o método, que é para a gente fazer a comparação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu queria pedir ao Farid... Farid, pegue para mim a arrecadação, o orçamento do Município de Maceió de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, por favor, e faça as correções, para a gente saber qual foi a perda a partir do momento em que a mina parou de funcionar e os moradores se mudaram dali. Isso é fácil de a gente pegar. Veja se tem essa perda de 500 milhões mesmo, porque é simples, está no orçamento, deve estar no Portal da Transparência qual é o orçamento do Município de Maceió. O Município de Maceió tem esses números, e nós vamos saber já, já se essa perda que foi calculada pelos técnicos da Secretaria Municipal de Finanças chega a este valor de 500 milhões de perda de arrecadação. É só pegar aí, é fácil isso, não precisa nem trazer informação de lá. Isto aí no Portal da Transparência deve ter: o orçamento de 2018, 2019, 2020 e 2021, porque, a partir do momento em que se perde a arrecadação, também se reduz o orçamento. Isso é a perspectiva de arrecadação.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA (Para expor.) – Presidente, me permita também, nesse ponto, dizer que, nesse cálculo aí, quem tem, de fato, e poderia trazer uma explicação mais aprofundada são os técnicos, porque isso não compete ao procurador – a análise do cálculo –, mas ele tem também uma projeção, é uma projeção para futuro do que a gente, por exemplo, já está fazendo com os moradores, de atenção aos moradores, que é de isenção para o futuro agora, por mais cinco anos, de isenção de IPTU. Então, isso já está numa projeção. Não foi só a perda que ocorreu, mas também uma projeção futura. E continuo dizendo: esses cálculos estão prontos, a gente pode encaminhar, e quem poderia, em tese, explicar melhor, claro, seriam os técnicos.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Vamos lá.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – De alguma forma, Sr. Presidente, mesmo não estando no contrato, ou seja, não tinha objeto no contrato para a compra do hospital, ou seja, o recurso era livre, não haveria como adquirir um hospital sem consultar a comunidade, até porque a prioridade da aplicação dos recursos seria para resolver os problemas dos desabrigados: aqueles que perderam as suas casas, suas residências, a relocação, inclusive não só a relocação, mas também de móveis, móveis utilitários domésticos que foram perdidos.

Então, sem consultar, sem fazer audiência pública, receber recursos que são livres, sem consultar essa comunidade inteira e comprar um hospital, na verdade, não houve o principal que era a audiência com as principais vítimas do desastre ambiental lá de Maceió, desse crime ambiental que foi por negligência de todas as partes, não só da Braskem, mas também dos órgãos fiscalizadores. Para isso, contribuiu todo mundo, no período de Prefeito, Governador, Procurador, enfim, a Agência Nacional de Mineração, estão todos envolvidos no crime ambiental. Omissão e complacência com os moradores dessa área.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Sr. João Luis, Dr. João Luis, a Procuradoria do Município de Maceió é responsável por prestar assessoria jurídica aos atos do poder público municipal, atuando nos processos judiciais e administrativos de interesse do município.

O senhor poderia nos informar quando se iniciou a participação oficial do órgão na defesa dos interesses do município, no caso da catástrofe envolvendo a exploração do sal-gema pela Braskem?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA (Para expor.) – Na verdade, o meu conhecimento e do que eu posso falar foi a partir de 2021, quando eu lá cheguei, e isso foi automático. Era uma preocupação, como eu disse, da atual gestão, e nisso eu passei a agir automaticamente, seja na área administrativa...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Foi em 2021 que o senhor...

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Dois mil e vinte e um.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

O senhor referendou, como Procurador-Geral do município, os cálculos do valor devido a Maceió? Sim ou não?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Não. Eu... Na verdade, esses cálculos me foram entregues por técnicos. Não tenho *expertise* para...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Qual área técnica da prefeitura participou do processo?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – A Secretaria de Finanças do município. A Secretaria de Finanças, com técnicos. Nós temos técnicos de carreira qualificados. Esses cálculos foram elaborados por lá, na Secretaria de Finanças.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Onde está documentado... Tudo isso está documentado?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Está documentado, sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A população tem acesso a esses documentos?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Pode ter.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pode ter ou tem? Está no portal?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Todas as despesas... Esse documento do cálculo foi encaminhado a todos os órgãos. A população tem, por Lei da Transparência, se for solicitado. Agora, cálculos não devem ficar, acredito eu, no Portal da Transparência, mas isso não é documento sigiloso, pode ser fornecido.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

Em janeiro de 2021, a Prefeitura de Maceió se reuniu com os integrantes da força-tarefa do Ministério Público Federal para esclarecer pontos do acordo firmado com a Braskem para a reparação de danos. Consta no *site* da prefeitura que o senhor participou dessa reunião de 2021, como o senhor disse. Poderia nos relatar quais foram as principais preocupações externadas pelo município e por que o município não foi inserido nas tratativas e nos acordos desde o princípio?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Na verdade, o município poderia até ter participado desde o início. Pelo que eu sei, foi franqueada essa possibilidade, mas aí não posso aqui dizer, não seria leviano de dizer as razões, porque seria da gestão anterior. Quando nós assumimos – a atual gestão assumiu em 2021 –, nós passamos, sim, a atuar, entender e discutir caminhos para a adesão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Mas, antes, não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O município declarou que contribuiu e concordou com o diagnóstico realizado pela empresa Diagonal quanto às medidas de compensação das repercussões sociourbanísticas. O município ainda está de acordo com essas medidas?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Essa medida sociourbanística é o que a gente chama de PAS. Esse PAS está ainda em discussão, parte dessas medidas já são consolidadas, muito na parte cultural, mas ainda tem a parte mais de lazer, esporte e outras áreas que ainda estão em discussão. O PAS ainda não foi fechado. Então, a gente concordou com parte dela já no início, em primeira discussão, mas não está encerrado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Quais são os pontos que o senhor acha que devem ser reavaliados? Porque o senhor assinou um ofício que pede que as negociações sejam reabertas para apurar novos danos à cidade e assim avaliar uma complementação de indenização. Quais pontos devem ser reavaliados, na sua opinião, que o senhor afirma?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Na verdade, isso é uma situação específica que surgiu com a atualização do mapa, para o mapa 5. Isso não é uma reavaliação do acordo já firmado, esse, que envolvia o mapa 4, que era uma área determinada. Com a evolução, com a extensão para o mapa 5, nós pedimos automaticamente a reabertura dessa discussão para saber, para avaliar – isso está em processo de avaliação – se mais algum equipamento público vai ser atingido, se não vai. Então, isso só mostra que, ao contrário até do que saiu muito na imprensa, a nossa quitação não é geral e irrestrita para tudo. Então, ela é limitada ao tempo, naquele momento que foi assinado; e há o espaço, aquele mapa 5; e, em qualquer acréscimo, como aconteceu aí no novo mapa 5 – ele era o mapa 4, limitado –, a gente tem possibilidade de discussão e avaliar se dali tem algo mais.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Como a prefeitura avalia a judicialização que a Braskem fez de uma área que estava sob questionamento? No passado, a área 01, que era a área de risco potencial, foi incluída e a população foi indenizada e removida da região, da área. No mapa inicial, já tinha previsão de que regiões do Bom Parto e outras beiras de bairros fossem incorporadas nesse mapa 5. A Braskem judicializou. O que a prefeitura fez nesse sentido?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Senador, na verdade, toda essa questão de mapa de inclusão é uma questão muito técnica, definida pela defesa civil nacional e a defesa civil municipal em conjunto. Então, todas essas definições de criticidade seguem um critério antigo...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Dr. João, me desculpe.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Eu não compreendi, então...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Me desculpe, Dr. João. Vamos ser mais objetivos e menos circulares. Veja só, aqui esteve um membro da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Defesa Civil do Município de Maceió. Ele disse que a Braskem judicializou uma área do mapa original. Ai, eu pergunto para o senhor, que representa o município...

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... que recebeu... Só um minuto, por favor. O município recebeu 1,7 bilhão de indenização. O município, se foi ágil para receber a sua indenização, por que não entrou contra esta ação da Braskem em relação à judicialização? Por que não é *amicus curiae* da ação que questiona a Braskem? Porque a Braskem suspendeu a inclusão dessa área no TRF5 – acho que é TRF5 –, em Pernambuco. Por que o município não entrou com uma ação para questionar isso, mesmo sabendo que, em áreas anteriores, tecnicamente, com a mesma técnica, com o mesmo método, definiu que era a área 01, que depois passou a ser 00, mas antes era considerada 01? Mesmo a 01, de risco, que é um grau de risco que estabelecem os técnicos, ela foi indenizada e a população foi removida. Agora, essa área que hoje é 01, que já estava no mapa e que já estava no acordo de ser indenizada e mobilizada a população, por que esta população não... Por que a Braskem questiona na Justiça e o município não toma nenhuma iniciativa?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Entendi a pergunta. Na verdade... Entendi a pergunta. Na verdade, essa é a discussão exatamente do mapa 5, de que eu estava falando. Essa ação é específica da força-tarefa, o município não é parte nela, tanto é que é uma execução do acordo da força-tarefa. Eles já tinham isso disciplinado – a força-tarefa é composta pelo Ministério Público Federal, Ministério Público estadual e Defensoria Pública da União. Então, essa vem da ação originária deles onde foi feito o acordo socioambiental, o PAS, aliás, dos moradores, que foi da desocupação. E era um título judicial já. E já estava discutido isso, isso já estava certificado. Por isso foi feita uma execução. Nós concordamos com essa execução. Eu participei, inclusive, de audiência concordando.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas por que o município não entrou para proteger o interesse público da população?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Porque a parte que cobrou o município foi realizar o mapa, que permitia isso, mas a ação era do Ministério Público, a ação é do Ministério Público, e eles fizeram.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas a Procuradoria tem...

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Nós participamos de audiência, concordando.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, mas não é isso. Estou dizendo que o Ministério Público tem legitimidade... O Ministério Público, não; a Procuradoria do município tem legitimidade porque ela não é procuradora só do Prefeito ou da



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

administração, ela é procuradora do ente federativo município, e aí é o interesse da municipalidade; tem legitimidade para entrar com ação complementar ou reforçar a ação que já vinha em curso pela força-tarefa, não é verdade? A pergunta é: por que o município não entrou com ação também?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Porque a ação, o título judicial já existia, então nós entendemos que era adequado participar disso concordando, mas não era preciso outra ação porque nós já tínhamos um título executivo, estava sendo discutido, já executado, o Ministério Público executou o título. Outra ação...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – De que forma vocês apoiaram?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Estivemos em audiências...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, eu quero saber formalmente. Não houve nenhuma formalização...

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Da parte do município, foi a elaboração do mapa, entregue ao município, para poder ser executado pelo...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, não...

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Não, não houve...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Do ponto de vista jurídico.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Jurídico, participação em audiência.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, isso não é participação formal. O município assinou junto com esses outros órgãos, se dispôs...

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Não, porque nós não éramos parte.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Oi?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Não, porque não se mostrava, não se fez necessário na hora porque já estava sendo representado. Essa foi a avaliação da gente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Em outras palavras, o município não fez.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Não, não fez.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pronto. Era isso que eu queria saber.

Sobre a área... Aqui é a discussão sobre a área do Bom Parto, isso aqui a gente acabou de discutir.

O Estado de Alagoas, na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 1.105, de 2023, pediu ao Supremo Tribunal Federal que declare inconstitucionais cláusulas de acordos extrajudiciais firmados pela Braskem com órgãos públicos que dão quitação ampla, geral e irrestrita à empresa pelos danos causados por sua atividade de mineração.

Qual é a visão da Procuradoria sobre este assunto?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Na ADPF nós já fizemos uma manifestação, o município já fez a manifestação, defendendo os dois pontos elementares: primeiro, que não tinha quitação, jamais teria quitação geral e irrestrita para o futuro, muito menos que atingisse outro ente. Isso é até juridicamente impossível. Foi defendido pelo Estado que nós teríamos feito uma quitação que prejudicava outros municípios ou o próprio estado, isso não é juridicamente possível e na prática não ocorreu, a nossa quitação é restrita aos interesses do município, tanto que o estado judicializou, outros municípios também judicializaram. Então, defendemos isso, mostrando que não houve quitação. E o segundo ponto importante, defendendo que não pode ter utilização econômica da área, como eu já tinha falado inicialmente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Nós vamos tratar desse assunto...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Só a título de informação, Senador Rogério Carvalho, Senador Rodrigo Cunha, Senador Hiran, com a presença aqui da ilustre Senadora Soraya: o Município de Maceió, de 2018 a 2024, dobrou o orçamento, dobrou – 100% – o orçamento. Então, em 2018, de 2,63 bilhões era o orçamento do Município de Maceió. Em 2019, 2,567 bilhões; em 2022, 3,1 bilhões; em 2023, 4,082 bilhões; em 2024, 5,3 bilhões. Duplicou o orçamento do município. E com esse orçamento, mesmo vocês gastando acima da média o que o município tem obrigatoriedade na saúde, sinceramente, eu acho difícil você custear um hospital desse porte, eu tenho que lhe falar, porque eu fui gestor, e a gente sabe muito bem o que é o custo de um hospital. Mas, no orçamento do município, não houve perda. Segundo o senhor nos informou, esses 500 milhões eram por perdas na arrecadação. Se o orçamento dobrou, então não pode ter havido perda na arrecadação. Ou a arrecadação nessas localidades era muito pequena, era insignificante para o bruto do orçamento, ou vocês colocaram... E aí eu não quero fazer valor de juízo, mas não se dobra o orçamento com uma crise em que estava o município de Maceió. Isto aqui está no Portal da Transparência do Município de Maceió: em 2018, 2,5 bilhões; agora, 5,1 bilhões de orçamento. Então, mais do que dobrou o orçamento do Município de Maceió. Então, a alegação desses 500 milhões para a perda de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

arrecadação não é compatível com as informações que o próprio município repassa. Só a título de informação, porque o senhor não é o secretário da fazenda, certo?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, tem uma questão aqui que eu acho que é extremamente relevante, porque, a título de compensação, o município recebeu R\$1.016.228.000,00, tirando os 500 milhões, exclusivamente referentes a atributos, e mais os 300 milhões para o Fundo de Amparo ao Morador.

A pergunta. Sobre as obras sob a responsabilidade da prefeitura, mais especificamente, o Cemitério Santo Antônio, no bairro de Bebedouro, há notícias de que o cemitério foi fechado em 2020 devido ao afundamento do solo e reaberto em 2021 apenas para visita e que a ausência de seu serviço agravou o colapso funerário na capital alagoana, que sofre com a falta de vagas para sepultamento. Há, inclusive, relatos de cidadãos de que as pessoas levam três dias para serem sepultadas atualmente. O senhor poderia nos informar como anda essa questão? As obras para a construção do novo cemitério já foram iniciadas? Há um plano para remanejamento dos túmulos do Cemitério Santo Antônio?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Eu não tenho como passar essa informação com a precisão devida. Eu preciso de prazo para solicitar da secretaria que cuida, que é uma secretaria específica. Eu não tenho essa resposta, Senador, infelizmente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Por favor, encaminhe à nossa assessoria, por favor. Nós vamos fazer um ofício. Não precisa a gente aprovar requerimento, não, não é?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Não, não. Tudo com que eu me comprometi aqui, a gente encaminha.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu só queria pedir um segundo do Senador Rogério Carvalho.

Eu queria aqui colocar em votação, com a saída do Senador Kajuru da Vice-Presidência, porque assumiu a Presidência da CPI que está investigando...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – É. A CPI do futebol. Inclusive, ontem eu ouvi você dizendo que era botafoguense. Dizem que o Botafogo enche uma Kombi. Não é verdade. Nós dois somos botafoguenses, viu? Mas muito mais do que isso.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu cobrei, inclusive, Presidente, a contratação de um central e um quarto zagueiro, porque os nossos estão muito ruins.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Muito ruins, é verdade. Ele te entendeu.

Eu queria colocar aqui o nome do Senador Hiran, para que ocupe a Vice-Presidência. Eu vou colocar em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o Senador Hiran para substituir o Senador Kajuru na Vice-Presidência desta CPI.

Senador Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente. Obrigado, Sras. e Srs. Senadores.

Eu espero desempenhar com denodo, com compromisso, com seriedade e, inspirado na competência do nosso Presidente também, que nós cheguemos a um bom termo nessa CPI, que visa, principalmente, salvaguardar os interesses daquelas pessoas que foram... que sofreram com esse dano ambiental, que já está consignado e que nós já sabemos de quem é a responsabilidade. Aqui nós precisamos é avaliar a dimensão do dano e o ressarcimento desse dano.

Muito obrigado a todos e vamos em frente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Posso continuar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Pode.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor poderia nos informar se o município conseguiu destinar verbas públicas, para além das contrapartidas privadas, para auxiliar cidadãos atingidos pelo desastre?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – O município tem feito, sim, independente até desse valor de 1,7. Nós temos feito diversas ações, seja de isenção, como eu disse, tributária...

Os bairros específicos do Flexal e Bom Parto estão tendo uma assistência diferenciada, tem um centro próprio de atendimento. E eu tenho alguns dados aqui, de números interessantes com relação a Flexal e Bom Parto. Nós temos o Espaço Flexal; foi montado para dar uma atenção ali, naquela região, onde envolve seis secretarias atuando lá, de julho do ano passado a março desse ano, com mais de 10 mil atendimentos. Temos, no Bom Parto, o que foi denominado de BAP, que é uma base de acolhimento e proteção, com 14 secretarias envolvidas. É só para o Bom Parto, de dezembro do ano passado até agora, com mais de 36 mil atendimentos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então diversas secretarias estão fazendo isso, até independente desse recurso de 1,7. E com esse recurso também vai ser todo ampliado por causa do programa que foi idealizado, que está sendo finalizado, que eu já falei.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Esse programa se refere, no termo de adesão total, assinado em julho de 2023, que foi através do Decreto 9.530, de 2023, o programa do Fundo de Amparo ao Morador?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Exato.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A prefeitura informou que há previsão de destinação de aproximadamente 300 milhões, desse 1,7 bi.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA (*Fora do microfone.*) – Isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – De 1,7 bi, 300 milhões é o Fundo de Amparo ao Morador.

Nós sabemos que, numa catástrofe ambiental ou num desastre ambiental dessa natureza, que mobiliza 60 mil pessoas das suas casas, as maiores vítimas são os atingidos. E nós estamos vendo aqui que só 300 milhões desse fundo inteiro de 1,7 bi foram reservados para atender os atingidos. O fundo já se encontra operando?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – O fundo, com eu já tinha informado, está em fase final de definição dos seus objetivos. Ele tem decreto próprio, audiência sendo realizada com lideranças, e ele está em fase final de definição sobre onde vai ser aplicado.

Agora, é importante, Senador, lembrar que esse é um recurso destacado pelo município, mas vários outros também do município, como eu falei, como da própria empresa, que tem que assumir essa obrigação – porque foi quem provocou o dano – de assistir, sim, os moradores em diversas áreas.

Por exemplo: o acordo, o PAS, que é o Programa de Ação Sociourbanística, que é pago com recurso da Braskem, ele também é voltado para os moradores atingidos, sem falar, obviamente, nas indenizações, que são de obrigação deles, que cometeram o crime.

Então, para o...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Tudo bem, mas de que é que trata esse PAS? Quais são as obras urbanas? São as contenções?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – No PAS, nós temos... Ele é amplo, né?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PAS foi definido pelo Ministério Público antes da atual gestão. Nós estamos participando de definições específicas, tem núcleo trabalhando nisso, mas, diferente da mobilidade, que é muito específica, ele é mais amplo, ele trata da parte mais cultural, esportiva, áreas de lazer, praças... Então, pra isso daí, o PAS tem uma conotação um pouco mais ampla, porque é urbanístico, é um valor destinado para essa reparação urbanística, diferente do mobilidade, que é específico pra vias.

Então, assim, o que eu insisto...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas isso é à parte do 1,7 bilhão...

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – À parte do 1,7 bilhão.

Esse valor do... Na verdade, todo esse 1,7 bilhão vai ser aplicado pra cidade, até porque esse fenômeno atinge a cidade como um todo. Ele não atingiu só aquela região...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Perfeito.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Todo maceioense sofreu com isso. Então, esse valor tem que compensar também a cidade como um todo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

Após arguição do descumprimento do preceito fundamental apresentado pelo Governo do Estado de Alagoas, visando à anulação das cláusulas do acordo celebrado em 2019 entre órgãos públicos e a Braskem, as entidades observatórias do clima – Greenpeace Brasil, Instituto Alana, Associação Alternativa Terrazul, Instituto Internacional Arayara – enviaram representação ao Ministério Público Federal, questionando os termos acordados por carência de transparência.

Segundo noticiado, as signatárias questionam o fato de que o Fundo de Amparo aos Moradores, que deveria receber os recursos, está sem saldo, ao passo que as verbas já recebidas da Braskem foram usadas para aquisição de um hospital que, inclusive, se encontra inacabado.

O fundo está, de fato, sem recursos disponíveis? Procede a notícia veiculada?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Essa informação melhor seria passada, de fato – e posso trazer –, pela Secretaria de Finanças, mas, até onde vem ao meu conhecimento, esse recurso ainda está lá.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Está lá onde?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Está com o município.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É porque esse recurso é como ele disse, é um recurso desvinculado, que vai pra uma conta. A secretaria estabeleceu linha de rubrica própria, mas não há uma conta separada.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A Braskem já repassou 950...

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Novecentos e cinquenta milhões. A semana passada foi a última parcela.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Certo.

Desses 950 milhões, quanto tem nesse fundo? O senhor sabe?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Foi como eu disse: precisamente, isso é uma resposta que tem que ser dada pela secretaria, porque eu, de fato, não conheço precisamente quanto tem lá. Não faz parte... Não teria como eu saber.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Veja, nós estamos falando de R\$5 mil... Esse fundo seria um aporte de R\$5 mil para atender a cada indivíduo das 60 mil vítimas, sem contar aqui os Flexais, sem contar uma parte do Bom Parto e de outros bairros. Se a gente botar essa população, nós teríamos aí uma redução significativa do valor que seria utilizado *per capita*. É óbvio que esse gasto não vai ser individual, mas é um gasto *per capita*, que me parece, à primeira vista – não quero fazer juízo de valor; vamos analisar todas as informações –, alguém do necessário pra atender aos atingidos, não a toda a população, porque a toda a população, o senhor colocou aí que tem mais 1,4 bilhão, dos quais 266 já foram utilizados. Nós temos ainda aí 1,1 bilhão – aproximadamente, quase 1,1 bilhão – pra atender a toda a Maceió. Além disso, ainda tem o desembolso da Braskem para o PAS, que são investimentos que estão à parte deste acordo com a Prefeitura de Maceió.

Então, é um montante de recursos que talvez o valor destinado à compensação... Por exemplo: tem algum programa de crédito da prefeitura junto a algum agente financeiro para que as pessoas reiniciem suas atividades empresariais que foram interrompidas?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Tem, sim. Tem, sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Quanto tem?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Hoje eu também não consigo precisar detalhes, mas tanto tem hoje como, no próprio FAM, uma das vertentes é crédito. Na verdade, as vertentes do FAM, que estão sendo finalizadas – eu insisto só e peço a compreensão de V. Exas. até para eventual imprecisão minha, porque eu estou entrando em áreas diversas do município; então, qualquer imprecisão, já peço escusas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antecipadas –, mas o FAM, na área que está sendo monitorada, ele tem cursos de formação para os atingidos, isenção tributária, apoio jurídico inclusive, apoio psicológico dentro da área da saúde, banco do empreendedor – isso está sendo modelado tudo dentro do FAM – e passe livre, é outra vertente. Essas foram as que eu selecionei, que eu lembro das discussões.

Eu, assim, estou dizendo alguma imprecisão – já peço desculpas antecipadas –, porque eu estou sendo perguntado sobre várias áreas, e estou tentando colaborar, vamos dizer, e foge muito, às vezes, da minha própria atribuição.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Perfeito.

O senhor sabe que mudar de residência, mudar de lugar, onde você viveu uma vida inteira, para determinadas gerações, é muito pesado, é muito difícil; perder o bem que tinha na vida também é muito difícil; mudar de lugar e não conseguir um bem do mesmo tamanho, com a mesma condição, é uma perda; e a perda do meio de vida, ou seja, da sobrevivência, é a grande perda.

Portanto, imagino que um programa pra reacomodação empresarial e de pequenos empreendedores individuais – devia ter bastantes empreendedores individuais –, empreendedores MEIs, microempreendedores, ou seja, todas as empresas que tinham naquela região deveriam ter um programa específico.

E a pergunta que eu faço: vocês têm uma previsão de quantas pessoas serão atendidas diretamente por esse fundo de 300 milhões? Porque 300 milhões em... Por exemplo: 50 milhões, em fundo garantidor, levantaria um valor enorme, em termos de empréstimo que a prefeitura poderia fazer, ou garantir empréstimo para esses empreendedores. Cem milhões... Poderia ter 300, 350 milhões à disposição, sob a forma de crédito, porque você tem uma fonte garantidora para a inadimplência, para garantir que pudesse ser feita uma política de reinclusão empresarial de parte desses moradores da região atingida. O senhor sabe quantas pessoas vão se beneficiar?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Não consigo aqui também lhe dizer número, mas é importante deixar claro que o município já vem fazendo. Essa ideia, óbvio, a gente já tinha isso como fundamental. Tem que conseguir ajudar todos os atingidos ali que perderam, de fato, seus negócios, sua microempresa.

Hoje, o município tem um programa já, independente, como eu disse, desse valor, um programa de Banco da Mulher Empreendedora, que foi voltado também para eles. E o estudo que está sendo feito, por que eu estou dizendo que eu não consigo precisar agora? Porque, neste momento, ele está sendo finalizado. Para a sede, inclusive, do próprio FAM, está sendo finalizada agora a contratação. Vai ter uma sede própria com tudo isso.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu não consigo dizer agora, Senador, mas isso é algo que eu posso encaminhar, com facilidade, com o corpo técnico que está estudando.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Agora, eu concordo, plenamente, com o senhor, a preocupação é essa mesmo também da gestão.

Essa dor de deixar a sua residência, deixar o seu local, isso é algo inimaginável. A gente compartilha, a gestão compartilha isso, com certeza, desde o início, de quando assumimos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Em algum momento, a prefeitura pensou em fazer, com esse recurso, a criação de uma nova área para absorver as pessoas mais carentes que tiveram dificuldade de adquirir imóveis com o recurso repassado?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Nós estamos desenvolvendo, agora, inclusive... No início, quem teve necessidade da... Primeiro, que a Braskem honrou, teve que pagar e indenizar ali as casas, num valor que a gente não...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Indenização, não. Pagou, comprou o imóvel. Não vamos falar em indenização.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Assim, esse é um primeiro momento, onde eles foram... Desocuparam.

O município mantém, para alguns mais carentes, aluguel social, para quem ficou. E, hoje, nós estamos com um programa, através até do Minha Casa, Minha Vida, com um programa específico para quem foi atingido também, sendo finalizado. Então, para atingidos, o município vai, não com esse dinheiro específico aí, mas nós vamos trabalhar a questão do aluguel social e a questão do Minha Casa, Minha Vida também.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas esse é pago com o Governo Federal? O Minha Casa, Minha Vida?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – No Minha Casa, Minha Vida, o município tem participação, na parte da área toda, e o programa, com o Governo Federal complementando o Minha Casa, Minha Vida, porque nós estamos modulando uma parte dele para pessoas atingidas que saíram da área.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Quer dizer que...

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Essas são algumas ações.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Nós vamos transferir para o Governo Federal parte do custo, através do Minha Casa, Minha Vida?

Que vai tirar de outros lugares, quando poderiam ser pagos pela indenização que foi paga à Prefeitura de Maceió?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Mas, neste caso, Senador, me permita também, a gente estaria transferindo, integralmente, esse custo para o município, que também não deu causa e é vítima, não é? Então, o município foi vítima da empresa e vítima da ausência de fiscalização de quem deveria fiscalizar, que não foi o município.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Nisso nós devemos concordar quanto à falta de fiscalização de um setor que se autorregula. Eu acho que essa é uma questão que a gente precisa bater sempre na tecla, e eu chamo a atenção do Presidente aqui da Comissão, do Senador Dr. Hiran, do Senador Otto Alencar, do Senador Rodrigo Cunha, de que a autorregulação do setor minerário no Brasil tem sido responsável pelos desastres e as catástrofes ambientais seguidas que estamos acompanhando.

Não é possível um setor com representação de 5% do PIB do Brasil, com áreas de mineração de extrema complexidade e, às vezes, de altíssimo risco ser autorregulado pelo próprio setor. Você não vê autorregulação na indústria farmacêutica, você não vê autorregulação na indústria de bens de consumo, de equipamentos, porque quem regula isso é o Inmetro, e o faz muito bem, por sinal, você não vê autorregulação dos planos, porque tem a ANS, ela é quem faz. Agora, no setor minerário, são as empresas de mineração que contratam outras empresas, independentes, que trabalham com dados ofertados pela própria empresa, não são dados primários, e produz laudos que, na maioria das vezes, não correspondem à realidade do processo minerário ou do processo de mineração ou do processo de lavra.

E eu não estou me referindo aqui à Braskem especificamente. Nós podemos falar de Brumadinho, nós podemos falar de Mariana, nós podemos falar de vários casos. Então, aqui não há um direcionamento para uma mineradora. Eu estou falando de um sistema, e, nesse sentido, eu quero concordar com V. Sa. que o Brasil precisa mudar a regra da regulação da atividade minerária no Brasil. Se não mudarmos, viveremos sendo surpreendidos. Não surpreendidos, porque a gente já vai estar esperando outras catástrofes, outros desastres ambientais de tal qual dimensão os que a gente já vivenciou até agora.

Então, vamos adiante.

Aqui, com relação... Diversos moradores entraram em contato com a plataforma e-Cidadania do Senado Federal para deixar registros, opiniões, reclamações, vários, e o Sr. Bruno, uma dessas pessoas, disse: "Vivo na borda do mapa e pago IPTU. Meu vizinho de muro está no mapa. A prefeitura nega me





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isentar porque sou Farol, e não Pinheiro. O que fazer? Ainda: a Prefeitura de Maceió se nega a revisar o valor venal de meu imóvel sob a alegação de que não está no mapa de monitoramento. Por que isso?"

O senhor poderia responder esses questionamentos ao Bruno, em especial, explicando por que não houve a revisão, redução ou isenção de IPTU nas áreas próximas ao afundamento que também são atingidas pelos impactos do desastre ambiental?

E aqui, Senador Rodrigo Cunha, é importante, porque, veja, aquele imóvel já não consegue mais... Como ele está na borda, ele não consegue mais ter condição de contratar um seguro; as seguradoras não querem segurar. A Caixa Econômica e os financiadores, o que é uma discussão que a gente precisa, Senador Otto Alencar e Senador Dr. Hiran, a gente precisa levar, que é a revisão dos financiamentos, porque esses imóveis se desvalorizaram, e o passo número um é a revisão do valor venal desses imóveis. E quem pode fazer isso, e quem tem a caneta para fazer isso é a Prefeitura de Maceió.

Então, eu queria aqui agradecer a todos que participaram do e-Social... do e-Cidadania, do Senado da República, em nome do Bruno W. – não vou falar o sobrenome dele –, que fez este questionamento, ou seja, a prefeitura não já deveria ter feito uma revisão do valor venal dos imóveis que estão à borda e que estão na área 01; imóveis que, inclusive, já deveriam estar dentro do perímetro e, por conta da ação da própria Braskem, foram retirados; e que não podem fazer seguro e cujo valor venal continua sendo o valor venal da época em que tudo funcionava e que tudo estava bem?

Então, acho que isso é uma questão relevante a ser levada e questionada à prefeitura. Isso é muito importante.

Tem alguma ação nesse sentido, o senhor sabe informar?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Essa situação da borda é sempre, realmente, uma situação muito complexa, na medida em que, quando se define um mapa, sempre você... quando se altera qualquer coisa, sempre você tem aquela borda. Então, em todo mapa que fecha, você tem uma borda, e é uma situação mesmo complexa porque, de fato, toda a área de borda passa a ter dificuldade até de venda, de financiamento, e cai valor venal, é evidente.

Eu não conheço o processo do Bruno nem faço...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – No Fundo de Amparo ao Morador, em tese, teria uma ação para acolher ou atender essa demanda. O senhor não tem essa informação?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Não, não tenho.

No processo específico aqui, pela informação do Bruno, ele já tinha tentado fazer essa revisão, pelo que eu entendi. Eu não conheço o processo dele, até porque de fato corre com os auditores fiscais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dentro da Secretaria da Fazenda, não é uma atribuição da prefeitura. Agora, é algo que, de fato, é interessante que seja revisado. Eu vou também tentar me informar disso e discutir isso com a Secretaria da Fazenda para ver se se faz um estudo de revisão da toda área de borda, se é que já não o estão fazendo e eu só desconheço porque também não é da procuradoria.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Isso é uma questão de repercussão geral, porque isso impede o proprietário de fazer seguro; impede que ele... diminui o valor venal; a prestação do imóvel, que valia 100 e que hoje vale 50, é a prestação do imóvel de 100, ou seja, também tem repercussão no sistema financeiro habitacional. A gente precisa tratar disso como uma questão geral.

E eu acho que a CPI... Caros Senadores aqui presentes, eu acho que a gente precisa apontar isso como uma questão central...

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Perfeito.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... para todos os órgãos.

Há reclamação dos moradores das áreas do entorno sobre a prestação de serviços públicos, pois, pelo abandono das áreas, há acúmulo de lixo, proliferação de bichos peçonhentos e de micro-organismos nocivos, como o mosquito da dengue, dificultando ainda mais a vida dos moradores da região. A prefeitura tem feito algo para melhorar essa situação?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Até onde alcança o meu conhecimento, sim. A gente, o município, tem feito investimentos elevados na área de limpeza pública. Nós tínhamos um sistema chamado Colab, de informação, que antes tinha muita denúncia, e hoje você tem uma redução grande. Então, eu desconheço algum... Salvo algum caso concreto que não é do meu conhecimento, nada de forma maior, amplo. Então, os investimentos em todas essas áreas estão sendo mantidos e elevados.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

Em 12 de março... Isto aqui é uma questão que a gente precisa... Seria importante que houvesse uma observação, porque, veja, as pessoas já estão, de certa maneira, isoladas numa parte da cidade, não é? Uma parte está bastante isolada e com pouca integração, ou seja, ela está como se... Não é à beira-mar, é à beira do precipício, objetivamente. E, além disso, os serviços não estão sendo prestados – e aqui não é uma afirmação minha – a contento; isso é uma queixa que aparece na e-Cidadania, porque a gente criou o... Como que é o nome? *(Pausa.)*

Hotsite, aqui do Senado, no e-Cidadania, para que a gente possa ter essas informações e a participação da comunidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 12 de março de 2024, o Conselho Municipal de Proteção do Meio Ambiente se reuniu com equipes técnicas da Braskem e da Defesa Civil de Maceió para discutir e tomar conhecimento das ações de contenção de danos e soluções executadas pela mineradora. Após o episódio do colapso da mina 18, segundo noticiado pela prefeitura, a Braskem apresentou resultados de estudos preliminares, os quais sugerem que a mina 18 está autopreenchida por processo natural, sem uso de tecnologias.

No entanto, temos conhecimento de estudo realizado pela Flodim que revelou que, na verdade, o dolinamento que ocorreu trouxe à superfície apenas parte da cratera. Uma parte da cavidade continua no subsolo e está totalmente fora da camada salina; ou seja, ainda não houve o *sinkhole* ou o dolinamento completo da área.

Existe algum estudo definitivo que trate do afundamento total da mina?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pela defesa civil.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Não tenho essa informação técnica da defesa civil. Também é fácil de se saber e encaminhar.

Agora, a mina 18 está dentro de uma área já desocupada há muito tempo, que não oferece hoje risco nenhuma à população. Agora, desses estudos técnicos também não tenho esse conhecimento, não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A defesa civil tem acompanhado, em tese, a responsabilidade – da defesa civil. Está acompanhando.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Inclusive, todo o monitoramento foi dado pela Braskem, os equipamentos, a gestão foi repassada à defesa civil, de parte de tudo isso. Então, seria importante a gente ter essas informações.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Como o senhor aqui representa o município, achamos que pudesse trazer essas informações.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Posso encaminhá-las.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Como a prefeitura vem lidando com o monitoramento do preenchimento das outras cavidades? O senhor tem acompanhado isso?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Pessoalmente, não, como Procurador; mas a Defesa Civil de Maceió hoje é uma defesa civil, dentro do possível, estruturada, com bons técnicos, e tem, nos últimos anos, sido bem equipada. E eles acompanham com todos os diversos sistemas lá – na visita provavelmente os senhores também vão tomar conhecimento disso –, e esse acompanhamento é feito diuturnamente. Qualquer alteração de movimentação, sistema alerta... Então, assim, hoje eu tecnicamente não tenho o menor conhecimento disso, mas eu sei que é monitorado diariamente pela defesa civil, ininterruptamente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A leitura desse material é feita pela defesa civil?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Sim, a defesa civil tem técnicos próprios. Eles não dependem de análise de ninguém. Eles recebem as informações, e a análise das informações é feita pelos técnicos da defesa civil.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Anota isso aí, por favor, isso é importante; quer dizer, hoje o monitoramento da área, com a disponibilização de equipamentos feito pela Braskem, é feito pela defesa civil, os sismógrafos, os sonares; a defesa civil é que tem técnicos que fazem esse monitoramento. É importante isso estar registrado.

A procuradoria já foi acionada para tomar alguma medida judicial sobre o assunto, em termos de dados não correspondentes ao que está acontecendo? Por exemplo, alguma informação repassada que não foi verificada? Nada disso aconteceu?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não?

Na semana passada, aconteceu, no Ministério Público Federal, uma reunião com representantes do Iphan para discutir o tombamento provisório da área de risco decretada pela Defesa Civil de Maceió, como resposta às demolições que vêm sendo realizadas pela Braskem na área desocupada, ao risco de perda irreversível de bens culturais que poderão ser protegidos pelo Iphan no âmbito do processo de tombamento em curso. A Procuradoria está participando desse processo?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – A Procuradoria está. Nós temos uma procuradoria específica, um setor próprio, que é uma procuradoria urbanística. Então, o nosso Procurador-Chefe urbanístico participou dessa reunião. Eu infelizmente não pude participar, mas teve participação, sim, da Procuradoria.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Como o senhor...

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Eu confesso que a essa reunião eu não fui, então...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Como o senhor vê a solução do tombamento provisório como forma de proteger aquela área de uma futura especulação imobiliária, já que todos os imóveis estão hoje sob domínio e propriedade da Braskem?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Eu tenho – já até antecipei aqui – a convicção de que é impossível uma exploração econômica da área por diversas razões. Primeiro, porque hoje você tem lei que proíbe edificação lá – lei municipal. O acordo com o próprio Ministério Público...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor pode encaminhar essas leis municipais?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Posso, posso.

Tem lei municipal proibindo. O Ministério Público, no seu próprio acordo, também já fixa... E tem uma coisa, que foi aquilo que eu falei no começo: essa posição, inclusive, nem é minha só, não foi só do município; a própria AGU defendeu isso na ADPF, que corre no Supremo, dizendo que, pela função socioambiental da propriedade, a poluidora, quem comete o crime, que é, no caso, a Braskem, jamais vai poder fazer um uso da área decorrente de dano ambiental, um uso comercial.

Então, isso aí é a posição da Procuradoria, a posição da AGU, de que essa área não vai poder ser nunca comercializada, feito uso econômico por parte da Braskem. Ela futuramente – aí também não me cabe aqui definir ainda, mas futuramente –, certamente vai ser destinada a parque, ou destinada à área de preservação, ou qualquer outra coisa, menos a uso econômico, porque atentaria contra o próprio princípio da função social, socioambiental da propriedade.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Em depoimentos anteriores a que assistimos na CPI, foi apontado que uma atividade mineradora dessa natureza não poderia ter ocorrido em uma área urbana habitada. No entanto, os planos diretores da cidade de Maceió recebem atividade mineradora naquele local.

O senhor não considera temerária a cláusula do acordo que prevê que a destinação futura da área será definida pelo Plano Diretor, considerando esse histórico de leniência na formação desse documento?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Eu torço e acredito que não, porque, com essa experiência que foi passada, eu acho que muito se aprende. Hoje é inimaginável fazer uma mineração da forma que foi feita



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

durante esses anos todos dentro de uma área urbana. Então, eu acho que isso é uma grande lição e acredito que isso não deve, pelo menos, se repetir, por isso até me antecipando aqui falando...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Porque veja, o acordo não proíbe.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Mas a legislação municipal agora sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria que o senhor mandasse essa legislação, porque veja: o acordo diz que um plano diretor, alteração do Plano Diretor – nós não estamos falando de hoje, nós estamos falando do devir, nós não estamos falando da administração e da gestão atual, nós estamos falando de interesses futuros, certo? E os interesses futuros a gente não sabe quais são. Então o Plano Diretor pode mudar, e o interesse econômico pode mudar também.

E imagine uma área como esta, essa empresa não sendo de propriedade mais de uma empresa nacional e que ela se transforme numa empresa árabe, que está habituada a construir cidades inteiras, cidades no deserto, imagine uma área nobre como Maceió. Claro que a fragilidade de uma câmara de vereadores e um plano diretor não seria nada diante da proposta de construir 300, 400 arranha-céus, uma cidade moderníssima, uma nova Maceió nessa área, no estilo Dubai, no estilo Qatar, no estilo Xangai, no estilo de qualquer uma dessas grandes...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Rogério... O senhor me permite um aparte, Senador Rogério?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É porque as minhas perguntas eram dentro desse assunto que V. Exa...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu já vou terminar, se o senhor quiser, eu já passo pro senhor.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, é porque são perguntas que estão dentro desse assunto.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Só para que eu não precise perguntar depois, só para facilitar aqui o entendimento.

Eu havia proposto perguntar a V. Exa.: quais medidas tomadas pelo município e sua Procuradoria, a fim de evitar que a empresa poluidora fosse beneficiada com a compra desses imóveis afetados?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro. Não haveria nenhuma outra medida fora a limitação do plano diretor do município? E, na sua opinião, a respeito das medidas atuais que visam promover o tombamento da região, o senhor considera esses atos absolutamente legais? É dentro daquilo que o senhor estava colocando.

Senador Rogério, desculpe-me a interrupção.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Não, não. Você foi ótimo.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA (Para expor.) – Como eu também já tinha antecipado, o município elaborou lei, hoje própria, proibindo qualquer construção. E a própria Constituição Federal.... Isso que é a posição da gente, junto com a da AGU, do Ministério Público Federal, todos se manifestaram, a DPU, nesse sentido, de que pela própria Constituição Federal isso seria impossível, porque ela atentaria contra o princípio da função socioambiental.

Agora, é óbvio que é importante evoluir e talvez deixar isso muito claro, mais do que o que já está, mas a avaliação da gente é que hoje isso é algo impensável.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria... Não que eu seja contra a reutilização habitacional da área, no futuro, quando ocorrer a estabilização. É uma área urbana, é uma área importante, não deve haver mais mineração naquela área. Eu não me posiciono contra, eu me posiciono em a gente ter um benefício cruzado.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA (*Fora do microfone.*) – Isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Isso é inadequado, até do ponto de vista pedagógico e sistêmico.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA (*Fora do microfone.*) – Isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, ainda sobre esse tema, para eu concluir. A expressão propriedade resolúvel diz respeito àquela propriedade cujo título de aquisição está subordinado a um termo final. Neste caso específico, foi considerado pela Procuradoria utilizar este instrumento para que a posse da área pela Braskem ocorra somente pelo período necessário para a estabilização, tornando a propriedade pública ao fim do processo?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Exato. A gente... Tanto a Procuradoria definiu dessa forma como eu também tenho dito que é indisponível – propriedade indisponível. Por quê? Foi aquele início, Senador, que eu coloquei. Essa detenção daquela área é muito mais destinada a uma obrigação que eles vão ter que ter, que eles vão gastar ali bilhões para poder preservar aquela área, não deixar ter reocupação, estabilizar a área, estabilizar as encostas. Então, todo esse trabalho, fiscalização de pragas,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todo esse trabalho, que é caríssimo, tem que ser arcado por quem deu causa – que foi a Braskem –, por quem cometeu o crime ambiental. Então, por isso a necessidade de que essa área ficasse sob o domínio deles para que eles fizessem os investimentos obrigatórios na área.

Agora, a propriedade em sentido geral, que é o sentido de poder usufruir, gozar de uma propriedade e explorá-la comercialmente, isso não. Eles não vão ter essa condição por tudo que eu já falei.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Veja só, a lei a que o senhor se refere...

Senador Rodrigo Cunha, eu pediria a atenção de V. Exa., também do Senador Otto Alencar e do Senador Dr. Hiran.

A lei a que o Dr. João Luis Lobo se refere também fala em plano diretor; veda, mas fala que "qualquer alteração, desde que ocorra uma mudança no plano diretor", ou seja, há uma fragilidade. Em nenhum momento diz: essa área é uma área pública.

Percebe, Senador Otto? Essa fragilidade não pode continuar.

Veja, já aconteceu, nós já temos um problema, a prefeitura tem recursos para poder fazer as suas adequações, a União vai entrar, temos aqui a concordância de que a União foi conivente, e, quando eu falo União, alguns órgãos foram coniventes com o modo da lavra que foi feito, o Governo do estado também teve participação ao manter autorizações, licenças ambientais, e a ANM, autorização de mineração; ou seja, da forma como foi... Tem a própria lavra ambiciosa por parte da mineradora, a Braskem, e tudo isso está o.k., está claro – o.k. no sentido de que a gente já entendeu, a gente já compreendeu.

Agora, tem uma questão muito importante de que, mesmo na lei de 2024 – porque essa lei é de 2024 –, não se enfrenta o debate da destinação final da área, remete-se para um plano diretor, aquilo que eu disse no começo.

O que é um plano diretor? O que é um questionamento no Judiciário sobre constitucionalidade senão um debate de força e de interesse momentâneo e de leitura do momento histórico? Porque, veja, o que a gente vê hoje, daqui a 25 anos vai-se estar vendo uma coisa completamente diferente, e é natural que o julgador que, de fato, julga o passado possa interpretar que aquela área deve ser utilizada para habitação. A questão é deixar claro: quem se beneficiará do valor venal da área? De quem será a área, certo?

Veja, se houver a sucessão, na hipótese de a empresa ser vendida ou qualquer coisa do tipo... Veja, de qualquer forma, se a empresa for vendida, não necessariamente a nova foi a que deu causa. A nova não é responsável pelo crime ambiental. "Ah! Pode ter a discussão da eventual sucessão de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidade". Mas isso é um debate jurídico, e nós não podemos tratar do patrimônio público, da coisa pública no campo da insegurança ou das brechas.

A melhor lei é a mais matemática possível, porque ela é exata. Essa lei não é exata – essa de 2024, depois da CPI, viu, Senador Otto? –, ela ainda deixa brecha e, portanto, ela não é matemática. Lei boa não deixa brecha. Lei boa define claramente as regras. Isso não quer dizer impedir edificações, porque isso eu acho uma bobagem. Impedir edificações? Depois da área consolidada?

Edificações privadas, inclusive? Qual o problema? Edificações públicas? Necessário. Mas de quem é a área? Porque não é um questionamento meu, não é uma questão que eu levanto. É uma questão moral, que a maioria dos brasileiros que participaram desse debate levantam. Não é uma questão de rigor disso ou daquilo. É uma questão moral. Então, a gente não pode deixar brecha.

E, dessa forma, eu quero concluir, fazendo... Ainda que a prefeitura tenha feito essa lei, deixando essa brecha do plano diretor, e no caso de uma sucessão empresarial... A empresa que chega não deu causa, mas ela recebe a escrituração tanto da prefeitura... Vejam o imbróglio jurídico: a prefeitura transferiu a área para a empresa; os moradores não foram indenizados; venderam suas áreas; a área inteira está suscetível ou pode ser uma área completamente reurbanizada – está certo? – no momento em que ela se estabilizar. E tecnologia e conhecimento para dizer se a área estabilizou ou não existem. Vai levar 15, 25 anos, mas, depois de 25 anos, aquilo pode ser utilizado. Quem vai se beneficiar do valor daquela área? São todos os maceioenses, os alagoanos, de uma maneira geral, ou um ente específico, quando eu falo privado, específico? Isso tem que ficar claro.

Será que não ser mais rigoroso nisso não abre o questionamento para prevaricação por parte da administração municipal? Não pode abrir o questionamento de prevaricação de não ter feito o seu dever, de não cumprir o dever de fazer, que deixou de ser feito, pela própria interpretação da Constituição? O senhor entende o que estou dizendo? Se a Constituição diz que quem dá causa não pode ser beneficiário, se você é gestor e é responsável pelo espaço, porque aquele território não é da União, aquele território não é do estado, aquele território está sob a guarda da prefeitura, tanto é que ela foi a maior beneficiária do ponto de vista indenizatório... Não é beneficiária, ela foi indenizada, vamos colocar nos termos corretos, sem juízo de valor. Ela foi indenizada, ela foi indenizada. Portanto, a responsabilidade é dela. Então, o dever de fazer é da administração municipal, o destino final da área. E, portanto, não fazer pode significar a prevaricação.

Com isso, eu encerro, Sr. Presidente.

Com a palavra ali o...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, eminente Relator...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço ao Relator. Ele me concedeu a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para interpelar.) – Eu acho, inclusive, que, nesse caso específico, os recursos que foram repassados deveriam ser aplicados num projeto de revitalização dessa área, de revitalização da estrutura da área anterior à exploração da sal-gema nesse local. Eu penso que deveria ser um parque, tipo parque municipal, mostrando inclusive a todos aqueles que fosse visitar aquilo que aconteceu de degradação ambiental, de crime ambiental. Esses recursos seriam altamente suficientes para a revitalização, o replantio, inclusive, de toda a flora, de todo o ambiente que foi degradado. Seria superimportante até para os moradores de Maceió, para todos aqueles que acompanharam o que aconteceu de forma irresponsável, durante esse período em que se sucederam vários governos, não só estadual, como municipal, e também com a complacência da Agência Nacional de Mineração, que não é a primeira vez. Eu participei da CPI de Brumadinho, e nós vimos lá como foi irresponsável a Agência Nacional de Mineração, como foi irresponsável a Vale. E a Vale indenizou o Estado de Minas Gerais com R\$20 bilhões, que foram aplicados inclusive para a recuperação ambiental dessas áreas.

Eu acho que o projeto, Dr. João Lobo, deveria ser, inclusive, para a implantação do bioma que existia naquela região, deve ser, inclusive, um bioma de mangue, porque tem uma área também que é de mangue de restauração. A restauração e o replantio desse bioma é o que vai garantir a sustentação dessa área. Se você replanta essa área toda, você vai ter raízes para a sustentação do solo e não deixar para que depois venha a exploração imobiliária.

Essa empresa, a Braskem – o senhor deve saber, o senhor tem conhecimento, até porque tem relações lá com todo o setor da assessoria jurídica da Braskem –, essa empresa, que é a maior empresa do Polo Industrial de Camaçari, é o coração, a empresa, do Polo Industrial de Camaçari, ela tem negociação com uma empresa dos Emirados Árabes que é a ADNOC. Então, se ela for adquirida, certamente tem que deixar clara uma lei municipal que preserve essa área e coloque um parque municipal de Maceió nessa área, mostrando, inclusive, o crime que aconteceu para que não venha a acontecer mais nesse ambiente. O senhor sabe exatamente e tem essa relação com o pessoal da Braskem. Então, não custaria nada que o próprio Prefeito pudesse levar, encaminhar uma lei à Câmara, destinando essa área para um parque municipal de preservação ambiental, com bioma preservado de mangue também daquelas áreas, daquela fauna que pode ser restabelecida e dando sustentação ao solo. Eu acho que esse seria o melhor encaminhamento, o mais seguro para a destinação dessa área.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Otto.

Passo a palavra, em seguida, ao Senador Rodrigo Cunha.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Para interpelar.) – Presidente, Dr. Hiran, é uma alegria tê-lo agora conduzindo esta Comissão na qualidade de Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, obrigado, Senador!

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Eu observei atentamente aqui todos os questionamentos, e é impressionante como o nosso Relator, Senador Rogério Carvalho, se dedica ao tema. Então, já está aqui falando o nome das ruas de Maceió, já está fazendo a ligação correta da leitura dos documentos que são encaminhados aqui para a CPI para que seja produtivo.

E aqui observei, na fala também do Procurador Dr. João Lobo, algumas informações que eu acredito que seja necessário deixar um pouco mais claras para quem não acompanha o dia a dia do que acontece sobre esse tema. Por exemplo, V. Exa. falou aqui várias vezes sobre força-tarefa. Até em um dos questionamentos do próprio Presidente Omar, ele disse "mas como é essa força-tarefa?", e você apenas nominou alguns órgãos que fazem parte. Então, eu gostaria de fazer essa primeira pergunta: no que compõe, quem é que está dentro da força-tarefa e o que foi que essa força-tarefa fez até hoje?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA (Para expor.) – Obrigado, Senador Rodrigo.

A força-tarefa foi constituída... Inicialmente a integrava o Ministério Público Federal, Ministério Público estadual, Defensoria Pública da União e a Defensoria Pública do estado. Isso num primeiro momento, quando foi discutido o acordo que a gente chama de acordo dos moradores, ACP dos Moradores. Na sequência, a força-tarefa perdeu aí a participação da Defensoria Pública do estado, mas continuou com o Ministério Público Federal, Ministério Público estadual e DPU.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – As ações que são postas são assinadas por todos que fazem parte da força-tarefa? Os acordos que foram firmados, na verdade.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Sim.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Eu quero aqui me remeter a dois acordos: o acordo que foi feito com os moradores e o acordo socioambiental.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Isso.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Então, esse acordo socioambiental... É importante falar aqui que em algum momento houve uma confusão entre o que seria o acordo feito com o município, o acordo socioambiental e acordo com os moradores. Então, do



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

acordo com os moradores vamos falar também mais à frente. O acordo socioambiental, eu quero fazer aqui uma pergunta direcionada a ele.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – O acordo socioambiental, assim como o acordo dos moradores, a ACP dos Moradores... A ação foi proposta por essa força-tarefa e foi assinado o acordo, um em 2019, final de 2019, e outro, final de 2020, assinado o acordo pela força-tarefa, com homologação judicial.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – É importante falar isso porque, de fato, até a população alagoana tem dificuldade em acompanhar.

Uma pergunta feita foi sobre a participação do município, se o município não fiscaliza. Então, aqui eu queria tirar um extrato dessa situação, que de fato eu acompanho desde sempre, todos os momentos. Dentro do acordo socioambiental há, por exemplo, situações de reparação, digamos assim, da própria Braskem na área da mobilidade, por exemplo.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Isso.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Vamos falar aqui para se entender. Avenida Fernandes Lima está tendo uma ampliação. Essa ampliação é fruto desse acordo socioambiental.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Isso.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Então, cabe ao município... Não coube ao município a execução do recurso...

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Não.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – ... mas cabe ao município, como obra que está sendo feita, estar ali monitorando.

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Perfeito. No acordo, dentro da ação socioambiental, nós fizemos adesão à parte que é chamada de mobilidade. Nessa parte de mobilidade, o município... A execução de todas essas obras é feita pela empresa, diretamente, e a fiscalização do município, a participação do município foi de forma conjunta, com toda essa força-tarefa que eu já citei, definindo onde seria, que obra seria melhor, adequada para aquilo, mas com a fiscalização ordinária, não com execução, não com recurso. Isso é feito diretamente pela empresa, por força do acordo firmado.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Entendi.

Então, esse ponto aqui foi importante deixar claro na fala de V. Exa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora um outro assunto, o nosso Presidente Omar o levantou aqui. De fato, eu não entendi aonde é que ele queria chegar quando falou sobre o orçamento, se achou que essa indenização feita, da Braskem com o município – se já tinha alguma visão –, foi muito ou se foi pouca. De fato, sem dúvida nenhuma, a indenização dos moradores foi baixa. Isso aí, sem dúvida nenhuma. Uma das principais pautas nossas aqui é buscar justiça para esses moradores, mas não quer dizer que a indenização ou o acordo feito com o município foi alto. Não! Inclusive, houve a pergunta, e V. Sa. respondeu aqui, sobre a possibilidade de ter novos acordos firmados devido à expansão da área, como estamos agora diante de um novo mapa, que é o mapa 5. Então, na indenização do município, não acredito que seja este o ponto: colocar um balanço. Foi injusta, foi baixa demais para os moradores, mas não quer dizer que a do município foi alta. Têm que encontrar, de fato, os valores de maneira transparente para que aqui se possa avaliar.

Quando se entrou no orçamento, falou que o orçamento público de Maceió dobrou nos últimos quatro anos, de fato, isso é meritório. Nós estamos em uma outra gestão. E o maior exemplo de paralisação é o caso Braskem, em que não houve um movimento da gestão anterior em nada em defesa dos moradores. Não se buscou acordo, não se buscou justiça, não se buscou nada. Então, nós estamos em um outro momento. E quando se fala no comparativo: "Ah, dobrou, e não teve perdas", não é bem assim. Primeiro, existem outras fontes de receita, dentre as quais eu destaco aqui o turismo – não é? –, porque Maceió hoje é o principal destino turístico – não tem nenhum carioca aqui – do Réveillon, e é verdade. Tem um baiano aqui, mas, do Carnaval, hoje, Maceió é um dos principais; de casamento, é um dos principais pontos turísticos; do São João. Então, há um incremento nas receitas fruto de trabalho e uma nova gestão que olha de uma maneira diferente, não está paralisada.

Então, nessa comparação aqui de tentar identificar como se não tivessem tido perdas – como é o caso aqui de empresas que deixaram de existir, imóveis que não pagam mais IPTU e ISS que é recolhido –, isso é claro, isso é nítido, se tentou, de uma maneira muito genérica, fazer uma comparação. E é nesse ponto que eu acho que, se for se debruçar sobre isso, a gente tem, sim, que falar, que fazer perguntas sobre esse comparativo, porque não se pode comparar A com B. Então, foi só um ponto aqui que eu queria deixar claro.

E, falando do orçamento, para que também o maceioense entenda, repito, esse é um assunto que eu acompanho de perto. O 1,7 bi de um acordo que foi feito, onde é que está esse dinheiro? Esse dinheiro já está dentro do orçamento de 2024, aquela parte que foi paga já está ali, ou seja, está dentro do Tesouro do município. Para quê? Para ser destinado. E como é que se destina o orçamento público? Então, é o próprio orçamento público, nas votações, na Câmara, no direcionamento, nas diretrizes que são colocadas, que deve executar esse recurso. Mas, além disso, há uma rubrica especial para que se tenha esse acompanhamento, que é o que o nosso Relator aqui solicitou, em que eu também tenho total interesse. Dessa maneira...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. aqui também falou, e foi muito interessante observar, sobre o hospital da cidade. Temos aqui dois médicos, três médicos neste momento, agora, como Senadores. Então, é propriedade deles, certo? Mas aqui também tem um alagoano, uma pessoa que conhece a cidade de Maceió e que pode trazer algumas informações pra que a gente, de fato, não venha aqui ou levantar algum questionamento ou até ter esses elementos pra questionar de uma maneira mais fundamentada. Então, o hospital de que nós estamos falando foi um hospital no coração da cidade, inclusive, próximo à área que foi afetada. É um hospital que já estava pronto, era tido como o melhor hospital da cidade.

Aí foi falado aqui: "Ah, mas a média e alta complexidade são competência do Governo estadual". É competência do Governo estadual, mas também é a incompetência do Governo estadual que fez com que o Prefeito tomasse uma atitude de proteger os maceioenses, porque não é justo as pessoas sofrerem para serem atendidas no HGE, que vive em frangalhos, no HGE, que não tem uma responsabilidade, e uma atenção, e um carinho com as pessoas que entram ali.

Então, a preocupação do gestor, é: "Olha, não é porque não vão fazer que eu não vou fazer. Eu tenho competência também para fazer". Tem; não posso dizer que é sua responsabilidade direta, mas tem, e é para cuidar das pessoas, é cuidar de gente, cuidar das pessoas que estão sofrendo.

Então, o hospital da cidade é o melhor hospital, e é justo que o pobre seja cuidado como o rico é cuidado. É o melhor hospital da cidade, que hoje tem o carimbo de ser um hospital municipal, que está em funcionamento.

Então, a gente não pode, aqui, se deixar levar por outros comparativos, porque, se tiver... Eu fiz uma pergunta a V. Exa. Acho que, de fato, não é atribuição, mas o comparativo que eu perguntei foi de um hospital vizinho a esse hospital, que é o Hospital Arthur Ramos, que foi vendido no ano de 2022. Ele falou o Hospital HC, comprado em 2023. Em 2022, foi vendido o Hospital Arthur Ramos, no mesmo bairro, por 370 milhões, bem mais caro que o hospital da cidade. Então, foi comprado pela Rede D'Or.

Então, esse foi o comparativo que eu também analisei, porque, de fato, eu acompanho, quero saber o que está certo, o que está errado. Não dou ouvidos – e a sociedade alagoana também não deu – quando um político que não tem a menor credibilidade chegou a fazer algumas acusações levianas, inclusive desfazendo o que deve ser o papel da oposição responsável: aquela oposição que é contra porque é contra, mesmo que seja para o mal de seus eleitores. Nesse caso, nem os eleitores, porque não tem nem na cidade, mas a própria denúncia, eu queria que vez falasse sobre isso. Essa denúncia que foi feita teve sequência. Então, qual a sequência que foi dada?

Então, só para fazer um comparativo aqui, para finalizar esse assunto, direto, e uma pergunta. Comparar... Eu falei aqui de um hospital privado que foi comprado por um outro ente privado, mas comparar... Inclusive, Alagoas tem o metro quadrado mais caro do país, Maceió, hoje, tem um dos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

metros quadrados atestados mais caros do país. E, se quiser comparar a gestão pública, a gente não vai falar de uma situação de compra, mas de uma construção.

Nós temos, na minha querida cidade de Arapiraca, o Hospital Metropolitano do Agreste, em que já há um custo estimado de mais de R\$210 milhões. Está, há quatro anos, paralisado, está praticamente abandonado. Só de terraplanagem gastaram mais de 5 milhões, vão ter que gastar novamente. Ou seja, é um descaso. Então, o alagoano estava acostumado, infelizmente, a perceber obras que passam durante muito tempo. Quando houve uma aquisição de algo funcionando e de ponta, gerou essa insatisfação não do povo – e as aprovações demonstraram isso –, mas, sim, de quem é do contra.

Então, minha pergunta é: sobre essas denúncias, elas procedem? Qual foi a destinação delas?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Senador Rodrigo, eu, no momento da minha primeira resposta, não me veio, não lembrei exatamente o valor. Eu sabia que tinha sido maior a compra do hospital lá, o... Acho que é o Veredas, que é o vizinho. Foi o Arthur Ramos, o que foi comprado vizinho. Até sei, porque isso fez parte do estudo em si, dos laudos. Não lembrava ali o valor exatamente.

Mas, com relação às denúncias, foi como eu tinha colocado: nós sofremos lá uma série de denúncias, de imediato, com relação a isso, ao hospital, e isso... Foi encaminhada denúncia ao TJ, Tribunal de Justiça, ali, por causa do foro específico do Prefeito; foi ao Tribunal de Contas, também automático; ao Ministério Público; e uma ação popular também. Foram quatro demandas feitas com relação a isso.

O Tribunal de Justiça arquivou de plano. Não tinha mínimo indício de começar a investigar absolutamente nada.

Da mesma forma caminhou o Tribunal de Contas. Arquivado também de plano, no plenário do Tribunal de Contas.

O Ministério Público, em primeiro grau, também arquivou a representação própria, e hoje ainda pende – porque aí é um processo que depende de contraditório, então está no curso – só essa ação popular.

Então, todos esses órgãos já atestaram, já viram o processo e viram a seriedade do levantamento que foi feito de números e comparação com vários hospitais.

Então, é um processo robusto de avaliação e disponibilizado automaticamente pelo município. Qualquer cidadão tem um *link* próprio. Entra na página, tem um *link* lá, e consegue ver o processo inteiro.

Então, assim, por isso que eu disse: é importante ver, mas a gestão tem total tranquilidade com relação a esse processo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – E, por fim, Sr. Presidente, a última pergunta também diz respeito a esse acordo, quando foi falado aqui – e há essa previsão – sobre o FAM, que é o Fundo de Amparo ao Morador, que tem que ter – no meu ponto de vista e de todos aqui – um imediatismo. Ou seja: de fato, é necessário começar.

As informações que eu tenho é que agora, em maio, será dado o *start*, com foco nos moradores ali dos Flexais, e, aí, eu gostaria que V. Exa., se puder, falasse um pouco sobre a possibilidade de realocar os moradores, se está sendo discutido, se não foi, ou qual a estratégia do município para atender àquela região do Bom Parto, que não foi atendida, dos Flexais, e os pescadores. Acredito que esse Fundo de Amparo ao Morador tenha que ter essa visão.

Então, essa é uma pergunta sobre, especificamente, o Fundo de Amparo ao Morador, sabendo também que eu concordo demais com a demonstração, na fala do nosso Senador Otto Alencar, da importância de se ter também um pertencimento das pessoas que saíram.

Um parque é um caminho, sem dúvida nenhuma. Há uma previsão de um memorial, para que seja feito ali naquela área... É uma parte importante importante da nossa história, que, inclusive, está sendo contada e escrita neste momento agora.

Então, acredito que o próprio Fundo de Amparo ao Morador tenha também essa visão do senso de pertencimento.

Mas, especificamente sobre as pessoas que ainda estão nessa zona que ficou ilhada, qual é a atenção que o município está dando, inclusive com a destinação desse Fundo de Amparo ao Morador?

O SR. JOÃO LUIS LOBO SILVA – Na verdade, Senador, esse trabalho já vem sendo feito, como eu disse, independente até do FAM, pelos dados que eu tinha colocado aqui de atendimento.

Hoje, o município criou – independente, como eu disse, do FAM – uma central de atendimento lá no Flexal e no Bom Parto também, com várias secretarias envolvidas, pra dar aquela atenção mais direta a essas duas comunidades específicas.

A situação do Flexal, é importante deixar claro, sai um pouco, é um pouco diferente dos outros bairros.

Na verdade, não existe nenhum dado hoje concreto de subsidência lá, de risco, de que tenha algo da mineração que traga algum risco àquela região do Flexal. Então, isso é importante deixar claro. Por isso, um tratamento diferenciado. A situação do Flexal é uma situação de ilhamento social, que foi algo desenvolvido – também deixando isso claro, é importante –, foi uma tese desenvolvida pela Defesa Civil do município. Então, quem identificou aquele ilhamento social, quem buscou reparação da Braskem para aquele ilhamento social, foi o Município de Maceió. Então, o município, ao levantar essa tese, vamos dizer assim, do ilhamento e comprovar essa tese do ilhamento, buscou o quê? Não que o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

município tivesse, apesar de estar fazendo também, mas que fosse obrigado exclusivamente a sanar esse problema, o município foi buscar da Braskem reparação, também para os Flexais. Por quê? Porque quem deu causa, quem provocou, quem cometeu o crime ambiental foi Braskem; o município é vítima nisso tudo, e nisso que é importante insistir. Então, a gente, ao identificar isso, apesar de o município fazer também sua parte, ele teve que buscar a reparação de quem deu causa. Então, por isso, a discussão.

Agora, a realocação é uma realidade possível? Ela é, desde que o que for definido, depois de muita discussão, com força-tarefa também, com todas as instituições tentando encontrar uma solução onde a Braskem fosse responsabilizada, é de que... Inicialmente, até para evitar essa situação, que é muito dura, que é retirar as pessoas da sua localidade – a gente sente isso como uma ferida sempre aberta ali nos bairros que tiveram realocação obrigatória, as pessoas, na maioria, não queriam sair do seu local –, então, a primeira tentativa nos Flexais é de requalificação pra que essa situação de ilhamento se estanque. Como? Com as UBS novas sendo levadas, educação, *pier*, centro comercial, vias. Então, tudo isso foi feito através de um projeto que vai ser, por acordo, custeado pela Braskem para estancar o ilhamento social. Se isso não der certo, porque isso tem um prazo, se, ao final de dois anos, for constatado que todo esse trabalho não surtiu o efeito de tirar aquela comunidade desse ilhamento socioeconômico, aí, sim, você vai evoluir para uma etapa posterior, constatado que isso não serviu para uma realocação.

E lembrando que, primeiro, isso foi uma defesa do próprio município, que, reconhecendo a dificuldade daquela região, buscou soluções, e não poderia, por óbvio, assumir todo esse custo sozinho porque não deu causa àquilo – e aí seria revitimizar o município. O município, que já foi a vítima, ele seria vítima novamente porque teria que arcar com isso. Então, ele foi buscar de quem deu causa, que foi a Braskem. Então, a situação hoje é essa. Está sendo feito todo um trabalho de requalificação, que, caso não surta efeito, aí, sim, se pensa se vai evoluir para outra etapa, que, aí, sim, seria a realocação da região.

A mesma situação na questão do Bom Parto. O município está tendo uma atenção especial com o Bom Parto.

O FAM vai ter também utilidade lá, mas, antes do FAM, nós já estamos fazendo, como eu relatei, perdi aqui o número, mas eu acho que mais de 10 mil atendimentos, só do final do ano para cá... Foram 36 mil atendimentos, do final do ano para cá.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Por fim, não sei se V. Sa. tem esse conhecimento, mas acredito que um dos principais focos deva ser a parte psicológica. Todo um acompanhamento psicológico é indispensável para que as pessoas que vivem nas bordas, para que as pessoas que vivem nessa zona de ilhamento tenham um acompanhamento, porque não é fácil! Podem fazer o que for, podem colocar *pier*, escola, o que for, mas já há o prejuízo psicológico grande.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Rogério Carvalho mencionou aqui, nas suas pontuações, fez uma pergunta, e você respondeu, sobre o Minha Casa, Minha Vida, e a informação que eu tenho é que esse recurso também será dado como uma entrada para quem aderiu ao Minha Casa, Minha Vida, salvo engano, no valor de R\$20 mil.

Temos um déficit habitacional gigante em Maceió. As pessoas, além de sair das suas residências, tiveram que sair da sua cidade e foram morar em Marechal, Rio Largo, Satuba... Então, com certeza, resgatar esses maceioenses para a sua terra de origem deve ser uma atribuição importante.

Sendo assim, Sr. Presidente, eu agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Rodrigo. Eu informo a este Plenário que foi recebido um pedido formulado pela empresa Braskem para ter acesso à documentação sigilosa recebida por esta Comissão.

Após manifestação proferida pela Advocacia do Senado Federal, nos termos do Parecer nº 205, de 2024, do Núcleo de Processos Judiciais da Advocacia do Senado Federal, que, entre outros, pontos menciona o princípio da colegialidade como norteador das decisões proferidas no âmbito das Comissões, coube a esta Presidência submeter ao Plenário desta CPI o pedido formulado pela requerente.

Ressalta-se que os documentos sigilosos a que a empresa requer o acesso foram os de nºs 11, 26, 30, 36, 39, 49, 68, 69, 72, 85, 89, 96, 100, 102 e 103.

Sendo assim, coloco em deliberação do Plenário o pedido feito pela empresa Braskem de acesso à documentação supramencionada.

Eu acredito, inclusive, pelo princípio da ampla defesa e do contraditório, que a gente não pode negar esses documentos.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Não sei se já abriu a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não. Vamos abrir a discussão.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Para discutir.) – Presidente, eu não estava sabendo dessa solicitação. De fato, eu acredito que a empresa poderia, sim, ter acesso, mas após a finalização deste nosso trabalho. Acredito que a nossa parte de investigação



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

pode, em um momento ou outro, ter até algum direcionamento diferente pelo conhecimento ou antecipação de uma pergunta que iríamos fazer por esses documentos estarem disponíveis, e a Braskem ali, tendo acesso a documentos sigilosos. Então, talvez, isso também dificulte alguém que pense em entregar alguma documentação nesse sentido, alguma documentação que possa deixá-la preocupada com qualquer outro tipo de vínculo. Então, no meu ponto de vista, não acrescenta nada para a Comissão, não é algo indispensável para a Braskem, e poderia ser disponibilizado logo ao final dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador, por se manifestar.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Eu queria tranquilizar o Senador Rodrigo Cunha com relação a essa questão, até porque há um entendimento da Advocacia do Senado de que, como parte e como é uma investigação que tem uma publicidade grande, porque ela é televisionada, é uma investigação, é um inquérito, na verdade, parlamentar, que ela pudesse ter acesso aos documentos sem nenhum problema. Isso não vai causar nenhum dano, até porque nós temos, amanhã e na semana depois da visita a Maceió, mais uma oitiva. Então, o conjunto probatório de dados e informações a gente complementa praticamente hoje, e o mesmo prazo que eles vão ter para receber a documentação nós vamos ter para receber deles informações também. Então, não vejo maiores problemas. Da minha parte, não vejo problema.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Para discutir.) – Eu fiz essa observação, justamente um paralelo, com o meu primeiro requerimento, que foi para ouvir o delegado da Polícia Federal que está com o inquérito aberto. Então, a parte criminal, que ainda não foi levada tão a cabo aqui. Seria uma pessoa extremamente importante. E a informação de quem trabalha com investigação foi "olha, queremos contribuir; mas, se for, podemos atrapalhar as investigações". Então, era um pouco mais nesse sentido. Mas confio aqui no crivo do nosso Relator.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Bom, feitas as devidas considerações, os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o pedido de informação.

Pergunto aos Srs. Senadores se querem fazer alguma consideração.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Temos cinco requerimentos de informações que a gente precisa estar solicitando. E tem um requerimento de convocação para amanhã.

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Pode votar tudo junto.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Consulto o Plenário sobre a possibilidade de inclusão extrapauta dos Requerimentos de nºs 144 a 149, de autoria do nosso Relator, Senador Rogério Carvalho.

Aqueles que concordam com a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Temos também um requerimento de autoria também do Senador Rogério Carvalho, de número 146, que trata da convocação do Sr. Marcelo de Sousa de Assumpção, Professor da Universidade de São Paulo, como testemunha.

Solicito...

Aqueles que concordam com a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Coloco em votação a Ata da 11ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, a ser realizada amanhã, às 9h, no Plenário 6.

Declaro encerrada a presente reunião.

Bom dia e Deus abençoe a todos!

(Iniciada às 9 horas e 6 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 31 minutos.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO DA CPI DA BRASKEM DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e nove minutos do dia quatorze de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Rodrigo Cunha e Otto Alencar, reúne-se a CPI DA BRASKEM com a presença dos Senadores Rogério Carvalho, Angelo Coronel, Wellington Fagundes, Eduardo Gomes e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Wilder Moraes e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alessandro Vieira, Efraim Filho, Cid Gomes e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Oitiva. Finalidade: Oitivas de Marcelo de Oliveira Cerqueira (Vice-Presidente Executivo da Braskem) e Paulo Roberto Cabral de Melo (Engenheiro e Responsável Técnico). Oitiva do Marcelo de Oliveira Cerqueira, em atendimento aos requerimentos 141/2024 e 142/2024; do Paulo Roberto Cabral de Melo, em atendimento ao requerimento 91/2024. Resultado: Oitivas realizadas. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 153 de 2024 que: "Requer, em aditamento ao REQ 25/2024-CPI Braskem, que seja autorizada a participação, na comitiva responsável pela inspeção in loco nos bairros afetados pelo desastre, de mais 1 (um) servidor lotado no gabinete da presidência da comissão." Autoria: Senador Omar Aziz. Resultado: Não apreciado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz
Presidente da CPI DA BRASKEM



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 952, de 2023, para investigar os efeitos da responsabilidade jurídica socioambiental da empresa Braskem S.A., decorrente do maior acidente ambiental urbano já constatado no país, caso Pinheiro/Braskem, em Maceió, Alagoas.

A presente reunião destina-se aos depoimentos dos Srs. Marcelo de Oliveira Cerqueira, Vice-Presidente Executivo da Braskem, e Paulo Roberto Cabral de Melo, Engenheiro e responsável técnico da Braskem; e à apreciação de requerimento constante da parte deliberativa desta pauta.

Eu solicito que os depoentes sejam conduzidos à mesa. (*Pausa.*)

Desculpem-me: vamos ouvir primeiro o Sr. Paulo Roberto Cabral e depois a gente ouve o Sr. Marcelo Cerqueira. (*Pausa.*)

Cadê o Paulo Roberto? (*Pausa.*)

Obrigado. (*Pausa.*)

Decisão do Ministro Alexandre de Moraes no Habeas Corpus nº 240.803, de 4 de maio de 2024, impetrado pela defesa do Sr. Paulo Roberto Cabral de Melo, foi informada à Comissão com o seguinte teor:

Concedo parcialmente a ordem de *habeas corpus*, nos termos seguintes:

- (a) manter o efeito convocatório, tendo o paciente, na condição de testemunha, o dever legal de manifestar-se sobre os fatos e acontecimentos relacionados ao objeto da investigação, estando, entretanto, assegurado o direito ao silêncio e a garantia de não autoincriminação, se instado a responder perguntas cujas respostas possam resultar em seu prejuízo ou em sua incriminação; e
- (b) garantir ao paciente ser assistido por advogados durante sua oitiva, podendo comunicar-se com eles, observados os termos regimentais e a condução dos trabalhos pelo Presidente da CPI.

Eu vou, assim mesmo, ler um termo de compromisso como testemunha, Sr. Paulo Roberto. O senhor não é obrigado a falar, conforme o *habeas corpus*, qualquer coisa que possa prejudicá-lo nos seus esclarecimentos a esta Comissão.

Termo de compromisso:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob a palavra de honra, nos termos art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. PAULO ROBERTO CABRAL DE MELO (Para depor.) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código do Processo Penal.

Nesta oportunidade, esclareço que o art. 4º, inciso II da Lei nº 1.579, de 1952, estabelece que fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito constitui crime punível com pena de reclusão de dois a quatro anos.

Eu vou passar a palavra ao senhor pra que, em 20 minutos, possa... O tempo não é suficiente pra falar sobre a experiência que o senhor teve lá nas minas, mas depois, com as perguntas feitas pelos Senadores e principalmente pelo Relator, haverá de esclarecer melhor.

Com a palavra, o Sr. Paulo Roberto.

O SR. PAULO ROBERTO CABRAL DE MELO (Para depor.) – Bom dia a todos.

Meu nome é Paulo Roberto Cabral de Melo, eu sou engenheiro de minas, graduado pela Universidade Federal de Pernambuco, no ano de 1973, completando já 50 anos de atividade na área mineral.

Cursei também, como engenheiro de minas, Engenharia de Segurança do Trabalho, onde eu consegui a especialização na Universidade Católica de Minas Gerais, em 1975. Eu estava, nessa ocasião, trabalhando em mineração de ferro, da Samitri, em Minas Gerais.

Comecei a trabalhar na Salgema mineração em 1976, como responsável técnico, uma lavra ainda incipiente aqui no país.

Eu estou atualmente respondendo a inquérito policial, em que sou considerado investigado. Sofri busca e apreensão em minha residência, às 5h da manhã. Além disso, a CPI determinou a quebra dos meus sigilos fiscal, bancário, telemático e telefônico, em períodos que variam de 48 anos a 19 anos, tanto da minha pessoa física como da minha empresa de consultoria – pessoa jurídica.

Por esses motivos, por orientação da minha advogada que me assiste, está presente, eu não devo responder às perguntas relativas à minha atividade na Braskem ou denominações anteriores da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresa, apesar de respeitar o trabalho desta CPI e de todos os Senadores aqui presentes. Pela minha posição jurídica nesses procedimentos, não poderei falar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu vou passar a palavra ao Relator e, nas perguntas que forem feitas, o senhor tem todo direito de silenciar. Mas eu vou fazer meu papel, como o senhor está fazendo o seu papel aqui, e tentar contribuir para esclarecer os fatos que aconteceram na cidade de Maceió, porque nós estivemos a semana passada lá, vimos que realmente é desolador o quadro, pessoas que tiveram de sair das suas residências, e algumas falhas foram cometidas, não tenha dúvida nenhuma, até porque o próprio Diretor que inclusive indicou o Vice-Presidente da empresa está aqui hoje, porque o outro Marcelo veio aqui, assumiu a responsabilidade da Braskem, e todos aqueles que trabalharam lá são corresponsáveis por isso. Então, nós vamos fazer o nosso papel e o senhor tem por garantia de lei silenciar e não discutir essa questão, se não quiser.

Senador Rogério Carvalho, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Bom dia, Sr. Presidente. Meus cumprimentos a V. Exa.; meus cumprimentos ao Engenheiro Paulo Roberto Cabral de Melo e sua advogada; todos os Senadores e Senadoras que estão nos acompanhando e todos os brasileiros e brasileiras que nos acompanham pela TV Senado.

Em primeiro lugar, Presidente, quero dizer que, na nossa visita a Maceió, eu acabei recebendo parte dos representantes da população atingida pelo desastre ambiental que ocorreu – e que está em curso ainda, porque ele não ocorreu, ele está em curso – na cidade de Maceió. E fui a uma área que... E hoje questiono se essa área é uma área que está livre de risco geológico, vez que eu presenciei os mesmos fenômenos que foram ditos aqui pelo Professor... Como era o nome dele?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Abel Galindo, não é? O Prof. Abel Galindo, quando esteve aqui, mostrou que, desde 2014, havia rachaduras que eram atribuídas à qualidade do solo. E eu presenciei lá no Flexal essas rachaduras com as mesmas características que ele mostrou aqui, porque ele era convidado a dar laudos e para refutar laudos que diziam que era um problema da qualidade construtiva ou da qualidade do solo. E não é isso, porque, ao final, a gente viu que era decorrente da lavra ambiciosa que tinha ocorrido no subsolo de Maceió.

E eu presenciei; eu não vi imagem, eu não vi foto. Eu fui à casa das pessoas, eu vi as fissuras no solo, eu vi as casas rachadas de ponta a ponta. Eu não vi uma casa; eu vi uma dezena de casas rachadas com as mesmas características, o que mostra que a gente precisa ter um olhar muito criterioso em relação à região dos Flexais, porque elas estão em uma região de borda e parece que elas não foram atingidas, inclusive os estudos interferométricos apresentados pela defesa civil dizem que aquela área





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está estável, mas a gente precisa aprofundar esses estudos para se certificar se de fato elas são áreas estáveis ou se são áreas quebradiças, ou seja, são áreas de borda, que podem estar provocando essas rachaduras, que é o que eu acredito em função do que a gente já viu dez anos atrás, antes dos fatos ocorridos, que foi levantado e que foi relatado pela população em 2014 e antes de 2014, que o Prof. Galindo revelou aqui nesta Comissão.

Inicialmente, eu queria afirmar, uma vez que o Sr. Paulo está com *habeas corpus*, mas eu posso afirmar, porque os dados que a gente tem mostram, que o senhor foi o responsável pelos Planos de Aproveitamento Econômico das minas de sal-gema em Maceió, não é isso?

O SR. PAULO ROBERTO CABRAL DE MELO (Para depor.) – Me reservo o direito de, por orientação da minha advogada, permanecer calado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Perfeito.

O senhor não está aqui se incriminando, o senhor pode ficar calado; mas o Brasil todo precisa saber, e talvez seja mais desagradável e mais ratificante para o senhor não falar determinadas coisas óbvias que estão registradas documentalmente do que falar. Mas, tudo bem, é uma opção que o senhor faz. De qualquer forma, o senhor foi o responsável pelos Planos de Aproveitamento Econômico das minas. O senhor foi o engenheiro responsável pela operação das minas. A gente sabe o período. Já que o senhor não vai falar, eu também não vou insistir, mas a gente sabe qual foi o período porque isso está registrado. Praticamente durante todo o período de exploração da Braskem, o senhor foi o engenheiro responsável pela mina.

Após o seu desligamento, o senhor pode nos informar quem assumiu essa responsabilidade?

O SR. PAULO ROBERTO CABRAL DE MELO – Mais uma vez, eu, sob a orientação da minha advogada, ficarei em silêncio.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Perfeito. O senhor não precisa responder.

Conforme documentos recebidos pela CPI, essa atribuição foi de Alex Cardoso da Silva e Adolfo Sponquiado. Eles já eram funcionários da empresa ou foram contratados depois de sua saída?

Isso o senhor não vai responder, não é isso?

O SR. PAULO ROBERTO CABRAL DE MELO – Exatamente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Perfeito. Esses funcionários que assumiram as responsabilidades pelas minas foram indicações suas?

O SR. PAULO ROBERTO CABRAL DE MELO – Permanecerei calado, Senador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor supervisionava de alguma forma o trabalho deles por meio da sua empresa de consultoria?

O SR. PAULO ROBERTO CABRAL DE MELO – Novamente, me mantereí calado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Nós já sabemos que o senhor tinha uma empresa de consultoria que continuou trabalhando mesmo depois que se afastou da mina e, portanto, da condição de engenheiro responsável pela mineração, pela mina. Portanto, o senhor fazia de alguma forma a supervisão. Qual a relação com os demais técnicos que operavam as minas do senhor e da sua empresa?

O SR. PAULO ROBERTO CABRAL DE MELO – Permanecerei calado, nobre Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Documentos de diferentes fontes analisados por esta CPI comprovam que, ao longo de todo o período de operações das minas, não foi realizado o devido monitoramento por sonar para averiguar em que condições de segurança se encontrava cada uma das cavas em atividade ou abandonadas.

Por qual motivo não foi realizado, com a periodicidade prevista nos planos de aproveitamento de mina e monitoramento por sonar, nas 35 cavas?

O senhor não vai responder.

O senhor era o engenheiro de mina, o senhor era o responsável pelas minas, pela mineração, o senhor foi responsável pelos planos e, pelo que consta, nada do que estava previsto para monitoramento das minas foi operado pelo senhor.

A pergunta que eu vou deixar no ar, uma vez que eu sei que o senhor não vai responder, porque o senhor já disse que não vai responder, é o senhor fazia de livre espontânea... era espontâneo, era uma decisão, era uma deliberação sua ou era uma deliberação que vinha de alguém superior ao senhor?

O SR. PAULO ROBERTO CABRAL DE MELO – Eu me mantereí em silêncio, nobre Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Bom, a responsabilidade recai diretamente sobre o senhor, uma vez que o senhor não transfere responsabilidade para ninguém.

Diversos problemas com as minas foram documentados ao longo do período de operação, tais como desmoronamentos. O senhor, como engenheiro de mina responsável, levou essa situação ao conhecimento dos gerentes e diretores da empresa?

O SR. PAULO ROBERTO CABRAL DE MELO – Ficarei em silêncio, eminente Senador.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor adotou algum mecanismo em relação a isso?

O SR. PAULO ROBERTO CABRAL DE MELO – Continuo em silêncio.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Perfeito.

Com relação aos planos de aproveitamento econômico de 1977 a 2003 e o artigo publicado pelo senhor junto a Alvaro Maia, em Houston, em 1992, o senhor pode nos explicar o porquê das diferenças nas dimensões das cavas?

O senhor não vai explicar, mas eu vou dizer.

O senhor publicou em 1977 que a distância entre uma cava e outra deveria ser de 150m. O senhor publica junto com Alvaro Maia um artigo no congresso de Houston. Todos sabem que Houston é o maior evento de petróleo e gás do mundo, da indústria petrolífera e petroquímica do mundo, e o senhor disse que as distâncias tinham que ser de 100m. Diâmetro máximo. O senhor, no plano de aproveitamento econômico da mina, da Braskem, em Maceió, o senhor dizia que era de 75. No artigo que o senhor publicou era de 53m. A altura máxima que o senhor botou em 1977 era de 120m. No artigo que o senhor publicou, era de 80 a 93m. Portanto, aqui nós temos já uma autoafirmação acadêmica de V. Sa. de que o que estava sendo feito na lavra em Maceió estava fora do próprio parâmetro que V. Sa. considerava parâmetro adequado para a exploração de sal-gema, naquelas condições, acredito eu, naquelas condições de uma área jovem, geologicamente jovem, de baixa capacidade de resistência para absorver o peso de milhares... de milhões de toneladas sobre uma camada inexistente de sal, ou seja, em cima de um buraco, não é? E o senhor afirma isso no seu artigo.

Os órgãos fiscalizadores acompanhavam as operações de que forma?

O SR. PAULO ROBERTO CABRAL DE MELO – Eu me manterei calado, nobre Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E os descumprimentos? Como era que eles cobravam as pendências?

O SR. PAULO ROBERTO CABRAL DE MELO – Da mesma forma, minha resposta: manterei em silêncio.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O DNPM questionou sobre a operação dos postos 3, 5 e 6, que acabaram sendo inutilizados precocemente por conta da operação inadequada, fora dos parâmetros de segurança e de monitoramento? Por que o senhor deixou de comunicar a forma como fazia a operação naquela época?

O SR. PAULO ROBERTO CABRAL DE MELO – Eu me manterei em silêncio, eminente Senador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Aqui, a gente percebe claramente que havia tanto uma convivência dos órgãos de fiscalização, que é importante chamar a atenção – nessa área de mineração, os órgãos de fiscalização são bastante coniventes com as empresas mineradoras –, e que V. Sa. não se importava em comunicar. Era como se comunicar ou não, não fosse mudar a condição e a liberdade para continuar explorando sal-gema no subsolo de Maceió.

Então, mais uma vez fica claro que esta atividade se dava sem nenhum tipo de controle efetivo. Toda a atividade era uma atividade livre – livre –, como se mexer no subsolo de uma cidade, com milhares de pessoas morando sobre, pudesse ser feito sem nenhum segmento, sem o segmento e nenhuma norma técnica. Mesmo tendo o engenheiro responsável de mina, que sabia os riscos e que era especialista no assunto, que escreveu sobre o assunto, mesmo com tudo isso, a relação desse setor da empresa com os órgãos de controle era uma relação um tanto quanto, eu diria, de quase um conluio ou de uma certa promiscuidade em termos de relacionamento, ou seja, não havia nenhum zelo, nenhuma liturgia, nenhuma formalidade, nenhuma preocupação em prestar conta ou de receber contas por parte nem da empresa nem tão pouco dos órgãos de controle, o que é uma pena, o que demonstra a falência total e absoluta da relação entre esses órgãos: DNPM e a empresa; ou seja, o DNPM, no cumprimento da sua atividade, e hoje a Agência Nacional de Mineração, no cumprimento da sua atividade; dos órgãos de vigilância... dos órgãos de controle ambiental, também, da mesma forma; e da própria empresa, com nenhum tipo de preocupação em relação a cumprir os requisitos mínimos – os requisitos mínimos – para produzir minério debaixo da cidade de Maceió. E a gente presenciou ao vivo o que isso causou e o que vai causar nas próximas décadas à população da cidade.

Na operação de mineração da Braskem no Mutange, na área urbana, operavam simultaneamente entre sete e dez poços de solução de sal para manter uma produção de 800 e 900 mil toneladas por ano. Quantos empregados havia nessa atividade sob seu comando?

O SR. PAULO ROBERTO CABRAL DE MELO – Eu ficarei, mais uma vez, em silêncio, eminente Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Já que o senhor não responde, a gente pode dizer: não mais de 20. Eram menos... Eram em torno de 7 a 12 funcionários que trabalhavam nesta área.

Eu pergunto: como monitorar, como produzir e como garantir segurança tirando 900 mil toneladas-ano com sete funcionários? E sem geólogo. Sem geólogo! É estarrecedor, não é?

Entre 2015 e 2017, havia a previsão de investimento na mina da ordem de 53 milhões. Contudo, a empresa reportou para a Agência Nacional de Mineração que investiu a quantia total de 1 milhão neste período. O corte de investimento foi de 52 milhões, entre 15 e 17. Impactou diretamente a área de mineração. Qual a sua opinião sobre este corte?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROBERTO CABRAL DE MELO – Mantereí silêncio, eminente Relator.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Bom, o senhor... O senhor, assim como... O Sr. Marcelo Arantes, diante de todas essas questões, teve uma postura bastante digna na CPI, que foi admitir que o problema da subsidência, do dolinamento e do desastre que ocorreu, a movimentação de terra e o desastre que aconteceu em Maceió foi dado causa pela lavra ambiciosa de sal-gema pela Braskem na região. Então, é importante dizer isso. E, obviamente, esses 52 milhões não foram investidos, e não havia, como a gente já falou anteriormente, não havia nenhuma preocupação em reportar aos órgãos sobre os fatos ocorridos, a falta de pessoal, a falta de equipamento, a falta de monitoração. Ter ou não ter os 52 milhões, pelo visto, também não seria um problema para quem operava de qualquer jeito a mina.

O pilar entre as cavidades dos poços é necessário para a segurança da mina, mas a interligação de cavidades levou a um maior produto de lavra, e a Braskem admitiu que poderia fazer essa interligação de cavidade.

Na sua opinião, a escolha da empresa foi em razão da maior possibilidade de lucro?

O SR. PAULO ROBERTO CABRAL DE MELO – Mais uma vez, eu me reservo o direito de ficar calado, eminente Relator.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Com base em evidências científicas, técnicas, científicas ou em boas práticas, a Braskem sustentou a possibilidade de realizar a lavra com cavidades interligadas?

O SR. PAULO ROBERTO CABRAL DE MELO – Mais uma vez, em silêncio.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Por que a empresa assumiu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Rogério Carvalho. Desculpe-me a interrupção.

Sr. Paulo, o senhor é engenheiro, formado há 50 anos e tem uma história na mineração. O que nós estamos tentando aqui, com que o senhor poderia estar contribuindo, é evitar que novos desastres iguais a esse aconteçam no país, e isso só será possível com o senhor ajudando a CPI a saber quais foram os erros cometidos. Nós, nem eu, nem o senhor, não temos mais idade para pensar no futuro. Então, a gente não pode pensar no futuro, a gente pensa no presente. E o senhor daria uma grande contribuição ao Brasil e às pessoas que foram afetadas nesse momento, ou futuramente a outras pessoas, se o senhor, que escreveu o artigo, que na prática fez uma coisa e no artigo falou outra coisa, pudesse dar essa contribuição para a gente. Ninguém vai obrigar o senhor a se autocriminar, mas que há falhas, que há coisas a serem corrigidas, há.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ela parou de funcionar em 2019, e nós estamos cinco anos depois fazendo uma investigação. Se a gente não contar com a colaboração de pessoas que estiveram presentes no dia a dia ali, em que, por uma razão ou outra, houve falhas – e isso aqui já dito pelo Sr. Marcelo, que admitiu a culpa da Braskem em relação àquele desastre que eu tive a oportunidade de instalar, na semana passada, na quarta-feira... O senhor estaria dando uma contribuição muito grande ao Brasil, ao setor de mineração e principalmente à sua história como engenheiro, e o senhor se nega a contribuir.

Eu vou deixar o Relator à vontade para fazer as perguntas, mas eu esperava um pouco mais.

Eu sou engenheiro também, eu sou engenheiro civil, e não tem nenhuma profissão em que não haja equívoco, não haja erro, todas têm, independentemente. Às vezes um médico falha numa cirurgia, às vezes um profissional faz um cálculo estrutural, se equivoca, erra. Todos nós cometemos erros e equívocos na vida, mas os erros e equívocos na vida ajudam a gente a melhorar. E, na sua idade, na sua experiência, o senhor poderia estar contribuindo com esta CPI, não por mim, que politicamente lá em Maceió... Eu não sou de Maceió, eu não sou de Alagoas, eu estou aqui cumprindo um papel como Senador da República, mas quero que esta CPI tenha um relatório que encaminhe os equívocos e os erros que tenha a Agência Nacional de Mineração, a fiscalização em cima dessas minas, para que outras cidades...

Isso está no meu estado mesmo, que tem todo tipo de minério, inclusive urânio, para o senhor ter uma ideia, todo tipo. Qualquer minério que o senhor possa pensar no meu estado tem: cassiterita, urânio, tem potássio, tem o que o senhor quiser... Tem petróleo, tem gás.

Essa seria a contribuição desta CPI, até porque existem outras investigações sendo feitas, o senhor mesmo citou uma, e não acho justo ninguém entrar na sua residência às 5h da manhã, não vai resolver o problema. Quem passa por isso sabe que isso é muito mais midiático do que para solucionar. Para solucionar, a gente soluciona conversando, discutindo e mostrando os erros que foram cometidos.

Por isso, se o senhor puder contribuir, não se comprometendo, mas contribuir com a CPI, o senhor não vai estar fazendo bem nem para mim, nem para o Senador Rogério, o senhor vai estar fazendo bem para o Brasil e para o futuro da mineração no Brasil, que ainda tem muito a ser explorado neste país.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu vou fazer mais algumas perguntas.

Em relação a essa questão sobre as cavidades, com base em quais evidências científicas ele disse que não... Que vai se manter calado, porque a empresa assumiu o IMA de Alagoas, que poderia minerar a ponto de formar cavidades interligadas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui tem um documento que o IMA nos passou, no processo de licenciamento do Instituto do Meio Ambiente de Alagoas nº 49.031.792/2005, no qual a Braskem pede licença prévia para a perfuração de novos postos. A empresa afirma que deverá ser respeitado o espaçamento entre as cavidades de 150m, de forma a constituir um pilar de sustentação. Contudo, no mesmo documento, a empresa informa que poderá haver cavidades interligadas. Fica evidente que a empresa assumiu o risco que a interligação de cavidades na mineração gera, inclusive de subsidência do solo de Maceió.

A manutenção dos pilares é uma medida essencial para a garantia da higidez geológica das minas e do solo acima delas. Qual a opinião do senhor sobre isso?

O SR. PAULO ROBERTO CABRAL DE MELO – Reafirmo que me manterei em silêncio.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A afirmação feita pela Braskem de que poderia lavrar com a interligação de cavidades está no processo de licenciamento do Instituto do Meio Ambiente de Alagoas 49.031.792/2005. Assim, está escrito, no plano de lavra atualizado e entregue ao DNPM, atual Agência Nacional de Mineração, está indicado que as cavidades dos novos poços devem guardar distância mínima. Não se extrai todo o sal da jazida, pois deixa-se um pilar entre as cavidades e tal. As cavidades dos poços podem, entretanto, se interligar e, neste caso, se injeta por um poço e produz pelo outro, o que possibilita a não existência de pilar sem comprometimento.

Ou seja, aqui já havia um entendimento diverso do anterior, do plano de aproveitamento econômico da mina; aqui já é uma outra visão, que é diversa da sua reflexão como pesquisador e como especialista no assunto de que não deveria ser 150m, deveria ser 100m, e que não deveria ser 75m, que deveria ser 53m, 60m. Ou seja, aqui é completamente diferente, aqui já está se avançando, para dizer que existe uma técnica nova de que se injeta de um lado, tira-se do outro e que se podem tirar as colunas de sustentação. Certo? É isso que está sendo dito nesse documento que é entregue.

Mas eu vou direto ao item 8: a Braskem retirou mais sal do que a capacidade de segurança dos poços?

O SR. PAULO ROBERTO CABRAL DE MELO – Eu me manterei em silêncio, nobre Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor, como engenheiro de mina... Foi o senhor, como engenheiro de mina, quem autorizou essa retirada em excesso?

O SR. PAULO ROBERTO CABRAL DE MELO – Mais uma vez me manterei em silêncio.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor afirmou, na Lágrimas de Sal, que tomou todas as decisões sobre a condução da mineração, com total





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

liberdade para definir o seu plano de trabalho: quantos poços ia fazer, verba para orçamento, para sonar, sem nenhuma interferência da indústria química dos superiores hierárquicos.

O senhor assumiu para si total responsabilidade sobre os fatos ocorridos na mina de sal-gema, em Maceió. O senhor esperava, operava os poços de forma a extrair o sal da camada mais superior, sem deixar uma laje para a estabilidade geológica da mina?

O SR. PAULO ROBERTO CABRAL DE MELO – Eu me manterei em silêncio, nobre Relator.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Como o senhor, na qualidade de responsável pela operação da mina, diferenciava a operação realizada em área urbana daquela a ser feita em região rural, sob aspecto de gestão de risco?

O SR. PAULO ROBERTO CABRAL DE MELO – Também renovo o meu silêncio à sua indagação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor chegou a estudar casos e eventos de acidentes e desastres ocorridos em outras operações similares no mundo?

O SR. PAULO ROBERTO CABRAL DE MELO – Eu me manterei em silêncio, nobre Relator.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas, conhecendo esses estudos... O senhor conhecia os estudos dos Estados Unidos, da Sociedade Geológica Americana. Já se alertava que, apenas dos Estados Unidos, havia 40 mil quilômetros quadrados de solo afetado por subsidência provocada por atividades humanas, englobando 37 dos 54 estados norte-americanos. O custo econômico disso, à época, era de mais de US\$100 milhões. Um capítulo trata somente de casos relacionados à subsidência provocada pela extração de sal. Portanto, era perfeitamente possível saber o que poderia ocorrer em Maceió, e uma pessoa que estava em uma determinada área como essa, imerso, acompanhando o que acontece no mundo, sendo responsável, como engenheiro de uma mina de tamanho risco, deveria estar acompanhando a bibliografia universal.

Portanto, o senhor sabia de todos os riscos a que estava submetendo a população residente acima, a cidade de Maceió, e todos os riscos que poderiam ocorrer e que ocorreram, como o desastre ambiental, conhecido como o maior desastre urbano de mineração do mundo, na cidade de Maceió.

Que tipo de procedimento a empresa estabeleceu, em seus protocolos, para garantir a segurança das minas?

O SR. PAULO ROBERTO CABRAL DE MELO – Eu me manterei em silêncio, nobre Relator.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor apresentou informações faltas ou omitiu informações ao órgão ambiental do Estado de Alagoas?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROBERTO CABRAL DE MELO – Mais uma vez me manterei em silêncio.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O Diretor-Presidente do IMA, de Alagoas, relatou a esta CPI que a informação primordial e exclusiva que deu base para a concessão e a manutenção das licenças de operações de mineração de sal-gema era fornecida pela Braskem, sem qualquer filtro ou avaliação.

Pergunto ao senhor: em algum momento os dados fornecidos pela sua área, o Instituto de Meio Ambiente, foram objeto de escrutínio ou de questionamento?

O SR. PAULO ROBERTO CABRAL DE MELO – Eu me manterei em silêncio, nobre Relator.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sobre as empresas contratadas, sobre os contratos de relatórios e estudos: esta CPI requereu informações, relatórios, contratos e outros diversos documentos da Braskem, para tratar das apurações acerca do fato determinado, ou seja, os efeitos da responsabilidade jurídica e socioambiental da empresa decorrente do maior acidente ambiental urbano já constatado no país, o afundamento de Maceió causado pela extração de sal-gema.

O senhor foi responsável ou participou, de alguma forma, da contratação de consultorias especializadas para desacreditar o estudo do Serviço Geológico do Brasil?

O SR. PAULO ROBERTO CABRAL DE MELO – Eu me manterei em silêncio.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor teve algum papel na contra-argumentação do relatório do Serviço Geológico do Brasil?

O SR. PAULO ROBERTO CABRAL DE MELO – Mais uma vez me manterei o silêncio.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor fez o encaminhamento de alguma informação às consultorias contratadas pela Braskem, como relatórios de geologia, de geofísica ou de subsidência da área?

O SR. PAULO ROBERTO CABRAL DE MELO – Eu me manterei em silêncio.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ao longo de muitos anos, o senhor interagiu profissional e diretamente com o Sr. Álvaro Maia?

O SR. PAULO ROBERTO CABRAL DE MELO – Eu me manterei em silêncio.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A preocupação que se tinha com a lavra e com suas consequências fez com que fosse contratado Álvaro Maia, que era da Petrobras Mineração e que, depois, passou à Petrobras. É o maior especialista em sal e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mecânica de rocha. Ele não era, mas ele foi demitido pela Petrobras por utilizar tecnologia da Petrobras. Então, ele foi demitido da Petrobras por cometer um ato de improbidade dentro da empresa.

É certo que o profissional que nós contratamos para nos auxiliar nesse estudo de mecânica de rochas, para evitar consequências que venham a ser danosas. Tanto ele fez esses estudos e tudo e algumas observações, que alguns poços foram desativados, a pedido dele.

A gente observava os sonares. Tudo passava para ele. Ele analisava tudo direitinho. Em cima disso, ele aconselhava ou não. Dizia: esse poço ainda pode desenvolver, tirar mais sal e tal. Mas, quando chegar no próximo sonar, no limite, a gente já tem que desativar. Pronto. Isso era obedecido. Quanto a isso, não tem problema não.

Esses estudos de mecânica de rocha citados nos PAEs eram elaborados justamente por Álvaro Maia. Aí o senhor respondeu "exatamente" à autoridade policial.

A partir de 2003, o Plano de Aproveitamento Econômico menciona que a empresa passou a contar com um consultor de mecânica de rochas para analisar as cavidades examinadas pelo sonar e, desse modo, poder verificar a sua condição de estabilidade. Esse trabalho está a cargo do engenheiro consultor Álvaro Maia da Costa.

Paulo menciona, então, que o próprio Álvaro Maia foi o consultor da Braskem, contratado justamente para apresentar estudos de mecânica de rocha, para evitar consequências danosas. Além disso, o consultor assinou conjuntamente os contratos para análise preliminar das inconsistências do relatório-síntese da CPRM apresentado ao Ministério Público Federal.

Ou seja, em outras palavras, para concluir, o senhor – já que o senhor não vai responder – participou, sim, da contratação das empresas, pelo que está dito aqui do depoimento que o senhor deu à autoridade policial.

O senhor participou da contratação do Álvaro Maia, o senhor participou da contratação ou teve influência na contratação de relatórios para contestar os laudos pelo DNPM e pelo SGB. O senhor assume 100% das responsabilidades, como se todo o poder e toda a transferência de poder de operação da mina estivesse sob sua responsabilidade. Assim, o senhor se autodescreve no momento em que dá o depoimento, assumindo para si todas as responsabilidades.

O pior é que essas responsabilidades, por mais que pareçam banais ou insignificantes para o senhor, que aqui fica calado, para 60 mil pessoas significou a mudança radical da vida delas. Para 14 mil famílias, para pelo menos 15 mil famílias, tem sido uma mudança radical na existência da vida delas e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos seus descendentes. Significa pessoas que vão mudar de classe social definitivamente, a sua classe social e a classe social dos seus descendentes, porque a sua fonte de riqueza e a continuidade da existência familiar e de uma condição familiar foi interrompida.

Nós estamos falando da interrupção de mais de 60 mil vidas, e isso não pode ficar no silêncio de V. Sa., como se tudo fosse uma mera questão de atender e de assumir os riscos e o ônus. Então, imagino o fardo que V. Sa. está a transportar neste momento, que é a interrupção da vida de 60 mil alagoanos.

Só quem esteve lá, só quem vivenciou, só quem viu sabe o grau do sofrimento, sem contar coisas que ainda não foram reveladas por esta CPI e que podem ser reveladas até o dia do... Porque, além de tudo isso, ainda há suspeita de que, entre a indenização e o pagamento, teve intermediários. Já era pouco, e há suspeitas de que houve intermediário, Senador Rodrigo Cunha, que alguém intermediou, como se aquilo fosse um precatório. Veja o grau de barbaridade e de miserabilidade humana envolto nesse episódio Braskem/Maceió.

Não tenho mais nada a perguntar, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Senhor Relator Rogério Cavalho, é muito interessante como V. Exa. estava indo em toda uma condução, extremamente assertiva, para contribuir para o objetivo desta CPI, que é esclarecer os fatos e buscar responsabilidades, mas é muito triste ver aqui o Sr. Paulo Roberto Cabral de Melo podendo colaborar com a cidade de Maceió, com as pessoas que buscam justiça, em um novo momento, em um novo momento em que a própria empresa, aqui neste Plenário, já admitiu a sua responsabilidade. Então, se antes não sabiam o que tinha acontecido, o que tinha causado, hoje já se tem a certeza absoluta, porque publicamente a empresa assim reconhece.

Então, eu gostaria aqui também fazer alguns questionamentos.

Primeiro, eu vim acompanhando, antes de chegar aqui, pela TV Senado, e o senhor começou o discurso na sua apresentação dizendo que foi acordado 5h da manhã pela Polícia Federal. Isso é verdade?

O SR. PAULO ROBERTO CABRAL DE MELO – Vou me manter calado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Porque, enquanto isso, eu lembro também os depoimentos das pessoas que moravam nos bairros de Bom Parto, do Farol, do Pinheiro, nas adjacências e do Bebedouro e, 5h da manhã, acordavam com estalo na parede abrindo essa parede, do quadro se mexendo, da estante que dava uma queda, e essas pessoas acordavam 5h da manhã e muitas delas não dormem até hoje, não dormem tranquilas. Escutar o depoimento, como o que escutei ontem, de um pai, que agora está desesperado, está com problemas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mentais, mas ficou assim porque a sua filha ficou, à época, também com extrema depressão, inclusive buscou até o suicídio.

Então, o senhor aqui tinha total possibilidade de tentar tirar uma marca de que tudo está levando pra que isso também está recorrendo sobre o seu nome e sua história. O senhor é o Gerente-Geral de Planta de Mineração da Salgema, do ano de 1976 ao ano de 2007, são 30 anos. Esse problema, que eclodiu, que colapsou em 2018, não começou em 2017, começou lá atrás, e o senhor, como Gerente-Geral, responsável por essa planta, o engenheiro responsável técnico, tendo aqui a possibilidade de contribuir para que se encontre a verdade, de contribuir para que se encontre a transparência, para saber onde foi que houve o erro, se houve realmente uma omissão, se houve dolo, se houve má-fé, imprudência, imperícia, o que foi, o senhor aqui, com a capacidade e pela atitude técnica e a função que exercia durante 30 anos na Braskem, pode aqui esclarecer, mas o senhor, ficando calado, pode se colocar também como cúmplice dessa situação.

E aqui, quando o senhor diz que a Polícia Federal foi à sua casa, de acordo com as investigações da Polícia Federal, ela foi fazer essas buscas e apreensões onde tinha indícios de que a exploração de salgema não seguia os protocolos de segurança recomendados pela literatura científica e pelos planos de lavras correspondentes.

O senhor era o responsável por respeitar, por estar vigilante e diligente aos protocolos de segurança das minas de exploração de sal, em Maceió?

O SR. PAULO ROBERTO CABRAL DE MELO – Nobre Senador, me manterei calado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Senador Rogério, é interessante, porque, mesmo sem as respostas, nós aqui temos a certeza de que, se a Braskem não contratou os melhores fiscais, os melhores engenheiros para estarem acompanhando ali a exploração das minas, contratou as melhores bancas de advogados.

Em um momento como este, em um momento em que todos nós não estamos aqui em busca de um minuto de fama, mas, sim, em busca de uma solução da vida dessas pessoas – e 60 mil saíram das suas casas, mas muitas outras ainda estão nas bordas, nas adjacências –, o senhor aqui, com o grande conhecimento, poderia dar esse norte, porque o nosso grande objetivo aqui vai ser, além de proteger as pessoas, identificar onde houve a causa, e essa causa, eu repito, se deu nesse período em que o senhor estava.

O senhor pode dizer aqui se a empresa apresentou algum dado falso ou omitiu informações para os órgãos de fiscalização?

O SR. PAULO ROBERTO CABRAL DE MELO – Nobre Senador, pelo Estado de Alagoas, não... Vou me manter em silêncio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Pelo período que o senhor permaneceu na Braskem, acredito que foi o período em que, desde o início, fora apresentado junto ao Instituto do Meio Ambiente o estudo de impacto ambiental. Foi nesse período que o senhor estava que foi elaborado o estudo de impacto ambiental?

O SR. PAULO ROBERTO CABRAL DE MELO – Eu me manterei em silêncio, nobre Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Porque, se esse documento de fato existiu, acredito que o senhor fez parte dessa elaboração. E, aqui mesmo, o IMA diz que não tinha sequer uma cópia desse estudo essencial para que fossem seguidas as liberações das licenças e autorizações que permitiram todo esse escândalo que acontece em Maceió.

Então é muito triste, Senador Rogério. Realmente aqui a gente não pode ficar perdendo tempo ou jogando palavras ao vento, que não é esse o nosso objetivo. Nosso objetivo é buscar um direcionamento justo, buscando aqui não crucificar ninguém, mas, diante de um momento como esse em que estamos ao lado do Sr. Paulo Roberto, que durante 30 anos foi o responsável técnico, durante 30 anos era o gerente-geral da planta de mineração, era o responsável, como a própria Polícia Federal coloca, por observar os protocolos de segurança, que poderia ter evitado o que nós estamos tratando hoje aqui, poderia ter evitado que fosse criada uma cicatriz na cidade, poderia ter evitado que fosse criada uma cicatriz na vida das pessoas e na vida dos descendentes dessas pessoas, então, sinceramente, acredito que são outros os modos que iremos conseguir essas respostas e talvez com o próprio material adquirido pela Polícia Federal.

Sendo assim, Senador Rogério, eu devolvo a palavra para saber se V. Exa. quer fazer mais alguma contribuição.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Não tendo mais nenhuma pergunta minha a ser feita – apenas a lamentar, Sr. Paulo Roberto, porque eu acredito que o senhor, pela experiência, apesar de ter sido orientado juridicamente e aqui por conhecer o Estado de Alagoas, por estarmos diante realmente de um trabalho sério, aqui a gente não está politizando esta CPI, a gente quer fazer com que aquelas pessoas que saíram das suas casas, obrigadas a assinar um contrato, aquele contrato, tendo seis pessoas nas suas casas, tendo uma a receber R\$40 mil, pessoas que tinham financiamentos na Caixa e conseguiam morar numa casa num padrão determinado e ao receberem aquele recurso da indenização, seja lá como foi, já não conseguia mais morar no mesmo padrão. Todo mundo que saiu das suas casas, da Braskem, nos bairros afetados pela Braskem, todas as pessoas estão morando pior – estão morando pior! E nós estamos diante de uma grande multinacional que pode reparar esse dano, não ambiental, mas o dano social.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então é muito triste ter que encerrar dessa maneira, e tenho certeza que encerramos esse depoimento, mas que teremos ainda uma sequência a ser feita com essas pautas que levantamos aqui.

Então, sendo assim, dispensamos aqui o Sr. Paulo Roberto Cabral de Melo, engenheiro responsável técnico, que aqui, devido a um *habeas corpus*, se recusou a responder as perguntas feitas pelos Senadores.

E, em seguida, eu convido o Sr. Marcelo de Oliveira Cerqueira. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) –
Decisão do Ministro Nunes Marques, no Habeas Corpus nº 241.143, de 3 de maio de 2024, impetrado pela defesa do Sr. Marcelo de Oliveira Cerqueira, foi informada à Comissão com o seguinte teor:

Concedo a ordem de *habeas corpus* para, nos termos requeridos, garantir: o direito ao silêncio, a não assumir o compromisso de falar a verdade (em razão da condição de investigado e não de testemunha), à assistência de advogado e o de não sofrer constrangimentos físicos ou morais decorrentes do exercício desses direitos.
Serve esta decisão como salvo-conduto.

Mediante esse *habeas corpus*, eu vou passar a palavra ao Sr. Paulo Roberto Cabral, sem precisar fazer... Aliás, a Marcelo de Oliveira Cerqueira, sem que seja necessário fazer o juramento de dizer a verdade nesta Comissão.

Com a palavra, o Sr. Marcelo de Oliveira Cerqueira.

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA (Para depor.) – Obrigado, Presidente.

Bom dia aos Exmos. Senadores que compõem esta Comissão, aos demais Senadores, autoridades presentes e todos nesta sessão de hoje.

Eu me chamo Marcelo Cerqueira.

Em primeiro lugar, eu quero manifestar a nossa solidariedade irrestrita, em meu nome, em nome da Braskem, a todos os moradores da cidade de Maceió.

Lamentamos o impacto causado na vida e no dia a dia das pessoas e reconhecemos que a subsidência registrada em alguns trechos debaixo da cidade de Maceió tem, entre suas causas, a extração de sal como fator preponderante, razão pela qual assumimos nossa responsabilidade civil e ambiental.

Hoje somos mais de mil colaboradores e especialistas contratados, dedicados à implementação de nossos compromissos com Maceió.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou engenheiro químico, formado pela Universidade Federal de Pernambuco. Iniciei minha carreira na indústria química e petroquímica, em que passei toda a minha vida; em 1987, na Companhia Alcoolquímica Nacional, ali no Cabo, em Pernambuco; trabalhei na Companhia Pernambucana de Borracha Sintética, também no Cabo, em Pernambuco. Trabalhei na antiga CPC Camaçari, no Município de Marechal Deodoro, dez anos no Polo de Camaçari; e estou há 13 anos trabalhando a partir do nosso escritório em São Paulo.

Na Braskem, tive oportunidade de atuar em diversos setores da companhia, ocupando atualmente a posição de Vice-Presidente Executivo de manufatura Brasil e Operações Industriais Globais. Nesta posição, exerço a coordenação macro da nossa estrutura industrial da companhia, que engloba 40 plantas industriais espalhadas em quatro países e com mais de 5 mil colaboradores nas operações industriais. E, desde 2019, atuo também em colaboração com outros departamentos da companhia na implementação dos inúmeros compromissos de mitigação, reparação e compensação assumidos pela Braskem com Maceió e com seus moradores.

Cada uma das áreas e plantas industriais possui a sua estrutura organizacional própria, com diretores industriais responsáveis e atividades distintas, as quais são delegadas a equipes especializadas, levando em consideração a especialização técnica, a capacitação, a senioridade, autonomia, confiança e responsabilidade.

Um pouco do histórico. A estação de sal teve início na década de 70, quando a então Salgema obteve a concessão de lavra pelo Governo Federal. Em 1995, a Salgema passou por uma mudança de estrutura societária e passou a se chamar Trikem. Em 2002, depois da fusão da Trikem com outras empresas do setor, foi criada a Braskem, que incorporou as operações já existentes em Maceió.

As atividades foram acompanhadas e fiscalizadas pelos órgãos competentes, realizadas de acordo com o processo regulatório minerário ambiental vigente a cada época. Além disso, a companhia buscou adotar as boas práticas do setor, dedicando esforços e recursos, sejam financeiros ou humanos, para priorizar a segurança de suas atividades e de todos os envolvidos. A segurança das pessoas sempre foi uma diretriz inegociável dentro da companhia.

A extração de sal-gema foi totalmente encerrada em maio de 2019, e a Braskem vem adotando as medidas necessárias para o fechamento seguro e definitivo dos poços de sal. O plano traçado foi apresentado às autoridades e aprovado pela Agência Nacional de Mineração. Os trabalhos considerados nesse plano estão sendo realizados de acordo com o que vem sendo discutido e pactuado com as autoridades. Na Braskem, seguimos dedicados à implementação de nossos compromissos com Maceió; esses compromissos, reunidos e divulgados em dez frentes de atuação, são resultado dos acordos celebrados com diversas instâncias do poder público em nível federal, estadual e também municipal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As ações e programas implementados no âmbito dos compromissos assumidos abrangem diversas medidas, como monitoramento do solo, fechamento definitivo dos poços de sal, ações sociourbanísticas e ambientais, zeladoria dos bairros e realocação preventiva e compensação financeira das famílias; inclui também o apoio psicológico continuado às famílias e também o tratamento e cuidado com os animais.

Em 2019, para apoiar a realocação preventiva e garantir que as pessoas pudessem ser indenizadas no menor tempo possível, foi criado o Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação, a partir do acordo assinado com o Ministério Público Federal e o de Alagoas e com as Defensorias Públicas da União e do Estado de Alagoas.

Logo no início de 2020, enfrentamos também o desafio da covid, um desafio enorme, e empreendemos todos os esforços possíveis para a continuidade do apoio à desocupação, a mudança dos moradores e a compensação financeira correspondente.

Como resultado desses esforços, até dezembro do ano passado, 100% dos moradores das áreas indicadas pela defesa civil municipal para a desocupação já haviam sido realocados de maneira segura, sendo que, nos três prioritários, como na região do Mutange e sua encosta, a desocupação foi completada em abril de 2020.

Em relação à compensação dos moradores, até este mês de abril, mais de 19 mil propostas foram apresentadas, mais de 18,7 mil foram aceitas e mais de 18,3 mil foram pagas, representando 95% do total a ser indenizado.

Já as medidas para mitigar, compensar ou reparar os impactos causados pela desocupação dos bairros se dividem em três frentes de atuação, sempre focadas em segurança: a frente de estabilização e monitoramento, a frente ambiental e a frente sociourbanística.

Na frente de estabilização e monitoramento do solo, a Braskem instalou uma rede com mais de uma centena de equipamentos de última geração, com parte desses equipamentos já doados à Defesa Civil de Maceió. Uma central acompanha os dados colhidos 24 horas por dia, compartilhando em tempo real as informações com as autoridades competentes e permitindo que medidas sejam tomadas de imediato.

Na frente ambiental, um plano de ação foi entregue às autoridades após cumprir as fases de diagnóstico e escuta pública e está em plena execução. Como exemplo, o Projeto Aflora Mangue, criado para recompor uma área de 47ha de manguezal na Lagoa Mundaú, já está realizando o plantio de 14 mil mudas em uma área piloto de 3ha.

Já na frente sociourbanística, o diagnóstico que aborda as questões relacionadas ao planejamento e infraestrutura urbana, patrimônio cultural, políticas sociais, economia e trabalho, entre outras, foi





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentado em escutas públicas formais e recebeu contribuições para o plano de ações sociourbanísticas. Mais de 85% desse plano já está consensado com as autoridades e com a sociedade.

Ainda nessa frente, nos trechos desocupados, ações de limpeza, controle de pragas e vigilância patrimonial, em cooperação com a segurança pública, têm sido permanentes.

Outra medida é a cobertura vegetal da área já livre de construções. Também como exemplo, na encosta do Mutange, estão sendo feitas obras de terraplanagem, implantação de um novo sistema de drenagem e o plantio de cobertura vegetal, que, além de contribuir com a estabilização da encosta, ampliará a área verde de Maceió. Essas obras estão 70% concluídas.

Já os imóveis de valor histórico identificados pelo município estão sendo monitorados e, sempre que necessário, passam por obras para manutenção estrutural com a devida preservação das características construtivas. E as informações históricas e imagens recentes desses imóveis estão sendo catalogadas em um dossiê elaborado por historiadores e especialistas.

Outras ações de preservação da cultura e memória previstas também foram iniciadas, a exemplo de apoio por meio de bens e serviços para a realização de eventos de grupos culturais que atuavam na área da desocupação e mediações.

Já no eixo de mobilidade urbana, um pacote de 11 medidas está em fase de execução bem adiantada, com investimento de cerca de R\$360 milhões, valor que também é atualizado anualmente, e um prazo de implementação de três anos para a conclusão. O pacote reúne ações consideradas prioritárias pelo Município de Maceió e complementadas por estudos técnicos realizados por uma empresa especializada, tudo custeado pela Braskem. Inclui construção, ampliação e recuperação de mais de 33km de vias, mais de 11,5km de ciclovias, sistemas de semaforização inteligente e requalificação de passeios públicos.

Em relação aos compromissos assumidos com os Flexais, estão sendo implementadas 23 medidas socioeconômicas definidas no projeto de integração urbana e desenvolvimento estabelecido no termo de acordo celebrado com o Município de Maceió, com o Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado de Alagoas, Defensoria Pública da União, que tem como objetivo restabelecer a dinâmica social e urbana daquele bairro.

Por fim, o acordo firmado com o Município de Maceió, que prevê o pagamento de R\$1,7 bilhão de indenização, compensação e ressarcimento em relação aos danos patrimoniais e extrapatrimoniais provocados pela subsidência e pelo processo de desocupação dos bairros. A gestão desses recursos é de responsabilidade do município, e a assinatura do acordo é adicional às frentes de atuação da Braskem, as demais frentes. Do total, R\$950 milhões já foram pagos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante reafirmar aqui que, nas áreas desocupadas, a Braskem ficou responsável pela conservação e segurança dos imóveis desocupados, entre outras medidas, sempre em cooperação com o poder público.

Prevista no termo de acordo para a desocupação das áreas, a transferência da propriedade dos imóveis indenizados permite que a Braskem possa cumprir esses compromissos estabelecidos nos acordos. Adicionalmente, no mesmo acordo socioambiental firmado em dezembro de 2020, a Braskem se comprometeu a não construir nas áreas desocupadas, seja para fins comerciais ou habitacionais.

Gostaria de começar o meu depoimento a esta Comissão ratificando que nos últimos quatro anos e meio estamos profundamente empenhados em cumprir cada um de nossos compromissos estabelecidos com Maceió e com seus moradores nos acordos assinados com as autoridades, sendo que o maior deles continua sendo a segurança das pessoas.

Seguimos de forma contínua, prestando conta às autoridades, à sociedade e aos moradores das áreas afetadas, trabalhando incansavelmente, sempre focado no respeito, no diálogo e na segurança das pessoas.

Agradeço a oportunidade de detalhar algumas informações junto a esta Comissão e me coloco à disposição para responder a V. Exas. sobre aquilo que for do âmbito do meu conhecimento pessoal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Obrigado, Sr. Marcelo. Vou passar ao Relator que fará as perguntas. Caso o senhor queira responder, fique à vontade.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente. Reiterando aqui os meus cumprimentos a V. Exa., os meus cumprimentos ao Senador Otto Alencar, aqui presente, ao Senador Rodrigo Cunha, a todos os Senadores que nos acompanham, a todos que estão aqui presencialmente na CPI. Quero cumprimentar o Sr. Marcelo Cerqueira, aqui representando a Braskem, e todos os espectadores, ouvintes da TV Senado.

É importante primeiro afirmar que hoje não há mais questionamentos sobre a origem da causa do desastre ecológico, geológico, ambiental, social que ocorreu em Maceió.

Tanto o Sr. Abel Galindo Marques afirmou isto no dia 5, que não havia dúvidas sobre a causa do que aconteceu na Lagoa Mundaú, isso ele afirmou aqui no dia 5 de março; o geólogo Thales Sampaio, que dirigiu o estudo do Serviço Geológico do Brasil sobre as causas da subsidência que estava ocorrendo nos diversos bairros de Maceió, tanto afirmou no dia 6 quanto no dia 7 de maio; da mesma forma que o Diretor Abelardo Pedro Nobre Júnior, da Defesa Civil de Maceió, agora no dia 8 de maio,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presencialmente, também ratificou – ratificou – a responsabilidade objetiva da Braskem pelo desastre ocorrido e em curso na cidade de Maceió; o Sr. Marcelo Arantes também admitiu aqui. E vejo de forma honesta e decente de sua parte também o reconhecimento da responsabilidade da mineração, da atividade minerária que ocorreu em Maceió como causadora dos danos que provocou na cidade de Maceió.

Ficam aqui algumas questões. Primeiro, eu queria... Quando o Sr. Marcelo Arantes esteve aqui, ele sugeriu que várias questões fossem respondidas pelo Diretor de Operações da Braskem, e foi sugerido o nome de V. Sa. para que pudesse responder a algumas questões. Uma delas, que eu perguntei ao Sr. Álvaro... ao Sr. Paulo Cabral – aliás, ao Sr. Paulo Cabral há pouco –, e ele não se dispôs a responder, é: quantos funcionários trabalhavam na mina da Braskem e qual era o perfil desses trabalhadores?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA (Para depor.) – Excelência, o grupo de operadores flutuou na faixa de oito a dez operadores, incluindo o líder, o responsável técnico pela mineração, mas em Maceió nós temos outras duas operações, duas plantas industriais, que compõem cerca de 600 integrantes, que têm estruturas de manutenção, laboratório e outras atividades que também atuavam nas atividades de mineração. E também nessa equipe, ao longo da história, sempre contamos com especialistas contratados, empresas especializadas que apoiavam também o responsável técnico pela mineração, como geólogos, geocientistas, geotécnicos. Então esse era o perfil que compunha a estrutura de operação histórica da mineração.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Nas nossas anotações encaminhadas pela Braskem e em todas as informações que nós solicitamos, havia uma ausência que chamava atenção, que era a ausência de geólogo contratado para atividade de mineração. E o senhor está me dizendo que havia geólogo contratado. Nos documentos encaminhados para nós, não havia geólogo contratado na atividade de mineração que era executada pela Braskem na cidade de Maceió.

Esses contratados eram empresas terceirizadas?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Excelência, sim. A ideia era a gente ter especialistas com experiências diversas em outras regiões do mundo e que pudessem estar apoiando o responsável técnico pela mineração. Então era assim que era solicitado pelas equipes técnicas e foi procedido ao longo dos anos na história, desde a Salgema.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

Por falar em controle de custos na mineração, recebemos informações de que, por muito tempo, o custo da mineração de sal-gema era da ordem de R\$8 por tonelada. Esse era um dos indicadores acompanhados por sua área?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Excelência, não. Isso era acompanhado.... Todas essas informações específicas da mineração, em todas as gestões que tiveram desse processo, sempre foram acompanhadas pelo responsável técnico pela mineração.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Que seria o Sr. Paulo, então?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – É, o Sr. Paulo e outros que também passaram pela sequência dele.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Nos Estados Unidos, o mesmo minério é vendido por aproximadamente US\$60 a tonelada. A diferença entre o custo de oito por tonelada, praticado pela Braskem, era uma das variáveis... o senhor já disse que não era controlada por sua área.

No Brasil, os donos dos terrenos na superfície possuem o direito de receber um valor financeiro pela lavra que ocorre em seus subsolos. A empresa pagou esse direito aos moradores dos bairros afetados?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Excelência, infelizmente, eu não tenho essa informação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k. Você também não sabe quanto foi pago ao longo das últimas décadas a esses moradores sob a forma de Cfem?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Infelizmente eu não tenho, Excelência, esse detalhe.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Na análise dos documentos encaminhados a esta CPI, identificamos documento referido pelo Departamento Nacional de Produção Mineral de 2003 apontando que, durante o horário das 17h até 20h, o custo de energia é bastante elevado; a bomba de injeção é desligada, e a despressurização das cavernas possibilita a manutenção do envio de salmoura para a planta.

Outro documento de extrema importância analisado por esta CPI é o relatório produzido pelo grupo de trabalho criado pelo Confea (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia), coordenado pelo geólogo Waldir Duarte da Costa Filho, que concluía pela existência de abandono dos poços, minas inativas pela Braskem, inclusive desligando as bombas que pressurizavam as cavernas em horários de bandeira vermelha da companhia elétrica, com vistas a economizar, porém causando pressurização... despressurização, propiciando a fluência salina.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas informações nos surpreendem a todos pelo nível de ação temerária e danosa, uma vez que, a essa altura dos trabalhos dados, já sabemos da importância de se manterem as cavidades pressurizadas e estáveis, pois esses processos de desligamento e despressurização seguidos por religamento das bombas causariam movimentação no interior do buraco, das cavas, e comprometeria toda a estrutura.

Posso, então, dizer que as cavidades diversas, ativas e mesmo inativas, eram mesmo submetidas a um período de despressurização intencional para que se economizasse energia? O que o senhor tem a dizer sobre essa questão?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Excelência, eu não sou especialista no assunto, mas eu me informei com minha equipe sobre essa situação. Essa operação foi feita no início dos anos 2000, já bastante tempo atrás. Lá em 2001, houve o racionamento de energia, e foi necessário naquele período um racionamento geral generalizado no Brasil. Então, foi iniciada essa operação; foi analisada pelos técnicos da época. E não havia despressurização; as bombas eram desligadas por alguns momentos, e as bombas alimentavam apenas os poços que estavam em operação, já que as minas que estavam já desativadas teriam a pressurização própria, da própria estrutura geológica da região.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Veja: tanto as minas inativas quanto as minas ativas precisam ser pressurizadas ininterruptamente. O período de despressurização gera movimentação de forças internas, o que pode gerar instabilidade e o subimento da mina. Isso é uma regra explanada aqui por todos os técnicos da área. Portanto, eu quero dizer a V. Sa. que essa explicação corrobora com o que aconteceu com o tempo, que foi a subsidência, que foi o dano causado pela atividade minerária. Porque, veja, se parar, a salmoura misturar... o sal vai se misturar, a pressurização não vai acontecer e a gente vai ter as forças movendo a cavidade, inclusive deslocando-a de local e promovendo a dissolução das camadas superiores da mina, o que abre espaço para o subimento da cava e posterior subsidência da área. Isso foi explicado aqui, e, como um bom ouvinte, apesar de não ser geólogo nem engenheiro da área, mas eu ouvi tanto isso aqui que já estou compreendendo como funciona a física dessa atividade.

Mas eu queria, Sr. Marcelo Cerqueira, fazer uma pergunta agora sobre... O senhor aqui relatou bastante sobre todas as ações que a Braskem tem feito – nós estivemos lá, estivemos no centro de monitoração ou de monitoramento da área feita pela Braskem. A pergunta que eu queria, que gostaria e que todo mundo quer saber: por que a Braskem, ao invés de indenizar, comprou os imóveis? Qual a intenção por trás da compra e não da indenização?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Excelência, esse é um tema bastante jurídico; isso foi discutido com as autoridades no âmbito do acordo da ACP, conhecida como ACP dos Moradores, porque, na discussão com as autoridades, para que a Braskem pudesse trabalhar na segurança daquela região, fazer a demolição e todo o trabalho, o melhor arcabouço jurídico criado foi este, em que a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Braskem faria a compra, na forma de indenização aos moradores, e poderia estar realizando aquele trabalho que os senhores tiveram oportunidade de ver ali naquela região dos bairros.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – No início da fala de V. Sa., o senhor falou que a Braskem não vai fazer nenhum tipo de construção no próximo período. A Braskem tem intenção de fazer e se sente apta ou autorizada a fazer qualquer tipo de construção posteriormente nesta área que fora, em tese – em tese, porque ela foi adquirida, ela não foi indenizada, e essa é uma questão que precisa ser observada pelo Ministério Público Federal, porque em tese ela foi adquirida, ela não foi indenizada... E aqui o senhor em algum momento deixou escapar que "neste momento a Braskem não pretende [neste momento a Braskem não pretende] fazer nenhum tipo de investimento".

A pergunta que eu faço é: posteriormente, a Braskem tem intenção de fazer algum investimento, alguma construção, algo sobre esta área que foi interditada em função da instabilidade do território?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Excelência, o espírito do acordo celebrado com as autoridades e o compromisso assumido é a Braskem não utilizar aquela área para fins industriais, fim comercial. Hoje nós estamos trabalhando na segurança da área, na segurança das pessoas e, no futuro, a companhia sempre vai estar dialogando com as autoridades, e o destino da área vai sempre respeitar os interesses da sociedade maceioense, da sociedade alagoana.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

Por que motivo a Braskem questionou a inclusão do novo mapa na Justiça Federal, mesmo tendo utilizado este critério para incluir no primeiro acordo de realocação de pessoas e de pagamento pelos imóveis, da aquisição de imóveis, por que motivo a Braskem ingressou com ação na Justiça para evitar que novas áreas que, sabidamente, são áreas instáveis, são classificadas como 01 de risco... Por que foram objeto de questionamento jurídico no TRF5?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Excelência, a informação que eu tenho é de que as áreas que foram acrescentadas na revisão 5 do mapa da Defesa Civil são áreas de monitoramento e que a própria nota técnica da Defesa Civil não recomenda a realocação de pessoas, já que é uma área de monitoramento.

Em 2020, quando foi publicado o mapa 4, foi um momento ainda de muitas incertezas, não existia monitoramento da área na proporção que se tem hoje, o nível de subsidência era muito maior, então as autoridades, junto com a Braskem, optaram por essa realocação preventiva também da área 01. Já a área 01 atual é uma área onde o nível de informação é muito maior, e a própria Defesa Civil reiterou isso. Uma informação adicional: a ação civil foi movida pelo Ministério Público, não foi movida pela Braskem. A Braskem, nesse caso, não foi a empresa que entrou com ação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Na verdade, a Braskem, o Ministério Público entrou para garantir que a área fosse mantida, e tem uma pendência entre o Ministério Público Federal e a Braskem para garantir que essa área seja incluída. A Braskem conseguiu uma decisão liminar, ou uma decisão do TRF5, excluindo uma determinada área de haver indenização e realocações. Então, na verdade, é o Ministério Público o polo ativo no sentido de exigir que a Braskem siga o mesmo roteiro, porque nós estamos falando de uma área de quebra, uma área de borda. Inclusive, isso nos foi apresentado pela própria Defesa Civil quando estivemos em Maceió, que essa área de borda precisa ter uma atenção especial porque ela é a que mais gera dano para as pessoas, porque, na área de subsidência, o imóvel desce reto, ela vai descendo linearmente. A área de borda é quando ela quebra. Portanto, é quando ocorrem as rachaduras, é quando ocorrem as fendas em solo. Diante disso, há um questionamento, e esse questionamento foi corroborado, pelo menos na reunião em que nós tivemos com a Defesa Civil, em que estavam a Defesa Civil e a Procuradora do Ministério Público Federal; ambos tinham uma posição semelhante, divergente da posição adotada pela Braskem.

Então, aqui fica esse questionamento, para que a gente possa colocar no nosso relatório a necessidade de que isso seja revisto.

Com relação aos investimentos, por que houve corte de investimento de 52 milhões entre 2015 e 2017, na mina?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Excelência, em relação aos investimentos, eu também procurei me informar desse período, com a equipe da época, e eu verifiquei que ali, no relatório, ele é publicado em investimento do triênio. Quando a gente soma, os números não se somam, porque eles são números em que você olha o triênio e depois você reprograma os investimentos dos anos seguintes.

Uma outra informação também que eu obtive com a equipe é que nem todos os investimentos foram publicados no RAL, mas nós temos os investimentos, todos que foram realizados estão na base da companhia. Nós podemos fornecer essa informação a esta Comissão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Essa informação não foi fornecida até agora.

A informação que nos foi fornecida, oficial, pela Braskem... A gente precisa ser muito transparente aqui, no nosso diálogo. A Braskem informou a gente de que tinha um plano de investimento de 53 milhões e de que foi investido R\$1 milhão; 52 milhões deixaram de ser investidos em 2015 e 2017. Essa informação, eu não tirei da minha cabeça nem tirei de documento secundário; essas informações foram retiradas de documentos encaminhados pela própria Braskem.

Então, a forma de apresentação não muda o substantivo da informação. Portanto, é importante que vocês se acertem lá, porque para cá... E não há como dizer que uma coisa aconteceu se, nos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

registros oficiais da empresa, informados à própria CPI, dizem que aconteceu, porque lá está dizendo que não aconteceu e dizem que só foi investido R\$1 milhão. Certo? Isso é claro.

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Excelência, eu posso disponibilizar, logo após a sessão. Nós temos, na base da companhia, eu procurei me certificar dessas informações desse período.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k. Isso deveria estar no RAL. Se não está, é porque tinha alguma intenção, como, por exemplo, depreciar o custo do minério.

Então, vamos ver essa informação.

Eu queria fazer mais uma questão aqui. A Braskem, ao longo desse período, contratou várias empresas. O senhor, como diretor, como Vice-Presidente operacional da empresa, o senhor sabe que a Braskem contratava empresas para produzir relatórios sobre a condição de produção e o estágio, o estado de cada cava, de cada mina especificamente.

O senhor acompanhava a contratação dessas empresas terceirizadas para a produção desses laudos?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Excelência, quando a diretoria da companhia se deparou com aquela situação, em 2019, a gente ouviu das equipes técnicas a necessidade de a gente buscar conhecimento onde tivesse os maiores especialistas do mundo nesta área, para poder endereçar as ações que seriam necessárias.

Então, com isso, fomos atrás do Instituto Francês de Geologia, da Universidade de Houston, do Instituto de Geologia de Leipzig, entre outros, com o espírito de se aprofundar ainda mais no conhecimento em relação ao trabalho feito pela CPRM e, então, trabalhar nessa direção.

Todo esse trabalho foi conduzido pelas equipes técnicas, no processo de identificação.

E é nossa área de suprimentos que faz a contratação das equipes.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Veja só: é importante relatar também que, apesar do pouco tempo, mas pela intensidade de acompanhamento dos dados, das informações, a Braskem contratava regularmente empresas para estadiar. Estadiar, o nosso Senador Otto Alencar sabe o que quer dizer "estadiar" na medicina. Quer dizer "em que estágio se encontra um determinado tumor".

Quando você faz uma chaga no subsolo, você estadia essa chaga, você vai saber qual é o tamanho dela, se ela é saudável, se ela não é saudável, se ela extrapolou, se não extrapolou os limites, se ela está dentro da regularidade, se ela é segura, se ela não é segura.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Veja: este é um tema que eu ainda não tratei hoje e para o que nós precisamos ficar atentos. O setor minerário brasileiro opera com uma captura do setor regulado, 100% capturado. São as mineradoras que fazem os estudos.

Então, independentemente de ser no momento de crise de 2018 em diante, durante toda a existência do processo de mineração de sal-gema, era a própria mineradora que contratava os estudos e apresentava aos órgãos de controle.

E a questão que nos chama a atenção é que a maioria desses órgãos – inclusive, teremos que dar um tratamento muito duro a esses órgãos – trabalhava com dados secundários. E a gente sabe que dados secundários não permitem uma... Ou seja, tem que ter a ressalva.

Quando você faz um relatório a partir de uma determinada base de dados, você tem que dizer que aquele relatório se refere àquela base de dados.

E essa ressalva precisa estar colocada para garantir a fidedignidade, a veracidade e até a credibilidade do relatório.

No momento em que eu assumo aquela base de dados secundária como verdadeira, eu estou atestando que aquela base de dados é fática. Portanto, eu assumo a responsabilidade sobre a base de dados primária, que foi entregue por um terceiro. E eu avalizo.

Então, tanto o Instituto Geológico Francês, o alemão, como os professores da USP, todos incorreram numa ação um tanto quanto temerária, que precisa ser objeto de investigação posterior, de afirmar aquilo que não podiam comprovar, porque utilizaram de uma base de dados secundária, que foi fornecida pela própria empresa.

O único estudo de que nós temos notícia de que a base de dados foi buscada *in loco* foi o do Serviço Geológico do Brasil, que teve interferometria sendo executada, que teve sonar sendo resultado, DPSG... Eu acho que é isso, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – DGPS, que é da movimentação lateral e das movimentações das cavas, das forças, das cavas, de toda a base, os sismógrafos localizados... Ou seja: o único estudo que teve busca de dados primários para se autoembasar foi o do Serviço Geológico do Brasil. E foi o único que conseguiu dizer e estadar a situação do território de Alagoas.

Portanto, eu quero deixar aqui claro a todos que esses institutos incorreram num erro e numa situação que coloca sob questionamento todos os resultados desses estudos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas foram esses estudos – e aí eu pergunto ao senhor – que embasaram a posição da Braskem, inclusive junto à CVM, quando foram demandadas da CVM informações importantes sobre multas, sobre perdas de recursos? Por que, durante tanto tempo, mesmo com o estudo feito pelo Serviço Geológico do Brasil, a Braskem insistiu em afirmar que aquela situação que ocorria em Maceió era decorrente de atividades naturais, de movimentos sísmicos de origem natural e não decorrentes da atividade de mineração? E por que essa tese levantada, mesmo considerando dados secundários e esses institutos que foram contratados para questionar o Serviço Geológico do Brasil... Por que é que esses estudos foram os estudos adotados até 2023 pela Braskem? Inclusive, creio eu que foi por conta disso que se trabalhou não com o conceito de indenização, mas com um conceito de compra das áreas, e isso numa habilidade extraordinária dos escritórios de advocacia que atendem à Braskem.

Eu queria saber de V. Sa. por que que foi feito dessa forma e não assumindo desde o início? Talvez isso pudesse reduzir um pouco o dano à imagem da própria Braskem e da própria empresa na opinião pública.

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Excelência, desde 2019, quando nós nos deparamos com a informação de que havia a subsidência, a partir do relator da CPRM, a contratação e o espírito da contratação dessas empresas foi, de fato, agregar conhecimento e trabalhar no principal, naquele momento, que era a segurança das pessoas, em um plano que resolvesse a estabilização da área.

Então, foi um trabalho feito com muito afinco, pra complementar toda a informação valiosa que veio do relatório da CPRM.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Veja só: a Agência Nacional de Mineração afirmou a esta CPI que recebeu informações falsas ou enganosas da Braskem que induziram a agência ao erro no exercício da fiscalização.

A Braskem sempre... Abre aspas: "A Braskem sempre afirmou para o órgão que a margem de exploração era segura e não comprometia as estruturas da superfície".

Esse comportamento de ludibriar e distorcer informações ao regulador era a forma encontrada pela empresa de domesticar a autarquia do Ministério de Minas e Energia?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Excelência, eu desconheço essa informação de omissão. A diretriz da diretoria, o espírito sempre é atuar com respeito às autoridades e à transparência nas informações.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Perfeito.

Em 1986, foi feito o Relatório de Impacto Ambiental, o Rima, sobre a extração de sal-gema, em Maceió.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo depoimento do Diretor-Presidente do Instituto do Meio Ambiente de Alagoas, o estudo de impacto ambiental, estudo mais completo e profundo sobre a mineração, foi extraviado. Deste modo, o Rima é o único documento que fundamenta a viabilidade ambiental da mineração na capital alagoana.

Assim são as conclusões do Relatório de Impacto Ambiental:

Não serão provocados alterações ou comprometimentos ambientais de nenhuma forma, seja no aspecto visual, sonoro, químico ou físico. Da mesma forma, não serão afetados nem o ar, solo, subsolo e os recursos hídricos, durante a fase de produção. A única modificação direta da fase de operação ocorre no subsolo, pela substituição, a cerca de 900m de profundidade, de partes localizadas na camada de sal por água. Na verdade, é praticamente apenas uma operação de substituição.

Em relação à presença dessas cavidades subterrâneas, preenchidas com água, não se deve ter qualquer preocupação ambiental, uma vez que suas dimensões são totalmente controladas, previamente determinadas e estão recobertas por camadas consolidadas de folhelhos e calcário. Nesse aspecto, pode-se admitir uma segurança ambiental total em relação ao projeto do empreendimento descrito.

Eu quero dizer aqui que todas essas informações não têm amparo em nenhum estudo de testemunho de solo.

Alguém sabe que é estudo de testemunho de solo?

Quando você vai fazer uma atividade desse tipo, você tira uma amostra de solo da superfície até o local da exploração e você vai saber qual é a composição, e não há registro de estudo de testemunho de solo para que tal afirmação pudesse ser feita seja lá por quem for, ou pelo órgão ambiental, ou pela empresa que tinha como responsabilidade apresentar ao órgão ambiental as condições de segurança para a produção de minério de sal na região, que era uma região próxima à área urbana, inicialmente, e depois totalmente urbanizada, totalmente coberta por população.

Sr. Presidente, aqui eu só tenho mais uma questão a fazer: primeiro... Aqui, várias questões já foram apresentadas. A gente vai voltar ao mesmo de sempre.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Rogério, eu poderia fazer uma interpelação aqui, uma contribuição?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pode. Depois eu concluo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu queria, Dr. Marcelo... O senhor era o responsável pela elaboração e aprovação do orçamento da Braskem para a atuação lá em Alagoas?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA (Para depor.) – Excelência, esse é um processo longo que começou na década de 70. A elaboração...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, eu estou falando da aprovação do orçamento a partir da sua entrada na empresa.

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Se o senhor era que elaborava e aprovava o orçamento...

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Não, o orçamento, a previsão orçamentária na Braskem, ela funciona partindo das equipes técnicas – no caso específico da extração de sal, do responsável técnico pela mina –, e, do ponto de vista da diretoria, a gente aprova o investimento macro da Braskem, não as situações específicas que vêm da estrutura das diversas plantas industriais que nós temos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sim, mas existia um orçamento direcionado só para essa atividade, que o senhor aprovava...

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... que o senhor era responsável pela aprovação.

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Da forma que ele é feito, ele é aprovado nos níveis do responsável técnico pela mineração, nos níveis gerenciais, e, quando vai para a estrutura de diretoria, ele vai no âmbito... No meu caso, por exemplo, eu sou responsável por 40 plantas industriais; então, eu recebo um orçamento agregado, porque em todas as plantas há necessidade de investimento, com a sua complexidade, a sua tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O senhor tinha noção de quanto era destinado para a manutenção das minas?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Excelência, eu não tenho esse detalhe aqui no momento, mas podemos informar a esta Comissão prontamente, aqui, após a sessão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, o senhor vai encaminhar para o nosso Relator quanto era destinado do orçamento para a manutenção das minas.

O senhor alguma vez fez algum corte no orçamento? E, se fez, pode encaminhar para aqui, a CPI?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Excelência, não... Não me lembro de nenhum corte que tenha sido feito relacionado à extração de sal. A segurança sempre foi tratada, como eu comentei no início, como uma diretriz inegociável, e o investimento de segurança sempre foi priorizado na companhia.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O senhor sabe dizer se já foi realizada alguma investigação interna para apurar eventuais responsabilidades da Braskem e de seus integrantes?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Excelência, não.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não sabe?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Não. Que eu tenha informação, não existe nenhuma investigação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ou seja, não teve nenhuma investigação interna? Alguma? Nenhuma, por exemplo, auditoria, alguma investigação interna para observar o funcionamento da Braskem lá naquela mina?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O senhor é o Vice-Presidente e deveria ter conhecimento disso.

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Não tem nenhuma investigação em andamento. Eu acho que, inclusive, isso foi informado aqui, a esta Comissão também.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O senhor não tem conhecimento?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Isso.

Mas foi informado à Comissão que não há investigação interna.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não houve investigação interna?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Não houve investigação interna.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O senhor poderia me dizer se o *compliance* da Braskem já detectou algum desvio na capacitação técnica dos controles da mina?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Excelência, do que eu tenho informação...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A Braskem tem um *compliance* muito avançado, importante. Ou seja, não é possível que o senhor, como Vice-Presidente, não tivesse conhecimento do que se passava internamente a respeito da exploração das minas.

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Excelência, dentro do âmbito das operações, as decisões são tomadas nos níveis gerenciais. Eu faço, a partir de 2019, a gestão macro da área industrial, que são 40 plantas, um nível de complexidade muito grande, 5 mil integrantes. Então, esse assunto veio mais para a diretoria, de fato, quando houve, em 2019, o relatório da CPRM. Então, a gente passou a tratar, no nível de diretoria, já no nível de mitigação e reparação dos danos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas a empresa deve ter esses relatórios feitos por alguma investigação interna, alguma auditoria interna, até pelo *compliance* da empresa, e esses relatórios seria importante, Senador Rogério Carvalho, que fossem encaminhados aqui para a nossa avaliação. Então, o senhor se compromete a encaminhar isso?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Sim, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Se compromete, então, a encaminhar?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Sim. Se ainda não foi encaminhado, vou me certificar com a nossa equipe jurídica e encaminhar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É fundamental que se encaminhe para aqui.

Outra coisa: em que período esteve sob sua responsabilidade direta o controle das minas? E de forma indireta. Direta e indireta.

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Excelência, de forma direta, eu nunca tive. Isso sempre foi uma atividade tratada no nível de responsabilidade técnica – não é? –, e eu sempre atuei numa linha de gestão macro da estrutura industrial. Então, por um período, desde 2019, eu tenho essa gestão de forma indireta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O vazamento de cloro nas unidades foi durante a sua gestão, o seu período? O senhor estava à frente da Vice-Presidência da Braskem desde que assumiu?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Isso aconteceu em 2011, Excelência. Sim, eu estava lá, e nós atuamos naquela época para conter o evento e trabalhar nas lições aprendidas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas, Dr. Marcelo, o vazamento de cloro naquela época, em 2011, foi uma coisa muito grave, e uma empresa como a Braskem, que tem o senhor, que é um especialista formado em engenharia química, com toda a estrutura que tem de investigação, de *compliance*, de auditoria... Ou seja, permitir o vazamento de cloro... Naturalmente, sem dúvida nenhuma, o nosso diagnóstico é de que houve uma falha técnica muito grande. Isso foi em 2011, realmente, na sua gestão, e alguma responsabilidade teve. E isso... Eu gostaria que o senhor encaminhasse todos os relatórios técnicos que mostrassem o porquê do vazamento do cloro naquele período. Então, o senhor se compromete a encaminhar?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Excelência, sim. Vamos encaminhar os documentos sem nenhum problema.

E, desde então, nós não tivemos mais nenhum registro de eventos envolvendo a planta de cloro-soda. Foi um aprendizado grande, um investimento grande. A gente continua fazendo investimento em segurança e, desde 2011, nenhum evento a mais aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O que eu falo mesmo, Dr. Marcelo, é que não deveria ter acontecido, diante da estrutura que tem a empresa, em nível de Brasil, em nível internacional, com tantos técnicos e tanta tecnologia que pode evitar o vazamento de cloro, que é uma coisa grave, e isso aconteceu. Ele fechou a porta depois que teve o grave acontecimento lá em 2011, tomou providência depois. Ou seja: de alguma forma, não há como negar a negligência técnica que aconteceu, ao longo desse período, na exploração de sal-gema lá na mina de Maceió, lamentavelmente.

É isso, Relator, que eu queria acrescentar.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Presidente, eu vou concluir aqui. Só tenho mais quatro questões.

A primeira é sobre uma... O Diretor-Presidente do Instituto do Meio Ambiente de Alagoas relatou a esta CPI que as informações que deram base para a concessão e a manutenção das licenças de operação de mineração de sal-gema eram fornecidas unicamente pela Braskem, o que eu já falei há pouco, que ela sempre contratou e era responsável por isso, por repassar informações.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre este fato, eu pergunto: A Braskem teve, ao longo dos últimos 20 anos, algum contratempo para obtenção de licenças junto ao Instituto do Meio Ambiente de Alagoas, à Agência Nacional de Mineração e ao Ministério de Minas e Energia?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA (Para expor.) – Excelência, que eu tenha informação, não, nenhum contratempo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A Braskem apresentou informações falsas ou omitiu informações ao órgão ambiental do Estado de Alagoas? O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Eu desconheço, Excelência, essa informação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria só deixar aqui relato... O Diretor-Presidente do IMA, Gustavo Lopes, afirmou, em seu depoimento perante esta CPI, no dia 13/3/2024, que o órgão autou a empresa por esse motivo. O auto de infração foi recebido como documento sigiloso nesta CPI; enviado pelo IMA, multava a empresa em aproximadamente R\$1,6 milhão. Apesar disso, o órgão ambiental, desde 2005, concedeu uma licença à Braskem sem estudo de impacto ambiental, admitiu que a empresa operasse as minas em desconformidade com o plano de lavra e não avaliou adequadamente os esparsos relatórios de monitoramento encaminhados pela empresa.

Ou seja: ele afirma que a Braskem passava informações não correspondentes à realidade, e por isso multou. Infelizmente, o mesmo instituto que multou depois cancelou as multas. Nós verificamos isso na sequência.

Por fim, eu quero fazer mais duas questões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Só para colaborar em relação às multas: qual foi o artifício que o IMA utilizou para desfazer as multas da Braskem?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Excelência, eu não tenho essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Porque, se o Instituto do Meio Ambiente multa – e tinha razão em fazer a multa naquele momento –, e depois cancela as multas, não dá para explicar, porque multa ambiental se paga; mas foi cancelada por quê? O senhor não tem conhecimento?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Excelência, eu não tenho a informação.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Vocês repassaram 1,7 bilhão para a Prefeitura de Maceió, correto?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Sim, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Quais são os compromissos da Prefeitura de Maceió em relação a esse 1,7 bilhão? Eles assumiram compromissos? Ou foi repassado pura e simplesmente num acordo feito entre prefeitura e Braskem?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Excelência, esse acordo visava a fazer a compensação dos danos patrimoniais e extrapatrimoniais, e a prefeitura tem o compromisso de implementar, usar esse recurso em políticas públicas, em benefício dos moradores de Maceió.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Os moradores de Maceió é uma coisa, os moradores dessa área é outra coisa. Quem está afetado são esses moradores. O que vocês gastaram com indenização ou compra, ou o que vocês queiram chamar, foi em torno de 4 bilhões, com 16 a 17 mil famílias, que totalizam mais de 60 mil pessoas, em cima de danos morais, em cima de pagamento de prédios, de residências, umas de baixo custo, outras de médio custo ou alto custo. Tinha vários custos ali, pelo que eu pude ver *in loco* quando estive lá em Maceió na semana passada. E, para a Prefeitura de Maceió... Vocês gastaram, com 60 mil pessoas, R\$4 bilhões; e só para a Prefeitura de Maceió vocês gastaram R\$1,7 bilhão, dos quais – desse R\$1,7 bilhão – se comprou um hospital que nem concluído está – nem concluído está.

Há algum compromisso escrito em que seria gasto esse R\$1,7 bilhão que vocês repassaram?

Para mim, é muito estranho esse repasse de R\$1,7 bilhão, até porque o estado também tem equipamentos lá, e o estado não foi indenizado em absolutamente nada.

O estado deve ter equipamentos lá nessa área, nessa região. A título de indenização ou para fazer alguma coisa, a primeira coisa que a Prefeitura de Maceió fez foi comprar um hospital que...

Não é a CPI que tem que investigar isso. Quem tem que investigar isso é a Câmara Municipal de Maceió, é a Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas, é o Ministério Público estadual, é o Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, para saber o valor real desse hospital, porque o valor é bem acima de você construir até o custeio de média e alta complexidade, que não é de competência da prefeitura. E se comprou um hospital de média e alta complexidade num valor acima, bem acima daquele que seria se você fosse construir um novo. Mas isso não é um problema da Braskem. Isso é um problema que a prefeitura vai ter que prestar conta com a população de Maceió.

Agora, por que é que o estado não foi indenizado na mesma proporção que a Prefeitura de Maceió foi baseado nos equipamentos que foram perdidos ou indenizados ou coisa parecida?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Excelência, existe um diálogo em andamento com o Governo do Estado de Alagoas em relação aos ativos, aos grandes equipamentos do Governo do Estado que estão na região. Inclusive, já foram provisionados, fazem parte da provisão que está na base da companhia. Então, esse diálogo segue, e esperamos em breve a gente estar fechando essa reparação aí dos equipamentos que estão naquela região.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Bem, eu vi umas obras lá que vocês estão fazendo na avenida que sai do aeroporto até o local a que nós fomos, que é uma ciclovia e a ampliação da avenida. O senhor falou, no início, que em torno de 360 milhões de obras que foram licitadas ou contratadas pela empresa lá para a cidade de Maceió. Uma dessas obras eu tive a oportunidade de ver.

Esse critério para fazer essas obras é uma escolha da Braskem ou da Prefeitura de Maceió?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Excelência, essa ciclovia ela faz parte...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Mas não me falaram que era só ciclovia. No dia, a pessoa disse também que era a duplicação daquela avenida. Eu não sei se por que eu não moro em Maceió, eu não conhecia... Eu vi uma obra em andamento ali, por isso que eu estou lhe perguntando. Era uma ciclovia e, segundo a pessoa informou para a gente – era da defesa civil a pessoa que estava me informando –, era a duplicação daquela estrada que sai do aeroporto e vai lá aonde nós estivemos visitando.

Foi a prefeitura que optou por essas obras ou foi a Braskem que decidiu fazer essas obras lá?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Excelência, com aquela área dali do Pinheiro sendo fechada para as atividades que estão sendo executadas, várias ruas foram interrompidas, e, no acordo socioambiental, assinado com o Ministério Público Federal do estado e as defensorias públicas, foi estabelecido uma parte que se chama mobilidade urbana. Então, houve a discussão com o Município de Maceió sobre necessidades que o município já enxergava, e foi feito um estudo técnico que indicou onde deveria ser mexido na cidade.

Então, por exemplo, aquela duplicação que o senhor viu saindo de Maceió, aquela é uma via principal em Maceió, que é a Fernando de Lima. Houve a recomendação de duplicação, exatamente para compensar o trânsito que estava sendo causado pela supressão das ruas daquele bairro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Bem, eu não conheço a geografia de Maceió, eu não sei o quanto afetou nesses bairros.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Duas horas para sair da cidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Então, eu não conheço a realidade nem posso aqui emitir uma opinião. Eu estou querendo saber quais são as prioridades do investimento, ou, aliás, das obras que a Braskem está fazendo diretamente. Não se repassou esse dinheiro. Além de 1,7 bilhão, que o senhor relatou, e está se fazendo também 360 milhões. Isso vai para mais de R\$2 bilhões em Maceió de contrapartida pelos danos causados da empresa Braskem para a Prefeitura de Maceió – para a Prefeitura de Maceió, para a população de Maceió.

A grande preocupação nossa é o Flexal, que eu não fui visitar, mas o Senador Rodrigo Cunha e o Senador... Porque aquela outra parte do Flexal está isolada. Esse pessoal não teve nenhum tipo de indenização nem danos morais, e o isolamento deles é preocupante, porque, se estavam convivendo todo mundo junto, nós nos preocupamos com isso.

Por isso que eu vou passar novamente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Eu preciso ir lá para a CAE, preciso encerrar aqui, Presidente...

Eu só tenho uma pergunta e uma afirmação: primeiro, é importante dizer que, no caso da produção de dados feita pela Braskem que repassava para empresas que faziam laudos, como o instituto Flodim, por exemplo, que recebeu informações, recebeu de 4 cavas das 35, das 4 que não tinham problemas. Então, é fácil você produzir um relatório e mostrar a saúde do processo de produção de sal na região quando você pega, de forma seletiva, e apresenta informações sobre minas que estão ainda em condições de exploração e saudáveis. Certo? Não foi sobre todas as minas, mas sim sobre algumas minas que estavam bem. Então isso, de certa forma, mostra como era passada a informação para as empresas que faziam os estudos.

A segunda pergunta, porque a outra pergunta que eu iria fazer o Senador Omar Aziz já fez: por que 4,5 bilhões para 60 mil pessoas e 1,7 bilhão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Dois bilhões.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... 2 bilhões para a Prefeitura de Maceió? Eu talvez tivesse uma explicação, mas ninguém deu essa explicação, nem o próprio Procurador do município deu essa explicação.

É óbvio que, se você remaneja 60 mil pessoas para toda a cidade e fecha um pedaço da cidade, o investimento vai ter que ser feito em toda a cidade, mas ninguém deu essa explicação e ninguém apresentou nenhum tipo de explicação plausível para essa diferença.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, eu quero deixar uma pergunta para V. Sa.: a Braskem retirou mais sal do que a capacidade de segurança dos poços?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Excelência, eu me consultei também com as equipes sobre a história da extração, e a informação que me foi passada é "não". O limite de extração foi respeitado durante o período aí da extração de sal.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Bom, o que eu posso dizer para V. Sa. é que nós temos uma discordância aqui profunda, até porque todos os estudos mostram que a Braskem não só não respeitou os planos de aproveitamento econômico de mina, aquele inicial, juntou as cavas... Tanto é, que as cavas – 18, 19, 21, 22, 23... –, todas elas, várias cavas foram... Elas se fundiram, e se fundiram porque houve a exploração, a lavra predatória e o descumprimento do plano econômico, o plano de exploração econômica das minas.

Então, fica aqui o registro: a Braskem retirou mais sal do que a capacidade de segurança dos poços.

Eu esperava que... Como foi dito tanto pelo senhor quanto pelos outros que o antecederam aqui, como o Sr. Marcelo Arantes disse, que a responsabilidade, a causa foi gerada pela Braskem e pela produção de minério, só tem um motivo: tirar mais sal do que o permitido, tirar mais sal do que o plano de aproveitamento econômico da mina.

Eu encerro, Sr. Presidente, e eu peço licença para ir lá à CAE...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Tá.

Eu só quero comunicar aos Srs. Senadores que amanhã será lido o relatório pelo Senador Rogério Carvalho e deverá ser dado vista aos Senadores, para que a gente vote o relatório final no dia 22 deste mês, que é o prazo que termina a CPI.

Vou passar a palavra ao Senador Rodrigo Cunha para fazer as perguntas ao Sr. Marcelo de Oliveira Cerqueira.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Para interpelar.) – Sr. Marcelo de Oliveira Cerqueira, Vice-Presidente Executivo da Braskem, quem poderia ter agido para evitar a tragédia que ocasionou o afundamento dos bairros em Maceió?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA (Para depor.) – Excelência, esse é um tema complexo. Eu não sou especialista no tema de minas ou extração de sal. Então, é um tema longo e precisaria de uma discussão com pessoas mais técnicas. Infelizmente, eu não tenho como trazer essa resposta para o senhor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Bem, de acordo com os indícios da Polícia Federal, a exploração de sal-gema não seguiu os protocolos de segurança que são recomendados nem também os planos da lavra correspondentes.

Internamente, em qual momento a Braskem percebeu isso?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Excelência, esse assunto veio para a Diretoria da Braskem em 2019, com o relato lá da CPRM, na publicação do relatório. Até então, esse era um tema que não circulava na diretoria. Era um tema totalmente tratado nas equipes técnicas.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Também há diversos indícios de que a Braskem prestou informações falsas ou omitiu informações para os órgãos de fiscalização. V. Exa. confirma?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Excelência, eu desconheço. A diretriz da Diretoria é sempre atuar com respeito e transparência com os órgãos e fornecendo as informações necessárias dentro do processo ambiental e regulatório.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – O Sr. Thales Sampaio, que é um dos maiores especialistas em geologia no país, que estava coordenando a ação em Maceió, que detectou o que de fato estava ocasionando o afundamento dos bairros, inclusive a responsabilidade, ele disse aqui nesta CPI que a Braskem estava entrando ou entrou com ação, pedindo uma indenização de R\$1 bilhão por danos morais, devido ao relatório apresentado na CPRM.

Temos a certeza absoluta de que aquele relatório estava correto. A Braskem hoje, inclusive, assume sua responsabilidade.

A minha pergunta: as empresas que realizaram os relatórios, esses que não estavam corretos, a Braskem vai buscar alguma indenização dessas empresas?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Excelência, essa informação da ação da Braskem de R\$1 bilhão contra a CPRM não é verdadeira. Então, não existe essa ação.

E, na Braskem hoje, o nosso foco está em estabelecer e cumprir os compromissos com a cidade de Maceió. Não existe nenhuma direção de buscar indenização das empresas que atuavam apoiando a Braskem nesse trabalho.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Eu percebi aqui, o Senador Rogério foi extremamente técnico, fazendo perguntas muito assertivas. E aqui eu quero entrar acho que no cerne do que mais me motiva a estar aqui todos os dias e todos os minutos desta CPI, que é o cerne das pessoas que sofrem em Maceió – não é que sofreram; estão sofrendo até hoje –, tanto as que saíram das suas residências, como as que estão morando nas bordas e nas áreas próximas à região.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É impossível em Maceió alguém não conhecer ou não ser morador desses cinco bairros. Se 60 mil pessoas saíram, a área afetada é uma grande área, e todo mundo tem amigos, parentes ali na região.

E é interessante observar a postura da Braskem. Hoje o clima é um dos principais assuntos a serem tratados, inclusive nas escolas. E, quando se fala em sustentabilidade, quando se fala no tripé da sustentabilidade, a Braskem é usada como exemplo, e como exemplo negativo. O tripé da sustentabilidade, o senhor sabe, é o social, que não foi observado; é o ambiental, que está demonstrado que não foi observado; apenas o econômico, esse aí com uma grande incidência, foi o que ocasionou a quebra dessas pernas do tripé.

Então, por isso, eu acho que, neste momento que nós estamos vivendo aqui, ainda a Braskem tem uma excelente oportunidade de transformar algo extremamente negativo em algo positivo. Essas pessoas são vidas que permanecem ali. Quem saiu hoje tem um grande dano financeiro, tem um grande prejuízo social e psicológico, que pode ser revisto, que pode ser consertado. Então, acredito que a maior propaganda que a Braskem pode fazer é que, diante desse fato, em que a CPI trabalhou de maneira séria desde o começo... Desde o começo, a CPI aqui foi em busca de informações, de clarear, de trazer transparência e de buscar justiça. Então, diante desse momento, pelo tamanho que é essa multinacional; por o senhor, que é o Vice-Presidente, falar aqui que reconhece essa responsabilidade e que assume a responsabilidade do que aconteceu em Maceió – assumiu a culpa do que aconteceu em Maceió –, também está na hora de assumir as consequências dessa culpa.

Aqui a gente está falando da vida de pessoas que realizaram o seu maior sonho, de comprar sua residência, e foram retiradas das suas casas não porque elas queriam vender suas casas; porque tinham que sair dali porque sua vida estava correndo risco. Ninguém saiu dessas casas e foi para um lugar melhor. As casas, o valor que foi estipulado naquele momento... Vou dar aqui o exemplo principalmente dos mutuários, das pessoas que tinham financiamento, que financiavam a casa. Trazendo um caso concreto, imagine o senhor, conversando com o senhor Rogério, ontem, em Maceió: financiou a casa com 45 anos – quando ele tinha 45 anos, financiou a casa –, por 30 anos; pagou 20 anos dessa casa. Recebeu o valor atual, mas, para ele morar em outro local, numa casa igual, ele vai ter que fazer um financiamento.

O financiamento que ele fez com 45 anos é um financiamento muito diferente do de quem vai financiar uma casa com 65 anos. Os juros que ele pagava a 4% e que hoje chegam perto de 14% fazem a parcela chegar muito alta, fazem com que ele, com mais cinco pessoas na sua casa, vá morar num apartamento com dois quartos, em uma área completamente diferente daquele em que a sua família cresceu, ali, durante 20 anos.

A Braskem não pode olhar para esse caso aqui e achar que hoje é a mesma situação de quando ela não admitia a sua culpa, de quando ela acreditava, através dos laudos que contratou, que era o motivo de uma má conservação pelo proprietário daquele imóvel, ou uma má construção do que foi





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

feito. Ela sabe hoje que o que fez o Seu Geraldo sair da sua casa foi porque ela teve uma ganância, porque não teve uma prudência, porque faltou em perícia, porque causou um prejuízo e deixou aquelas pessoas inseguras.

Então, hoje é este o meu pedido: que a Braskem refaça esses acordos com as pessoas que saíram das suas casas, que foram obrigadas a um contrato extremamente leonino, um contrato de adesão, que não era um acordo, que não deu possibilidade de negociação, zero, em que se pagaram R\$40 mil para o Seu Geraldo, que tinha cinco pessoas na sua casa, mas que, se tivesse uma, continuaria pagando R\$40 mil; em que, por esses danos aqui, está estabelecido, pelo deslocamento forçado, o valor de 20 mil, e, pela perda do imóvel, o valor de 20 mil: R\$40 mil. Mas só que nós temos aqui o dano psicológico, pois a filha dele – a filha dele – teve problema psicológico, tentou inclusive o suicídio, e hoje ele tem um problema psicológico sério, um problema que não foi olhado aqui, fora os outros danos emocionais, educacionais, enfim, situações reais de gente de verdade, a quem naquele momento a Braskem, eximindo-se de qualquer responsabilidade, disse: "Olha, eu não vou entrar nesse ponto". Mas, hoje, neste momento, o senhor, como Vice-Presidente, diante de uma CPI, diz que tem responsabilidade e que aquilo que podia ter sido feito há três, quatro anos foi o melhor possível, naquele momento, mas hoje não é justo. E o senhor sabe disso, porque o senhor está diante de uma empresa... E essa multinacional, que paga milhões para aparecer no Big Brother Brasil, que paga milhões para ir palestrar na COP 20, tem hoje condições de olhar para 60 mil pessoas que assinaram um documento de maneira obrigada para salvarem suas vidas. É buscar justiça, reparar esse dano e, aí sim, criar uma imagem positiva.

Então, eu venho aqui realmente fazer esse apelo, porque a justiça eu sei que vai ser feita e que, se não for no Brasil – o senhor sabe disso –, vai ser na Holanda, onde é a base, vai ser lá onde for. E não é isso que a gente quer. A gente quer justiça. A gente quer fazer com que essas pessoas que entregaram o seu patrimônio e a sua casa para aquela que causou prejuízo na sua vida tenham esse dano reparado. Aquela fala de "fora, Braskem", logo no início, não é a fala que nós queremos aqui. A nossa fala é: "Faça justiça, Braskem!". Você tem condições de fazer isto, olhar para essas pessoas como alguém da sua família, alguém que não tenha voz para fazer frente às bancas de advogados e que não tinha possibilidades. Se o senhor relatou aqui, foi a primeira fala, que 100%, 99% das pessoas fizeram o acordo, elas não estão felizes com esses acordos. Elas tinham que fazer aquilo, porque elas precisavam morar em um outro local e, para morarem nesse outro local, a Braskem só ressarcia, só dava qualquer tipo de indenização se assinassem esse documento. Elas foram coagidas, de certa forma, psicologicamente.

Então, eu peço que assuma, assim como assumiu a culpa aqui a Braskem, que o senhor também assuma as consequências, internalize-as.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E esta é a minha pergunta: quem é que decide isso dentro da Braskem? É um conselho, é uma pessoa? Quem é que decide se essas indenizações podem ser revistas, dessas pessoas que já firmaram o acordo?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Excelência, desde 2019 e 2020 a Braskem, eu comentei, tem mais de mil pessoas trabalhando diuturnamente lá para mitigar todos os efeitos dos danos causados pela subsidência, trabalhando diretamente com as famílias das regiões, com respeito às comunidades, e, baseados nesse diálogo, nós fechamos cinco grandes acordos, sempre mantendo o diálogo com todas as autoridades. Então, esse é o espírito da companhia, é o espírito das equipes. Temos na Braskem hoje 8,7 mil pessoas; em Alagoas, somando as equipes que estão trabalhando lá na questão dos bairros mais as equipes industriais, são mais de 2 mil pessoas que saem todo dia para acertar, para fazer a coisa certa de boa-fé. Então, esse espírito é que tem guiado a gente, e a Braskem sempre vai estar aberta ao diálogo junto com as autoridades, as autoridades que representam a sociedade, também com a sociedade. Então, esse é o espírito, Excelência, de estar dialogando com as autoridades e ouvindo.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Então, é esse o diálogo de que a gente está falando aqui, mas é ação. O senhor é uma pessoa extremamente inteligente, o senhor, acredito que também é sensível. O que eu estou falando aqui não é um discurso político, eu estou falando aqui realmente como quem sente o que as pessoas sentem, o que estão passando.

O Senador Omar passou por Maceió, viu faixas em todos os locais, já de uma outra região em que isso poderia ser evitado se a Braskem não tivesse entrado na Justiça para suspender um acordo que foi firmado nos mapas 1, 2, 3, 4, a área de risco ali que entra no Bom Parto, que entra ali na Marquês de Abrantes. É uma área, sinceramente, que não é o que vai fazer a empresa quebrar, longe disso. É uma área ali que poderia já não ser um problema, que já poderia realmente, diante dos dados técnicos... Se não que a Braskem se baseia hoje são os dados técnicos, tem ali os maiores equipamentos de todo o planeta, o satélite japonês e o italiano, que demonstram que naquela região ali tem, sim, risco para as pessoas, e a Braskem assumiu o compromisso de que, nas áreas de monitoramento, dá opção, sim, de as pessoas serem realocadas. Então, por que esticar essa corda? Por que fazer com que essas pessoas que não têm como chegar aonde eu estou hoje, olhar para o senhor e aqui falar de maneira extremamente sensata "resolvam esse problema"...

Não há o que questionar de culpa, não é aquela situação de "vamos empurrar com a barriga". São pessoas extremamente vulneráveis, que não podem contratar o Sr. David Rechulski para defendê-las, são pessoas que realmente precisam de um estalo da Braskem para viver com qualidade. A nossa vida aqui é passageira, é efêmera, a gente está hoje e não sabe como está amanhã, então, olhar apenas para um papel e, numa situação dessa, em que tem inclusive os equipamentos demonstrando que há aquela





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidade, o senhor não ter a sensibilidade de convencer, pela altura do cargo que possui dentro da Braskem, que aquele caso específico do mapa 5, a parte 01... Continuar com o mesmo *modus operandi*, "vamos negar, vamos empurrar, vamos negar, vamos empurrar"... Não é assim. Não é assim.

Aí a gente entra nos Flexais. O Senador Rogério viu: são mil pessoas que moram ali nos Flexais, no Flexal de Cima, são mil pessoas que moram ali. Uma senhora disse: "Olha, a cada três meses eu coloco entulhos aqui no buraco da minha casa, vai aumentando". Fomos lá, a gente olhou, a casa toda rachada – uma senhora de 75 anos, a gente mostrou os comprimidos que toma todo dia. O outro, vizinho, disse que a mulher deixou ele porque tinha medo da casa, ele não queria sair, ela queria sair e foi embora. Então, é um transtorno social gigante. E eu repito: são mil pessoas ali.

Olha só, nós estamos numa discussão nacional sobre uma empresa multinacional exposta de maneira extremamente negativa, quando pode resolver. Isto aqui a gente está falando do valor de 1,7 bi que vai ser pago a Maceió – acho que só foram pagos 900 até agora –, que vai ser revertido para a melhoria da cidade. Essas pessoas que receberam o valor... Não é o de Maceió que está alto, não; os danos foram baixos. O estado, Senador Omar, está pedindo 35 bi, tem uma ação na Justiça pedindo 35 bi. Não está parado; ele quer cobrar na Justiça. Aí, é como se fosse um morador: vai demorar um tempo e vai ver se vai conseguir esses 35 bi ou vai fazer outro tipo de acordo.

Então, diante de tudo aqui, eu sei que o senhor mora em São Paulo, onde mora, vir até aqui, sua formação foi em Pernambuco, mas sabe que ali a gente está falando do estado em que mais tem pessoas passando fome em todo o país, de pessoas vulneráveis e que foram prejudicadas por empresas que o senhor dirige, e tem condições de resolver esse problema.

Se for ficar assim, eu vou ser uma voz sempre atuante, falando mal de uma ação de alguém que poderia resolver e não resolveu. E, nisso, eu não sou o único: tem outro, tem outro, tem outro. O YouTube já eternizou muitas situações.

Enquanto isso – junto a essa turma do *marketing*, o diretor que veio aqui e ficou calado na outra reunião –, dizendo: "Como é que a gente transforma isso em algo positivo?". Vamos resolver o problema das pessoas.

Então, diante dessa situação, eu também solicito aqui a V. Exa. que, no caso dos Flexais e dessa parte da 0.1, resolvam, resolvam imediatamente. Podem fazer isso.

A minha pergunta é bem objetiva: há essa possibilidade de a Braskem assumir a realocação dessas pessoas, que, por opção, quiserem sair – porque ninguém vai forçá-las a sair – dessas duas áreas específicas?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Excelência, em relação ao acordo dos Flexais, nós estamos determinados a eliminar o ilhamento social, que realmente existe naquela região, com a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

retirada dos móveis e dos aparelhos dos bairros vizinhos. Para isso, foram estabelecidas 23 iniciativas naquela região. Todas devem ser implementadas até o primeiro trimestre de 2025, e o acordo prevê que, ao final da implementação dessas iniciativas, as autoridades, o Ministério Público Federal do Estado de Alagoas, a Defensoria Pública da União e o município, junto com a Braskem, vão reavaliar, e, se o ilhamento social não estiver eliminado, nós vamos continuar atuando para eliminar.

No caso do Bom Parto, da região do Bom Parto...

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Só interrompendo... Nos Flexais, eu quero que o senhor diga para aquela pessoa que mora para a sua casa – que vai chegar essa mensagem –, que está com a casa rachada, que a do seu vizinho está rachada, que vive ali, na área de borda, que, apesar de estar isolada, está em um ilhamento. Essas pessoas, se elas têm hoje, perante a Braskem, uma visão de que pode ter a possibilidade de sair das suas casas com o apoio da Braskem.

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Excelência, esse foi um tema amplamente discutido com as autoridades. Existe uma recomendação também da ONU de retirar as pessoas em último caso, porque você quebra laços sociais.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Não estou falando de obrigar; estou falando da opção.

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Mas o acordo que foi estabelecido com as autoridades foi no sentido de atuar nas iniciativas para eliminar o ilhamento social. Não foi uma decisão só da Braskem, mas foi debatida, amplamente debatida com estas instâncias: o Ministério Público Federal da União, a Defensoria Pública da União, o Ministério Público do Estado de Alagoas e o próprio Município de Maceió. Nesse acordo, a gente continua trabalhando incessantemente para, até março de 2025, estarmos prontos para reavaliar se há necessidade de ações adicionais naquela região.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Nessa área do Bom Parto, em uma parte da Marquês de Abrantes, da Saem, que foi o que apareceu no 0.1, o que V. Exa. tem a dizer? Vai continuar recorrendo? Foi ao TRF5, vai ao STJ, STF? Vai até onde?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Excelência, o entendimento nosso é de que quem determina as áreas de realocação é a defesa civil.

Então, nós estamos seguindo uma orientação que veio da própria Defesa Civil do Município de Maceió.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Mas ela determinou que a área, essa que eu falei agora, boa parte do Bom Parto e da Marquês de Abrantes está realmente tendo uma subsidência.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes, dessas mesmas zonas, se permitia a realocação opcional das pessoas.

Por que tratar de maneira diferente esses casos?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Excelência, pelo que eu tenho informação, da nota técnica da defesa civil, ela apenas indica que é uma área de monitoramento.

Então, essas áreas são áreas onde vão ser feitos investimentos sociais dentro do PAS, que é o programa de ações sociourbanísticas, exatamente para beneficiar essas comunidades que estão nas bordas.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Por fim, Sr. Presidente, eu quero trazer aqui um elemento novo, pelo menos eu não ouvi isto ser falado até agora, quando se fala das casas que hoje são de propriedade da Braskem.

Então, a Braskem, inclusive, já registrou em cartório. Teve uma matéria do UOL que demonstrou mais de cem casas que estão hoje no nome da Braskem. Ali é uma área grande. Apesar de ser uma área turística, pelos bairros afetados, é uma área grande.

A Braskem já fez algum estudo ou pretende utilizar aquela área como algum tipo de auferir crédito de carbono?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Excelência, no momento, a nossa prioridade, realmente, é fazer o trabalho de estabilização da área e retirada dos imóveis, colocá-la em condição de segurança e atuar incansavelmente para estabilizar a área.

A discussão do que vai ser feito no futuro vai ser um diálogo que vai passar da companhia com as autoridades, mas sempre respeitando o interesse da sociedade maceioense e alagoana.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Pelo acordo, em nenhum momento se tratou desse ponto, apenas dizendo que a área afetada não poderia ser negociada ou utilizada de maneira diferente daquilo previsto no plano diretor.

A minha pergunta é: a Braskem assume o compromisso de, se auferir lucro devido a créditos de carbono, esse lucro ser revertido para a população que morava naquela região, inclusive, delimitando, de acordo com os metros quadrados, o valor pago nessas indenizações?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA – Excelência, eu não tenho como prever, porque não houve uma discussão ainda envolvendo as autoridades e a sociedade.

Então, como eu comentei, a gente vai ter que respeitar, ouvir as autoridades, ouvir a sociedade, e tudo que será feito vai respeitar os interesses também da sociedade maceioense e alagoana.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Sr. Presidente, eram essas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Fala da Presidência.) – Eu quero agradecer ao Sr. Marcelo de Oliveira Cerqueira

Coloco em votação a Ata da 14ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

Não havendo nada mais a tratar, eu agradeço a presença a todos.

Amanhã, às 9h, será realizada a leitura do relatório final desta CPI, no Plenário nº 19.

Declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 9 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 35 minutos.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO DA CPI DA BRASKEM DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia quinze de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Dr. Hiran, Rodrigo Cunha e Otto Alencar, reúne-se a CPI DA BRASKEM com a presença dos Senadores Efraim Filho, Rogério Carvalho, Angelo Coronel, Fabiano Contarato, Wellington Fagundes, Eduardo Gomes e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Weverton, Izalci Lucas e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alessandro Vieira e Cid Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Apresentação do Relatório Final. ITEM EXTRAPAUTA 1 - Relatório que: Autoria: Sen. Rogério Carvalho. Resultado: Lido o relatório, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais. 2ª Parte - Deliberação de requerimento. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 153 de 2024 que: "Requer, em aditamento ao REQ 25/2024-CPI Braskem, que seja autorizada a participação, na comitiva responsável pela inspeção in loco nos bairros afetados pelo desastre, de mais 1 (um) servidor lotado no gabinete da presidência da comissão." Autoria: Senador Omar Aziz. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz
Presidente da CPI DA BRASKEM





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 952, de 2023, para investigar os efeitos da responsabilidade jurídica socioambiental da empresa Braskem S.A., decorrente do maior acidente ambiental urbano já constatado no país, caso Pinheiro/Braskem, em Maceió, Alagoas.

A presente reunião destina-se à apresentação do relatório final desta Comissão Parlamentar de Inquérito e à apreciação do requerimento constante da parte deliberativa desta pauta.

Vou conceder a palavra ao Senador Rogério Carvalho para proferir o seu relatório.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Inicialmente, Presidente, eu queria agradecer a V. Exa. por todo o trabalho ao longo desse período, pelo apoio e pelo suporte que foi dado aos trabalhos de toda a Comissão; agradecer ao pessoal que trabalha aqui na Secretaria da Comissão, a todos os funcionários do Senado, aos consultores, a todos os órgãos que disponibilizaram pessoal – do Ministério Público Federal, o pessoal da Polícia Federal, da Controladoria-Geral da União, do Tribunal de Contas da União, todos os órgãos que de alguma maneira deram suas contribuições –, assim como à nossa Consultoria e Advocacia do Senado Federal, aos nossos assessores, os nossos agradecimentos ao pessoal do nosso gabinete e do gabinete de V. Exa. Quero agradecer a todos pela elaboração, pela construção de uma investigação, pela investigação e pela elaboração e finalização de um relatório inicial, que a gente apresenta neste momento.

Inicialmente, eu gostaria de passar um vídeo que foi produzido pela TV Senado e pela Rádio Senado em Maceió. Eu acho que... Na nossa visita, a gente esteve em algumas áreas afetadas pelo desastre que ocorreu em Maceió, mas é fundamental a gente ouvir a população e dar voz à população que não pôde estar em todas as nossas audiências por ocorrerem em Brasília e o evento ter acontecido na cidade de Maceió.

Por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Bom, Presidente, eu vou dar início aqui à leitura. O relatório tem em torno de 600 páginas, e nós vamos fazer um esforço de um resumo aqui, para que se possa dar uma ideia geral do conteúdo do relatório e as principais deliberações que a gente deve apresentar à Comissão, o.k.?

Vamos lá.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – É só para comunicar aos Srs. Senadores que hoje haverá leitura. Será dada vista coletiva, e, no dia 21, na terça-feira que vem, nós votaremos o relatório final.

Então, nós daremos vista hoje, após o término do Senador Rogério Carvalho, Relator da CPI da Braskem – considerariamos vista coletiva. Na terça-feira que vem, às 9h, nós votaríamos o relatório final.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Bom, vamos lá.

Maceió é hoje vítima do maior crime ambiental em área urbana do mundo: o afundamento do solo em uma região de 3,6km² já atingiu diretamente 60 mil pessoas, obrigadas a deixar as suas casas, abandonar seu passado e encontrar novo endereço em uma cidade que já era caracterizada por um déficit habitacional de 27 mil moradias.

Milhares perderam não apenas o lar, mas também o emprego, o negócio e as referências de uma vida. Muitos adoeceram. Os moradores de áreas próximas ainda sofrem com o isolamento social, o insulamento econômico, a insegurança e a desvalorização dos imóveis. A cidade inteira foi afetada pela redução de equipamentos públicos e pela sobrecarga dos remanescentes, pelo comprometimento da mobilidade urbana, pela especulação imobiliária, pela perda de patrimônio cultural das áreas atingidas, parte estruturante da história da capital de Alagoas.

O afundamento do solo, está provado, é resultado de um crime, não se trata de acidente e não pode ser naturalizado, é consequência da exploração irresponsável e desmedida de sal-gema no subsolo da região da Laguna Mundaú. Desde os anos de 1970 foram perfurados 35 poços de sal no local, sem que fossem observadas normas de segurança relativas ao diâmetro e à altura das crateras e sem que as cavernas desativadas tivessem sido corretamente preenchidas ou pressurizadas. Além da lavra ambiciosa, não houve monitoramento e fiscalização das minas, senão de forma muito esporádica, feitos pela própria empresa, sem efetivo controle externo e sem compromisso com a segurança da população e com a preservação do meio ambiente.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito teve por objetivo entender como isso foi possível, como foi possível que uma empresa pudesse minerar durante tanto tempo sem observar protocolos estritos de segurança, o subsolo de uma região densamente povoada? Como foi possível que os órgãos do Estado falhassem tão grosseiramente em seu dever de fiscalização e monitoramento da atividade minerária? Como foi possível que os moradores da área não tivessem sido informados dos riscos que corriam, para que pudessem, já ao primeiro sinal de fissura e rachaduras, acionar as autoridades para adoção de medidas de estabilização do processo de subsidência do solo?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao longo de três meses de trabalho efetivo, debruçamo-nos sobre documentos e depoimentos que nos ajudaram a entender o que de fato aconteceu. Estudamos as características do processo minerário em geral e da extração de sal-gema em particular, no Brasil e no mundo; abordamos os usos e a importância do sal-gema, a legislação e as normas aplicáveis no processo minerário, os riscos da operação e as obrigações e responsabilidades das mineradoras e dos órgãos públicos. Recuperamos toda a cronologia da atividade minerária e industrial envolvendo a pesquisa e a lavra de sal-gema, em Maceió, desde a identificação das jazidas, ainda nos anos 1940, até o início de 2018, pouco antes da interrupção das atividades. Retraçamos a história da empresa, de Salgema Mineração Ltda. até Braskem S.A., analisamos a participação dos entes federados nas autorizações e licenciamentos, nos processos de concessão dos alvarás de pesquisa e outorga das minas pela União, no processo de licenciamento ambiental pelo Estado de Alagoas e no processo de zoneamento urbano pela Prefeitura de Maceió. Examinamos o resultado das investigações sobre o aparecimento de fissuras e rachaduras, desde o início dos anos 2000, sobre o tremor de terra de março de 2018 e sobre o processo de subsidência do solo, que se agravou desde então. Ouvimos técnicos e especialistas, comparamos dados e relatórios.

Todo esse trabalho de pesquisa e investigação nos conduziu a duas conclusões principais:

- 1) A responsabilidade da Braskem pelo crime de lavra ambiciosa de sal-gema, pelo crime de falsificação ideológica dos relatórios encaminhados às agências reguladoras, pelo crime de omissão própria na adoção tempestiva de medidas de prevenção e correção.
- 2) A responsabilidade do Estado pela omissão imprópria em seu dever de monitoramento e fiscalização da atividade minerária.

Concluimos que a Braskem, que responde diretamente pela mineração na região, desde 2002, sabia da possibilidade de subsidência do solo e mesmo assim decidiu deliberadamente assumir o risco de explorar as cavernas para além das suas capacidades seguras de produção. Além disso, para que pudesse manter a continuidade e o ritmo da extração de sal-gema, inseriu informação falsa em documentos públicos, omitiu dados essenciais de relatórios técnicos e manipulou os órgãos de fiscalização. Como se não bastassem esses crimes, deixou de informar às autoridades e adotar medidas de segurança que poderiam ter evitado o afundamento do solo e a desocupação de cinco bairros de Maceió.

Cada uma dessas denúncias é documentada e comprovada no corpo deste relatório, produto da análise cuidadosa e minuciosa de todo o material que esteve à disposição da CPI. Concluimos que há elementos materiais para imputar à Braskem, a seus dirigentes e seus representantes técnicos a responsabilidade civil e penal por dolo eventual pelo crime ambiental que ainda se desenrola em Maceió.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, concluímos também que a conduta da empresa apenas se tornou possível pela ausência deliberada do Estado. Durante as investigações percebemos que as várias violações observadas só puderam ocorrer porque os órgãos regulatórios se omitiram em seu dever de fiscalização; concederam e renovaram licenças a partir de relatórios fornecidos ou encomendados pela própria empresa, sem qualquer verificação; ignoraram alertas de especialistas e denúncias da população; fecharam os olhos às evidências de halocinese já presentes nos parques e assistemáticos levantamentos de sonar; negligenciaram dados que já apontavam, pelo menos desde o início dos anos 2000, a subsidência do solo.

A tragédia de Maceió é produto da combinação perversa, da ganância e do descaso, da imprudência e negligência de extrativismo irresponsável e falta de controle externo. Infelizmente não é um caso isolado. O afundamento do solo de Maceió, agravado a partir de 2018, reproduz o mesmo padrão dos crimes de Mariana, Brumadinho e de outros casos que ainda podem ocorrer. O rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, em 2015, deixou 19 mortos, devastou o Rio Doce e atingiu cidades mineiras e capixabas. O rompimento da Barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 2019, matou 270 pessoas e despejou milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração na Bacia do Rio Paraopeba. Não é coincidência que esses três eventos tenham ocorrido no intervalo de apenas quatro anos.

A extração de sal-gema em Maceió começou nos anos 70, mesma época em que teve início a extração de minério em Mariana e a acumulação de rejeitos da barragem 1 de Brumadinho. As três tragédias são consequências de 40 anos de exploração desordenada e descontrolada. As três tragédias ilustram o estado de coisas inconstitucional que hoje caracteriza a mineração do Brasil: estado de coisas inconstitucional dada a reiterada e sistemática violação de direitos e garantias fundamentais, do direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, do direito à incolumidade pública, do direito à reparação justa; estado de coisas inconstitucional dadas a ausência de fiscalização efetiva, a subserviência do poder público por interesse econômico tributário à iniciativa privada, a postura servil das agências reguladoras à pressão dos grandes conglomerados industriais; estado de coisas inconstitucional dada a impunidade – outro ponto de contato entre os três episódios assinalados: os processos criminais se arrastam no caso de Mariana há nove anos; no de Brumadinho, há cinco; no de Maceió, há seis anos, ainda na fase de inquérito policial.

Para interromper esse estado de contínua e generalizada violação da ordem jurídica, esta CPI tomou para si a tarefa de fazer do crime ambiental de Maceió um evento sentinela. No âmbito da vigilância epidemiológica, eventos sentinelas são casos específicos que servem como sinal de alerta para ameaças à saúde pública, como surtos e epidemias. São eventos que inspiram cuidados especiais, monitoramento rigoroso e desencadeamento de ações imediatas para evitar que se disseminem ou que se afete a segurança de todos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendemos que o conceito e os procedimentos sanitários a ele associados também podem e devem ser usados para situações como a de Maceió, que permite identificar e prevenir ameaças gerais associadas à atividade minerária no Brasil.

O afundamento do solo em Maceió é claramente um indicador dos riscos a que estamos submetidos, todos os brasileiros, diante da omissão do poder público na fiscalização da atividade mineradora. Quantas outras barragens, quantas outras minas não estão sob as mesmas condições espalhadas pelo país? Não podemos, o Brasil não pode aguardar por novas maceiós, marianas e brumadinhos. É preciso antecipar e evitar as tragédias. O preço da incúria ambiental tarda, mas não falha e por ela pagam não os responsáveis, mas os inocentes, às vezes, toda uma cidade.

Ao tomar o caso de Maceió como evento sentinela, significa, em primeiro lugar, reconhecer que há uma regularidade subjacente aos desastres causados pela mineração, a fragilidade do modelo regulatório brasileiro. As agências reguladoras vêm delegando às próprias mineradoras o monitoramento e a fiscalização da atividade minerária. Chancelam-se a investigação independente, estudos e relatórios produzidos pelas próprias empresas ou por elas encomendadas; não vistoriam as minas, nem auditam os dados informados adequadamente; não atuam preventivamente, fazendo cumprir valer as normas. E, mesmo diante de danos socioambientais que comprovam o sistemático descumprimento de regras de segurança, aplicam multas lenientes e permitem, sem maiores reservas, a continuidade da atividade extrativista.

A ausência de fiscalização ativa e efetiva e de punição permite afirmar que a atividade minerária no Brasil está subordinada, para todos os efeitos, não à regulação de direito constante das normas, mas a uma autorregulação de fato a cargo das próprias mineradoras sobre a insuficiência proposital e a incompetência conveniente e a negligência criminosa das agências reguladoras e demais órgãos de fiscalização, reduzidos a meros cartórios de registros de licenciamento.

Esta CPI evidenciou que o afundamento de Maceió é sintoma de anomalias regulatórias que demandam medidas corretivas e imediatas. Nessa linha, uma parte importante deste relatório é dedicada à identificação das falhas e ao aperfeiçoamento do arcabouço regulatório da mineração.

Sugerimos:

I - modelo de regulação baseado em riscos, com auditoria externa e fiscalização redobrada em caso de empreendimentos de alto impacto socioambiental;

II - reestruturação e o provisionamento das agências, como a Agência Nacional de Mineração, o Serviço Geológico do Brasil e o Instituto do Meio Ambiente de Alagoas, para que possam exercer de fato o papel que lhes é reservado pela legislação;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

III - a verticalização e a uniformização das regras ambientais para o licenciamento da atividade minerária pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), para evitar a distribuição horizontal de responsabilidades.

É preciso, enfim, que a atividade minerária do Brasil seja de fato regulada, não por uma regulação de fachada, capturada pelas empresas, que na prática decidem onde, quando e como querem minerar, mas por uma regulação de fato, com normas de eficiência real, fiscalização estatal, efetiva auditoria externa e imparcial dos dados produzidos pelas mineradoras. São medidas que, esperamos, venham a interromper esse ciclo de irresponsabilidade e impunidade que já faz tantas vítimas.

Tomar o caso de Maceió como evento sentinela significa também acompanhar e monitorar os impactos e os desdobramentos, porque o crime de Maceió é um crime cujos efeitos ainda não são de todos conhecidos.

Não nos detivemos apenas nas causas do afundamento do solo. Examinamos também as consequências e as reações: a atuação do poder público na assistência aos atingidos; a progressiva deterioração das edificações e as contínuas expansões da área de risco; os termos de cooperação e os acordos firmados entre Braskem e os órgãos públicos; o processo de realocação dos moradores e de monitoramento de imóveis; as indenizações e compensações financeiras; o insulamento socioeconômico das regiões vizinhas; o fechamento de poços de sal e os trabalhos de estabilização e drenagem da área; a demolição das construções; os impactos e as compensações socioambientais. Este relatório também se debruça sobre cada um desses temas, que representam a outra face das tragédias ambientais e da reparação.

Um dos objetivos centrais desta CPI foi o de restituir às vítimas diretas e indiretas a centralidade que mereciam ter tido em todo o processo de compensação. Nesse sentido, ouvimos não apenas os técnicos, as autoridades, os dirigentes; ouvimos também moradores que tiveram de deixar suas casas, os empresários que tiveram de abandonar seus negócios. Criamos um canal específico para acolher depoimentos, denúncias e sugestões da comunidade atingida. Recebemos denúncias de coação psicológica, de assimetria nas negociações, de acordos firmados em estado de necessidade com cláusulas de confidencialidade, de quitação de obrigações e de exoneração de responsabilidade sob patrocínio de agentes públicos. Recebemos denúncias de venda forçada, de falta de transparência nos cálculos e da subavaliação de imóveis por empresa escolhida e remunerada pela própria Braskem. Recebemos denúncias de demora injustificada nas negociações, de indenizações uniformes e de reparações que não tiveram por objetivo a manutenção do padrão de vida das populações afetadas. Recebemos denúncias, enfim, de que as vítimas foram duplamente vítimas: do afundamento do solo e da leniência do poder público.

O relatório é longo, mas grande também é nossa responsabilidade e aqui deixamos todas as provas, indícios e indicações, para que as investigações sejam aprofundadas pelo sistema de persecução





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

penal, e os fundamentos para que o crime de Maceió, a cidade engolida, que afunda em lágrimas de sal, possa representar um divisor de águas na história da mineração do Brasil.

Devido à extensão do relatório, faremos aqui um resumo a fim de que os Parlamentares membros desta Comissão, o povo alagoano e todos os brasileiros possam compreender todo o caminho percorrido, o qual culminou neste momento. O inteiro teor do relatório assim como seus anexos serão disponibilizados na página da CPI no Portal do Senado Federal.

O primeiro e o segundo capítulos do relatório são destinados à introdução e ao resumo dos eventos ocorridos nessa CPI. O plano de trabalho, apresentado em 27 de fevereiro, foi aprovado no dia 28 de fevereiro de 2024 com a proposta de três eixos de atuação:

1. Investigação das causas para compreender a sucessão de fatos e condutas que antecederam os eventos de 2018 e acarretaram na catástrofe.
2. Dimensionamento dos passivos em busca de responsabilização e reparação justa e condizente com os impactos ambientais, econômicos e sociais gerados.
3. Identificação de lacunas e falhas na atuação dos órgãos de fiscalização e controle, proposição de melhorias no arcabouço legal e regulatório.

Até a entrega deste relatório, a CPI realizou um total de 15 reuniões para oitivas de testemunhas, deliberação sobre procedimentos e aprovação de requerimentos. Além disso, realizou-se diligência externa na cidade de Maceió.

Trataremos agora do terceiro capítulo do relatório.

O terceiro capítulo é destinado a entender a importância e os usos do sal-gema e seu processo de extração.

Em relatório divulgado em maio de 2019, o Serviço Geológico brasileiro atestou, de forma conclusiva, que o afundamento nos bairros de Maceió está associado à exploração de sal-gema na região.

A equipe integrada por mais de 50 profissionais empregou inúmeros métodos geofísicos, além de sonares e levantamentos interferométricos, para concluir que estava ocorrendo desestabilização das cavidades provenientes do sal-gema, provocando halocinese (movimentação do sal), e criação uma situação dinâmica com reativação de estruturas geológicas preexistentes, subsidência e deformações rúpteis em parte dos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso objetivo, no terceiro capítulo, foi o de compreender o processo minerário de sal-gema em geral para que pudéssemos identificar as falhas específicas que caracterizaram a extração da mineração do mineral em Maceió.

O cloreto de sódio, o sal, é largamente empregado na indústria química. É utilizado como matéria-prima para a produção de cloro, ácido clorídrico, soda cáustica, entre outras aplicações. Essas substâncias integram, por sua vez, a cadeia de produção de vidro, porcelana, cola, têxteis, produtos farmacêuticos, entre outros. Na indústria do petróleo, utilizamos o sal como forma de gerenciar parâmetros físicos do fluido de perfuração; na área de saneamento, para tratamento de água disponibilizada para consumo humano; o cloro e a soda são também usados na indústria do papel e celulose para branqueamento. Por exemplo, na mineração, são empregados no processo de obtenção da alumina. Os usos são inúmeros e a importância estratégica.

Uma das formas de produção econômica do sal é a lavra do sal-gema em formações geológicas no subsolo. O sal-gema, ou rocha de sal, é o nome comercial do mineral halita.

Entre as alternativas disponíveis de produção, a mineração sal-gema é a que oferece maiores ganhos de escala e tem menor custo. Para cada 1,46kg de sal-gema, é possível extrair 0,88kg de gás cloro e 1kg de soda cáustica.

A mineração de sal-gema tem como finalidade a disponibilidade do insumo, seja na forma de rocha *in natura*, seja na forma de salmoura. No caso de Maceió, o sal-gema era retirado sob a forma de salmoura, que era destinada por meio de um duto de 8km de extensão para a planta de cloro-soda. A proximidade entre a fonte de sal e a fábrica é considerada um dos elementos-chave na rentabilidade da operação e justificou a própria redefinição do zoneamento urbano de Maceió em 1978.

No caso do processo utilizado em Maceió, a salmoura é processada para a produção de soda cáustica, de gás cloro e de hidrogênio combustível. O processo industrial conhecido como cloro-soda consiste na dissolução da salmoura por eletrólise em cloreto de sódio, gerando moléculas de gás cloro no polo negativo e gás hidrogênio e hidroxila no polo positivo. As moléculas de hidrogênio e hidroxila se unem.

O cloro, por sua vez, é usado como insumo na produção de clorados como dicloroetano e policloreto de vinila (PVC), também empregados nas plantas do próprio grupo empresarial.

A concentração das atividades em um mesmo lugar, combinada aos incentivos fiscais e o subsídio aos insumos, principalmente energia elétrica, garantiu à Braskem a integração da cadeia produtiva e um custo de produção de sal-gema bastante inferior aos preços praticados no mercado internacional.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – O relatório... O sistema está com... Nós estamos tendo dificuldade para incluir dentro do sistema o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatório completo. Já foi comunicado aos técnicos, e os técnicos estão tentando colocar, só para que todo mundo possa ter acesso – a imprensa, o cidadão. Então, é uma questão técnica. Está aqui do lado o relatório completo do Senador Rogério Carvalho. Assim que possível e a área técnica conseguir resolver, todo esse relatório estará à disposição da população brasileira.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É importante salientar que, a partir de 2007, a tendência de aumento do preço do sal-gema manteve acima de US\$30, superiores a US\$45 a tonelada de sal-gema após 2013. Durante esse período, o custo médio de extração informado pela Braskem era de irrisórios R\$5 por tonelada, em torno de 5% do valor de referência do sal-gema como *commodity* internacional. Tratava-se, portanto, de operação altamente lucrativa.

Quanto à forma de lavra em Maceió, houve mineração por dissolução. Nessa modalidade, utilizam-se poços tubulares, verticais ou direcionais para se alcançarem camadas ou domos salinos. Os poços podem ser operados isoladamente, controlando e gerenciando parâmetros de dissolução e de pressão nas cavas ao longo do tempo. Além disso, é necessária a manutenção de uma espessura mínima da laje do teto da cava para prover estabilidade ao buraco formado. Historicamente, há registros de dolinamento ou *sinkholes* ou, numa tradução simples, buracos de origem antropogênica em razão da exploração do sal-gema. Destacamos o aprimoramento de *sinkholes* na Itália entre 1983 e 1986, na França, em 1998, no estado americano do Kansas a partir de 1974 e em Detroit a partir de 1960. Na Ilha de Matarandiba, na Bahia, a operação da Dow Química, uma das grandes empresas globais da indústria química e petroquímica, apresentou o episódio de dolinamento, descoberto no final de maio de 2018. Diante desse risco, deve-se buscar estabilidade durante e depois do fim da operação da mina em um processo contínuo de monitoramento da atividade mineral e não apenas no início quando da concessão das licenças ou outorgas administrativas.

Em razão dos diversos riscos, há ainda a necessidade de que a mineradora cumpra uma série de requisitos legais. Entre as obrigações legais que é necessário cumprir na lavra de sal-gema, destacam-se a necessidade de fiel cumprimento do plano de desenvolvimento da jazida, do Plano de Aproveitamento Econômico, a observação de normativas de agentes reguladores desde o início de sua operação adotando as providências apontadas na fiscalização, a vedação à lavra ambiciosa e a necessidade a partir de 1976 de apresentação do Relatório Anual de Lavra (RAL).

No que diz respeito a obrigações ambientais, o Estudo de Impacto Ambiental integra o gênero mais amplo dos chamados estudos ambientais. Trata-se de estudo ambiental completo produzido por equipe multidisciplinar e custeado integralmente pelo empreendedor, obrigatório para obtenção de licença prévia para atividade de extração mineral. Adicionalmente, a autoridade ambiental responsável pelo licenciamento tem o dever de fixar diretrizes adicionais que forem necessárias especialmente em razão das peculiaridades do projeto e das características ambientais da área. No caso da mineração, há





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especificidades que não podem ser ignoradas pela equipe responsável pela produção do Estudo de Impacto Ambiental e pela autoridade licenciadora: a individualização da jazida, a transitoriedade da exploração, a competição com a natureza, a raridade dos recursos e a indispensabilidade e a rigidez locacional. Além do Estudo de Impacto Ambiental, a legislação também determina que seja produzido o Relatório de Impacto Ambiental, uma versão objetiva de fácil compreensão e em linguagem acessível cuja finalidade é apresentar o empreendimento e seus impactos positivos e negativos à população que será atingida.

Avancemos para tratarmos agora do quarto capítulo do relatório.

No quarto capítulo, nos dedicamos à compreensão da exploração de sal-gema em Maceió desde o início até os dias atuais.

A trajetória da Braskem em Maceió é acidentada.

Ela começou, ainda nos anos 60, como Salgema Indústria Química Ltda., da qual a Salgema Mineração Ltda. era uma subsidiária. As empresas pertenciam ao Grupo Euvaldo Luz, que detinha 50% das ações, em parceria com a Union Carbide, dona de outros 50%. Em 1996, a atual controladora da Braskem formou a Trikem S.A., a partir da fusão da Salgema e outras empresas. Em 2002, ocorreu a criação da Braskem S.A., a partir da fusão da Trikem com outras empresas do setor.

Atualmente, a operação da Braskem em Alagoas está associada a duas fábricas: a planta de cloro-soda, no Pontal da Barra, em Maceió; e a planta de PVC, em Marechal Deodoro. As duas empresas geram 530 empregos diretos e 2 mil empregos indiretos e chegam a movimentar, por ano, 1,5 bilhão na economia de Maceió, de Alagoas; 150 milhões apenas em ICMS, com participação estimada de 3% do PIB do estado. No entanto, a Braskem é o pilar da cadeia produtiva química de plástico local, que envolve mais de 60 empresas e emprega 12 mil trabalhadores.

A Braskem de Alagoas conta com inúmeros incentivos fiscais. Em 2021, por exemplo, a empresa recebeu 873,6 milhões em isenções fiscais do Governo Federal, segundo a Controladoria-Geral da União. Os benefícios incluem a desoneração de tributos e incentivos governamentais. A empresa, porém, contesta os dados e afirma que a redução do Imposto de Renda corresponde a apenas 234 milhões, benefício concedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste a todas as empresas que exploram a atividade industrial na região.

A extração de sal-gema em Maceió começou em meados de 1970 e foi cercada de promessas nunca confirmadas de que o Polo Cloroquímico representaria a redenção econômica de Alagoas, então muito dependente da monocultura do açúcar. A cargo da Salgema, uma empresa privada que foi estatizada e posteriormente desestatizada, a exploração contou com financiamento público e apoio entusiástico das autoridades locais e federais, que preteriram as preocupações ambientais e a segurança da produção em benefício do prometido desenvolvimento industrial.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, é importante observar que o crime ambiental de Maceió não começou com um tremor de terra no dia 3 de março de 2018. Trata-se de um crime permanente, cuja consumação perdurou por décadas. Não conseguimos determinar com precisão quando teve início a lavra ambiciosa, para além dos limites de segurança que resguardavam a integridade do teto das cavernas, mas podemos afirmar, com certeza, que a situação antijurídica teve início praticamente com a perfuração da primeira mina, ainda nos anos 70.

Há diversos eventos ocorridos desde os primórdios, os quais demonstram que a mineração, com observância dos parâmetros de segurança... Que a mineração, com observação dos parâmetros de segurança... Trataremos aqui de uma relação ilustrativa.

Nas décadas de 70, 80 e 90, há registros de episódios de vazamento e explosões de reservatórios.

Em 1986, estudo de Martha Caldas e Olívia Freitas aponta o perigo de desabamento e afundamento do solo, na formação de cavernas, no processo de retirada de sal-gema.

Em 1992, estudo de Álvaro Maia e Paulo Cabral explica e sugere, com cálculos e ilustrações, que o diâmetro das minas deveria ser de, no máximo, 53m e a distância de eixo a eixo entre as cavernas deveria ser de 100m.

Em 2004, já são observadas, na região sobre as minas, evidências de subsidência. Imagens de satélites indicam que, no período de 2004 a 2017, a subsidência dos bairros de Bebedouro, Mutange e Pinheiro chegou a atingir 2m. Fissuras, rachaduras e afundamentos, embora constantes e disseminados, são atribuídos, porém, a problemas nas fundações das edificações ou na tubulação subterrânea de água.

No dia 21 de maio de 2011, duas tubulações do parque industrial da Braskem em Maceió se romperam e vazaram gás de cloro, que atinge a comunidade Pingo D'Água e intoxica 152 pessoas, 16 em estado grave. No dia 23 de maio, nova explosão deixa cinco funcionários feridos. A empresa é multada em 583 mil pelos dois acidentes.

Após os tremores em Maceió, ocorridos em 2018, em maio de 2019, a extração de sal-gema em Maceió foi totalmente encerrada, interrompendo, então, a produção da fábrica em Maceió. Isso afetou parcialmente a operação da fábrica de PVC em Marechal Deodoro e as operações no Polo de Camaçari. Mesmo com a paralisação, a Braskem se comprometeu a não fazer demissões, envolvendo a equipe em serviços de manutenção e programas de capacitação profissional.

No início de 2021, a unidade de cloro-soda retomou as operações com o sal adquirido do Chile.

Ao longo dos últimos 20 anos, a Braskem extraiu 10,5 milhões de toneladas de sal-gema em Maceió. Até o tremor de terra de 2018, a média anual era de 803 mil toneladas. A empresa foi, durante esse período, fiscalizada sem o rigor necessário pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, sucedido pela Agência Nacional de Mineração.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, é importante enfatizar que o plano de aproveitamento econômico da jazida, atualizado em 1977 pela Salgema, apresentou parâmetros de operação das jazidas, segundo os quais seria observada a dinâmica mínima de 150m entre as cavas e diâmetro máximo de 75m para cada cava, ou seja, entre as cavas adjacentes haveria um pilar ou barreira de no mínimo 75m de sal-gema. Como técnica de proteção para evitar a dissolução descontrolada da camada de sal do teto da caverna, seria adotado o uso de almofada de óleo diesel, injetado sob alta pressão. Assim, registre-se que a obediência à distância entre os pilares determinada no plano de aproveitamento econômico e manutenção da camada de óleo na caverna são de extrema importância para a gestão de riscos da lavra ao longo do tempo.

Em 2003, a empresa apresentou um plano de aproveitamento econômico da jazida. O novo plano tornou-se necessário em face da edição das normas regulamentares de mineração, principalmente as relativas às lavras especiais, à obrigatoriedade de topografia de lavra subterrânea com sonar e aos procedimentos para fechamento de minas, especialmente quanto aos poços desativados. Destacadamente, deveria a empresa, na nova atualização dos planos de aproveitamento econômico, apresentar plano de fechamento das cavas, em vez de tratá-las como desativadas ou inativas, como forma de subterfúgio de ter que solucionar os problemas acumulados ao longo do tempo.

Sobre a fiscalização pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, registre-se, portanto, a omissão do órgão da União. Apenas em 2011, o Departamento exigiu à Braskem S.A. a apresentação de laudo relativo ao estudo de mecânica de rochas. E essa exigência foi cumprida somente em 2013, quando foi apresentado o denominado Estudo de Estabilidade e Subsidência das Cavernas, poços de sal nºs 16, 17, 30D e 31D, elaborado pela empresa Flodim. Logo, ao longo do processo de concessão de lavra de sal-gema, o DNPM praticamente não monitorou a exploração mineral nos primeiros 36 anos de lavra. Somente em 2011 ocorreu uma preocupação do órgão em relação ao risco de subsidência do terreno, com consequência para os moradores. A partir de então, foram realizadas fiscalizações anuais, mas que não tiveram a eficácia esperada, uma vez que a exploração mineral continuava aumentando sem o devido monitoramento das cavernas.

Nesse contexto, nossa conclusão é no sentido de que são quatro principais as omissões dos órgãos reguladores da União no controle da lavra de sal-gema em Maceió:

- 1) não foram realizados estudos ou procedimentos para validar os laudos apresentados pela Braskem e suas antecessoras;
- 2) não foram exigidos métodos alternativos mais eficazes para monitoramento de subsidência;
- 3) não foi exigido o fechamento das minas inativas exauridas; e
- 4) não foi coibida a lavra ambiciosa de sal-gema em Maceió pelos órgãos de controle federal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Expliquemos cada um desses pontos.

A entidade reguladora não adotou providências no sentido de checar a variedade das informações fornecidas pela Braskem. Um dos procedimentos semelhantes adotados na fiscalização das seguranças de barragem de rejeitos da mineração já havia se mostrado ineficaz, concorrendo para o rompimento da barragem em Brumadinho, em 2019. Entretanto, apesar da dimensão do desastre precedente, a Agência Nacional de Mineração continua se omitindo quanto à checagem de informações prestadas por titulares de direitos minerários.

Aqui é importante ressaltar que a Agência Nacional de Mineração se submetia aos relatórios produzidos pelas próprias mineradoras, de qualquer natureza, não necessariamente, no caso, a mina de sal-gema controlada pela Braskem. Além disso, apenas após a ocorrência do fenômeno no bairro Pinheiro e imediações, a Agência Nacional de Mineração solicitou à Braskem, em 17 de setembro de 2018, a realização de estudos de geometria do interior das cavidades, resultando na extração de sal-gema por perfil sônico, de todos os postos ativos e inativos, de forma a possibilitar a avaliação da estabilidade das paredes e do teto das cavernas.

E, sobre o fechamento das minas, da análise documental empreendida, restou demonstrado que a Braskem não foi compelida a apresentar um plano efetivo e exequível de fechamento de mina, a partir do momento em que ele se tornou obrigatório, com a aprovação das normas reguladoras da mineração.

Por meio da Portaria DNPM 237, de 18/10/2001, o extinto DNPM se limitou a exigir a apresentação de um cronograma, em adendo ao primeiro plano de fechamento de mina, apresentado pela Braskem com um atraso de 11 anos. Ademais, a Braskem não cumpriu o cronograma de fechamento de mina que propôs e não foi apenada pela entidade reguladora do setor de mineração.

Vejam os senhores que aqui temos um problema tanto da desídia do órgão fiscalizador quanto da negligente atuação e imprudente atuação da mineradora.

A questão só foi tratada com a seriedade que merece a partir do tremor de terra de magnitude 2.4 na escala Richter, ocorrido em 3 de março de 2018, sobretudo com a decisão judicial exarada nos autos da ação civil pública, que, a pedido do Ministério Público Federal, impôs obrigação de fazer no sentido de realizar o fechamento das minas de sal-gema.

E, sobre a omissão fiscalizatória que permitiu a lavra ambiciosa, cumpre enfatizar que, nos termos do art. 48 do Código de Mineração, considera-se ambiciosa a lavra conduzida sem observância do plano preestabelecido, efetuada de modo a impossibilitar ulterior aproveitamento econômico da jazida. Por conseguinte, o titular... Aqui nós estamos falando de que é uma riqueza da União e ninguém pode ambiciosamente explorar ao ponto de danificar aquela fonte de riqueza. Por conseguinte, o titular da concessão é obrigado, segundo a letra do art. 47, a não danificar ou impossibilitar, por lavra ambiciosa, o aproveitamento ulterior da jazida. Dessa forma, a autoridade competente deve declarar a caducidade





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da concessão da lavra, quando houver prosseguimento de lavra ambiciosa, apesar de advertência e multa.

A interligação entre as cavidades dos pares de poços M2, M6, M7, M19, M9, M12, M20 e M21, informada no plano de aproveitamento econômico de 2003, evidencia que a Braskem violou normas de estabilidade das minas, extraindo mais sal-gema do que era previsto no plano preestabelecido, o que já configurava lavra ambiciosa.

No que diz respeito à atuação do Instituto do Meio Ambiente de Alagoas, também se observa uma série de omissões. O relatório de impacto ambiental foi entregue ao órgão antecessor do instituto, em 1986, contudo, de acordo com os documentos do instituto encaminhados para esta CPI, somente em 2005, após 19 anos da elaboração do relatório, identifica-se o primeiro registro de um processo de licenciamento ambiental referente ao empreendimento da extração de sal-gema em Maceió. Portanto, existe um lapso de 19 anos sem qualquer registro do controle ambiental que o instituto deveria realizar sobre a exploração mineral de sal-gema na cidade alagoana. Isso, por si só, dá a dimensão da negligência do órgão ambiental quanto à coisa pública que tutela: a qualidade do ambiente alagoano.

Nesse sentido, os registros formais mostram um órgão ambiental estadual absolutamente passivo e leniente com a Braskem. As informações encaminhadas pela empresa ao instituto foram tidas pelo órgão como verdadeiras e suficientes ao longo de todo o processo administrativo que, supostamente, deveria servir para garantir que a mineração fosse feita de forma responsável e com incolumidade pública e ambiental. Não há documentação sobre qualquer análise crítica a respeito dos dados recebidos, tampouco registros de vistorias, fiscalizações ou qualquer atitude proativa do licenciador perante a atividade licenciada.

Os documentos analisados por esta CPI mostram que a realidade era a de um órgão ambiental que entregava a sua obrigação pública de regular para o próprio regulado, que, por sua vez, se autolicienciava. Trata-se da autorregulação de fato, de que tanto tratamos.

A Braskem, via de regra, apresentava documentos por mera formalidade. Nas vezes em que a empresa dava alguma indicação de que algo ia errado – notoriamente nos relatórios de monitoramento dos poços –, não era incomodada pelo Instituto do Meio Ambiente de Alagoas. O órgão licenciador atuou com uma lógica apenas formal, cartorial e processual, deixando de lado o controle objetivo e bem conduzido dos impactos e riscos ambientais do empreendimento sobre o meio ambiente. Especialmente, deixou de lado qualquer discussão sobre o potencial de degradação ambiental significativo que a mineração pudesse causar sobre quatro bairros de Maceió. Aceitou passivamente os riscos do empreendimento sem averiguá-los e, ao fim, assumiu implicitamente que o licenciamento seria somente de remediação se houvesse uma catástrofe.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que diz respeito à atuação da Prefeitura de Maceió também se verifica omissão. Desde os anos de 1970, o município já contava com legislação segundo a qual deveria haver reconhecimento da necessidade de isolamento de unidades industriais que ofereçam risco de explosões, incêndios e emissões de gases tóxicos e autorização para que uma unidade dessa natureza seja localizada em região que era, já então, densamente povoada. Todavia, a prefeitura buscou eximir-se de suas obrigações, afirmando que a fiscalização caberia apenas à Agência Nacional de Mineração.

Capítulo 5.

No quinto capítulo do relatório, constitui-se a cronologia dos principais movimentos e momentos dessa reação, que podem ser agrupados, em linhas gerais, em três grandes fases:

- 1) 2018 a 2019 - período de investigação, motivado pelo agravamento de fissuras e rachaduras, após o tremor de terra de 3 de março de 2018;
- 2) 2020 a 2022 - período de desocupação da área de risco, após a identificação das causas e a responsabilidade da Braskem, que lançou o programa de realocação e compensação financeira dos atingidos;
- 3) 2023 a 2024 - período de estabilização do solo, com fechamento das minas e demolição de edificações, também marcado pelos protestos dos moradores não incluídos no programa de realocação.

No período histórico recente, ressalta-se que, em março de 2018, depois de uma forte chuva, de 54mm no período de uma hora, foi registrado tremor de terra de 2,4 na escala Richter, escala de magnitude regional para o Brasil. De acordo com o Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas, o tremor foi sentido principalmente nos bairros Pinheiro, Serraria, Farol, Bebedouro, Jatiúca e Cruz das Almas.

Em diversos locais, o asfalto cede, grandes buracos se formam e rachaduras surgem nas paredes de imóveis. Por causas das rachaduras, a Defesa Civil de Maceió recomendou que os moradores das construções atingidas deixassem suas casas.

Embora não se tratasse do primeiro tremor a ser registrado na região, o evento foi o primeiro abalo sentido pela população de Maceió.

Em março de 2018, o Serviço Geológico do Brasil encaminhou dois técnicos a Maceió. Os técnicos realizaram avaliação preliminar e solicitaram exames mais aprofundados. Entre 18 e 27 de junho de 2018, os técnicos do Serviço Geológico do Brasil voltaram a Maceió para a elaboração do mapeamento geológico de superfície. Do trabalho resulta o levantamento das feições de instabilidade do terreno do bairro Pinheiro, divulgado em 27 de julho. O mapa agrupa as evidências de deformação e as classifica em três níveis: vermelho, amarelo e verde.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na área vermelha, de maior risco, estavam localizados 777 imóveis; na área laranja, de risco médio, 1,6 mil imóveis; e na amarela, de risco... 332 imóveis.

Em dezembro de 2018, o relatório Serviço Geológico do Brasil recomenda um plano de emergência para atender a moradores do bairro Pinheiro. O documento sugere o treinamento de moradores para a necessidade de esvaziamento emergencial e a criação de rotas de fuga.

No mesmo mês de dezembro de 2018, a Prefeitura do Municipal de Maceió decreta a situação de emergência nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, reconhecida pela União em 28 de dezembro. O decreto considera que, em decorrência dos tremores e da evolução das fissuras, diversos danos progressivos estariam ocorrendo em vários imóveis, alguns deles objetos de interdição pela defesa civil municipal.

A partir de 2019, intensifica-se o processo de desocupação das áreas com fissuras e rachaduras. Muitos moradores passam a desocupar as casas por conta própria, sem qualquer auxílio, por medo de permanecer em áreas de risco, que, gradativamente, se tornavam desertas e inseguras. O caso continua cercado de incertezas, agravadas pelas falhas de comunicação e informações falsas que disseminam o medo entre a população.

Em setembro de 2019, a Braskem divulga laudo em que contesta o Serviço Geológico do Brasil. O laudo é assinado por uma equipe de geólogos, geofísicos e engenheiros civis da Universidade de São Paulo, que trabalham sob a coordenação de um professor do Imperial College, de Londres. O laudo informa que a direção das fissuras dos bairros não é compatível com atividade de extração de sal-gema e que o tremor de terra ocorrido em março de 2018 é de origem natural.

Apenas em 14 de dezembro de 2019, a Braskem apresenta à Agência Nacional de Mineração medidas para encerramento definitivo da extração de sal-gema e fechamento de seus poços em Maceió. Entre as medidas, estava a criação de uma área de resguardo em torno de 15 postos com a realocação de pessoas e desocupação de imóveis, além de monitoramento contínuo das áreas vizinhas. Todas as medidas e ações foram baseadas em estudo do Instituto de Geometria de Leipzig, da Alemanha, contratado pelo Braskem. Relatório da consultoria alemã indica que os tetos de 15 minas desabaram ou subiram.

Em dezembro de 2019, há a criação de programa de compensação financeira e apoio à realocação, que inclui pagamento de indenização por danos materiais e morais e custeio das despesas com as mudanças, além de apoio na busca de novo imóvel para famílias incluídas nas áreas definidas pela empresa.

O programa prevê pagamento de auxílio financeiro no valor de R\$5 mil para ajudar na locação do imóvel provisório e nas despesas da mudança. A mudança seria feita e paga pela Braskem. Após a assinatura do termo de saída, o morador recebia auxílio-aluguel no valor de R\$1 mil mensais, por pelo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menos seis meses até dois meses após a homologação da proposta da compensação. Ainda há previsão de auxílio adicional de R\$6 mil para auxílio nas despesas de aluguel se comprovada a necessidade.

Os microempresários individuais receberiam adiantamento de R\$10 mil de indenização para cobrir gastos adicionais com a realocação mediante comprovação da necessidade. Outros empresários receberam antecipação financeira com valores pré-definidos conforme porte do negócio ou com base no orçamento que comprove os gastos. Os cálculos da indenização seriam feitos por facilitadores contratados pela Braskem. O acordo seria homologado judicialmente, e a indenização seria depositada em até cinco dias.

O programa, como trataremos a seguir, é alvo de crítica severa. Na sequência do ano de 2020 seria marcado pela desocupação das áreas de risco a cargo da Braskem. Ao longo do ano, a área desocupada seria alterada quatro vezes. Inicialmente circunscrita às zonas A, B, C, D, 4,5 mil imóveis, passaram a incorporar progressivamente a zona E 2.580 imóveis. Em junho de 2020, as zonas F e G, 2 mil imóveis. Em outubro de 2020 a zona H, com 1,2 mil imóveis em dezembro de 2020.

O ano de 2021, por sua vez, teve algumas situações que merecem destaque: em fevereiro de 2021, a Braskem retoma a operação da unidade de cloro-soda e de dicloroetano para a produção do PVC e soda cáustica com sal importado do Chile. Em março de 2021 circula a denúncia de que as companhias seguradoras estariam recusando coberturas securitárias e financiamentos imobiliários em regiões próximas ao afundamento e à instabilidade do solo, ainda que fora da área de risco. Essas denúncias estão alinhadas às informações enviadas por cidadãos a esta CPI.

Já em 2022, ocorre o início dos trabalhos de estabilização e drenagem da Encosta do Mutange. A Braskem anuncia que, até aquele momento, haveriam sido apresentadas 11.875 propostas e pagas 9.084 indenizações, outras 702 estavam aguardando documentação e 253 seguiriam em processo de assinatura. O valor pago totalizava 1,9 bilhão.

No ano 2023, por sua vez, foi marcado pelo ajuizamento pela Procuradoria Geral do Estado de Alagoas da ação pedindo cerca de 1 bilhão de indenização à Braskem pelos danos e pela perda de arrecadação de ICMS com o fechamento de empresas e lojas da região. O pedido cautelado e bloqueio seria deferido pelo juiz da 16ª Vária Cível da capital, mas revertido no dia 24 pelo Tribunal de Justiça de Alagoas.

Continuemos a tratar agora no Capítulo 6.

O sexto capítulo do relatório trata de diversos danos ocorridos, entre eles, os danos aos moradores, aos equipamentos públicos, à infraestrutura e à memória objetiva.

Os eventos de subsidência do solo decorrentes da lavra predatória de sal-gema provocaram danos patrimoniais e extrapatrimoniais, individuais e coletivos, específicos e difusos, diretos e indiretos, de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito difícil mensuração. Não foram poucos os moradores da região afetada que, muito antes do tremor de terra de 3 de março de 2018, tiveram despesas com obras e reparos de deformações, que julgavam causadas por problemas estruturais isolados, sem perceber que eram derivados do afundamento do solo.

O evento abrange cerca de 3,6km², atinge cinco bairros, com 14.546 imóveis identificados, os quais 10.038 residenciais e 4.508 comerciais, onde viviam e conviviam cerca de 60 mil pessoas.

Foram afetados pelo evento vinte escolas, quinze unidades de saúde, incluindo sete hospitais, equipamentos de lazer, sete unidades de assistência social, três unidades de segurança pública, sete sedes de órgãos públicos, adutora de água, rede de água e saneamento, rede de gás encanado, rede de energia elétrica, de telefonia, de TV a cabo, de subestação de energia elétrica alta tensão, estação ferroviária, linha de trem urbano, um mercado público e um cemitério.

O perímetro de destruição abrange uma região de interesse histórico de Maceió, com construção do século XIX.

O afundamento do solo envolve também graves riscos ambientais: a hipersalinidade da Lagoa Mundaú, a destruição dos manguezais e perda da cobertura vegetal, a desorganização ecológica.

O desastre também não está confinado às regiões diretamente afetadas pela subsidência, mas afeta também o entorno, que sofre com o insulamento econômico, espalha-se por toda a cidade, compromete a mobilidade urbana, sobrecarrega equipamentos públicos em outras regiões, fomenta a especulação imobiliária.

Pelo que se propõe a apurar, o afundamento do solo atinge diretamente uma área de cerca de 3,6km², que corresponde a aproximadamente a 0,7 da área total de Maceió.

Ao longo dos últimos cinco anos, foram adotadas diferentes metodologias de cartografia dos danos e observação do alargamento progressivo da região sujeita à realocação e monitoramento.

No momento, vigora a versão 5 do mapa de linhas de ação prioritária, elaborada em novembro de 2023 pela Defesa Civil de Maceió e que vem sendo utilizada como parâmetro para medidas de desocupação e monitoramento previstas pelo Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação, mantido pela Braskem.

Na última versão do mapa, consta da classificação das zonas. A área de criticidade 00 é a área classificada pela Defesa Civil de Maceió como área de concorrência de fraturamento intenso, processos erosivos e patologias em edificações que se encontram alagadas ou passíveis de colapso. Nesses locais, a Defesa Civil recomendou a realocação da população e o controle dos processos erosivos, além de ações de monitoramento e alerta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já a área de criticidade 01, denominada área de monitoramento, é composta por locais passíveis de expansão dos processos erosivos e instabilidades estruturais das edificações e deve, portanto, ser objeto de monitoramento, podendo incorrer em realocação dos moradores, caso necessário.

É de se realçar que os danos aos moradores da região atingida e das áreas vizinhas tiveram dimensões patrimoniais, relativas à perda dos terrenos, das casas e das benfeitorias, e extrapatrimoniais, associadas à perda das referências espaciais, relações de vizinhança e rede social de ajuda e aos impactos psicológicos derivados do processo de desocupação, reterritorialização e indenização.

No que tange às empresas, é certo que uma das principais consequências do impacto ambiental grave como o ocorrido em Maceió é econômica, derivada das alterações danosas ao meio ambiente. Surge uma sequência de sequelas como falências, lucros cessantes, recuperações judiciais e desemprego, relacionadas ao fechamento de estabelecimentos ou à redução da clientela das empresas do entorno. A isso somam-se os prejuízos das concessionárias e dos serviços públicos com investimento em infraestrutura, redes de gás, energia, telefonia e lesões financeiras ao poder público; além disso, há os danos à infraestrutura e aos equipamentos públicos.

A área afetada pelo afundamento do solo relativamente próximo ao centro de Maceió era ocupada desde o século XIX, intensamente urbanizado. A desocupação do espaço jogou por terra não apenas quase 15 mil imóveis particulares da região, mas também os equipamentos públicos e toda a infraestrutura urbana que servia a bairros e às regiões vizinhas. Foram inutilizadas, por exemplo, as ruas, quase todas pavimentadas, a rede de distribuição de água, a rede de esgoto, incluindo fiação, postes, transformadores e até mesmo a subestação de energia, com o desaparecimento. Sobre os danos ambientais, decerto os componentes ambientais mais afetados pela mineração evidentemente foram o solo e os solos urbanos. A falta de estabilidade física gerada, que permanecerá pelos próximos anos, pelo menos 20 a 25 anos, impedirá que o espaço urbano nos bairros afetados seja utilizado para os fins sociais e econômicos a que se destinam.

Os impactos ambientais marcantes do empreendimento foram os relacionados à produção de múltiplos sismos sentidos pela população de Maceió. Logicamente, os terremotos por si alteraram toda a dinâmica econômica e social de uma região, que, associadas à subsidência do solo, fizeram edifícios racharem, casas precisarem ser abandonadas, negócios pararem, a reboque de toda vida social das regiões afetadas que foi prejudicada. No mais, também a saúde mental de muitos moradores foi afetada em razão do pânico e do temor de o que possa voltar a ocorrer.

Ademais, a diáspora provocada pela mineração predatória agravou a situação de escassez de equipamentos públicos, tanto nas bordas da área de subsidência, cuja população também utilizava os serviços inutilizados pelo afundamento do solo, quanto nas áreas que receberam a população deslocada. Afinal, foram mais de 60 mil pessoas de diferentes perfis socioeconômicos que precisaram





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encontrar novos locais de moradia, provocando alterações no mercado imobiliário, sobrecarga de equipamentos públicos remanescentes e densificação do tráfego.

O deslocamento populacional é digno de menção. O Índice FipeZAP apontou, em junho de 2023, uma alta acumulada de 76% no preço do imóvel, entre 2019 e 2024, além de um aumento de 17,51% no valor médio do metro quadrado, em Maceió, fazendo com que a cidade lidere o *ranking* de metro quadrado mais caro do Nordeste. O aumento varia conforme o bairro. Segundo o Sindicato da Indústria de Construção, a situação gerou um deslocamento geográfico na cidade que favoreceu os bairros da parte alta da capital, como Benedito Bentes, Santa Lúcia, além do mercado do Litoral Sul, foco na classe média.

A situação agravou o déficit habitacional na cidade, que em 2016 já era de 27 mil residências, e o aumento dos aluguéis afeta as famílias de baixa renda de modo geral, que devem sofrer com reajustes acima do esperado, sendo especialmente perversa para aqueles que perderam suas casas nas ações de desocupação e que se encontram hoje em situação de insegurança habitacional, isso porque mesmo recebendo auxílio aluguel do programa de compensação financeira, na maior parte das vezes o valor não tem sido suficiente para pagar aluguéis em bairros mais próximos e em imóveis de padrão similar à residência anterior.

Nessa linha, consideramos que é inaceitável que a poluidora se aproprie dos ativos imobiliários por ela indenizados, passando a deter a propriedade de imóveis dos bairros atingidos diretamente, quando a região estiver novamente habitável.

Sobre esse ponto, não se trata de desconhecer o fato de que os imóveis desocupados se encontram indisponíveis até a estabilização do fenômeno de subsidência, caso venha a ocorrer (§2º da Cláusula nº 58 do Acordo Socioambiental). Trata-se de admitir que a incerteza em relação aos futuros impactos do crime ambiental da Braskem está na origem dos movimentos especulativos que hoje acontecem em Maceió.

Nesta trilha, reiteramos que a propriedade da empresa deve ser resolúvel, e o termo final deve ter indicado que a superfície está estável e assim continuará. O tema é discutido com mais detalhes na parte das recomendações, no Capítulo 10 do relatório. Entende-se que a definição imediata sobre a propriedade e, se possível, sobre o uso da área de subsidência pós-estabilização reduzirá o impacto dos movimentos especulativos e permitirá o equilíbrio do mercado e das terras da cidade.

Por fim, constata-se que as jazidas de sal-gema poderiam ter sido exploradas sem risco para a população até o limite da sua reserva recuperável. Estima-se em 125 milhões de toneladas, à razão de 250 mil toneladas por ano, cerca de um terço do que vinha sendo extraído anualmente pela Braskem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O volume asseguraria fornecimento de sal-gema por 300 anos. As perdas para a União, neste caso, chegam a cerca de US\$5 bilhões, considerando o preço de US\$45 por tonelada de sal-gema no mercado internacional.

Por fim, tratamos dos resultados da pesquisa do DataSenado, a maior já realizada com vítimas de catástrofes em Maceió.

Desde a publicação dos resultados do estudo do Serviço Geológico brasileiro, que atestava um nexo de causalidade entre a exploração de sal-gema e o afundamento do solo em Maceió, diversas ações judiciais foram ajuizadas contra a Braskem, por moradores e por órgãos da administração pública. Parte dessas ações foram transformadas em termos de cooperação e acordos extrajudiciais para reparação de danos individuais e coletivos, firmado com o Ministério Público Federal, o Ministério Público de Alagoas, a Defensoria Pública da União, a Defensoria Pública de Alagoas e a Prefeitura Municipal de Maceió.

Entre abril de 2019 e setembro de 2020, a Braskem firmou com o poder público quatro termos de cooperação.

O primeiro termo de cooperação firmado, em 3 de abril de 2019, foi o instrumento de cooperação técnica entre a Prefeitura de Maceió, a Braskem e o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Alagoas. O instrumento previa ações custeadas pela Braskem para mitigar efeitos da instabilidade do solo.

O segundo termo de cooperação, firmado em dezembro de 2019, foi consequência direta do Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação, para viabilizar à Braskem... E se comprometia a criar a chamada Central do Morador, no Trapiche da Barra, com mais de cem salas com postos de atendimento de órgãos públicos e privados que ofereciam suporte para processos de regularização e documentação, abertura de conta bancária, recebimento dos auxílios financeiros. A central seria fechada ao público em março de 2020, em decorrência da pandemia do coronavírus. Pelo termo, a Braskem também se comprometia a estender o trabalho de monitoramento dos bairros do Mutange e Bebedouro.

O terceiro termo de cooperação, firmado em janeiro de 2020, teve por objetivo o trabalho de selamento de descaracterização ou demolição das construções da área a ser desocupada, então limitada ao mapa de setorização de danos divulgados pela Defesa Civil de Maceió, em junho de 2019.

Por fim, o quarto termo de cooperação, assinado em setembro de 2020, teve por objetivo a segurança das áreas desocupadas e regiões vizinhas.

Já no que concerne ao plano de fechamento das minas, cabe enfatizar que, após o relatório síntese da SGB/CPRM, a Agência Nacional de Mineração lavrou auto de interdição, em que exige da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Braskem medidas para o encerramento definitivo da extração de sal-gema e o fechamento de seus postos em Maceió. A interrupção da extração já havia sido levada a cabo pela própria empresa em maio de 2019. O plano de fechamento das minas foi apresentado pela Braskem em novembro de 2019, com medidas e ações baseadas em estudo do Instituto de Geomecânica de Leipzig, da Alemanha, contratado pela Braskem.

Atualmente, conforme informações da Braskem, dos 35 postos, 17 já estariam fechados, em 12 o processo de fechamento estaria em andamento, e 6 estariam ainda em fase de planejamento.

No sétimo capítulo trataremos ainda do plano de compensação financeira negociado pela Braskem e por diversos órgãos públicos, Ministério Público, Defensoria Pública, Ministério Público estadual e Defensoria Pública do Estado de Alagoas, além da Defesa Civil no âmbito da ação civil pública.

O programa disponibiliza auxílio-aluguel no valor de R\$1 mil; a família pode receber até 24 parcelas desse auxílio. Além dos auxílios, também é paga uma indenização a título de danos morais no valor uniforme de R\$40 mil para cada núcleo familiar, o que é inadequado. O dano moral deve ser pago por indivíduo e não por núcleo familiar. Houve também indenização das propriedades para os imóveis na encosta do Mutange. A Braskem ofereceu R\$81,5 mil em valor único por imóvel, sendo R\$61,5 mil ao proprietário e R\$20 mil ao inquilino.

Em 2022, foi homologado novo acordo para que os moradores de áreas sob monitoramento também fossem indenizados. O acordo buscava mitigar o isolamento social da região dos Flexais, abrangendo medidas socioeconômicas, indenizações e verbas para ações adicionais. Eram previstos investimentos de cerca de R\$64 milhões, que incluíam a criação de uma nova unidade básica de saúde e de uma nova escola, a ampliação e/ou a alteração de rotas existentes de ônibus, a ampliação de rondas feitas pela guarda municipal, as ações de conservação e zeladoria, a instalação de centros de apoio para pescadores, a implantação de espaço para feira. Aos moradores ficava garantido o título de indenização por danos patrimoniais, extrapatrimoniais e pagamento de uma parcela única de R\$25 mil por núcleo familiar e comércio, e de R\$30 mil no caso do imóvel misto.

O Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação foi alvo de inúmeras críticas. Em primeiro lugar, critica-se o fato de que as indenizações pagas no processo de realocação não observaram a realidade das famílias e do mercado imobiliário de Maceió. O auxílio de R\$1 mil por 24 meses e o auxílio financeiro de R\$5 mil para cobrir custos extras com mudança foram concedidos por imóvel, independentemente do número de moradores ou das dimensões da propriedade. Não houve, em absoluto, a indenização das características do núcleo familiar.

Em nossos cálculos, chegamos à conclusão de que, se a indenização média paga fosse integralmente direcionada à compra dos imóveis, corresponderia hoje a um imóvel de 25m². Em consequência, vários moradores, incapazes de manter o padrão de vida, preferiram, ainda que sob risco,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permanecer em suas residências, cada vez mais isoladas e inseguras, até que concluíssem o fluxo da compensação.

Acumulam-se também denúncias de subavaliação dos imóveis e de falta de transparência dos critérios de cálculo. A Braskem teria se comprometido a indenizar os proprietários de imóveis em valor equivalente ao terreno, acrescido das construções e benfeitorias existentes. Além disso, houve denúncias recebidas por esta CPI no sentido de que as primeiras indenizações pagas foram substantivamente inferiores às posteriores.

A par dos problemas associados à subavaliação dos imóveis, destacamos também as queixas relativas à demora nas negociações. Segundo depoimentos colhidos por esta CPI, a Braskem retratava deliberadamente a análise de contrapropostas, explorando a vulnerabilidade e o estado de necessidade dos atingidos.

Por fim, registre-se ainda a denúncia sobre a existência de uma verdadeira venda de imóveis no lugar de indenização. Conforme pesquisa DataSenado, a transferência da titularidade dos imóveis para a Braskem é alvo de insatisfação de 86% das vítimas entrevistadas, o que demonstra a injustiça da medida. Como já assinalamos, a nosso ver, é necessário que haja a instituição da propriedade resolúvel, passando-a, após a estabilização, ao poder público, que lhe dará o uso legalmente previsto, amplamente discutido com a sociedade e com a participação destacada das pessoas impactadas.

Há críticas também sobre a indenização por dano moral. O valor padronizado de indenização por dano moral de R\$40 mil por imóvel fere o preceito constitucional da individualização, segundo o qual o dano moral deve corresponder à compensação pelo sofrimento psíquico próprio de cada indivíduo, assim, em cada situação, o dano moral deve ser pago por indivíduo atingido e poderia levar em consideração outros fatores, como o tempo de residência no local.

Neste sétimo capítulo, também nós nos debruçaremos sobre o acordo da reparação socioambiental. Em 30 de dezembro de 2020, a Braskem firmou o acordo de reparação socioambiental no âmbito da ação civil pública. O ajuste, que seria homologado apenas 16 de maio de 2022, tem três objetivos principais: o primeiro é adotar as medidas necessárias à estabilização e ao monitoramento do fenômeno da subsidência; o segundo é reparar, mitigar e compensar potenciais impactos de danos ambientais; e o terceiro é reparar, mitigar ou compensar potenciais impactos de danos sociourbanísticos, patrimoniais e extrapatrimoniais.

A Braskem adquiriu a propriedade das áreas afetadas sob o argumento de que lhe incumbiria zelar pela segurança das áreas, garantindo, por exemplo, que não haveria ocupações posteriores. Como contrapartida, a empresa não poderia utilizar as áreas compradas para novas edificações, seja para fins comerciais ou habitacionais, nos termos da Cláusula nº 58, §2º, salvo se, após a estabilização do fenômeno de subsidência, caso venha a ocorrer, isso venha a ser permitido pelo Plano Diretor de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento urbano da cidade de Maceió. Ora, senhores, a nosso ver, essa cláusula permite que a Braskem transforme aquilo que hoje é um passivo de sua responsabilidade em um valioso ativo imobiliário. Isso porque, quando o terreno se estabilizar, o que cedo ou tarde ocorrerá, será necessária apenas uma permissão do Plano Diretor municipal para que a poluidora promova o uso econômico de toda a área, passando a deter sozinha relevante fração do solo maceioense. Fica evidente que o ônus de zelar pela área será convertido em um rico bônus.

Nessa trilha, entendemos que essa construção é carente de garantias, inclusive jurídicas. É imprescindível que haja uma solução mais rigorosa que garanta que a área, quando novamente puder servir à cidade da qual faz parte, não seja da Braskem; e, especialmente, que não vire realidade, no futuro, uma situação ilógica, ilegal, de existir um poluidor que é credor em razão da poluição cometida.

Prosseguindo nossa análise dos acordos firmados, com a adesão total da Prefeitura de Maceió ao acordo socioambiental, foi elaborado o plano de ação para a definição de atuação da Braskem na reparação dos danos. Segundo informações da empresa, as ações foram definidas em conjunto pelo Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado de Alagoas, Braskem e prefeitura a partir de estudos contratados pela mineradora.

Os estudos relacionados ao patrimônio cultural foram elaborados pela empresa Diagonal, que apresentou, em seu diagnóstico, uma lista de 53 imóveis de interesse para proteção na área de subsidência.

O *site* da Braskem informa que 46 imóveis de valor histórico foram identificados pelo município. Segundo a empresa, esses imóveis têm sido objeto de monitoramento e de eventuais obras de manutenção. No entanto, não identificamos em qualquer documento que imóveis seriam esses. A empresa também informa que elaborou um dossiê dos imóveis de valor histórico, contendo detalhes sobre as edificações e imagens digitais com escaneamento a *laser* de alta precisão.

Outro acordo firmado foi realizado entre Braskem e a Prefeitura Municipal do Maceió. No dia 21 de julho de 2023, a Braskem e a Prefeitura Municipal do Maceió assinaram um termo de acordo com previsão de 1,7 bilhão para a indenização pelos danos da subsidência e realocação. O valor se soma a outros acordos firmados anteriormente com o município: mobilidade urbana, 360 milhões; PAS, 198 milhões; Flexais, 150 milhões; termos de cooperação com a Defesa Civil, 90 milhões; acordo MPT/escolas e creches, 40 milhões, e Comitê dos Danos Extrapatrimoniais, 150 milhões.

Em decorrência do recebimento de valores decorrentes desse acordo, a Prefeitura do Maceió criou, por meio de decreto, Fundo de Amparo ao Morador, gerido por um comitê que vai discutir o apoio financeiro às vítimas, isenção de cinco anos de IPTU, apoio jurídico e psicossocial, e crédito aos empreendedores nas áreas afetadas. O valor destinado ao fundo será de 300 milhões.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que diz respeito ao Estado de Alagoas, a Procuradoria Geral do Estado de Alagoas ajuizou ação indenizatória em face da Braskem, tendo como causa de pedir os danos causados aos bens e equipamentos públicos, bem como a perda de arrecadação do ICMS com o fechamento de empresas e lojas da região. Em outubro de 2023, houve sentença favorável ao Estado, em primeira instância, porém, determinou-se que os valores exatos da condenação seriam apurados em posterior fase de liquidação da sentença.

Cabe também registrar acordo entre Braskem e Ministério Público do Trabalho, segundo o qual a empresa depositou judicialmente o valor destinado à realocação de unidades educacionais, cursos de capacitação e programas de qualificação e requalificação profissional.

Sigamos para tratar do Capítulo 8 do relatório.

No oitavo capítulo do relatório, dedicado à averiguação das responsabilidades, concentramos as evidências da imprudência, da imperícia, da negligência da empresa e da negligência do poder público, materializados principalmente na conduta omissiva da Agência Nacional de Mineração e do Instituto do Meio Ambiente de Alagoas.

Em nossa análise, defendemos que a negligência dos órgãos de controle é sintoma de um fenômeno mais geral, a que chamamos de autorregulação de fato, aqui também analisado. Trata-se de anomalia regulatória em que o agente, embora não participe da elaboração das normas, regula na prática a sua própria atividade. O conceito tem como principal característica a captura pelo controlado dos instrumentos de fiscalização.

Constatamos que o método regulatório em vigor para o setor de mineração é apenas na aparência o da regulação estatal direta, mas, na prática e para todos os efeitos, é caracterizado por uma autorregulação indireta, que aqui escolhemos chamar de autorregulação de fato.

Não se confunda a autorregulação de fato com autorregulação. A autorregulação tem como característica relevante a participação coletiva na disciplina de condutas de determinados grupos, sejam eles membros de uma associação à qual pertencem ou à qual se submeteram voluntariamente.

Assim, autorregulação deve ser compreendida como uma espécie de regulação realizada de forma não estatal ou com o afastamento parcial ou total do Estado exercida de forma coletiva.

Já a autorregulação de fato, ao contrário da autorregulação, é uma anomalia regulatória; envolve, de um lado, uma insuficiência fiscalizatória do agente regulador, reduzindo a uma função cartorária de registro e validação de laudos e pesquisas que não produziu, que não periciou e que não auditou e, de outro, a autofiscalização do regulado, com instrumentos próprios feitos sob medida para produzir os resultados desejados, com o verniz técnico e a opacidade característica dos estudos de alta complexidade, destinados a se valer da assimetria de informação e de eventuais brechas regulatórias. A





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeira das causas da autorregulação de fato é a insuficiência fiscalizatória dos órgãos de controle da mineração; é a permissão para que o próprio regulado produza e desenvolva, sem supervisão, os estudos, planos e relatórios exigidos pela legislação. Cabe ao próprio interessado, por exemplo, a elaboração do Plano de Aproveitamento Econômico da jazida exigido pelo Código de Minas e do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental exigidos pelos órgãos ambientais. Da mesma forma, cabe às mineradoras a produção do Relatório Anual de Lavra e do Relatório Anual de Desempenho Ambiental. Embora cada um desses documentos seja elaborado segundo normas específicas, não há exigência de que sejam validados e certificados por auditoria independente credenciada junto às agências reguladoras, não há, pois, nenhuma verificação externa das informações constantes dos documentos que podem induzir a administração pública em erro.

O caso Braskem é um exemplo nítido da importância de uma auditoria externa independente dos dados informados em que não haja conflito de interesse entre contratantes e contratados. Somente o relatório-síntese do Serviço Geológico do Brasil, órgão estatal independente, é que atestou o nexo de causalidade entre a extração de sal-gema e a instabilidade do solo em Maceió. Por outro lado, em vez de aceitar as conclusões, a Braskem contratou seus próprios estudos independentes regamente remunerados para contradizer os estudos do Serviço Geológico do Brasil. Nesse sentido, esta Comissão também pôde verificar que foram igualmente equivocados ou omissos, quando não flagrantemente enganosos, laudos e relatórios produzidos por inúmeras outras empresas contratadas pela Braskem ao longo dos últimos dez anos. Os levantamentos realizados pela Flodim, pela Stop Serviços Topográficos em 2013 e pela Concrete em 2018 estavam eivados de falhas metodológicas que comprometeram o reconhecimento de falhas e a antecipação das medidas de correção dos problemas.

Outro fator que contribui para a autorregulação de fato é a inexistência na Agência Nacional de Mineração de estrutura interna própria capaz de levar a cabo uma fiscalização mais minuciosa das informações prestadas pelos controlados.

Auditorias do Tribunal de Contas da União apontam inúmeras deficiências na Agência Nacional de Mineração, dentre as quais destacamos: carência crônica de servidores, agravada pelo quadro de pessoal com elevada média de idade; carência de recursos logísticos, materiais e orçamentários; insuficiência, incapacidade e precariedade dos sistemas corporativos e de tecnologia de informação; subarrecadação da contribuição financeira pela exploração de recursos minerais; não realização sistemática de vistoria para acompanhamento de trabalho de pesquisa e atividade de lavra, bem como de atividade e auditorias do relatório anual de lavra; não realização, por iniciativa própria, de ações de fiscalização para coibir a extração mineral irregular; e elevado passivo processual pendente de análises de relatórios finais de pesquisa e de requerimento de lavra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De fato, o quadro atual de servidores da Agência Nacional de Mineração corresponde ao seu menor efetivo desde a edição do atual Código de Mineração, em 1967, e ao maior déficit de pessoal de todo o serviço público federal.

Outro fator que contribui para a autorregulação, de fato, é a falta de competência técnica especializada entre os quadros dos órgãos estatais para a realização da verificação dos dados e da fiscalização *in loco*. Essa insuficiência foi observada tanto na Agência Nacional de Mineração quanto no Instituto do Meio Ambiente de Alagoas. Nesse sentido, em documentos recebidos por esta CPI, constam pareceres do Instituto do Meio Ambiente de Alagoas que demonstram imperícia grave a ponto de afirmar que a lavra de sal-gema, em Maceió e no mundo, não ocasionaria danos ao meio ambiente.

Já a Agência Nacional de Mineração fez uso de consultoria externa, que constatou indevidamente que a distância entre as cavernas era de 150m, sem que fornecesse a fonte da informação, a qual, após os levantamentos por sonar, se revelaria falsa.

A nosso ver, esse quadro em que há constantes desastres na área de exploração mineral, com violação massiva e persistente de direitos fundamentais decorrentes das falhas estruturais e falência de políticas públicas, cuja modificação depende de medidas abrangentes e sistêmicas de natureza normativa, administrativa e orçamentária, constitui um estado de coisas inconstitucional. Trata-se de situação grave, a qual deve ser urgentemente alterada sob pena de repetirem-se catástrofes em nosso país.

Capítulo 9.

O nono capítulo do relatório traz as imputações criminais.

Nesse sentido, no decurso da CPI, deparamo-nos com condutas as quais, em tese, enquadram-se em diversos tipos penais da legislação brasileira. O primeiro crime verificado foi a usurpação do patrimônio da União, no art. 2º, da Lei nº 8.176, de 1994, que consiste em produzir bens ou explorar matéria-prima pertencentes à União sem autorização legal ou em desacordo com as obrigações impostas pelo título autorizativo.

O segundo crime com o qual nos deparamos foi o de poluição, previsto no art. 54, §1º, inciso I, da Lei de Crimes Ambientais. Esse crime consiste em causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora, tornando área urbana ou rural imprópria para ocupação humana.

O terceiro crime que constatamos foi o previsto no art. 55, *caput* e parágrafo único, da Lei de Crimes Ambientais. Trata-se da extração de pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem autorização ou em desacordo com a autorização obtida.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O quarto crime que verificamos está previsto no art. 60 da Lei de Crimes Ambientais. Esse tipo penal visa a impedir que estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores sejam construídos, instalados ou realizados quando sem autorização ou em contrariedade às normas legais e regulamentares.

A quinta infração penal encontrada é a concessão de ato negocial em desacordo com normas ambientais, art. 67, *caput*, da Lei de Crimes Ambientais. Este tipo penal pune o funcionário público, em sentido amplo, que concede licença, autorização ou permissão em desacordo com normas ambientais.

O sexto crime encontrado é elaboração ou apresentação no licenciamento ambiental de estudo, laudo, relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão, conforme o art. 69-A da Lei de Crimes Ambientais, na forma do §2º. Ademais, há indícios da prática dos crimes de corrupção passiva, art. 317 do Código Penal, que consiste em solicitar ou receber o funcionário público vantagem indevida; corrupção ativa, Código Penal, que se constitui em participar, oferecer ou promover vantagem indevida a funcionário público, e prevaricação, art. 319 do Código Penal: "Retardar ou deixar de praticar [...] ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei [...]".

Entre os elementos fáticos penalmente relevantes, apontamos a lavra ilegal e ambiciosa realizada pela Braskem. Durante a exploração realizada pela Braskem em Maceió, foram retirados aproximadamente 10 milhões de metros cúbicos de sal, o equivalente a 700 mil caminhões. Por óbvio, quando todo esse material é retirado, formam-se cavidades que devem ser mantidas íntegras sob pena de subsidência da camada superior ou desmoronamento da superfície formando verdadeiros *sinkholes*, depressões profundas no solo.

Nos termos do inquérito policial disponibilizado a esta CPI, as atividades de extração de sal-gema alteram o estado de tensões resultando no colapso de minas e causando os processos de subsidência no bairro do Pinheiro. Adicionalmente, o processo de mineração interferiu indiretamente na trama estrutural preexistente da região e favoreceu a reativação dessas estruturas, zonas de falhas geológicas. Segundo o relato do pesquisador Thales Sampaio, ouvido por esta CPI, nos casos em que há população humana, vivendo na região acima das cavidades a serem formadas pelo processo minerário em questão, a recomendação internacional é de que a atividade não ocorra. O que ocorreu, na verdade, é que a licença ambiental obtida pela Braskem ignorou essa realidade autorizando a atividade minerária em zona urbana.

O plano de lavra apresentado pela Braskem, apresentado pela empresa em 1977, previa que ela seria feita com a distância de 150m entre os eixos de diferentes cavidades, com o diâmetro máximo de cada mina de 75m, ou seja, o plano de lavra possuía dimensões compatíveis com relativa margem de segurança. Para que não houvesse risco de subsidência, formalmente o plano era adequado e seguro. Esses mesmos limites estão previstos em outros documentos aprovados pelo Departamento Nacional de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Produção Mineral em relação a lavras operadas pela Braskem, como o plano de aproveitamento econômico apresentado em 2003.

Na prática, todos esses parâmetros foram dolosamente ignorados pela empresa, o que produziu a união de minas M19D, M7, M20, M21D, M9 e M12 em três pares de duas cavidades. Destaca-se, mais uma vez, que, apesar da possibilidade técnica de junção de minas diferentes, essa hipótese era expressamente vedada pelo processo de concessão de lavra, conforme já demonstrado. A junção das minas em pares, por si só, caracterizava descumprimento dos termos da concessão e deveria ser motivo de alerta para a empresa e para as entidades fiscalizadoras. Todo esse quadro era de conhecimento da diretoria da Braskem, conforme relatado pelo próprio Diretor Institucional de Vinílicos da empresa em inquérito policial.

Outro fato que merece destaque é o completo abandono das minas após o seu exaurimento econômico, em contrariedade às normas de segurança exigidas. Nos termos do Código de Mineração, o titular da concessão da lavra possui plena responsabilidade sobre todos os poços perfurados, desde o início da lavra até o seu fechamento definitivo. O que se mostrou, na prática, foi a total indiferença da Braskem quanto à segurança das minas, após a concessão das operações, isso porque, mesmo após o encerramento das atividades, é imprescindível que ocorra monitoramento constante da pressão interna, de modo a garantir a segurança estrutural da cavidade da camada litostática, que, em último caso, garante a sustentação do solo sobrejacente.

Ficou constatado que era de pleno conhecimento da Braskem o fato de algumas cavidades apresentarem medidas de pressurização e estabilização em descompasso com as normas de segurança. As medições com sonares não eram feitas com a frequência necessária, anualmente, de acordo com o plano de lavra, mas sim de forma errática e sem qualquer periodicidade mínima, conforme tabela contida no inquérito produzido no âmbito da Operação Lágrimas de Sal. Além disso, os trabalhos não abrangeram toda a área da mineração, indicando que houve direcionamento para a produção de um laudo com dados parciais.

O trabalho desta CPI tornou ainda mais evidente a confluência de inúmeras condutas, em tese, criminosas, que lesaram múltiplos bens jurídicos. Apesar de algumas condutas criminosas terem ocorrido há bastante tempo, certos crimes imputados, principalmente aqueles que protegem o meio ambiente, são de natureza permanente, ou seja, seus efeitos perduram desde o início da prática criminosa, o que fulmina eventualmente a alegação de prescrição e legitima a persecução penal estatal. Em especial, ressalta a importância da conduta praticada pela Braskem e por seus colaboradores, bem como por empresas que lhe prestaram serviço. Todos os entes federativos, ainda que indiretamente, por meio de suas agências próprias e seus agentes, se omitiram do dever de fiscalizar, o que atrai a incidência da figura da omissão imprópria, prevista no art. XIII, §2º, do Código Penal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação às condutas criminosas imputadas aos agentes públicos, é possível que os agentes privados envolvidos, a seguir indiciados, tenham nelas participado, possibilitando aplicação de penas relativas a crimes próprios, como a corrupção passiva prevista no art. 317 do Código Penal. Entretanto, faltam-nos elementos para estabelecer o referido vínculo, motivo pelo qual optamos apenas pelo indiciamento dos crimes não próprios.

Diante de todos os elementos fáticos considerados, todas as exposições feitas neste relatório, entendemos que existem elementos suficientes para apontar que as pessoas físicas e jurídicas abaixo citadas incorreram nas condutas criminosas especificadas.

Braskem S.A.: art. 2º, *caput*, da Lei nº 8.176, de 1991 – conduta criminosa que consiste em produzir bens ou explorar matérias-primas pertencentes à União em desacordo com as obrigações impostas pelos títulos autorizativos –; art. 54, §2º, incisos I, IV e V, e §3º, art. 55, *caput*, parágrafo único, e art. 60, todos da Lei de Crimes Ambientais, dispositivos que contêm, respectivamente, crimes de poluição, execução de pesquisa ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença e em desacordo com a obtida, em funcionamento de estabelecimento potencialmente poluidor, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

Os elementos coligidos não são suficientes para apontar a ocorrência do crime de corrupção ativa, mas esta CPI sugere o aprofundamento das investigações a fim de apontar a ocorrência desse delito.

Não se destaca que a empresa tenha sido partícipe dos crimes próprios previstos na Lei de Crimes Ambientais, ambos da Lei de Crimes Ambientais, que tratam, respectivamente, dos crimes de concessão de licença, autorização ou permissão em desacordo com as normas ambientais e elaboração ou representação no licenciamento ou procedimento administrativo de estudo, laudo ou relatório ambiental, total ou parcial, falso ou enganoso, inclusive por omissão. Porém, mais investigações são necessárias.

Ademais, são indiciados os seguintes indivíduos ligados à Braskem:

- Alvaro Cezar Oliveira de Almeida, Diretor Industrial da empresa no período de 2010 a 2019;
- Marco Aurélio Cabral Campelo, Gerente de Produção da Braskem;
- Paulo Márcio Tibana, Gerente de Produção da empresa entre 2012 e 2017;
- Galileu Moraes Henrique, Gerente de Produção da Braskem entre 2018 e 2019;
- Paulo Roberto Cabral de Melo, engenheiro responsável pela primeira mineração da Braskem entre 1976 e 2006;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Alex Cardoso Silva, responsável técnico pela empresa em 2007, 2010, 2017 e 2019;
- Adolfo Sponquiado, responsável técnico da empresa no local de mineração entre 2011 e 2016;
- Marcelo de Oliveira Cerqueira, Diretor-Executivo da Braskem desde 2013, sendo atualmente o Vice-Presidente Executivo de Manufatura Brasil e Operações Industriais Globais.

Esses indivíduos incorreram nas mesmas condutas criminosas imputadas anteriormente à Braskem. Além disso, não se descarta que eles tenham sido partícipes dos crimes próprios previstos na Lei de Crimes Ambientais. Porém, mais investigações são necessárias.

Ademais, consideramos que não há elementos materiais suficientes para indiciar os seguintes indivíduos responsáveis pela confecção do laudo que contestou relatórios, sínteses e seus desdobramentos realizados pelo SGB:

- John Cosgrove;
- George R. Sadowski;
- Marcelo Assumpção;
- Tarcisio B. Celestino; e
- Luiz G. de Mello.

Entretanto, não descartamos que possam ter incorrido em condutas criminosas, inclusive por determinação da Braskem e de seus dirigentes, como aquela prevista no art. 69-A, §2º, da Lei de Crimes Ambientais.

Na mesma trilha, são indiciadas pela conduta de elaborar ou apresentar, no licenciamento ou em qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão, as seguintes pessoas.

- Stop Serviços Topográficos Ltda.: Paulo Raimundo Moraes da Cruz e Hugo Martins de Souza – o primeiro foi sócio fundador da Stop Serviços Topográficos, enquanto o Hugo Martins foi o responsável técnico pela emissão de laudos topográficos repassados à Agência Nacional de Mineração que apresentavam falsidades ou omissões;

- Flodim do Brasil Ltda.: Mônica Ballus, engenheira responsável pela tradução do documento produzido pela empresa, Estudo de Estabilidade e Subsidência das Cavernas;

- Modecom – Tecnologia em Modelagem Computacional Ltda.;
- Consult Consultoria Mineral Ltda.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Consult foi empresa fundada por Paulo Roberto Cabral de Melo, responsável técnico pelas operações de mineração da Braskem durante mais de 30 anos.

Quanto ao Sr. Vitor José Campos Bourbon, engenheiro de automação que, em tese, foi responsável pelo Estudo de Estabilidade e Subsistência das Cavernas, apresentado pela Flodim e pela Braskem, atestando a integridade das minas, consideramos que não existem elementos suficientes para indiciá-lo, mas sugerimos que investigações sejam aprofundadas.

Como fiscais que foram omissos ou deixaram de atuar em conformidade com o dever funcional a partir de 2021, os seguintes agentes:

- André Zingano, 2019;
- Roger Romão Cabral, 2018/2021;
- José Antônio Alves dos Santos, 2011/2014;
- Fernando José da Costa Bispo, 2011/2020;
- Bruno Feijó Teixeira, 2018;
- Victor Hugo Froner Bicca, 2018;
- David de Barros Galo, 2019/2024;
- Marina Tietz de Souza Mendes;
- Selmar Almeida de Oliveira, 2019/2024;
- Sérgio Luiz Klein, 2019/2024;
- Walter Lins Arcoverde, 2019;
- Victor Muniz Alves Cruz, 2021/2024.

Não foi possível reunir elementos materiais suficientes para imputar responsabilidades penais a esses indivíduos, mas não se descarta que tenham incorrido em algum ilícito investigado, como, por exemplo, de prevaricação, ou outros delitos contidos na Lei de Crimes Ambientais, inclusive por omissão imprópria, motivo pelo qual consideramos que mais diligências são necessárias para a elucidação dos fatos.

Como gestores, superintendentes, diretores do DNPM e ANM que foram omissos ou deixaram de atuar em conformidade com o dever funcionar a partir de 2011, os seguintes agentes:

- o Diretor de Fiscalização, Walter Lins Arcoverde;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- os Superintendentes do DNPM José Antônio dos Santos, André Luiz Rodrigues Ramalho, Ranilson Pedro Campos Filho.

Não foi possível reunir elementos materiais suficientes para imputar responsabilidades penais a esses indivíduos, mas não se descarta que tenham incorrido em algum dos ilícitos investigados, como, por exemplo, de prevaricação, ou outros delitos contidos na Lei de Crimes Ambientais, inclusive por omissão própria, motivo pelo qual consideramos que mais diligências são necessárias para a elucidação dos fatos.

No âmbito do Ministério de Minas e Energia, a manutenção da concessão de lavra da Braskem é sugestiva de omissão na gestão do ministério no período em que já era de conhecimento público a prática de lavra ambiciosa por parte da mineradora. Caso tivessem tomado a ação adequada, o cenário poderia ter sido outro. São eles:

- Wellington Moreira Franco;
- Bento Costa Lima de Albuquerque Junior;
- Adolfo Sachsida.

No âmbito desta CPI, não foi possível reunir elementos materiais suficientes para imputar responsabilidades penais aos indivíduos, motivo pelo qual consideramos que mais diligências são necessárias para a elucidação das circunstâncias que motivaram referida ação.

Ricardo José Queiroz dos Santos, Nivaldo José Chiossi, Miguel Luiz Morad Noronha, Jovesi de Almeida Costa, Dorival de Carvalho, Gustavo Ressurreição Lopes, Sandra do Carmo Menezes, agentes públicos vinculados ao IMA Alagoas, à época dos fatos. Da mesma forma, pelo mesmo motivo, consideramos que mais diligências são necessárias para a elucidação da possibilidade de crimes por prevaricação ou crimes ambientais.

Os indiciamentos constam em detalhes no relatório, recomendando-se a leitura completa do Capítulo 9.

Capítulo 10.

No Capítulo 10 tratamos das recomendações, proposições legislativas e encaminhamentos.

Passo a expor as principais sugestões deste relatório de forma sucinta.

O primeiro bloco de recomendações trata da revisão do acordo de compensação financeira e apoio à relocação. Nessa trilha de descaso... Nessa trilha, destaco os seguintes pontos – peço desculpas pelo cansaço:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- as indenizações por danos morais deveriam ter respeitadas as características do núcleo familiar;
- os auxílios-moradia e mudança deveriam ter levado em consideração as características do imóvel desocupado, como dimensões e número de moradores;
- o direito ao laudo técnico independente, realizado por empresa independente, deveria ter sido assegurado a todos os atingidos e não somente aos que tinham laudo particular com diferença de 20% no valor da avaliação;
- os acordos individuais deveriam representar patamares mínimos e incontroversos para o recebimento imediato sem cláusulas de quitação de obrigações e exonerações de responsabilidade;
- os signatários deveriam ter o direito de pleitear a diferença por via judicial.

Dessa forma, recomendamos ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público de Alagoas, à Defensoria Pública da União, à Defensoria Pública de Alagoas que enviem esforços para revisão e saneamento dos acordos celebrados, de forma a assegurar a prevalência do princípio da reparação integral do dano com o estabelecimento da situação da vítima a estado minimamente equiparável ao anterior à evacuação da área atingida pela instabilidade do solo.

Também recomendamos que as revisões sejam precedidas de diálogo necessário e aberto com quem foi afetado pela tragédia; que sejam amparadas em estudos efetivamente independentes; e que sejam baseadas em cláusulas de indicadores transparentes, que correspondam à realidade do mercado imobiliário de Maceió após a desocupação da área afetada pela instabilidade do solo.

Em nosso segundo bloco de recomendações, tratamos da ampliação do mapa de linhas de ações prioritárias. Neste particular, entendemos que o conceito de risco adotado pela defesa civil é de natureza estritamente geológica e se restringe ao risco de instabilidade do solo.

A noção de risco deveria abranger o risco de ilhamento socioeconômico, definido a partir de parâmetros socioambientais. Dessa forma, recomendamos à Defesa Civil de Maceió a redefinição do conceito de risco para cartografia da área a ser incluída no mapa de linhas e ações prioritárias, de forma a abranger não apenas os bairros diretamente afetados pela subsidência do solo, mas também os diretamente impactados pelo esvaziamento do entorno.

Já o terceiro bloco de recomendações trata da redefinição da propriedade da área afetada. Aqui, neste caso... Eu não sei se nós vamos tratar ainda do caso do Flexal, se vai aparecer o Flexal especificamente. (*Pausa.*)

O.k.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já o terceiro bloco de recomendação trata da redefinição da propriedade da área afetada. Sobre essa questão, pontuamos que, quando o terreno se estabilizar, seria necessária apenas uma permissão no plano diretor municipal para que a empresa promova o uso econômico de toda a área... Eu chamo a atenção para isto aqui: quando o terreno se estabilizar, seria necessária apenas uma permissão – permissão – no plano diretor municipal para que a empresa promova o uso econômico de toda a área, passando a deter, sozinha, relevante fração do subsolo de Maceió, do solo de Maceió.

Ainda que seja de interesse público que a Braskem mantenha a posse da região até a completa estabilização do solo, com todos os encargos relativos ao monitoramento e à correção das instabilidades, não é razoável que detenha também a propriedade daquilo que somente obteve em virtude de conduta criminoso diante da comprovação da lavra ambiciosa.

É imoral a perspectiva de que a Braskem possa vir a ser autorizada a fazer aproveitamento econômico da área. A possibilidade de aproveitamento econômico da área, futuramente, pela Braskem é uma ofensa aos 60 mil maceioenses afetados pela tragédia, que tiveram de abandonar suas casas e deixar para trás todo o seu passado. Trata-se do paradoxo do poluidor-credor, algo inaceitável em nosso ordenamento jurídico. É imprescindível constituir uma solução mais rigorosa e que garanta que a área, quando novamente puder servir à cidade da qual faz parte, não seja da Braskem.

Por essa razão, recomendamos às autoridades públicas, no âmbito da elaboração e revisão de qualquer acordo ou legislação que envolva em seu objeto os bens imobiliários afetados, o estabelecimento de dispositivos que prevejam que a propriedade ou posse da empresa ou aquelas que a sucederem sobre os bens imóveis indenizados é resolúvel, subordinado como termo final do direito de propriedade ou posse o evento de retorno à estabilidade da superfície dos bairros atingidos pela subsidência, volte para a propriedade do Município de Maceió.

Vou passar essa conclusão.

No entanto, no quarto bloco, tratamos da reestruturação e provisionamento da Agência Nacional de Mineração.

Nossas recomendações são: recomposição do quadro de pessoal mediante realização do concurso público; recomposição orçamentária, sem contingenciamento, com destinação vinculada dos recursos provenientes de *royalties* de mineração.

No quinto bloco de recomendação, tratamos da realocação da unidade da Braskem do Pontal da Barra.

Nesse sentido, recomendamos às autoridades públicas do Estado de Alagoas e de Maceió que avaliem, no âmbito das competências relativas às políticas de licenciamento ambiental e de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

zoneamento, o uso de ocupação do solo urbano; a realocação da planta industrial da Braskem da região do Pontal da Barra.

No sexto bloco de recomendações, tratamos da conservação e despoluição do Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba. Nesse sentido, verificamos que a subsidência afetou parte do ecossistema estuário da Lagoa Mundaú, especialmente o mangue adjacente aos bairros Mutange e Bebedouro. Parte dos danos socioambientais estão relacionados com os impactos ambientais que atingem a lagoa, seus serviços ecossistêmicos e as atividades de pesca artesanal na região.

Diante disso, recomendamos às autoridades públicas competentes, no âmbito do processo de gestão e destinação dos recursos oriundos da indenização paga pela Braskem, que parte do montante a ser pago seja utilizado para fins de conservação e despoluição do Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba, inclusive mediante investimento em saneamento básico; reestruturação da atividade de pesca artesanal e sustentável, revegetação e recuperação do manguezal.

No sétimo bloco, fizemos sugestões para elaboração imediata do Plano Diretor de Maceió e do Plano Municipal de Mobilidade Urbana. Nesse sentido, fizemos as seguintes observações e recomendações. O Plano Diretor, que vigora atualmente em Maceió, de 2005, deveria ter sido revisto em 2015, conforme determina Estatuto da Cidade. Trata-se de peça defasada em quase 20 anos, de modo que não se torna de grande valia para enfrentar de maneira adequada a desestruturação urbana causada pela mineração criminosa da Braskem.

A autorização de mais de 10 mil domicílios torna urgente a tarefa de planejar para onde a cidade irá se expandir e se adensar, bem como de verificar como se dão as novas dinâmicas de deslocamento de pessoas e cargas do território, considerando as mudanças decorrentes do isolamento de uma área tão significativa.

Diante disso, recomendamos ao município que retome imediatamente o processo de revisão do plano diretor do município e inicie a elaboração do plano de mobilidade urbana com a devida transparência e participação social. Recomenda-se ainda que parte dos recursos oriundos da indenização paga pela Braskem seja destinado a realizar levantamento de áreas urbanizadas e bem localizadas para a demarcação de zonas especiais de interesses sociais, contratar pesquisa origem-destino para adequado dimensionamento das necessidades de ampliação de rede de transporte público coletivo, ampliar frota de ônibus ambientalmente adequados para suprir as novas demandas decorrentes de deslocamento das pessoas; e, quarto, adquirir terrenos em áreas com infraestrutura completa disponível para a produção de unidades habitacionais de interesse social.

No oitavo bloco de recomendações, tratamos da instalação de memorial na cidade atingida pela mineração. Sobre o assunto, entendemos que, diante da cidade fantasma e da preocupação com o enfraquecimento e até mesmo com o desaparecimento do patrimônio material e das tradições locais,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

surgem importantes questões como impedir a perda da memória coletiva, o que preservar de sua forma urbana, o que recordar da tragédia. Diante disso, recomendamos às autoridades públicas e à Braskem que realizem inventários participativos do patrimônio material e imaterial, além de investigações arqueológicas que possibilitem mapear as dimensões da preservação necessárias à manutenção da memória da cidade, construam um memorial à cidade atingida pela mineração, um espaço dedicado à valorização da memória dos cinco bairros perdidos e de seus habitantes, incluindo nesse espaço a memória histórica do crime ambiental da Braskem. A empresa deverá ser responsável pela construção e manutenção vitalícia do memorial, que será um lugar de lembrança e denúncia do modelo de mineração historicamente predador, produtor de tragédias socioambientais.

No nono bloco de recomendações, tratamos da revisão do valor venal dos imóveis vizinhos à área de risco. Nesse sentido, alcançamos as seguintes conclusões: as chamadas áreas das bordas, regiões que margeiam os locais interditados, mas que estão fora do mapa das linhas de ação prioritárias sofrem grave desvalorização imobiliária. No entanto, ao contrário dos locais diretamente afetados, não foram beneficiados de forma sistemática e abrangente com a revisão dos valores venais que servem de base de cálculo para o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.

Diante disso, recomendamos à Prefeitura do Município de Maceió que realize revisão no valor venal dos imóveis das áreas de margeiam a área interditada, considerando sua desvalorização.

No décimo bloco de recomendações, cuidamos da revisão dos financiamentos imobiliários da área vizinha à adquirente de imóveis nas áreas de bordas, que realizam financiamento imobiliário. Restam prejudicados, uma vez que o financiamento levou em consideração o valor do imóvel, que já não condiz com o valor atual.

A fim de solucionar esse problema, elaboramos duas recomendações: recomendamos, portanto, às instituições financeiras públicas e privadas, que realizem financiamento com recursos do Sistema Financeiro de Habitação e do Sistema Financeiro Imobiliário, à revisão dos valores financiados. Acionamos a cláusula de seguro contratual para a cobertura do prejuízo em razão da redução do valor imobiliário. Também recomendamos ao Ministério Público do Estado de Alagoas que tome as providências necessárias, com o objetivo de realizar a revisão dos valores financiados, em razão da redução do valor imobiliário.

No nosso 11º bloco de recomendações, trata-se do acompanhamento da aplicação dos recursos públicos recebidos pela Prefeitura de Maceió. Nesse sentido, recomendamos que a Prefeitura de Maceió provisione imediatamente o Fundo de Amparo ao Morador e inicie o apoio anunciado às vítimas do afundamento do solo provocado pela exploração de mineração da Braskem; que os recursos não utilizados no FAM sejam utilizados para promover a transformação de que a cidade necessita para acomodar 60 mil deslocados; três, que o Ministério Público Federal em Alagoas e o Ministério Público Estadual de Alagoas também monitorem, inclusive através de comitê gestor, os danos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extrapatrimoniais, a aplicação dos recursos repassados, pela Braskem, à Prefeitura de Maceió, a fim de garantir que o dinheiro seja aplicado de forma a resguardar os interesses coletivos da população de Maceió.

No 12º bloco de recomendações, fazemos sugestões relacionadas ao hospital da cidade, adquirido com recursos gerados com indenização para a Prefeitura de Maceió.

Neste contexto, considerando a necessidade urgente de recomposição do Sistema Único de Saúde em Maceió, cujas deficiências foram agravadas significativamente pela ação da Braskem, recomendamos ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas que acompanhe e avalie criteriosamente o processo de aquisição do prédio, bem como as obras para a sua finalização e a posterior implementação com aquisição de todos os insumos necessários para o seu pleno funcionamento, garantindo que o atendimento anunciado seja disponibilizado para a população com celeridade e com a qualidade necessária.

Ademais, também formulamos diversas recomendações ao Poder Legislativo. A primeira delas é a alteração no Projeto de Lei Geral do Licenciamento Ambiental, com os seguintes objetivos: assegurar que o licenciamento de atividades ou empreendimentos minerários de grande porte seguirão normas do Conselho Nacional do Meio Ambiente, evitando a disparidade no tratamento regulatório adotado em cada estado para essas atividades de elevado potencial de degradação ambiental; que o Conama estabeleça lista mínima de atividades e empreendimentos sujeitos a estudo de impacto ambiental, permitindo complementação por parte da legislação dos estados envolvidos; que os empreendimentos de alto e médio risco devam ter esse risco avaliado e gerido indo além da avaliação dos impactos presumíveis; exigir que os órgãos ambientais se articulem com as agências reguladoras setoriais de forma a garantir maior governança estatal sobre os riscos e impactos dos empreendimentos; vedar licenciamento meramente cartoriais, promovendo uma verdadeira proteção ao meio ambiente; determinar que os licenciamentos ambientais estejam articulados com instrumentos públicos de zoneamento do solo e ambiental; instituir padrões de responsabilização ambiental que já não adotados internacionalmente, incluindo a responsabilização solidária daqueles que contratam com a empresa responsável pelo empreendimento para fornecimento de estudos e laudos que são apresentados aos órgãos fiscalizadores; determinar que a violação do cumprimento de condicionantes é hipótese de suspensão ou cancelamento de licença ambiental; possibilitar à autoridade licenciadora que exija do empreendedor a manutenção de técnico ou equipe especializada no empreendimento, ou seja, a realização de auditorias ambientais independentes e que elabore relatórios de incidentes; exigir que a autoridade licenciadora verifique e analise os dados e informações recebidos e atue proativamente, realizando seus próprios monitoramentos, vistorias e fiscalizações.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda recomendação trata da política nacional do meio ambiente. Nesse sentido, sugerimos que o Senado Federal promova uma avaliação rigorosa e criteriosa da Política Nacional do Meio Ambiente, principalmente no tocante à qualidade da execução dos licenciamentos ambientais no país.

A terceira recomendação dirige-se ao Poder Legislativo. Trata-se do controle de constitucionalidade, reconhecendo que o sistema de mineração no Brasil constitui um estado de coisas inconstitucional. Nessa trilha, sugerimos que a Mesa do Senado Federal delibere pelo ajuizamento, junto ao Supremo Tribunal Federal, de ação de controle de constitucionalidade ou outro remédio constitucional idôneo, com vistas a solucionar as disfuncionalidades dos órgãos apontados neste inquérito parlamentar, que concorrem para a inoperância das políticas públicas de proteção ambiental relacionadas à atividade minerária.

Na quarta recomendação, trata-se da apuração das perdas da União. Nessa linha, requeiro que seja solicitado ao Tribunal de Contas da União que realize fiscalização com o objetivo de identificar os prejuízos suportados pela União em decorrência do abandono de 29.423.358 mil toneladas de reserva mineral lavrável, o que representa 52% do potencial da jazida.

No próximo tópico, tratamos das hipóteses legislativas.

Estou acabando, Sr. Presidente.

Entendemos que a Lei Complementar 140, de 2011, deve ser alterada com o propósito de conferir à União a competência administrativa para ação de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades minerárias de alto risco ambiental. Essa alteração se fundamenta no argumento de que a União possui mais recursos e maior capacidade de lidar adequadamente com a análise, o monitoramento e a gestão de riscos inerentes a esses empreendimentos, bem como tem menor suscetibilidade a pressões econômicas locais em favor de atividades de alto risco.

Também propomos alteração na Lei 13.848, de 25 de julho de 2019, para dispor sobre as articulações entre as agências reguladoras e os órgãos de defesa do meio ambiente.

Recomendamos também alteração na política do meio ambiente e na Lei de Crimes Ambientais para dispor sobre a obrigatoriedade do registro de antecedentes sancionatórios, de declaração de idoneidade, de cadastro técnico federal de atividades e instrumentos de defesa ambiental e prever responsabilização penal de consultorias ambientais e declaração de idoneidade como sanção administrativa.

Ademais, é proposta alteração na Lei 13.575, 26 de dezembro de 2017, para dispor sobre percentual de receita sobre a lavra de recursos minerais que deverá ser investido em pesquisa e inovação e criar taxa de fiscalização da atividade minerária.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, esta CPI também promoverá o compartilhamento do relatório com o Supremo Tribunal Federal, Ministério Público Federal, a Advocacia-Geral da União, Polícia Federal, Tribunal de Contas da União, Controladoria-Geral da União e outros órgãos públicos, especialmente da área ambiental, a fim de que esses órgãos adotem as medidas pertinentes às suas funções institucionais.

Conclusão.

A principal conclusão é que precisamos aprender com os erros. Esta Comissão se debruçou sobre as causas que provocaram a subsidência do solo em Maceió, não somente sobre as causas físicas, já que não restam dúvidas de que o afundamento ocorreu em virtude da lavra ambiciosa de sal-gema no subsolo da região, mas sobretudo sobre as causas morais, a ganância, a imprudência, a imperícia, a negligência de uma grande empresa, combinadas à omissão do poder público.

O crime ambiental de Maceió deve nos servir de exemplo. Desde o início, esta CPI pretendeu fazer do caso Braskem um evento sentinela, que servisse de alerta, que ajudasse a compreender a natureza do problema, que nos preparasse para a ação e mitigasse as sequelas da atividade minerária. Depois de Mariana e de Brumadinho, não podíamos mais interpretar Maceió como um caso isolado. Sabíamos que havia algo de muito errado com o setor de mineração do Brasil.

Buscamos identificar, ao longo do processo, as falhas regulatórias, marcadas por uma normatização permissiva, pela falta de recursos e de capacitação técnica dos reguladores e pela captura dos instrumentos de fiscalização pelos regulados. Percebemos que o modelo brasileiro de mineração não é como prevê o ordenamento jurídico de regulação estatal direta, mas de automonitoramento, de autofiscalização e de autorregulação de fato. Percebemos que há falta de uniformidade de regras ambientais para o licenciamento de atividade de mineração e que faltam verticalidade e eficiência no processo de fiscalização das operações; que as lacunas normativas favorecem a produção de dados induzidos e a dissimulação de riscos, permitem atestados de regularidade autoconcedidos e tornam a fiscalização da atividade minerária meramente cartorial.

As consequências dessa desregulação, sentiram-nas, desta vez, os habitantes de Maceió. As práticas danosas de mineração levadas a termo pela Braskem forçaram o deslocamento compulsório de milhares de pessoas, o fechamento de inúmeros estabelecimentos comerciais, de vagas de trabalho, a inutilização de equipamentos e infraestruturas públicas, a perda do patrimônio cultural e ambiental, além de inúmeros danos à saúde física e mental de imenso contingente atingidos direta e indiretamente.

Este relatório se escreve no momento em que o Rio Grande do Sul enfrenta a maior crise humanitária da sua história. As chuvas já mataram mais de 150 pessoas e devastaram o estado. Extremos climáticos vêm ocorrendo em todo o país, no litoral de São Paulo, no sul da Bahia, em Petrópolis e até mesmo na Amazônia, que padeceu recentemente com a seca.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Houve um tempo não muito distante em que se dizia que nós, brasileiros, tínhamos premiados com o paraíso, uma terra sem vulcões, sem furacões, sem terremotos. Nossa desídia com o meio ambiente, nosso extrativismo predatório, nossa pulsão pela destruição das matas e das florestas veio provar que somos nós – e não o clima, e não a terra – o problema. Mas ainda há tempo, e nossa esperança é a de que esta Comissão possa contribuir para despertar essa consciência e corrigir rumo dessa destruição.

Os eventos de Maceió e de Brumadinho não são catástrofes naturais. Em ambos os casos, houve riscos criados pela intervenção humana. A perspectiva é de que cada vez mais sejamos punidos e cada vez mais rápido por nossa irresponsabilidade ambiental.

É hora, pois, de agir. O primeiro movimento é o de reconhecer a extensão e a gravidade do problema, dar a ele a visibilidade necessária. O segundo movimento é o da determinação das causas e da responsabilização dos agentes, dos agentes privados, dos agentes públicos. A responsabilização é uma obrigação que esta CPI e todo o sistema de justiça devem às vítimas. Não é possível que empresas que se apropriam privadamente dos lucros e do bem natural coletivo continuem a distribuir socialmente os prejuízos da atividade minerária. Não é possível que especialistas e técnicos, alguns regidamente remunerados, continuem a emprestar impunemente o nome e a credibilidade à dissimulação de riscos. Não é possível que agentes públicos continuem a coonestar e a validar servilmente laudos e relatórios produzidos pelos próprios fiscalizados.

O terceiro movimento é a reparação, e não haverá justa reparação sem estudos independentes e diálogo obrigatório e aberto com quem foi afetado pela tragédia. E este é o alerta que aqui fazemos aos órgãos e entidades públicos incumbidos de acompanhar, participar e homologar acordos.

O reconhecimento dos danos feitos unilateralmente pela Braskem, por meio de estudos por ela mesma contratados, mostrou-se, assim, como no caso dos estudos geológicos, benéfico para a empresa e perverso para o esclarecimento dos fatos e a realização de justiça.

O quarto movimento é o da transformação das normas, das práticas e talvez a mais permanente contribuição desta Comissão, que reivindica uma nova ordem na mineração, um novo modelo de governança que garanta a todos o direito ao meio ambiente equilibrado e à incolumidade pública. É preciso reformular o modelo de fiscalização que deve passar a ser ativo, e não meramente cartorial. É preciso perceber os problemas antes que eles ocorram. De pouco adianta punir responsáveis apenas após as tragédias que têm impactos devastadores. É preciso, por fim, acabar com a impunidade que alimenta a irresponsabilidade.

Por fim, não poderia deixar de agradecer, no encerramento deste relatório, a todos quantos contribuíram para o trabalho desta Comissão, principalmente a população de Maceió, que acompanhou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ativamente as oitivas pelo canal do Senado no YouTube, que nos enviou suas queixas, que participou da pesquisa do DataSenado e que nos acolheu em Maceió durante a visita realizada dia 8 de maio.

Agradeço também aos servidores do Senado Federal, da Consultoria Legislativa, Advocacia do Senado, da Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito, da Polícia Legislativa, da Secretaria de Comunicação, do DataSenado, da Ouvidoria, especialmente os que me acompanham e compõem o meu gabinete. Agradeço aos servidores da Controladoria-Geral da União, Tribunal de Contas e Ministério Público Federal cedidos para nos auxiliar.

E agradeço pessoalmente a disposição e a força que o tempo todo foi dada pelo Presidente da Comissão, o Senador Omar Aziz; e a todos os Senadores que aqui ajudaram a realizar este trabalho, a todos os Senadores que fizeram parte desta Comissão também.

Muito obrigado ao Senador Omar Aziz e a todos os colegas Senadores e Senadoras que ajudaram a construir este relatório e este trabalho em 90 dias, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Agradeço ao Relator, o Senador Rogério Carvalho. Os agradecimentos feitos a todos aqueles que contribuíram com esta CPI diuturnamente e que foram citados pelo Senador Rogério... Nós todos da Comissão agradecemos. Farei isso na sessão de encerramento da CPI, quando for votado o relatório final.

E, conforme foi anunciado no início da leitura do relatório, nós vamos conceder vista coletiva e, no dia 21, iremos aqui votar o relatório final.

Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, depois desta manhã, realmente eu não posso aqui esperar a outra semana sem, antes, parabenizar o trabalho feito pelo Senador Relator Rogério Carvalho, pela condução feita por V. Ex. à frente desses 90 dias de investigação, de um trabalho sério.

E este sempre foi o nosso objetivo: fazer um trabalho sério, um trabalho destinado a melhorar a vida das pessoas que saíram das suas casas de maneira obrigada, a vida das pessoas que ficam com medo do local onde moram sob o risco de ter desabamentos ou, então, por problemas socioeconômicos que já estão passando; e também em busca da responsabilidade por ação e por omissão. Então, foi um trabalho aqui extremamente importante, que dá, sim, Senador Rogério, uma virada de página no caso Braskem, em que este Senado contribuiu há quatro anos quando chegou aqui este assunto. A Comissão que hoje é presidida pelo Senador Omar Aziz eu presidi – a Comissão de Fiscalização. Naquele momento, só se falava do caso Pinheiro, era muito restrito às casas que já estavam rachando, que eram





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exatamente as casas na parte mais alta, onde a terra estava descendo. De lá, depois daquela audiência e do laudo apresentado, se transformou no caso Braskem.

Então, agora, nós estamos em um outro momento, que é o momento em que aqui a própria empresa, que sempre demonstrou a sua má-fé, porque está configurado aqui que todos os laudos que foram apresentados pela Braskem foram mentirosos, aqui foi obrigada a confessar que tem responsabilidade. Então, nós estamos agora em busca de que ela também assuma a consequência de seus atos. E aqui há um delineamento para buscar uma indenização justa para as pessoas que já saíram, para as que estão ainda morando sob risco, sob ilhamento social.

Falamos aqui também sobre a responsabilidade de quem concedeu essas permissões, autorizações e a dificuldade de se fiscalizar quem apresenta os seus próprios laudos. E esse caso aqui vai ser o modelo para isso, todos os laudos que a Braskem apresentou, ficou configurado sendo falsos. Esses laudos também apresentaram aos órgãos de fiscalização. E aí nós sabemos que é um faz de conta e nós não podemos fechar os olhos para aquilo que é a nossa obrigação, como é o caso de investigar e propor, como está sendo proposto aqui, modificações, inclusive legislativas.

Então, eu falei bastante ontem para o Presidente, o Vice-Presidente da Braskem, da responsabilidade que ele tem ainda, diante de tudo isso, de resolver esse problema de uma maneira em que as pessoas se sintam compensadas minimamente, porque hoje o acordo que foi feito lá atrás é um acordo injusto.

Então, nós estamos aqui em busca de toda essa reparação para que a gente possa fazer com que os maceioenses que hoje depositam confiança na CPI saibam que o nosso trabalho aqui foi feito à exaustão, tem muitos procedimentos a serem seguidos, tem pessoas aqui que foram indiciadas. Então, nós estamos entrando na parte criminal e realmente, quando se envolve uma parte criminal, a solução vem muito mais rápido. Além de tratar de assuntos importantes, como a propriedade dos imóveis para que não fiquem com a Braskem, que o dano moral seja individualizado e não por imóvel; que a área de risco não se submeta apenas àquelas que os equipamentos medem, mas sim, à parte socioeconômica também afetada; e que, dessa maneira, a gente promova justiça e não permita que a impunidade estimule novas práticas ou continue apostando na inércia do poder fiscalizatório, do poder de quem deveria impedir essa tragédia.

Então, parabênizo a condução feita e tenho certeza de que, na próxima semana, diante da votação, nós iremos ainda pontuar vários pontos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Fala da Presidência.) – Eu agradeço ao Senador Rodrigo Cunha.

Não esperava diferente do Senador Rogério Carvalho, que, preparado, estudou a fundo o problema, foi a fundo, com uma equipe enxuta, bastante pequena. Mas conseguimos chegar a este



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

momento. Depois do relatório final, não tenho dúvida nenhuma de que os encaminhamentos serão cobrados por esta CPI.

O Senador Rogério Carvalho fez um trabalho excepcional. Quero agradecer muito a você, Senador Rogério Carvalho, e à sua equipe, que se debruçaram e chegaram a um relatório.

Tem coisa que nos espanta. Uma delas, Senador Otto Alencar, é que a empresa teve que reconhecer que ela era responsável, porque os órgãos fiscalizadores, em momento algum, acusaram a empresa de ser responsável, para você ter uma ideia em que situação o povo dessa localidade de Maceió estava. À mercê de quem? Parece que foi o CPRM que deu indícios e indicou que havia responsabilidade da empresa, porque a Agência Nacional de Mineração não responsabiliza a empresa, o Instituto do Meio Ambiente estadual nem o municipal responsabilizam, ninguém responsabiliza a empresa. E a CPI chega a uma conclusão após um dos diretores aqui ter assumido publicamente que a empresa era responsável. Depois de ter dito, falado, numa entrevista na *Folha de S. Paulo*, que não tinha, que era um problema sísmico ali, ele veio aqui à CPI e reconheceu a responsabilidade da empresa. Então, com isso, nós avançamos muito nessa questão, graças ao trabalho de todos aqueles que colaboraram.

Conforme foi anunciado, vou conceder vista coletiva para a gente ler, para a gente votar o relatório no próximo dia 21.

Votação de requerimento.

Coloco em votação o requerimento constante da parte deliberativa da pauta.

(É o seguinte o item:

2ª PARTE**ITEM 1****Requerimento Nº 153/2024**

Requer, em aditamento ao REQ 25/2024-CPI Braskem, que seja autorizada a participação, na comitiva responsável pela inspeção in loco nos bairros afetados pelo desastre, de mais 1 (um) servidor lotado no gabinete da presidência da comissão.

Autoria: Senador Omar Aziz)

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Coloco em votação a Ata da 15ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos e informo que a deliberação do relatório final será no dia 21/05/2024, às 9h, no Plenário nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 09 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 52 minutos.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO DA CPI DA BRASKEM DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a CPI DA BRASKEM com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Eduardo Gomes e Dr. Hiran, e ainda do Senador Paulo Paim, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alessandro Vieira, Efraim Filho, Cid Gomes e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Relatório Legislativo - SF246325510994 que: "Da CPI DA BRASKEM, sobre o Requerimento nº 952, de 2023, do Senador Renan Calheiros, que Requer, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal e dos arts. 74, III, e 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o seguinte fato determinado: "Os efeitos da responsabilidade jurídica socioambiental da empresa Braskem S.A decorrente do maior acidente ambiental urbano já constatado no País, Caso Pinheiro/Braskem, em Maceió, Alagoas." Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE). Resultado: Aprovado o Relatório Final da CPIBRASKEM. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz
Presidente da CPI DA BRASKEM





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 952, de 2023, para investigar os efeitos da responsabilidade socioambiental da Empresa Braskem S.A. decorrente do maior acidente ambiental urbano já constatado no país: caso Pinheiro/Braskem, em Maceió, Alagoas.

A presente reunião destina-se à deliberação do relatório final desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

No dia 15 de maio foi lido o relatório e foi concedida vista coletiva nos termos regimentais.

Eu quero colocar o relatório em discussão.

Algum Senador quer discutir?

Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Para discutir.) – Sr. Presidente, bom dia; Sr. Relator Rogério Carvalho.

Bem, nós falamos bastante, na última reunião, sobre o relatório apresentado, em maneira de síntese, pelo Relator Rogério Carvalho, e de fato, de lá para cá, eu recebi muitos retornos da população, estudei um pouco mais sobre o relatório e vi que esta CPI fez o seu papel – o papel de investigar, de analisar as provas, os depoimentos – e que estamos fazendo uma grande contribuição para o povo de Maceió, para essas pessoas que buscam justiça.

Eu acredito que o cerne total e geral desta CPI é buscar justiça, primeiro, para que ninguém se dê bem através dos seus recursos financeiros, das suas imposições para tentar transformar uma realidade. Então, toda uma construção que foi feita aqui foi uma mudança de página, desde o reconhecimento público do Presidente da Braskem dizendo que tem responsabilidade, que sabe que foi o causador do dano, da cicatriz criada na cidade e na vida das pessoas. Mas isso não é suficiente; tem que arcar com as consequências. Então, pela primeira vez, há um indiciamento de 11 pessoas, todos os diretores que tiveram, por ação ou por omissão, a responsabilidade de ter afundado o solo de cinco bairros em Maceió. Essas pessoas, em algum momento, poderiam ter parado, poderiam ter observado a legislação no que se refere à segurança, não trabalharam com transparência, e tudo isso aqui ficou muito claro.

Inclusive, aqui eu faço um apelo também para que a Polícia Federal, que há mais de cinco anos tem um inquérito em andamento, conclua esse inquérito, porque vai chegar à mesma conclusão a que nós chegamos, tenho certeza absoluta, em um trabalho técnico.

E é muito importante dizer isto: não foi o Senador Rogério Carvalho, sentado no seu gabinete, entre quatro paredes, que finalizou aquele relatório; ele centralizou as informações da CGU, da própria





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Polícia Federal, do TCU, de todos os técnicos envolvidos, e ali, cabalmente, não se tinham dúvidas de que tem que ser responsabilizado.

Então, esse relatório vem também trazer uma luz a quem busca justiça, tanto àquelas pessoas que foram obrigadas a entregar sua casa – porque a palavra não é "vender", a palavra é "entregar" sua casa – quanto ao causador do dano, que está sendo beneficiado com a sua propriedade. Então, já tem centenas de imóveis que já estão no nome da Braskem registrados em cartório. E nós vamos reverter essa situação, tenho certeza, através desse fechamento, em pouco mais de 90 dias de trabalho árduo, de trabalho dedicado, que teve um começo, um meio e está chegando ao final de uma etapa, porque, na próxima etapa, seremos nós também, como atores que somos, a fazer com que o Ministério Público Federal, a Procuradoria da República, os órgãos, como a Defensoria também, tenham instrumentos para dar o próximo passo, que é conseguir justiça.

Então, Senador Rogério, parabéns por toda a dedicação, pelo trabalho técnico, mas também pelo trabalho humano. E aqui a sua sensibilidade como médico, que luta, que trabalha para melhorar a vida das pessoas, foi também exposta nesse relatório. Então, toda a condução feita pelo Senador Omar, que não permitiu, em momento nenhum, que fosse tratada de maneira política esta CPI; que demonstrou que não tem ninguém domesticado, mas sim pessoas que estão se dedicando... E os senhores são de outro estado, e se dedicaram, como poucas vezes eu vi um político se dedicar, a um assunto que não poderia se reverter em votos no seu município, porque assim alguns podem enxergar, mas com a função nossa, que é muito maior, é uma função de fiscalizar e é uma função de propor leis. Nesse relatório, nós estamos propondo leis através dessa aprovação, que pode mudar a realidade para que outras cidades e outros estados não sofram o que estamos sofrendo.

Então, àqueles que gritaram o seu nome, Senador Rogério, quando passou em Maceió, dizendo: "A CPI, Senador Rogério, é a nossa esperança", nós estamos dando um instrumento para que essas pessoas se apeguem, sim, para que não deixem a chama se apagar. E vamos seguir. E eu me comprometo pessoalmente a estar colado junto aos procuradores, aos defensores, para que se tenha justiça.

Ontem mesmo teve uma decisão na Justiça de São Paulo, condenando a Novonor em relação à própria Braskem – uma briga interna entre eles – e a indenização passa de US\$1 bilhão. Ontem! Então, olha só como eles também buscam por justiça, como eles não aceitam aquilo que lhes é colocado da mesma forma.

Então, dessa maneira, acredito eu que todos os Senadores envolvidos estão finalizando o trabalho, um trabalho que vai ser fechado da maneira mais positiva, identificando os culpados e apresentando soluções para que não se repita.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Obrigado.

Em discussão ainda.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Senador Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Presidente Omar, ilustre Relator Rogério Carvalho, Sras. e Srs. Senadores, eu quero aqui também enfatizar a seriedade com que foi conduzida esta CPI, sem espetacularização, mas galgada em aspectos técnicos, em que ficou evidenciada, através do nosso trabalho, a responsabilidade da Braskem em relação a esse dano inominável que aconteceu lá em Maceió, mas também ficou muito clara aqui a falta de regulação do setor, a falta de acompanhamento técnico eficaz. Essa questão da autorregulação é algo que a gente não pode admitir. E não será admitido – isso, inclusive, foi colocado no relatório do nosso colega Senador Rogerio Marinho...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... Rogério Carvalho – desculpa. E eu acredito que, com os indiciamentos que foram sugeridos pela CPI, nós vamos ter a apuração devida do tamanho da responsabilidade de quem causou esse sofrimento tão grande às pessoas, o que nós pudemos evidenciar quando nós fomos lá a Maceió.

Eu não sou contra a exploração das nossas riquezas naturais, mas desde que elas sejam feitas com sustentabilidade, com responsabilidade, com controle técnico para que nós possamos evitar futuros danos como esse que aconteceu lá em Maceió.

Parabéns aos condutores da nossa CPI; ao Senador Omar, que, como falou aqui o meu querido colega, evitou a politização desta CPI e conduziu com muita sensatez, com muita responsabilidade com o Brasil, com as pessoas. E eu acho que estamos todos de parabéns ao levarmos a cabo essa nossa responsabilidade, conferida aqui pelo nosso Presidente, e espero que o desenrolar de todo esse trabalho que nós fizemos seja no sentido principalmente de evitar novas tragédias e de valorar exatamente o dano que foi causado àquelas milhares de pessoas que foram afetadas por esse evento, que esperamos que não aconteça mais no nosso país.

Parabéns a todos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Obrigado, Senador Hiran Gonçalves.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão. Senador Relator Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Presidente, eu queria primeiro, se o senhor me permitir, fazer uma leitura rápida de duas páginas para encerrar este trabalho.

No relatório final que nós apresentamos na quarta-feira passada, destacamos três pontos principais.

Um, a incriminação da Braskem pela lavra ambiciosa durante a exploração de sal-gema em Maceió e o aprofundamento das investigações pelas falhas de fiscalização de agentes públicos. A impunidade alimenta a irresponsabilidade, segundo falou o nosso querido Senador Dr. Hiran, e o povo de Maceió clama por justiça.

O segundo ponto é a necessidade de um novo modelo de governança para o sistema minerário no Brasil. Não podemos mais aceitar que as agências reguladoras continuem a conceder e a renovar licenças a partir de dados fornecidos pelas mineradoras sem verificação independente. Precisamos antecipar e evitar novas maceióis, marianas, brumadinhos, Senador Rodrigo Cunha.

O terceiro ponto, Senador Otto Alencar, é o princípio da centralidade da vítima. E, neste ponto, quero aqui dizer que a unanimidade dos Senadores na defesa de dar centralidade às vítimas no trabalho da CPI foi o foco principal que conduziu os trabalhos desta CPI e o foco de todos os Senadores que participaram ativamente dos trabalhos desta CPI. Quem sofre danos e prejuízos deve ser protagonista no desenvolvimento de mecanismos reparatórios e preventivos; não pode ser coadjuvante, não pode ser deixado de lado. E acho que, nesse ponto, nós conseguimos cumprir essa tarefa.

Entendo que estes três pontos definem os eixos centrais do relatório: o da investigação das causas do afundamento do solo, o da caracterização do caso de Maceió como um caso para a gente avaliar todo o sistema de regulação da atividade minerária no Brasil e o da realização da justiça para 60 mil pessoas atingidas por esse crime ambiental.

Quero aqui registrar a importância do grupo de trabalho lá de Alagoas, que inclui o Ministério Público estadual, o federal, as Defensorias. É fundamental que este grupo de trabalho continue cumprindo o seu papel e que o Ministério Público possa, diante deste relatório, dar continuidade às atividades desta CPI, agora na condição específica da função precípua do Ministério Público, que é a da garantia dos direitos difusos da sociedade.

Nesta minha fala de encerramento, gostaria também de enfatizar o quarto ponto: o da importância, da necessidade e da urgência de uma nova consciência sobre a fragilidade humana diante da natureza. É o que estamos vendo, senhoras e senhores, no Rio Grande do Sul; é o que vimos, não faz muito tempo, no litoral de São Paulo, na Serra de Petrópolis, no sul da Bahia, em Alagoas. Quem não se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lembra da cena do rio levando um tanque de combustível como se fosse uma garrafa *pet* sendo tangida pela força da natureza quando teve a destruição daquela cidade perto de São Miguel dos Campos?

Dói ver a tragédia dos gaúchos e dói principalmente reconhecer nos depoimentos as mesmas histórias, as muitas histórias alagoanas que ouvimos durante este inquérito parlamentar: gente que lutou décadas para construir uma casa que teve de abandonar de um dia para o outro; gente que nasceu e sempre viveu no mesmo bairro, hoje transformado em cidade fantasma; gente que teve de deixar para trás os vizinhos, a identidade e toda uma história. E por quê? No caso de Maceió, porque algumas pessoas inconsequentes, em busca do lucro rápido e fácil, acreditaram que poderiam escavar a terra de qualquer jeito, sem se importar com a população que morava em cima. Mesmo diante da catástrofe do Rio Grande do Sul, ainda há quem pense que pode agredir o meio ambiente de várias formas sem que isso cause problemas. Há ainda quem acredite que pode transformar rios em lixeiras flutuantes e qualquer canto em mais um depósito de lixo em vez de ter qualquer outra finalidade mais nobre. Há ainda quem ache que a preocupação com a natureza é besteira de ecologista e que o importante é deixar a boiada passar.

O futuro, minha gente, não vai repetir o passado. Nossa capacidade de destruir o meio ambiente está hoje muito acima da capacidade de regeneração da natureza. As mudanças climáticas são visíveis.

E, ontem mesmo, conversando com o Senador Omar Aziz, ele estava fazendo uma reflexão sobre as chuvas em maio, no Estado do Amazonas, que é difícil, ou seja, chove em abril, até abril, em maio já começa a seca, mas está tudo mudado.

O afundamento do solo em Maceió não é produto das chuvas, mas foi explicitado por elas. Os eventos do Rio Grande do Sul poderiam ter sido menos graves se não tivesse havido o desmonte das políticas públicas de proteção ao meio ambiente e de prevenção de desastres no estado. Já passamos da fase dos alertas, Senador Omar Aziz; estamos vivendo já a fase das consequências. Em Maceió, no Rio Grande do Sul, em São Paulo, no Rio de Janeiro, em todos os lugares, a gente está vivendo a fase das consequências. A conclusão óbvia, clara, evidente é uma só: a humanidade precisa repensar o modo de desenvolvimento, porque já não é mais modelo de desenvolvimento; é modelo de retrocesso, de decadência, de destruição.

Esta CPI trouxe contribuições importantes para essa discussão, que tenhamos todos aqui o compromisso de levá-las adiante e fomentar uma relação mais sustentável com o meio ambiente e que tenhamos sobretudo a coragem de propor essa transformação!

Meu muito obrigado a todos que participaram desta Comissão, e aqui eu queria estender à população de Maceió, que nos recebeu, que nos acolheu, que, de forma carinhosa, acreditou no trabalhador desta CPI; aos coordenadores e a cada um dos colaboradores das equipes de profissionais do Senado Federal que atuaram diretamente nesta CPI, em especial agradeço à Consultoria Legislativa, a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Israel Lacerda, Liliane Galvão, José Carlos Silveira, Matheus Fernandes, Tiago Ducatti, Ronaldo Teixeira Martins, Carolina Baima Cavalcanti, Rafael Erthal Corrêa; aos advogados da Advosf do Senado, Edvaldo Fernandes, Lucas Cavalcante Gondim, Igor Carvalho Ulhoa Faria, Pedro Formaggini Gualtieri; à Coordenação de Comissões Especiais Temporárias e Parlamentares, Leandro Augusto, Anderson Antunes, Camila Moraes, Renata Felix, Antonio das Dores, nossos agradecimentos; à Secretaria de Comunicação Social, Erica Jandira, Herica Christian Miranda, Fábio Augusto, Mateus Gomes, Lucian Rodrigues Alves, Fabio Geraldo de Melo; Instituto de Pesquisa DataSenado, que nos forneceu informações sobre a percepção da população em relação aos acordos, Marcos Ruben de Oliveira, Isabela de Souza Lima, Vanessa Martins; à Ouvidoria do Senado; a Marco Arraes, Vilmar da Silva Junior, Alex Anderson Costa Nobre, Gilvan Xavier; à Assessoria Técnica de Ana Cristina Barros Neves; e agradeço, na pessoa do meu Chefe de Gabinete, Frederico Pina Álvares, a cada uma dos colaboradores em Brasília e em Sergipe, em especial aos que atuaram diretamente no suporte da CPI, Talita Kaczan, Marcus Paulo, Adriana Soares, Erika Leal Mello, Priscila Andrade, Cibele Umbelino, Daniel Gomes, Jonatan Evangelista; agradeço aos coordenadores e equipes técnicas e profissionais dos órgãos externos que auxiliaram nos trabalhos conduzidos por esta CPI, da Controladoria-Geral da União, Suzana Kroehling Rodrigues Ferreira; do Tribunal de Contas, Gerson Tadeu; do Ministério Público Federal, Dr. Luiz Fernando Bezerra, Marcus da Penha Souza e Dr. Silvio Roberto Oliveira.

E agradeço aos profissionais da Polícia Federal Militar do Estado de Alagoas e da Superintendência Municipal de Trânsito e Transportes de Alagoas.

E aqui o meu agradecimento especial pela confiança do Senador Omar Aziz, por me conferir a tarefa de ser Relator desta CPI, que eu reputo da maior importância para um setor que precisa de revisão, que é o setor de mineração. E estendo os meus agradecimentos aos Senadores que estiveram muito presentes aqui nos trabalhos da CPI, o Dr. Hiran, Senador Dr. Hiran, o Senador Rodrigo Cunha, o Senador Otto Alencar, e a todos os Senadores que de alguma forma deram a sua contribuição, mas a esses Senadores, junto com o Senador Eduardo Gomes, que apesar de não estar fisicamente, sempre esteve presente nas atividades da CPI.

No mais, Sr. Presidente, só reforço a minha estima por V. Exa. e agradeço a todos que de alguma forma contribuíram com a elaboração deste relatório. Percebam que um relatório com essa dimensão, com essa profundidade, não seria possível não fosse uma equipe de excelência que nós conseguimos, a CPI conseguiu, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, nós conseguimos juntar para desenvolver esse trabalho em menos de 90 dias, porque 30 dias praticamente foram gastos na organização e por feriados, semanas em que nós não tivemos condição de desenvolver o trabalho. Mas, ao fim e ao cabo, a gente chega hoje com um relatório pronto e capaz de dar sequência, como disse o Senador Rodrigo Cunha, ao trabalho do Ministério Público e daqueles que têm a responsabilidade de, na sequência, cuidar do povo de Maceió.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) –
Obrigado, Senador Rogério Carvalho.

Tem muitas pessoas que nós temos que agradecer. Parece que a CPI é composta só pelos Senadores. Não, tem toda uma equipe de pessoas, de órgãos que nos auxiliaram. Eu tinha pedido para a Secretaria da Mesa me dar todos os nomes para a gente agradecer. Se faltar alguém, me desculpe, mas são cinco minutos de agradecimento.

Primeiro, quero agradecer muito ao meu Líder Otto Alencar por ter me indicado a esse cargo – cabia ao Líder do partido indicar.

Agradeço o companheirismo do Senador Rogério Carvalho, que se esforçou o máximo, se aprofundou no conhecimento para poder, junto com a sua equipe, trazer dados para a gente e conhecimento de coisas de que a gente não está no dia a dia acostumado a tratar.

Agradeço muito ao Senador Dr. Hiran, o tempo todo muito companheiro, que assumiu a Vice-Presidência desta Comissão e nos ajudou nesse trabalho, e ao Senador Rodrigo Cunha, que é do estado e é da cidade de Maceió, tem uma responsabilidade até maior do que a gente de saber a importância dessa CPI e, como ele disse, nós tentamos fazer um trabalho técnico, sem trazer questões políticas locais para cá, que não interessariam ao cidadão que está precisando nesse momento.

Eu quero aqui, caros colegas e membros da CPI, neste momento em que chega ao fim a nossa Comissão, eu gostaria de fazer um agradecimento a todos os que contribuíram para os trabalhos deste Colegiado.

Início minha fala pelos servidores da Secretaria desta CPI: Anderson Antunes de Azevedo, Antônio das Dores Pereira da Silva Neto, Camila Moraes Bittar, Fernanda Moreira Pinheiro Lima e Renata Felix Perez. Agradeço também ao Sr. Leandro Augusto de Araújo Cunha Teixeira Bueno, Coordenador do setor responsável pelas CPIs e Comissões Temporárias; ao Sr. Marcos Machado Melo, Diretor das Comissões. Na pessoa do Servidor Farid Mendonça Júnior, que é lotado no meu gabinete, também agradeço o trabalho desempenhado por todos os demais servidores efetivos e comissionados, lotados nos gabinetes dos Senadores que participaram e contribuíram para os trabalhos desta CPI.

Agradeço aos Procuradores Regionais da República Marcus da Penha Souza Lima, Luiz Fernando Bezerra Viana e Silvio Roberto Oliveira de Amorim Júnior. Na pessoa dele, estendo meus cumprimentos aos demais servidores cedidos de outros órgãos a esta Comissão.

Agradeço o empenho dos advogados do Senado Federal: a Dra. Bárbara Cristina Rodrigues Rocha, Bruna Mazzoli Estrella Fonseca, Cláudio de Azevedo Barbosa, Danil Placido Camilo Júnior, Diogo Rossi de Almeida, Eduardo Pereira da Silva, Edvaldo Fernandes da Silva, Coordenador; Igor Carvalho, Marcelo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cheli de Lima, Pedro Formaggini Gualtieri, Sérgio Paulo Fernandes, Mauricio Montero Martins e Vera Lúcia Leopoldino Oliveira.

Secretaria e Controladoria da Advocacia do Senado Federal: Douglas Lopes de Souza, Eduardo Costa Sales, Eliete dos Reis Moreira, Rafaela da Silva Fernandes, Roberta Quirino da Silva, Thássia Rufina Torres, Waleska Minnelli Sampaio.

Com relação à diligência realizada por esta CPI, no dia 8 de maio, gostaria de agradecer à Força Aérea Brasileira e a todas as demais forças de segurança: Polícia Federal, Polícia Militar de Alagoas, Polícia Legislativa do Senado Federal, Departamento Municipal de Trânsito de Maceió.

E também estendo meus agradecimentos à equipe da TV Senado, que nos acompanhou e deu a cobertura, pelo apoio que deram a esta Comissão.

Quero fazer um agradecimento também ao Senador Rodrigo Cunha, que, por intermédio do seu escritório de apoio, disponibilizou duas vans para o deslocamento da comitiva em Maceió.

Aproveito também para agradecer o apoio dos demais colegas Senadores que participaram dos trabalhos desta Comissão e deram suas contribuições para que chegássemos a este momento.

Quero agradecer ao pessoal que serviu o café para a gente aqui, que são o Robson, o Alexandre e o José. A colaboração de cada um de vocês foi essencial para o bom andamento dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Quero agradecer a todos em meu nome – muito obrigado pelo apoio, pela ajuda que todos deram – e quero colocar em votação o relatório final.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório final, que passa a constituir o Parecer nº 1, de 2024, CPI da Braskem.

Quero comunicar aos Senadores que, após o relatório, nós iremos entregar à Procuradoria-Geral da República, ao Procurador-Geral, iremos encaminhar isso ao Diretor-Geral da Polícia Federal, para os órgãos que possam colaborar e, principalmente, ao Ministério Público Federal, à Defensoria Pública, ao Ministério Público Estadual e à Defensoria Pública do Estado de Alagoas, que nos recebeu lá no Ministério Público Federal, onde tivemos essa reunião quando fomos a Maceió.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a nossa CPI. *(Pausa.)*

Havendo número regimental, coloco em votação às Atas das 16ª e 17ª Reuniões, solicitando a dispensa de suas leituras.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas.

Está encerrada a nossa CPI.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 9 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA CPI DA MANIPULAÇÃO DE JOGOS E APOSTAS ESPORTIVAS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e dezenove minutos do dia dezessete de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Jorge Kajuru, reúne-se a CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas com a presença dos Senadores Ciro Nogueira, Veneziano Vital do Rêgo, Romário, Sérgio Petecão, Marcio Bittar, Eduardo Girão, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Otto Alencar, Efraim Filho e Rodrigo Cunha, e ainda dos Senadores Beto Faro, Paulo Paim, Zenaide Maia, Janaína Farias, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixa de comparecer o Senador Styvenson Valentim. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Apresentação do Plano de Trabalho.** **Finalidade:** Apresentação e apreciação do Plano de Trabalho. **Resultado:** Aprovado o Plano de Trabalho. **2ª Parte - Deliberativa.** **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 1 de 2024** que: "Requisita da Confederação Brasileira de Futebol as informações recebidas pela entidade, advindas dos sistemas de detecção de fraudes da empresa SportRadar, em relação às 109 partidas de futebol ocorridas em território nacional com suspeita de manipulação no ano de 2023, de acordo com relatório da própria empresa." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 3 de 2024** que: "Convoca Lane Gaviolle, Presidente do Tombense Futebol Clube." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 4 de 2024** que: "Convoca Getúlio Marques Castilho, Presidente do Londrina Esporte Clube." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 5 de 2024** que: "Requer que seja encaminhado ofício ao Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal, Delegado José Werick de Carvalho, solicitando a indicação do Delegado de Polícia FILIPE DE MORAES MACIEL." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 6 de 2024** que: "Requisita do Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás, Cyro Terra Peres, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público de Goiás referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, relacionados à Operação Penalidade Máxima, que investiga a manipulação de resultados em partidas de futebol, objeto das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 7 de 2024** que: "Requisita do Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal, Georges Carlos Fredderico Moreira Seigneur, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, relacionados à Operação Fim de Jogo, que investiga a manipulação de resultados em partidas de futebol, objeto das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 8 de 2024** que: "Requerimento ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arthur Lira, solicitando cópias de todos os documentos, sigilosos ou não, recebidos ou produzidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar esquemas de manipulação de resultados em partidas de futebol profissional no Brasil (CPIFUTE), criada pelo Requerimento RCP 2/2023 da Câmara dos Deputados." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 9 de 2024 que: "Requisita ao Procurador-Geral de Justiça do Ceará, Haley de Carvalho Filho, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público do Ceará referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, relacionados à Operação Aposto Certa e à Operação BetGoleada, que investigam a manipulação de resultados em partidas de futebol, objeto das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 10 de 2024** que: "Requisita ao Diretor-Geral da Polícia Federal, Andrei Augusto Passos Rodrigues, os documentos e informações referentes a inquéritos e procedimentos internos produzidos no âmbito da Operação Jogada Ensaída, que investiga a manipulação de resultados em partidas de futebol, objeto das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 11 de 2024** que: "Convida como testemunha Dr. FERNANDO MARTINS CESCO NETTO, promotor de justiça do Ministério Público de Goiás." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 12 de 2024** que: "Convida como testemunha JOHN CHARLES TEXTOR, sócio majoritário da Sociedade Anônima de Futebol (SAF) Botafogo de Futebol e Regatas." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 13 de 2024** que: "Requer o fornecimento de informações pela empresa SportRadar AG." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 14 de 2024** que: "Convida Cyro Terra Peres, Procurador-Geral do Ministério Público de Goiás, com o propósito de ser inquirido por esta CPI, na condição de TESTEMUNHA." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 15 de 2024** que: "Requer o fornecimento de informações pela empresa SportRadar AG." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 21 de 2024** que: "Convida Hugo Jorge Bravo, Presidente do Vila Nova Futebol Clube, para ser inquirido na condição de testemunha." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 22 de 2024** que: "Convida Marcos Vinícius Alves Barreira, conhecido como Romário, ex-jogador do Vila Nova Futebol Clube, para ser inquirido na condição de testemunha." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 23 de 2024** que: "Convida Leila Mejdalani Pereira, presidente do Palmeiras, na condição de testemunha." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 24 de 2024** que: "Convida JULIO CESAR CASARES, presidente do SÃO PAULO FUTEBOL CLUBE, para ser inquirido na condição de TESTEMUNHA." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 25 de 2024** que: "Convida JOHN CHARLES TEXTOR, sócio majoritário da SAF BOTAFOGO de Futebol e Regatas, com o propósito de ser inquirido por esta CPI, na condição de TESTEMUNHA." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 26 de 2024** que: "Convida Felipe Augusto Lyra Carreras, Deputado Federal." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 27 de 2024** que: "Convida presidente da Associação Nacional de Jogos e Loterias, Wesley Cardia." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 28 de 2024** que: "Convida José Francisco Manssur, ex-assessor especial do Ministério da Fazenda." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 29 de 2024** que: "Convida os senhores jogadores profissionais de futebol relacionados que receberam penas pela Federação Internacional de Futebol (FIFA) por manipulação de resultados." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 30 de 2024** que: "Convoca Andrés Rueda, ex dirigente do Santos Futebol Clube. Aprovado como convite." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM EXTRAPAUTA 25 - REQUERIMENTO Nº 31 de 2024 que: "Convida o senhor Gabriel Bicca, Delegado de Polícia Civil do Rio Grande do Sul para prestar depoimento, como testemunha, nesta CPI."

Autoria: Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 26 - REQUERIMENTO Nº 32 de 2024** que: "Convida representante da empresa EsporteNet. Aprovado como convite." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Kajuru

Presidente da CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2024/04/17>

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Brasileiros e brasileiras, nossas principais vossas excelências, Deus e saúde, alegrias e vitórias neste 2024 a todos e todas presentes e, em especial, a toda pátria amada.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da CPI de manipulação de resultados de jogos de futebol e casas de apostas esportivas criada pelo RQS 158/2024 para apurar, no prazo de 180 dias, fatos relacionados às denúncias – algumas gravíssimas – e suspeitas de manipulação de resultados de jogos de futebol no Brasil, envolvendo jogadores, dirigentes, árbitros, auxiliares, corruptores, corruptos e empresas de apostas.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, submeto aqui à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da primeira reunião.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião se destina à apresentação e à apreciação do plano de trabalho do irretocável homem público e Senador da República Romário Faria, e também à apreciação dos requerimentos... Que, desde já informo, nenhuma CPI, na história do Congresso Nacional, iniciou com tantos pedidos de convites a princípio – e que, se Deus quiser, não tenhamos a necessidade de fazer convocações.

Antes de conceder a palavra ao brasileiro raro e criador desta CPI – que eu não tenho nenhuma dúvida, fará história – é com muita satisfação que faço a abertura das atividades desta segunda Reunião, escolhido por unanimidade como Presidente – assim, o mesmo com o nosso Relator Romário – desta reunião da CPI de manipulação de resultados de jogos de futebol no Brasil e casas de apostas, destinada à apresentação do plano de trabalho elaborado pelo Senador Romário, já aqui presente como sempre, e no início; depois, vamos às primeiras deliberações.

CPIs, sabemos nós, são um instrumento da função fiscalizadora do Poder Legislativo, com um objetivo determinado. No caso, é desvendar os esquemas de manipulação de resultados, corrupção; punir os responsáveis de forma jamais vista na história do Congresso Nacional, ou seja, até o banimento dos envolvidos – que escolham outra profissão –; e buscar aqui conter, ou pelo menos minimizar, a prática deletéria que tantos danos vem causando ao nosso futebol, como sempre, na tribuna e em suas entrevistas, alerta o histórico jogador mundial Romário, Senador da República.

Sei que teremos, irmão Romário, de superar muitos óbices, inclusive o descrédito com que setores da opinião pública veem certas Comissões Parlamentares de Inquérito, ou seja, as CPIs – em alguns casos, com razão. Teve até denúncia de achaque em CPI da outra Casa e não desta. E garanto, em nome de todos os integrantes, como Presidente desta CPI, que esta não vai terminar em pizza, ou, para ficar na linguagem esportiva, não vai acabar em zero a zero.

A CPI da manipulação de resultados e apostas vai, sim, movimentar o placar, contando com o apoio decisivo da torcida brasileira, o reforço do Ministério Público e das polícias federal e civil, e a colaboração das entidades vinculadas ao futebol. Mas, ainda, a Comissão Parlamentar de Inquérito vai mostrar desempenho satisfatório – tenham certeza, brasileiros e brasileiras – e chegar a resultado favorável, graças à competência, à determinação, à honradez, à retidão em todos os sentidos, à independência e à integridade inquestionável, insofismável, de seus membros aqui presentes ou que estão hoje em seus gabinetes.

Neste momento, registro aqui, com alegria, a presença de um membro titular desta CPI, que merece todos estes adjetivos apresentados por mim, Senador do Acre, orgulho do Acre, Marcio Bittar, aqui presente. Obrigado, querido.

Em instantes chegará o Vice-Presidente, também escolhido por unanimidade, Senador do Ceará, Eduardo Girão, e como ama a tribuna, está lá para falar, mas volta em instantes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, todos que aqui estão têm uma relação de amor com o futebol. Vamos defender o esporte e suar a camisa para que, ao fim desta CPI, o Brasil seja mais capaz de enfrentar a praga da corrupção, da manipulação de resultados, de apostas, e com isso manter a credibilidade de uma das maiores manifestações culturais do país.

Que Deus ilumine o nosso trabalho. E, de imediato, por falar em trabalho: o plano de tarefa.

Com a palavra... Prazerosamente, estar ao lado deste homem é um privilégio em quaisquer circunstâncias, especialmente neste importante dia para o Brasil, 17 de abril de 2024. Com a palavra, Senador Romário Faria, amigo, irmão e brasileiro mundialmente consagrado.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pelas palavras. Parabéns pela sua colocação.

Quero dar parabéns, boas-vindas, boa tarde a todos que estão presentes, aqueles que nos acompanham pela internet, televisão, rádio, enfim.

Um abraço especial aos nossos dois Senadores presentes, Marcio Bittar e Eduardo Girão.

Vou falar um pouco aqui sobre o nosso plano de trabalho, começar aqui com a introdução.

O futebol é mais que uma paixão nacional brasileira. Sua importância política, social e econômica ultrapassa fronteiras e mobiliza dezenas de milhões de torcedores, praticantes e entusiastas da modalidade em todo o país.

Segundo estudo da Consultoria Ernst & Young, além de corações e mentes, a cadeia do futebol movimentava mais de R\$57 bilhões por ano, algo em torno de 0,7% do nosso PIB. Especialistas são unânimes em apontar que, dada a clara preferência nacional pelo esporte, há evidente espaço para crescimento dessa participação, desde que se construa um ambiente seguro, responsável e equilibrado em sua administração e exploração econômica.

Ademais, a adesão afetiva a um clube de futebol e suas marcas, cores e tradições compõe a nossa identidade mais profunda. Esse esporte está, portanto, enraizado na nossa matriz cultural, notadamente em sua grande capacidade de agregação e apelo, sendo uma das almejadas portas de ascensão social. O futebol brasileiro é parte indissociável de nosso patrimônio imaterial.

Mas o mundo da bola tem o seu lado B. Obscuro e sem lei, puxou para si o universo das apostas esportivas. Ainda sem uma necessária fiscalização e monitoramento, os casos de manipulação de resultados começaram a aparecer nos últimos tempos. Somente de 2022 para cá, cinco operações policiais foram realizadas com o objetivo de desbaratar organizações criminosas que aliciavam atletas para ganhar dinheiro com apostas. A maior delas, comandada pelo Ministério Público do Estado de Goiás, já está em sua terceira fase e denunciou, até o momento, 21 jogadores e todos os integrantes da quadrilha que os aliciavam.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como desdobramento das investigações do Ministério Público de Goiás, a Procuradoria do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) denunciou, até o momento, 29 jogadores – ou seja, atletas – de modo que o STJD vem analisando cada caso e já impôs punições de suspensões que variam de 360 a 720 dias.

Ao mesmo tempo, tivemos a notícia de que a empresa de monitoramento contratada pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) detectou, em seu relatório anual, apenas no ano passado, suspeitas de manipulação em 109 partidas realizadas em território nacional, colocando o Brasil na primeira posição do nefasto *ranking* mundial da manipulação de resultados.

O que foi e tem sido feito com essas informações e investigações, seja pelas autoridades públicas, esportivas ou operadores? Não sabemos. Como as entidades de administração e prática esportivas têm lidado com o problema? Muito menos. Como podemos melhorar e incrementar o seu aparato de fiscalização e controle? Como é o trabalho das agências, órgãos e empresas de monitoramento dos jogos e apostas?

Estas são algumas perguntas que a presente Comissão Parlamentar de Inquérito pretende enfrentar, no sentido de salvaguardar o interesse público de termos, em nossa principal modalidade esportiva, um ambiente limpo e seguro, livre da influência destrutiva de criminosos do jogo arranjado.

Objetivos.

A Comissão Parlamentar de Inquérito tem como objetivo expresso, em seu requerimento de criação, “apurar as denúncias e suspeitas de manipulação de resultados no futebol brasileiro, envolvendo jogadores, dirigentes e empresas de apostas”. Em sua justificação, verificamos uma menção às recentes operações policiais conduzidas pelo Ministério Público, Polícias Civis e Polícia Federal em diversos estados brasileiros, sendo este o fato concreto que ensejou os Senadores a proporem a presente investigação.

Assim sendo, identificamos como desdobramentos os seguintes objetivos:

- a) Investigar, através da colheita de depoimentos, do compartilhamento de provas e da análise e produção de informações, os modos de operação e estrutura das organizações criminosas dedicadas à manipulação de resultados no futebol brasileiro;
- b) identificar lacunas legislatórias e propor projetos de lei para caracterizar os crimes cometidos e prevenir a sua recorrência;
- c) sugerir aos entes públicos e privados pertinentes a adoção de medidas de fiscalização e aperfeiçoamento do combate aos crimes identificados;
- d) propor o indiciamento de pessoas físicas e jurídicas quando esta CPI identificar crimes a elas associados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seguindo estritamente as competências e poderes cedidos às Comissões Parlamentares de Inquérito pela Constituição Federal, art. 58, §3º, além de leis complementares e do Regimento Interno do Senado Federal, serão utilizados os seguintes instrumentos para o alcance dos objetivos acima descritos.

Iremos para a parte dos depoimentos.

Serão convidadas ou convocadas a depor, de acordo com cada caso, as seguintes pessoas e entidades:

a) jogadores, ex-jogadores, árbitros, dirigentes, treinadores, acionistas de clubes e sociedades anônimas de futebol e demais pessoas do mesmo contexto, sobre os quais recaiam suspeitas de participação em manipulações de resultados, ou ainda quando tenham feito denúncias ou possuam informações relevantes para os objetivos desta CPI;

b) apostadores, financiadores, aliciadores e demais envolvidos na atividade criminosa de manipulação de resultados;

c) investigadores e autoridades do Ministério Público, Polícia Federal, polícias estaduais e demais órgãos de investigação e controle, visando esclarecer detalhes das investigações;

d) autoridades do Governo Federal, governos estaduais e municipais responsáveis por fiscalizar e controlar as apostas esportivas ou os campeonatos e atividades esportivas nas quais haja suspeita de manipulação;

e) as entidades de administração do esporte, visando esclarecer as medidas que têm tomado para fortalecer a fiscalização e coibir as manipulações;

f) empresas nacionais ou estrangeiras que desenvolvam tecnologias automatizadas para a detecção de fraudes em apostas, visando esclarecer os cenários nos quais é possível identificar uma possível fraude, bem como as ações que podem ser tomadas em face de uma suspeita de fraude;

g) casas de apostas, diretamente ou através das entidades que as representam, visando esclarecer as medidas tomadas para identificar e combater a manipulação de resultados.

Compartilhamento de Informações.

Ao longo dos últimos três anos, várias operações policiais foram conduzidas visando desarticular as quadrilhas especializadas na manipulação de resultados no futebol. O material produzido, na forma de procedimentos de investigação criminal, inquéritos policiais e denúncias à Justiça, formam um extenso corpo de conhecimento, de importância fundamental para esta CPI. Assim sendo, será requisitado o compartilhamento de informações de todas essas operações, entre elas: Operação Penalidade Máxima, Operação Jogada Ensaída, Operação Fim de Jogo, Operação Aposta Certa e Operação BetGoleada, sem prejuízo de outras a serem identificadas ao longo do trabalho da CPI.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Câmara dos Deputados conduziu, ao longo do ano de 2023, uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar esquemas de manipulação de resultados em partidas de futebol profissional no Brasil, criada pelo Requerimento 2/2023. A CPI produziu muitos depoimentos e recebeu informações, tanto públicas quanto sigilosas, de fundamental importância para que esta CPI do Senado Federal possa avançar além do que já foi produzido pela Câmara dos Deputados. Por este motivo, solicitaremos à Câmara dos Deputados o compartilhamento de todas as informações recebidas ou produzidas no âmbito da CPIFUTE.

Cronograma.

O requerimento de criação estabelece o prazo de 180 dias para a conclusão dos trabalhos da CPI, que foi instalada em 10 de abril último. Considerando o recesso parlamentar de julho, temos o prazo final de 24 de outubro de 2024 para a apresentação e votação do relatório.

Em 6 de outubro e 27 de outubro de 2024, teremos as eleições municipais, em primeiro e segundo turno. Trata-se de um importantíssimo evento da democracia brasileira, no qual as Senadoras e os Senadores terão um papel fundamental a desempenhar junto às suas bases. Sob a condução do Presidente da CPI, Senador e irmão Jorge Kajuru, a agenda de reuniões será adaptada para conciliar as obrigações dos membros da CPI e garantir o sucesso dos trabalhos.

Senador Presidente e irmão Kajuru, isso era tudo o que eu tinha a dizer. Só para finalizar, mais uma vez, eu quero aqui deixar bem claro que o objetivo maior desta CPI, diferentemente de outras que já aconteceram neste Congresso, neste Senado, eu tenho certeza de que esta seleção que foi escalada para participar desta CPI é uma seleção de Senadores que, realmente, estão totalmente imbuídos e determinados a descobrir toda essa podridão, toda essa sacanagem – desculpem a expressão – que existe no nosso futebol. Juntos, Presidente e irmão Kajuru, meu amigo e irmão Eduardo Girão, vamos conseguir, realmente, dar uma grande resposta à nossa sociedade, porque isso já vem acontecendo, no nosso país, nos últimos três anos, e eu tenho certeza de que acaba aqui nesta CPI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, eu quero, como Presidente desta CPI e como apaixonado pelo futebol, nos meus 50 anos de carreira nacional, no rádio e na televisão brasileira, nas nove Copas do Mundo que transmiti, nas seis Olimpíadas, dizer que, como jornalista e como Parlamentar, eu, francamente, nunca vi um plano de trabalho tão bem apresentado, de forma escorreita, em cada argumento, em cada colocação. Portanto, Relator Romário, é um pontapé inicial em que a pátria amada há de reconhecer a diferença que será esta CPI.

Eu consulto, prazerosamente, o Plenário e os presentes se alguém deseja discutir o plano de trabalho que acaba de ser apresentado pelo Relator Romário Faria.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, só gostaria de cumprimentar...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Antes da palavra, só gostaria de dar boas-vindas ao nosso Deputado Afonso Hamm. Seja bem-vindo, Deputado. Um abraço, prazer tê-lo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Peço desculpas, Deputado, eu não tenho visão para lhe cumprimentar, mas se sinta cumprimentado também, tá? E me perdoe.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Seja bem-vindo, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim, Vice-Presidente, que merece a nossa admiração, o nosso respeito, que sempre estará aqui, eu sei que nunca vai faltar nenhuma sessão, Eduardo Girão, que representa e dá orgulho ao Estado do Ceará.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente Kajuru.

Eu queria saudar aqui a presença do nosso Deputado e dizer o seguinte: que esta Casa está sempre aberta aqui, para que a gente possa... O relatório agora do Senador Romário, o relatório não, o plano de trabalho dele inclusive pede o compartilhamento das informações, vai pedir, da Câmara dos Deputados, e é muito bem-vinda essa interação.

Esta CPI, Senador Romário, eu fico muito feliz em participar, tanto com a Presidência do Senador Kajuru, como com a relatoria do senhor, que está com algo que é precioso: muita vontade, muita determinação, porque conhecimento o senhor tem, competência o senhor tem, já mostrou aqui no Senado Federal. Não estou nem falando da questão do campo, que aí todo Brasil sabe, mas aqui as pautas que o senhor abraça, todo mundo sabe – muito bem corrigido –, as pautas que o senhor abraça são as pautas mais nobres que existem nesta Casa. E esta é o patrimônio nosso principal, que é a paixão, que é o futebol, em que o Brasil é referência no mundo todo, e nós estamos – respeito quem pensa diferente –, mas nós estamos aí com um grande problema nas mãos, que é essa proliferação aí de manipulação de resultado, da podridão que você falou. No meu ponto de vista, essa questão de aposta esportiva é um tiro no pé dessa joia rara que é o futebol brasileiro.

Então, a gente vai trabalhar com muita responsabilidade nesse aspecto e eu quero colaborar com todos vocês. Parabéns pelo seu plano de trabalho, parabéns à sua equipe toda, que sempre é muito presente, à equipe do Kajuru, e nós estamos juntos aqui para fazer esse trabalho.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, pela ordem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, com o Relator, Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Só para saber como V. Exa. vai conduzir em relação aos requerimentos. Eu gostaria só de fazer um pedido, como Relator...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Que, a princípio, todos aqueles que forem chamados para virem aqui, viessem através de um convite.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu acho que isso é bem justo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Você é mais educado do que eu, não é, não tem jeito. Você é melhor do que eu em tudo, até na educação.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por enquanto, por enquanto...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu já queria convocar, ele "Calma, Kajuru, calma". Mas é isso aí, evidente. Até porque tanto o Romário como eu confiamos em alguns, inclusive aqui publicamente, já antecipo a opinião do Romário e a minha, não sei se o Girão pensa do mesmo jeito, o Bittar, o Portinho, que está hoje no Rio de Janeiro, em função do nascimento do seu filho, mas que será, evidentemente, presença marcante aqui, pela importância dele, para mim o melhor advogado esportivo deste país, e hoje Senador da República pelo Rio de Janeiro e Líder também do PL.

A gente tem a certeza absoluta de que é melhor fazer o convite, mas, se não houver a educação de aceitar o convite e entender que aqui ninguém será desrespeitado, desmoralizado, será apenas questionado, aí eu acho que não tem nenhum problema. Agora, existe aquela frase também, não é: venha pelo amor ou pela dor, porque o que não pode é a gente deixar de trazer aqui tanta gente, que vocês vão acompanhar, a partir de agora, com os requerimentos, que já significam um recorde na história das CPIs do Congresso Nacional.

Já, no primeiro dia, um número extraordinário de requerimentos, e, pela primeira vez, com a concordância do irmão Relator, Romário, e do irmão Vice-Presidente, Girão, já na semana passada, naquela sugestão nossa – e é a primeira vez que isso vai acontecer –, esta CPI vai trabalhar, inclusive, nas segundas, que quase ninguém vem aqui – certo, Girão? –, sempre às 15h, quando houver um convidado com conteúdo que vai ter tempo para dizer, ou para esclarecer, ou para provar, e aqui todos já sabem um nome, por



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

exemplo, que, daqui a pouco, será citado. Então, além das quartas, a data oficial, 14h, das nossas reuniões semanalmente, as segundas-feiras também serão nossas, em algumas situações que vocês vão acompanhar.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o plano de trabalho.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Como se todos aqui tivessem a certeza, e esperávamos, é evidente a aprovação inquestionável.

Passamos, então, agora à apreciação dos requerimentos.

Caso o Plenário esteja de acordo, votaremos em bloco os seguintes requerimentos da pauta: Requerimentos 1, 5 a 15, 21 a 25 e 27 a 30, de 2024.

2ª PARTE**ITEM 1****Requerimento nº 1/2024**

Requisita da Confederação Brasileira de Futebol as informações recebidas pela entidade, advindas dos sistemas de detecção de fraudes da empresa SportRadar, em relação às 109 partidas de futebol ocorridas em território nacional com suspeita de manipulação no ano de 2023, de acordo com relatório da própria empresa.

Autoria: Senador Jorge Kajuru

2ª PARTE**ITEM 4****Requerimento nº 5/2024**

Requer que seja encaminhado ofício ao Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal, Delegado José Werick de Carvalho, solicitando a indicação do Delegado de Polícia FILIPE DE MORAES MACIEL.

Autoria: Senador Romário

2ª PARTE**ITEM 5**

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento nº 6/2024

Requisita do Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás, Cyro Terra Peres, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público de Goiás referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, relacionados à Operação Penalidade Máxima, que investiga a manipulação de resultados em partidas de futebol, objeto das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Autoria: Senador Romário**2ª PARTE****ITEM 6****Requerimento nº 7/2024**

Requisita do Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal, Georges Carlos Fredderico Moreira Seigneur, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, relacionados à Operação Fim de Jogo, que investiga a manipulação de resultados em partidas de futebol, objeto das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Autoria: Senador Romário**2ª PARTE****ITEM 7****Requerimento nº 8/2024**

Requerimento ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arthur Lira, solicitando cópias de todos os documentos, sigilosos ou não, recebidos ou produzidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar esquemas de manipulação de resultados em partidas de futebol profissional no Brasil (CPIFUTE), criada pelo Requerimento RCP 2/2023 da Câmara dos Deputados.

Autoria: Senador Romário**2ª PARTE**

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8**Requerimento nº 9/2024**

Requisita ao Procurador-Geral de Justiça do Ceará, Haley de Carvalho Filho, os documentos e informações produzidos pelo Ministério Público do Ceará referentes a ações judiciais e procedimentos internos, eventualmente existentes, relacionados à Operação Aposta Certa e à Operação BetGoleada, que investigam a manipulação de resultados em partidas de futebol, objeto das investigações desta Comissão

Parlamentar de Inquérito (CPI).

Autoria: Senador Romário

2ª PARTE**ITEM 9****Requerimento nº 10/2024**

Requisita ao Diretor-Geral da Polícia Federal, Andrei Augusto Passos Rodrigues, os documentos e informações referentes a inquéritos e procedimentos internos produzidos no âmbito da Operação Jogada Ensaçada, que investiga a manipulação de resultados em partidas de futebol, objeto das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Autoria: Senador Romário

2ª PARTE**ITEM 10****Requerimento nº 11/2024**

Convida como testemunha Dr. FERNANDO MARTINS CESCO NETTO, promotor de justiça do Ministério Público de Goiás.

Autoria: Senador Romário

2ª PARTE**ITEM 11**

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento nº 12/2024

Convida como testemunha JOHN CHARLES TEXTOR, sócio majoritário da Sociedade Anônima de Futebol (SAF) Botafogo de Futebol e Regatas.

Autoria: Senador Romário

2ª PARTE**ITEM 12****Requerimento nº 13/2024**

Requer o fornecimento de informações pela empresa SportRadar AG.

Autoria: Senador Romário

2ª PARTE**ITEM 13****Requerimento nº 14/2024**

Convida Cyro Terra Peres, Procurador-Geral do Ministério Público de Goiás, com o propósito de ser inquirido por esta CPI, na condição de TESTEMUNHA.

Autoria: Senador Jorge Kajuru

2ª PARTE**ITEM 14****Requerimento nº 15/2024**

Requer o fornecimento de informações pela empresa SportRadar AG.

Autoria: Senador Jorge Kajuru

2ª PARTE

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 15**Requerimento nº 21/2024**

Convida Hugo Jorge Bravo, Presidente do Vila Nova Futebol Clube, para ser inquirido na condição de testemunha.

Autoria: Senador Jorge Kajuru

2ª PARTE**ITEM 16****Requerimento nº 22/2024**

Convida Marcos Vinícius Alves Barreira, conhecido como Romário, ex-jogador do Vila Nova Futebol Clube, para ser inquirido na condição de testemunha.

Autoria: Senador Jorge Kajuru

2ª PARTE**ITEM 17****Requerimento nº 23/2024**

Convida Leila Mejdalani Pereira, presidente do Palmeiras, na condição de testemunha.

Autoria: Senador Jorge Kajuru

2ª PARTE**ITEM 18****Requerimento nº 24/2024**

Convida JULIO CESAR CASARES, presidente do SÃO PAULO FUTEBOL CLUBE, para ser inquirido na condição de TESTEMUNHA.

Autoria: Senador Jorge Kajuru



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE**ITEM 19****Requerimento nº 25/2024**

Convida JOHN CHARLES TEXTOR, sócio majoritário da SAF BOTAFOGO de Futebol e Regatas, com o propósito de ser inquirido por esta CPI, na condição de TESTEMUNHA.

Autoria: Senador Jorge Kajuru

2ª PARTE**ITEM 21****Requerimento nº 27/2024**

Convida presidente da Associação Nacional de Jogos e Loterias, Wesley Cardia.

Autoria: Senador Eduardo Girão

2ª PARTE**ITEM 22****Requerimento nº 28/2024**

Convida José Francisco Manssur, ex-assessor especial do Ministério da Fazenda.

Autoria: Senador Eduardo Girão

2ª PARTE**ITEM 23****Requerimento nº 29/2024**

Convida os senhores jogadores profissionais de futebol relacionados que receberam penas pela Federação Internacional de Futebol (FIFA) por manipulação de resultados.

Autoria: Senador Eduardo Girão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 24

Requerimento nº 30/2024

Convoca Andrés Rueda, ex-dirigente do Santos Futebol Clube. Aprovado como convite.

Autoria: Senador Eduardo Girão

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Os demais Requerimentos pautados, 3, 4 e 26, conforme acordado com os autores, serão apreciados em nossa próxima reunião deliberativa. Eles tratam de pedidos de informações, cessão de servidor para colaborar com esta CPI e convites e convocações para depoimentos.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito!

Senador Kajuru, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Senador e Vice-Presidente Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Eu tenho dois requerimentos extrapauta, que são bem simples, inclusive pra ajudar aí nesses requerimentos que a gente já aprovou, que é sobre as operações: uma, que aconteceu em Sergipe...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Em 2021.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Exato! Você está com a memória fantástica. Você conhece bem, não é?

... e outra, que aconteceu no Rio Grande do Sul. Então, um é chamando Gabriel Bicca, que é Delegado da Polícia Civil do Rio Grande do Sul e comandou lá a investigação; e outro, um representante da empresa Esportenet.

Então, eu queria fazer o pedido pra que a gente possa fazer o convite, como foi bem colocado aqui pelo Senador Romário, e eu acredito que tem que ser assim.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) –
Perfeito, Eduardo Girão, Senador e Vice-Presidente desta CPI.

Eu já consulto o Plenário sobre a possibilidade de inclusão extrapauta destes dois requerimentos.
(Pausa.)

Havendo concordância, portanto, eles participarão.

2ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 25****Requerimento Nº 31/2024**

Convida o senhor Gabriel Bicca, Delegado de Polícia Civil do Rio Grande do Sul para prestar depoimento, como testemunha, nesta CPI.

Autoria: Senador Eduardo Girão

2ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 26****Requerimento Nº 32/2024**

Convida representante da empresa EsporteNet.

Autoria: Senador Eduardo Girão

Por gentileza, daqui a pouco, eu darei o nome de cada ser humano, brasileiro e servidor desta CPI, os nomes de todos da Consultoria Jurídica do Senado, que estão à nossa disposição e aqui presentes.

Farei questão de anunciar todos, porque aqui trabalharemos no plural e jamais no singular.

Então, em votação. (Pausa.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já foi explicado pelo Senador Girão, não é? É só colocar aqui em votação os dois nomes.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados, então, esses dois requerimentos.

Eu só peço, por favor, o total de requerimentos. Então, passa a ser de 32. Repito: isso nunca aconteceu em nenhum início de CPI neste Congresso Nacional.

Eu gostaria, irmão, Senador Romário – homem público consagrado em todo o país e em todo o mundo como um homem do esporte, do futebol –, de agradecer a todos os colegas Senadores, que para mim são amigos, presentes nesta reunião. Quero agradecer também à minha equipe de gabinete, com a supercraque Carol, a Luma, o Roberto Gonçalves, ex-editor-chefe do Jornal Nacional, por 25 anos, dispensa comentários. Do gabinete do Senador Romário, que sempre teve equipe altamente qualificada e bem escolhida, eu destaco o Wester, o Flávio, o Vicente. Aqui, irmão, a minha assessoria, não sei qual, falou daquela sua eficiente – e sempre ao seu lado – assessora, a Loni. Eu nunca o vi dentro de campo sem fazer um gol e nunca o vi no Plenário sem ela. Bem, do gabinete do Senador Eduardo Girão, eu destaco aqui o Chico, supercraque de Senado, de Plenário, e também o Roberto. Da liderança do meu histórico partido de 80 anos, o PSB, falo da Olga, do Santi, que já trabalhou em CPI com o Relator Romário, e do Carlos. Dos servidores da Secretaria da Comissão, aqui presentes, estão os competentes Marcelo Lopes, o Gabriel Udelmann, que parece que é francês, mas fala português, e o Henrique Cândido. Aqui, Carol, querida, o Dr. Otávio, da Consultoria Jurídica do Senado Federal. O Dr. Otávio representa um dos maiores quadros desta Casa na Consultoria Jurídica, até porque a gente vai precisar sempre dela aqui presente, Girão, Relator Romário, e também da Polícia Legislativa do Senado, que é de uma competência, Deputado – tanto lá da Câmara como aqui –, insofismável, porque a gente não quer que isso aconteça, mas que o Brasil saiba: aquele que mentir na CPI vai ouvir a minha prazerosa voz de prisão, imediatamente.

Então, quem estiver aqui, por gentileza... *(Palmas.)*

... conte até três, porque para mim quem mente também rouba. Perfeito? Vamos aos relatórios? *(Pausa.)*

Antes – respeitando aqui a Secretaria – de encerrarmos, eu gostaria de submeter ao Plenário o texto com as normas desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que foi enviado ontem aos gabinetes. Trata-se de praxe das CPIs para detalhar o funcionamento da Comissão, como regras complementares ao Regimento Interno do Senado Federal sobre inscrição para oitivas e tempo de fala, como exemplo.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, rapidamente, dou um exemplo. Houve unanimidade, naquela nossa última reunião: os Senadores – não em bloco – terão um pingue-pongue no tempo determinado com cada convidado para os questionamentos, porque bloco fica difícil até para quem vai responder, não é? Você coloca quatro Senadores, cada um com seis perguntas. Não há ninguém que escreva – o Deputado sabe bem disso – 20 perguntas e acabe nos enganando, porque não responde do jeito que a gente perguntou. Aí, vai precisar de ter réplica, tréplica. Então, o bom é o *tête-à-tête*. É aquilo de que eu sempre gostei em futebol nos tempos do Romário, quando não existiam aquelas entrevistas coletivas: as entrevistas eram cara a cara no vestiário. Então, ali que era a diferença, porque, numa entrevista coletiva, você faz uma pergunta para o entrevistado, ele responde como ele quer, normalmente não responde o que você perguntou, especialmente treinador... Você já viu isso demais na tua vida, no mundo inteiro. Aliás, e o teu Barcelona ontem, que vergonha, hein? (Risos.)

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – É América.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ele é América agora, Presidente do América e americano a vida inteira. Mas aí, você, o repórter, não tem o direito de replicar o entrevistado, porque aí já vem o segundo jornalista perguntar, porque, em vez de seguir o primeiro que não foi respondido, não, ele vai se preocupar com a pergunta dele. Então, é por isso que o pingue-pongue nessa CPI... Haverá, para mim, muito mais resultado e satisfação de toda a pátria amada e, especialmente, da nossa torcida.

Portanto, todos os requerimentos aprovados e, se um deles... Porque nós aqui temos a certeza, especialmente Romário e eu, de confiarmos que ele tem bala na agulha, para dizermos como no futebol, no "futebolês", porque ele não seria irresponsável de fazer tantas denúncias gravíssimas, até envolvendo times da Série A, times históricos como Palmeiras e São Paulo... E tomara que, aqui na CPI, ele apresente o que ele ainda não apresentou. Eu me refiro ao respeitoso CEO do Botafogo do Rio de Janeiro, John Textor. Ele aceitando o nosso convite, Relator Romário, se houver a sua concordância, a gente já poderia iniciar historicamente o que nunca aconteceu no Congresso Nacional, uma CPI numa segunda-feira, que seria já, próximo às 15h. Concorda?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Concorda, Girão?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito, então.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A princípio, nossa próxima reunião será segunda-feira, às 15h, vindo aqui, a convite, respeitosamente, o CEO do Botafogo do Rio e de mais três times no mundo, John Textor, por tudo o que já temos de conhecimento pela imprensa e, evidentemente, pelo STJD, como bem lembrou o Relator Romário.

Declaro, então...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente, antes de encerrar...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro, Senador Romário, a última palavra sempre é sua.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... por acaso será hoje... Dessa vez, o primeiro é o John Textor, mas até sexta-feira a gente vai ter já a resposta definitiva do convidado, se ele virá ou não na segunda-feira.

Não é isso, a princípio?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Na sexta agora?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ótimo.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A partir de agora já fica o convite, ele vai ser procurado pela nossa Comissão e eu acredito que até sexta-feira dará a resposta se vai poder vir ou não na próxima segunda.

Acredito que seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E seria bom lembrar também, Relator Romário, Senador Girão e todos e todas do nosso país das chuteiras, que, felizmente, eu vou estar amanhã inclusive no Rio de Janeiro, às 11h da manhã, para uma entrevista do programa que faço em rede mundial.

E, desde já, agradeço aos veículos de comunicação que vão acompanhar ao vivo todas as nossas reuniões: a BandNews FM; a TV Meio, que hoje é uma emissora de televisão em rede mundial, é vista em todo o mundo, em todo o país, por canais abertos e fechados; as nossas redes sociais dos Senadores; e a TV Senado, no YouTube. Então, quero agradecer essa parceria para que haja uma visibilidade em todo o país do nosso trabalho e também fiquem à vontade para fazer sugestões e críticas a todos nós, que saberemos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interpretá-las, e precisamos de suas informações, torcedores, jornalistas esportivos, respeitados, consagrados, que também possam colaborar com esta CPI, eu repito, para ela ficar na história.

Então, só para ser rápido, a questão do relatório, Relator Romário Faria, que tanto na semana passada você e o Girão faziam questão de a gente colocar no requerimento e estar no requerimento, aquele relatório da empresa, que não é americana inclusive... Ela é originária de Oslo, na Noruega, e hoje está na Suíça. Aquela empresa, que foi contratada pela CBF e que fez uma investigação profunda, traz um resultado terrivelmente preocupante, de 109 partidas de futebol suspeitas de manipulação de resultados de futebol.

Então, amanhã, eu já faço esse pedido pessoalmente ao Presidente da CBF, ao baiano Ednaldo Rodrigues, que também é um homem que merece a confiança do Romário, a minha e a de todos nós aqui, para que a CPI tenha conhecimento dessas 109 partidas para que possamos trazer os envolvidos aqui, porque até agora só um jogo foi conhecido publicamente, o da Série B do Campeonato Brasileiro, entre Londrina e Tombense, e os dois Presidentes desses clubes inclusive estão à disposição da nossa CPI.

Então, a partir daí, temos o Presidente do Palmeiras, o Presidente do São Paulo, presidentes de outros times, jogadores, casas de apostas, árbitros auxiliares, tudo aquilo que o Romário colocou muitíssimo bem e irretocavelmente no seu plano de trabalho.

Agradecidíssimo a todos e a todas e, se Deus quiser, segunda-feira, às 15h, estaremos aqui.

(Iniciada às 14 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 59 minutos.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA CPI DA MANIPULAÇÃO DE JOGOS E APOSTAS ESPORTIVAS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quinze horas e oito minutos do dia vinte e dois de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Jorge Kajuru, reúne-se a CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas com a presença dos Senadores Romário, Veneziano Vital do Rêgo, Eduardo Girão e Carlos Portinho, e ainda do Senador Dr. Hiran, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Marcio Bittar e Styvenson Valentim. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às dezoito horas e onze minutos e reaberta às dezoito horas e vinte e um minutos. e reaberta às dezoito horas e vinte e um minutos. A reunião é suspensa às vinte horas e hum minutoA reunião é suspensa às vinte horas e oito minutos e reaberta às vinte horas e nove minutos. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva.** **Finalidade:** Realizar a oitiva referida no Requerimento 12/2024-CPIMJAE. Oitiva do JOHN CHARLES TEXTOR, Sócio majoritário da Sociedade Anônima de Futebol (SAF) Botafogo de Futebol e Regatas, em atendimento aos requerimentos 12/2024 e 25/2024. **Resultado:** Oitiva realizada, sendo parcialmente em reunião reservada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Kajuru

Presidente da CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2024/04/22>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Brasileiros e brasileiras, nossas únicas vossas excelências, hoje é segunda-feira, 22 de abril de 2024.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da CPI da Manipulação de Jogos de Futebol e Apostas Esportivas, criada pelo RQS 158/2024, para apurar, no prazo de 180 dias, fatos relacionados às denúncias e suspeitas de manipulação de resultados no futebol brasileiro, e aqui envolvendo jogadores, dirigentes, árbitros e empresas de apostas, ou seja, corruptores e corruptos.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 2ª Reunião, da semana passada.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata, então, está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião se destina ao depoimento do senhor, naturalizado dos Estados Unidos, John Textor, sócio majoritário da Sociedade Anônima de Futebol (SAF) Botafogo de Futebol e Regatas, o histórico time do Rio de Janeiro.

Antes de fazer o convite ao Sr. John Textor, agradeço aqui, como sempre, ao atuante e histórico, em todo o planeta, Senador e ser humano raro Romário, nosso Relator escolhido por unanimidade; ao também atuante e preparado Senador presente do Ceará Eduardo Girão. E estão chegando os Senadores que confirmaram presença, como Carlos Portinho, Ciro Nogueira e Veneziano Vital do Rego. Haverá o tempo suficiente para eles.

Faço aqui duas declarações importantes, porque nunca aconteceram na história do Congresso Nacional.

Um: uma CPI ser realizada nas segunda-feiras, data em que normalmente os Parlamentares, tanto da Câmara como do Senado, preferem suas presenças em trabalhos políticos aos seus eleitores, em seus estados. Portanto, nós aqui, por unanimidade, optamos para que segunda-feira seja, além da quarta, às 14h, o dia oficial – também a segunda. Quando houver um conteúdo maior e um convidado que seja questionado de forma mais ampla, então esta será a segunda opção: a segunda-feira.

Por fim, número dois: é também a primeira vez que ocorre, na história do Congresso Nacional, que um Relator, que tem todo o direito regimental de ser o primeiro a fazer questionamentos, no tempo que desejar – Girão e eu nos lembramos da CPI da Covid, o Senador Renan Calheiros, respeitosamente, às vezes ficava uma hora e meia, e nós gentilmente esperávamos a nossa vez de questionar –, o Senador Romário tomou uma decisão de que ele fará todas as perguntas que desejar, seus questionamentos, mas, a cada cinco, ele permitirá uma pergunta de um Senador presente e voltará a ter o mesmo direito de cinco, ou seja, de cinco em cinco, apenas uma presença de Senador para fazer o seu questionamento.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Posto isto, convido...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pela ordem, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Cumprimentando a todos, especialmente o Presidente, Senador Jorge Kajuru, e o Relator, Senador Romário, dois craques.

É um momento histórico que a gente está vivendo aqui nesta CPI ,para buscar a verdade e buscar um consertamento aí, uma "consertação" do nosso futebol, que está sendo abalado com relação a toda a manipulação, e eu acho que o advento das apostas esportivas veio a colaborar com isso.

E eu queria apenas perguntar, por uma questão de planejamento: quarta-feira nós teremos a deliberativa, não é isso? Só para confirmar.

Conforme nós tínhamos acordado, quarta-feira vai ter algum momento para a gente fazer a deliberativa dos outros requerimentos que não entraram.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Foi oportuna a sua pergunta, amigo e irmão Girão.

Eu proponho e peço a compreensão dos senhores, que, assim que encerramos esta reunião, em função de tudo que vamos ouvir aqui – e já sabemos que vamos receber documentações –, que a gente faça uma reunião rápida entre nós e tomemos a decisão, porque, baseados naquilo que vamos ouvir, nós teremos que nos preparar para convites que já foram feitos na primeira reunião, num total de 34, ou novos convites, repito, em função do que vamos ouvir. Perfeito? Aí decidiremos se teremos uma reunião esta semana ou se deixaremos posteriormente para pensarmos – todos nós juntos, com nossas assessorias – e analisarmos quais serão os principais próximos convidados. Porque tudo vai depender do que vamos ouvir aqui.

Concordam?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, tranquilo. É porque tem uns requerimentos desde a sessão passada que eu fiz, e eu acredito que são requerimentos importantíssimos, para que a gente possa... Inclusive o que aconteceu na CPI lá da Câmara dos Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Que jamais acontecerá aqui.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... que jamais acontecerá aqui, mas ficaram furos lá, e a gente precisa trazer alguns atores para entender ou para que esta CPI seja robusta e seja mais respeitada ainda pela população brasileira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pode ficar tranquilo. Você tem a palavra do Relator Romário e a minha, você as conhece, como conhecemos a sua. Todos os atores serão convidados.

Eu só penso que, dependendo do que nós ouvirmos aqui hoje, nós teremos que dar uma sequência por etapa, por prioridade – concorda, Relator Romário? –, por prioridade. Porque, senão... Algo dito aqui hoje não pode demorar para ter sequência na nossa investigação.

Então, eu já faço o convite, esclarecendo parte da imprensa, que me procurou no gabinete. E aqui registro com muita alegria essa voz respeitadíssima em toda a amada Paraíba, nosso membro titular, Senador Veneziano Vital do Rêgo, que também fez questão de estar aqui.

Falta então a presença do Senador Ciro Nogueira, que prometeu, e também do Senador Carlos Portinho, que veio do Rio de Janeiro, mesmo com o nascimento do seu filho.

Então, parte da imprensa me procurou, alegando que o Sr. John Textor não viria, como, aliás, muita gente da imprensa, nesse final de semana, alimentou que o Romário e eu estávamos blefando. E foi o Senador Romário o primeiro a me telefonar e dizer: "Kajuru, ele não vai falhar conosco". E realmente ele teve uma fratura de braço, como informou a imprensa na hora do almoço. Mesmo assim, ele fez questão.

E por gentileza, respeitosamente, convido à mesa, com o direito da presença de sua tradutora e de seu advogado, o CEO majoritário do Botafogo do Rio, John Textor, porque o Brasil quer ouvi-lo. *(Pausa.)*

A reunião conta com o serviço de tradução simultânea português-inglês. Aqui vai ser realizada essa tradução pelos intérpretes Maria Iracema Martin e Klébert Machado, de modo que peço a colaboração dos presentes, para que evitem falar de forma muito acelerada, contribuindo para o bom entendimento de todos e todas presentes.

Como de praxe... E o Sr. John Textor tinha direito a mais tempo, mas solicitou a mim apenas 15 minutos para a sua explanação inicial nesta tão esperada CPI pelo futebol brasileiro.

Seja bem-vindo, Sr. John Textor. Os 15 minutos são seus.

O SR. JOHN CHARLES TEXTOR *(Tradução simultânea.)* – Bom dia!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Apenas, antes, regimentalmente, aqui... O Senador Romário tem mais experiência do que eu em tudo, inclusive em CPI.

V. Sa., John Textor, promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha – e com apresentação de documentação, caso queira –, sob palavra de honra, nos termos do art. 203, falar somente a verdade e nada mais do que a verdade?

O SR. JOHN CHARLES TEXTOR (*Tradução simultânea.*) – Sim.

Muito obrigado.

Muito bom-dia!

Eu agradeço a todos por me receber aqui. É um dia muito importante para mim, e eu espero que também seja para o Brasil, para o futebol do Brasil. É um esporte que nós todos amamos, e eu gostaria de agradecer aqui ao Senado por fazer algo que nós não vimos em lugar algum mais do mundo, que é uma Comissão organizada da alta administração do Estado para enfrentar um desafio tão grande. Ninguém jamais teve a coragem de fazer o que vocês estão fazendo hoje.

Eu também gostaria de agradecer ao Senado por aprovar a Lei da SAF. Baseado na inteligência deste corpo legislativo, nós criamos, foi criada aqui essa base para atrair investimentos exteriores para o Brasil, e o Brasil produz mais de 10% das transferências dos principais jogadores em todo o mundo e, claramente, é um grande exportador de jogadores, e, com a Lei da SAF, as pessoas internacionais, as pessoas deste país e também de fora não só estão trazendo capital, mas também estão trazendo novas ideias aqui para este país sobre como a governança funciona em diferentes situações, como...

Então, vejam que não estamos só exportando jogadores aqui do Brasil, o que nós vemos como uma oportunidade para emergir um novo futebol, aqui no Brasil, para todo mundo, mas, com a aprovação da Lei da SAF, por meio deste corpo legislativo, tornou-se possível, e eu gostaria de agradecer a vocês por essa lei, porque se tornou uma jornada pessoal minha. Eu me apaixonei por este país, eu me apaixonei pelo clube e eu quero fazer de tudo que eu puder para ajudar.

A respeito do tema que nos trouxe aqui hoje, eu gostaria de reiterar – antes de entrar nos detalhes a respeito das últimas duas temporadas, do que eu aprendi – que este é um problema global.

Todo mundo fala de manipulação de resultados. Sobram aqueles que acreditam que esse é um problema, que isso ocorre, mas nós queremos aplicar a convicção de que existe essa manipulação de resultados e ver o impacto disso sobre a temporada, sobre equipes, sobre jogadores, e eu quero dizer para vocês, baseado no que eu tenho levantado, isso é como o *doping*: ninguém queria acreditar que o *doping* era um problema até nós ouvirmos falar, por exemplo, de Lance Armstrong. Depois, percebemos que isso pode ocorrer em qualquer lugar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Manipulação de resultados. Isso afeta os nossos ídolos, afeta as nossas famílias, os nossos filhos. É tão prevalente no mundo como o *doping*, e no Brasil ainda mais, porque no Brasil é o principal esporte que o mundo reconhece, e isso é tão irônico, que essa atividade...

Eu adoro, eu me entusiasmo com essa oportunidade. Eu, no meio dos donos das equipes que falam da manipulação de resultados, que estão aí cumprimentando e se unindo aos membros da CBF, que tem uma Comissão para poder tratar da manipulação de resultados, mas eu estou aqui como um novato, e eu fui perseguido, eu fui suspenso, e fui processado por falar que a manipulação de resultados existe.

Eu não me importo, porque eu preciso trabalhar, eu tenho tentado trabalhar como um dono de um clube de futebol e trato aqui de perseguir o sucesso do Botafogo e também do futebol do Brasil.

E eu agradeço pela oportunidade e estou aqui para tratarmos o assunto.

Eu tenho pouco tempo antes de entrar diretamente no assunto, mas antes eu gostaria de tratar do assunto da perspectiva global.

Por que é que nós temos uma grande oportunidade aqui? Esse é um problema que existe em todos os lugares do mundo, não só nas principais divisões, e eu tenho entendido que, por meio dos *experts*, pelo menos um ou dois jogos por ano na Premier League e também na principal liga da Alemanha e da França, mas eu particularmente acho que ocorre com muito mais frequência nas divisões mais inferiores. Mas a respeito...

Como esta Comissão se concentra sobre apostas, eu vejo que perdemos talvez a oportunidade, porque o esporte tem sido o principal motivo da manipulação de resultados já faz muitas décadas.

Ninguém tinha uma conta de apostas *online* há 15, 20 ou 30 anos, mas, baseado numa pesquisa que eu realizei, vemos que isso começou muito antes de eu me encontrar com a imprensa Good Game.

Esse tema manipulação de resultados está relacionado com esporte, com dinheiro, com fraternidade. Alguns jogos são manipulados baseados na paixão ou no amor. Isso ocorre nos Estados Unidos, em futebol universitário. É o que nós chamamos de *boosters*.

Enquanto algumas universidades têm tentado levar e conduzir um programa bem intencionado, a associação de futebol universitário tem se empenhado em comprar carros e em recrutar dinheiro para remunerar os atletas. Vemos que esse tema da paixão pela equipe é um dos principais problemas do esporte, ainda que isso seja importante. Isso ocorreu há 50 anos, há 60 anos, e vemos que é um dos principais fatores contribuintes para a manipulação de resultados hoje.

Eu tenho discutido esse tema e eu só posso afirmar novamente, como eu já disse várias vezes, que eu nunca fiz uma acusação sobre qualquer clube, sobre qualquer pessoa que não possa estar por trás de manipulação de resultados, como nós vimos em 2016 e em 2022. A tecnologia em que nos baseamos para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

provar a manipulação de resultados, o que eu pretendo mostrar aqui numa sessão secreta, e então farei a divulgação de resultado, de nomes, de pessoas, de árbitros.

Isso não nos diz porque o jogo foi manipulado. Isso só diz como foi.

Agora, a questão do motivo, da paixão sobre a fraternidade, sobre os interesses... No passado, as pessoas já foram para a cadeia por causa disso, porque as pessoas, em virtude dessa fraternidade, deixaram de fazer o seu papel ali no esporte.

Mas eu não venho com evidências de pagamento em dinheiro ou qualquer manipulação não baseada em fato. As evidências que nós vemos é que os principais jogadores estão fazendo o que podem para ganhar os jogos. A nossa evidência diz como os jogos são manipulados, e não por quê.

Deixe-me tratar rapidamente sobre isso.

Eu descobri que algo errado estava acontecendo em 2017, e não era.... Um jogo ali do Botafogo. O Botafogo estava com uma liderança de pontos, e alguma coisa ocorreu naquele jogo – que eu pretendo discutir aqui na sessão secreta – que eu pensei que não seria possível ocorrer numa divisão de elite, na principal categoria do esporte. E eu pensava que não era uma questão de erro da nossa parte ou que fosse algum erro na aplicação das regras. Eu tenho uma mente muito detalhada. Eu trato de buscar e avaliar as coisas de uma forma muito objetiva, e eu percebi esse momento, eu marquei esse momento.

E eu não acredito que tenha sido um momento de falha de interpretação o que nós vimos nessa liga. O que o árbitro, ali, de vídeo, o que as pessoas entendem e chamam de regras do jogo ou de marcar ali a linha de impedimento, marcar as faltas, entender qual é a sequência em que pode ocorrer a recusa dos jogos, ali, contra o último defensor.

E eu não pensei que esse foi um momento de afetar o Botafogo, mas um momento que iria fazer com que eu me concentrasse nesse assunto.

Eu não pensei que esse fosse um momento que afetaria o Botafogo, mas um momento que iria fazer com que eu me concentrasse nesse assunto. Os jogos a que eu assisti que afetaram o Botafogo indiretamente, que não tiveram impacto direto sobre o Botafogo, jogos que incluíram o Botafogo, eu tratei de enxergar isso a partir de uma nova perspectiva, a partir de 2017.

Eu só conheci as pessoas de Good Game! em 2023. Eu me confortei ao conhecê-los, ao descobrir que, em alguns desses momentos tão perturbadores, eu encontrei um conforto nisso, quando eu descobri, em 1º de novembro, que eles eram capazes de detectar que a corrupção estava ocorrendo em tempo real. Eu espero tratar disso em uma sessão secreta e espero comprovar tudo o que eu digo quando eu tiver a oportunidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu creio que nós perderíamos uma grande oportunidade se falássemos apenas de 2023, da temporada de 2023, mas o que eu gostaria de falar é reconhecer que eu tenho um amor tão forte pelo meu clube que isso me cega e eu trato de investigar esse assunto da forma mais objetiva possível, o que ocorreu em 2023. Eu vejo tudo o que afetou o nosso clube e eu trato de avaliar esses jogos aqui. Eu farei, aqui, na sessão secreta, juntamente com a empresa envolvida...

Eu olhei os jogos em 2022. Eu sou um dono de clube, eu quero ganhar jogos, eu quero ganhar um campeonato. Eu penso que, se eu puder provar, além de uma margem de dúvida, que os jogos de 2022 foram manipulados contra os nossos principais jogos e que os jogos de 2023 foram manipulados contra os nossos principais times, que isso, juntamente com outras evidências, com possíveis anormalidades, poderia fazer com que o Tribunal Desportivo, a polícia e também este Corpo legislativo possa tomar ações.

Tendo a minha carreira e também o nosso clube em mente, nós vemos que eu não venho aqui esperando receber um troféu ou ser congratulado, mas eu posso dizer para vocês que o que nós descobrimos aqui não é nada diferente do restante do mundo. Na Bélgica, na França, em toda a Europa, o acerto ou a manipulação de resultados é uma realidade. Nós devemos deixar a nossa paixão de lado. O que ocorreu no ano passado pode ter ocorrido em outros anos, e nós temos uma grande oportunidade com o que a tecnologia nos proporciona hoje. Vamos falar disso hoje. Eu tenho a opinião de que não existe uma inteligência artificial, isso é programação.

Você me convidou hoje para estar aqui e eu pude estar aqui hoje, pude investir nesse clube. Muitas pessoas não sabem o que produziu a riqueza para que eu pudesse comprar a empresa e estar aqui hoje. É que eu fui o fundador de uma empresa de inteligência artificial e, com esse dinheiro, eu pude comprar um time e posso estar aqui hoje.

A manipulação de resultados é como um truque de mágica de David Copperfield. Nós estamos olhando aí para a bola, mas, no momento em que o atacante chuta essa bola, todo mundo está olhando para ele e também para o árbitro; mas não é aí onde ocorre o truque, não é na pessoa que intercepta o passe...

(Soa a campanha.)

O SR. JOHN CHARLES TEXTOR (*Tradução simultânea.*) – ... não é o atraso ali daquele encontro, é uma atitude diferente, é um desânimo no momento em que você deveria estar entregando toda a energia. O que vemos é que na manipulação dos resultados isso ocorre em cada milissegundo, em cada momento, e agora nós temos a capacidade de revelar o que ocorre por trás dessa manipulação de resultado. E se nós encontrarmos uma maneira de chegar nesta sessão sem que seja, assim, em um ambiente público, nós poderemos tratar disso com mais detalhes e poderemos focar sobre uma questão.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Cada jogador, cada árbitro sabe agora que a visão computacional pode enxergar cada segundo do seu jogo e existe a capacidade de avaliar tudo o que é feito ali dentro e é capaz de verificar se ocorre ou não manipulação de resultados em cada uma dessas instâncias.

Eu não sou capaz de... Eu não quero causar problemas para uma pessoa específica, eu não quero tratar dos problemas da temporada anterior. Eu estou aqui diante desta Comissão e reconheço a coragem desta Comissão de fazer, enfrentar esse problema aqui no Brasil. É um problema que afeta o país que nós temos; e somos capazes de exportar não só os melhores jogadores do mundo, mas também somos capazes de ter as melhores regras do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Nós agradecemos a explanação inicial do Sr., americano, John Textor, CEO majoritário do Botafogo do Rio de Janeiro.

Tenho certeza de que este Senador e homem público, acima de todas as médias, que foi o criador desta CPI, que obteve o maior número de assinaturas da história do Senado Federal, o amigo e irmão Romário, e todos nós membros desta CPI estamos satisfeitos porque prometemos que ela não começaria no zero a zero, que ela começaria tendo fatos, tendo provas, tendo documentos...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. *Fora do microfone.*) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... e tendo nomes.

Isso significa que vale informar a todos do país, da pátria amada e da imprensa que essa sessão secreta será hoje, ao final dos trabalhos, em que receberemos tudo o que o Sr. John Textor acaba de dizer que tem em mãos.

Me parece que, pela ordem, porque eu já tenho que ir ao nosso Relator...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Não, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... mas pode ter a sua prioridade, Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. *Pela ordem.*) – Não, em absoluto.

V. Exa. tem tamanha sensibilidade e alcance, que era exatamente a dúvida que eu iria lhe expor, e expondo ao nosso Relator Romário, porque como o convidado, Sr. John Textor, falou em três ou quatro ocasiões da sua exposição, muito objetiva e muito direta, que só iria aos detalhes conquanto em uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reunião secreta, eu iria exatamente perguntar a V. Exa. se seria hoje ou se estaria marcada para data próxima, apenas para tirar essa dúvida, mas V. Exa. disse que será hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Hoje, rigorosamente hoje, e tive a concordância do Relator Romário, do Senador Girão, e, na hora em que estávamos aqui, não tem porquê deixar para amanhã.

Esta CPI tem que começar mostrando que ela é diferente, em todos os sentidos.

Eu já li, nesses cinco anos, e já aprendi a te conhecer por música, Veneziano Vital do Rêgo.

Bem, rapidamente, nesta oportunidade, esclareço que o art. 4º, inciso II, da Lei nº 1.579, de 1952, estabelece que fazer afirmação falsa ou negar, ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito – esta CPI da Manipulação de Jogos de Futebol e Apostas Esportivas –, constitui crime punível com pena de reclusão de dois a quatro anos e multa.

Imediatamente, passo a palavra ao Relator desta CPI que, tenho certeza, fará uma enorme diferença entre todas as realizadas até hoje no futebol brasileiro. Criador, amigo, irmão, Relator, Senador Romário, com a palavra à vontade.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, amigo e irmão Presidente, Senador Jorge Kajuru. Obrigado pela presença, aos amigos presentes e irmãos também, Senador Vital do Rêgo e Senador Eduardo Girão. Obrigado a todos que estão aqui participando, direta ou indiretamente, desta reunião tão importante para o nosso país no que se refere às manipulações das apostas e dos jogos, que vem acontecendo nesses últimos anos.

Quero fazer uma saudação especial ao Sr. John Textor, por estar presente e por ter acatado o nosso convite, e todos aqueles que o acompanham, Dr. Bichara, Tairo e outros advogados aqui presentes.

Quero, primeiramente, parabenizar o Sr. John Textor pela coragem de ter vindo aqui e de ter falado o que falou e principalmente pelo que vai fazer, depois, nessa chamada reunião secreta. O senhor, como estrangeiro... Muitos, inclusive, quando o senhor falou algumas dessas palavras lá atrás, duvidaram e não acreditaram que o senhor teria algum tipo de prova. Eu inclusive ouvi muitos chamarem-no de fanfarrão, mentiroso e conversa fiada.

Eu acredito que, com a sua capacidade, sua inteligência e essa demonstração, mostrar realmente o que o senhor tem, será de grande relevância para esta CPI, será de grande relevância para o nosso futebol e será de grande relevância para o nosso país.

Chegando agora também o meu amigo e irmão Senador Portinho. Seja bem-vindo, Senador.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, eu vou aqui direto às perguntas, e eu tenho certeza de que todos nós Senadores temos muitas perguntas. Sr. John Textor, vou fazer logo as minhas primeiras cinco, não é isso, Senador, Presidente? Faço cinco, depois um outro Senador faz uma, e depois eu faço outras cinco.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Para que o Portinho, conforme eu combinei – como carioca e preparadíssimo, Senador Carlos Portinho –, no telefone, eu disse que ele poderia chegar que daria tempo tranquilo... Perfeito?

E o Senador Romário abriu uma exceção, nunca feita aqui na história do Congresso Nacional. Tendo ele o direito de ficar o tempo que desejar nas perguntas, ele fará, a cada cinco perguntas, uma parada, e dará o direito para que nós possamos fazer uma, e assim por diante, até ele encerrar e a gente continuar com o nosso tempo, em pingue-pongue e não em bloco.

Correto, Senador Portinho?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bom. Pela ordem, só queria, primeiro, agradecer a presença..

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

Mas – *in portuguese now* – eu queria saber da nossa assessoria... Eu tentei ouvir na Rádio Senado, está passando naturalmente a sessão deliberativa...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não deliberativa.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... não deliberativa. É, parece que o canal do YouTube está transmitindo, mas no aplicativo eu não consegui acompanhar, e eu procurando no aplicativo. Só para confirmar se está sendo transmitida a sessão, até porque alguns botafoguenses também me perguntaram.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Bem, vou aqui começar minhas perguntas.

Sr. John Textor: 1- As denúncias apresentadas pelo senhor têm como base as análises comportamentais feitas pela empresa Good Game!. O senhor acredita que essas análises são suficientes para construir provas de manipulação? É possível diferenciar com precisão um erro intencional de uma falta de concentração? Essas perguntas são parte da primeira pergunta.

2- Ao receber essa análise, o senhor e sua equipe se aprofundaram na investigação, produziram algumas evidências adicionais? O senhor pode colocar à disposição desta CPI todas essas informações?

3- O senhor investe em time de futebol fora do Brasil também, na Inglaterra, na França e Bélgica, por exemplo. Em sua visão, nesses países, a manipulação de resultado é maior ou menor do que no



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil? O senhor contratou a mesma empresa para analisar jogos do campeonato francês e inglês? Já fez alguma denúncia de manipulação de resultado nos campeonatos europeus?

4- O senhor tem conhecimento de algum lugar do mundo em que houve condenação por manipulação de resultados com base apenas em relatórios de análise comportamental, como os produzidos pela Good Game!?

E a quinta e última deste bloco:

5- O senhor adota algum método de monitoramento do Botafogo para evitar eventuais manipulações por parte dos atletas? A Good Game! também analisou o seu próprio time, sobretudo após a queda drástica de rendimento durante o Campeonato Brasileiro passado?

Essas são as perguntas, Sr. John Textor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – As cinco primeiras do Relator Romário. Tradução, por gentileza, de forma mais tranquila.

Sr. John Textor com a palavra sobre as cinco primeiras perguntas do Relator Romário.

O SR. JOHN CHARLES TEXTOR (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Muito obrigado, Senador Romário.

Gostaria primeiramente de perguntar ao senhor, já que eu recebi cinco perguntas, não sei se recebi e anotei todas aqui na ordem, já que estava dizendo... A sua primeira pergunta, poderia dizer novamente, por favor, uma por uma?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – As denúncias apresentadas pelo senhor têm como base as análises comportamentais feitas pela empresa Good Game!. O senhor acredita que essas análises são suficientes para construir provas de manipulação? É possível diferenciar com precisão um erro intencional de uma falta de concentração?

O SR. JOHN CHARLES TEXTOR (*Tradução simultânea.*) – Muito obrigado.

Eu gostaria só de lembrar a todos que foi em agosto de 2017 quando eu me dei conta desse problema e comecei a investigar e descobri que tinha muito pouco que eu poderia fazer. No jogo do Vasco, particularmente, eu acredito que ocorreu um tipo de erro que não ocorre pelo árbitro de VAR, nas principais categorias. Foi um dos gols mais bonitos que eu vi em muitos anos. O atacante estava avançando e o atacante foi colocado como impedido. E nós vimos que ele erroneamente foi colocado ali dentro da parte... e foi anulado. E eu vejo ali que o ângulo da câmara, naquela situação particular, revela que a parte inferior do jogador do Palmeiras estava à frente do jogador do Vasco, e, se essa pessoa estava à frente do jogador... E, se se traçar essa linha ali pela grama, na linha do jogador, percebemos que isso seria uma... Se essa linha pontilhada estava aparecendo ali na tela... E, ao inspecionar aquela linha da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma mais atenta, depois que nós vimos, aquela linha estava claramente inclinada pra frente do ombro, para incluir o pé do jogador do Palmeiras – e o jogador do Vasco foi declarado como impedido.

Foi um momento em particular que me deixou muito perturbado, porque pareceu pra mim que é o tipo de erro que o árbitro de VAR não pode cometer. Eu não acredito. E eu fui atacado pela Associação dos Árbitros. Eu sei o quanto é difícil, o quão difícil é ser um árbitro. Eu já tentei ser árbitro uma certa época e eu errava a determinação ali de impedimento. Mas quando nós chegamos a esse nível tão elevado – e eu fiquei muito perturbado com aquela situação... E isso foi seguido pelo gol do Botafogo, quando Marcos... quando Bruno Henrique atingiu ali o... fez o seu próprio gol, e havia um jogador que estava impedido, mas não estava, e o gol foi permitido; e esse foi outro momento muito perturbador. Foram dois gols anulados ali naquele momento, foram duas decisões controversas; não nos nossos jogos, mas nos jogos de outras equipes – e dos nossos jogos eu vou discutir aqui na sessão secreta.

E nós vemos aqui nessas decisões, nesse equilíbrio entre decisões, que podem ocorrer de forma honesta ou por incompetência – e nisso eu não acredito, porque os árbitros são muito bons... E eu quero construir essa resposta de forma cronológica: no caso do Palmeiras, nós estávamos ganhando de 3 a 1 – e o problema de corrupção já era anterior a esse jogo – e eu vejo que... Lá em agosto ou setembro, eu me encontrei com algumas pessoas da família do Botafogo que reconheciam que nós estávamos tendo muito problema com manipulação de resultados, que nos afetavam. E um árbitro tomou uma decisão que era uma decisão fácil, era uma decisão: nós estávamos ganhando de 3 a 1, já no final do jogo houve uma falta simples, uma falta óbvia, e foi chamada, o jogador fez a falta no outro; e eu fui lembrado duas vezes que esse foi um erro do VAR, mas eu acho que foi além disso. Eu estava lendo ali os *feeds*, isso estava passando no nosso estádio, e eu percebi que o ângulo do... nas imagens do VAR que passavam, que chegavam ao árbitro do VAR, eu via que essa linha pontilhada...

Vemos que esse é o último recurso em termos de defesa, em termos de recurso dentro do sistema do futebol, e o que nós percebemos é que o árbitro do VAR estava argumentando, com muita contundência, que o jogador do Botafogo tinha a posse de bola, sendo que ele não tinha a posse de bola, e o que o ângulo da câmera mostrava não era o ângulo adequado da câmera, que mostrava ali o limite daquela linha pontilhada. E é claro que, uma vez que você limpa isso, nós vemos que a intenção do jogador era essa e que foi claramente uma falta intencional.

Mas isso.. Mesmo se o árbitro declara a falta e nega a oportunidade de jogo... Bem, isso não é uma questão do que nós acreditamos, se ele tocou na bola antes ou não, mas é sobre a possibilidade de ele alcançar a bola. A regra geral, em termos do árbitro de VAR, por mais que ele não esteja familiarizado ou goste daquele primeiro ângulo da imagem, ele pode procurar outro ângulo de imagem... E, nesse caso particular, a minha suspeita é que nós tínhamos um árbitro muito bom naquele jogo, que tem feito um trabalho excelente... E ele declarou essa falta, ele não deu um cartão amarelo, e ele foi chamado pelo árbitro de VAR, que diz... E eu estava vendo ali pelo *feed*... Não era uma questão da possibilidade de se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alcançar, mas havia duas câmeras de alta definição que mostravam que o nosso defensor, nosso zagueiro, havia chegado primeiro naquela bola, e não existia uma forma de ele descartar essa evidência.

E, quando nós ouvimos o áudio, que algo incrível quando a CBF decide responder com informação sobre o nível de transparência que outras... e tem um nível de transparência maior do que de outras ligas do mundo... Quando mostra o ângulo real da câmera ali, o que o árbitro de VAR enxerga, ele decide e toma decisão com base nisso.

O árbitro precisa acreditar no árbitro de vídeo, e que ele é capaz de enxergar ali, de *frame* por *frame*, enquanto o árbitro de campo tem que decidir tudo aquilo em uma fração de segundo. Então, ele avança o vídeo, que mostra que o Adryelson pegou primeiro a bola, e deliberou se ele realizou a jogada, se ele era o último defensor. E o que ocorreu ali, naquele momento, foi muito perturbador. Percebemos que o árbitro do jogo tratou de tomar a melhor decisão possível, mas ele foi traído pelo árbitro de VAR. E eu não acredito que esse tipo de erro seja possível, porque o acrônimo que diz TOGSO... Os árbitros de VAR sabem muito bem disso.

Eu só posso pedir aqui... Somente uma instituição de investigação poderia exigir essa resposta. Por que você não enxergou o ângulo? Por que você não visualizou, não inspecionou esse ângulo da câmera?

E eu peço desculpas aqui pela resposta muito longa, mas eu sinto muita paixão por esse assunto, a respeito da manipulação de resultados, mas a televisão vai dizer que é algo interpretativo. As pessoas vão dizer que o Botafogo estava reclamando, estava chorando, mas todos sabemos que aquilo foi algo que mudou o campeonato, mas eu sei que isso ocorreu lá, já em 2007, e eu tenho vários exemplos de erros do árbitro de VAR.

Temos uma situação na Inglaterra, quando houve um jogo do Liverpool. Nós acreditamos que foi um erro e que isso ocorre raramente numa grande liga. E o que nós percebemos foi que, naquele momento... às vezes a mesma combinação de árbitro de vídeo e árbitro de campo. Isso às vezes é importante ser verificado, e eu vou compartilhar com vocês essas evidências.

Mas para responder a sua pergunta: o que a tecnologia de jogo do Good Game! é capaz de revelar é que ele é capaz de distinguir o comportamento humano. O método da Good Game!, em 2013, foi aplicado primeiramente com o *handball*. Ele olha, ele avalia o comportamento normal, o comportamento real; e, depois, ele distingue, é capaz de identificar um comportamento anormal. Existem margens de erro de desempenho, por exemplo, devido a cansaço do jogador, devido a idade do jogador.

Vemos que isso ocorreu – por exemplo, no jogo do São Paulo e do Palmeiras –: o que eles chamam de deficiência. Eu acho até que essa palavra não é muito adequada, mas o que eles buscam identificar é o desvio. O que a tecnologia faz é: eles olham esses 90 minutos, cada milissegundo, e identificam qual é um comportamento normal em cada milésimo de segundo, como o ser humano responde àquela interação





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a bola. Então, ele identifica uma certa margem de variação desse comportamento normal. Depois, se ele não estiver atuando dentro dessa margem de três, então ele marca aquela interação como anormal.

Na noite que estamos falando, no jogo do Palmeiras, havia três jogadores, o que nós poderíamos identificar como deficiência normal. Isso pode ocorrer de forma isolada. Weverton tinha uma deficiência, porque ele tinha um passe muito ruim; Ríos tinha uma deficiência, porque ele... Mas isso ocorreu de forma muito isolada.

Depois, ele passou a analisar os jogos – a parte – do São Paulo: um jogador teve oito deficiências, isso estava além do triplo da reação normal de um jogador normal. Isso estava além da normalidade de um jogador, e ele tomou a decisão de não interceptar a bola. Ele pode mudar a inclinação do corpo para não interagir ali com a bola. Ele pode identificar... Essa tecnologia é capaz de identificar quanto de peso que ele coloca em cada uma das pernas e como esse jogador se comporta na interação ali com a bola, como ele se posiciona ali na grama e como que ele move a sua perna.

Então, a imagem de computador, agora, nos permite perceber e avaliar as imagens de forma muito mais precisa do que um ser humano é capaz de enxergar. O que esse jogador decide é não interceptar uma jogada, um passe, em vez de correr. Isso eu vou mostrar aqui no filme que eu trouxe. É algo que poderia estar ali em cima das suas pernas, mas, quando nós vemos o que ocorreu naquele jogo em particular, ele estava mais de oito desvios padrão acima do desvio esperado para aquele jogador, naquele problema, de uma jogada de gol normal. E, ao mesmo tempo, eu acredito que, naquele momento, houve sete ou oito jogadores que tiveram deficiências, mas cinco, em particular, que tiveram deficiências em número cinco, seis ou oito deficiências, e sempre na mesma marcação, que eram jogadas com potencial de gol.

Então, eu tenho um alto grau de convicção ou de confiança nessa tecnologia porque um gol foi um pênalti invalidado pelo árbitro de VAR. Os nomes desses jogadores... Vocês podem assistir ao jogo e podem avaliar por conta própria. Mas eu tenho tratado de forma muito, muito enérgica, proteger o nome desses jogadores. Eu não estou dizendo que esses jogadores manipularam o jogo, mas eu vejo que sim, posso afirmar que esse jogo, sim, foi manipulado pelo comportamento, pelo envolvimento. Mas agora essa análise mais subjetiva não cabe a mim. O que a tecnologia, sim, nos permite dizer é que a probabilidade matemática de um jogador ter oito desvios padrão em todos os jogos, em todas jogadas de gol, com risco de gol, é muito reduzida, a chance é muito reduzida. Mais do que oito desvios padrão em todo o jogo, em todas as situações com risco de gol, é muito remoto. E ter cinco jogadores com esse mesmo comportamento num jogo normal da temporada, tudo ocorrendo numa sequência, numa situação com risco de gol... Esses jogadores, em outra situação, em outro lugar do jogo, já foram presos baseado nessa tecnologia, os jogos foram cancelados e times já foram suspensos por conta do comportamento do time. Utilizando essa tecnologia, esses documentos são admissíveis na Justiça. Nunca houve um questionamento deles quando eles são trazidos aqui para o tribunal.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de pedir desculpa aqui pela demora, pela delonga, mas é uma pergunta muito importante. Eu sei que o Senador tem outras perguntas e eu peço desculpas. Se tem outras perguntas, poderia, por favor, repetir?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Já respondeu a algumas delas.

O senhor tem conhecimento sobre se em algum lugar do mundo houve condenação por manipulação de resultados com base apenas em relatórios de análise comportamental, como os produzidos pela Good Game!?

O SR. JOHN CHARLES TEXTOR (*Tradução simultânea.*) – Já que eu estou sob juramento e que eu fui ameaçado pela imprensa de que eu iria para prisão se eu não fosse capaz de provar, certamente essa pergunta é para a equipe da Good Game!, que vai tratar de temas específicos da tecnologia. Mas eles já me mostraram várias situações em que eles estiveram envolvidos, em que o envolvimento deles é confidencial, mas na sessão secreta eu sei que eles vão ser capazes de trazer todas as evidências e as informações para vocês.

Eu posso apenas confirmar o que eu aprendi deles, o que eu soube deles é que pessoas já foram presas, equipes já foram sancionadas ou suspensas e penalizadas, e eu sei, sim, que a credibilidade deles como especialistas realmente revela, ao longo dos anos, para mim, e eu tenho visto, que parte da plataforma regulatória deles na Europa, em que eles monitoram jogos em tempo real, são jogos da Copa do Mundo, são jogos da Champions e jogos regulares.

Eles têm tecnologia para avaliar a manipulação de resultados em tempo real ali em jogos, que é utilizada, inclusive, para empresas de apostas e também para os reguladores de apostas, e eu trarei, inclusive, nomes aqui na sessão secreta. Eles têm tido o procedimento de comunicar os achados para os órgãos reguladores e eles apresentaram um relatório muito abrangente a respeito de manipulação de resultados a essas autoridades.

Apenas por eu dizer, por eu trazer... Eu publiquei esses relatórios envolvendo alguns árbitros e, por ter feito isso, da minha parte, individualmente, eu passei a enfrentar muitos problemas. Mas, a respeito do que tem ocorrido em outros países, sim, isso ocorre em outros países, e essas equipes têm sido suspensas. E isso tem ocorrido também em jogos importantes.

Então, eu convido vocês que se aprofundem na investigação e nas informações que estão disponíveis. Esse é um relatório de 188 páginas de apenas um jogo, e eu acredito que esse relatório é algo que poderia ser aceito, reconhecido inclusive na Justiça, porque ele é muito detalhado, trata apenas da manipulação de resultado. E isso é apenas para um jogo. E acredito que isso seria plenamente admissível na Justiça.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou colocando a minha credibilidade aqui à prova, já que estou aqui no Brasil e vejo como tem sido tratado. O mundo está prestando atenção nesse programa SAF aqui do Brasil, e eu estou sendo processado na justiça criminal, porque o presidente de uma federação não aceitou o meu convite para me reunir com eles, por mais de um ano.

Eu nunca acusei o Palmeiras de nenhum tipo de irregularidade. No meu país têm duas testemunhas que estão sendo investigadas. Eu acredito que o Palmeiras pode ser parte, poderia participar, já que ele é inocente, mas vejo que... o meu foco não é o Palmeiras, não é ninguém. Eu acredito que a integridade deveria ser preservada; e a minha credibilidade a respeito desse tema está à prova.

Eu vejo que na Bélgica é um grande problema essa questão de manipulação de resultados. Eu apenas comecei a me aprofundar sobre esses 17 pênaltis que o meu time concedeu. Eu encontrei que eu demiti o técnico da Bélgica e, enfim, eu demiti várias pessoas já, a partir desses achados. E eu já percebi, já identifiquei que, na Bélgica, vários jogos ocorreram, foram alvo de manipulação, se é que isso responde à sua pergunta.

E por último, sim, se nós estamos vendo o Botafogo, sim, nós vemos o Botafogo, nós avaliamos o Botafogo. Eu trato de ensinar para eles. Eu vejo que a corrupção é algo que morre com a luz do sol. E os nossos jogadores estão cientes de quem é o chefe que eles têm lá no time.

Eu aprendi muito mais sobre essa tecnologia e aprendi a julgar e como analisar e como assistir aos nossos jogos. E nós estamos, sim, aplicando essa tecnologia para os nossos próprios jogadores, nossos próprios jogos. E também estamos avaliando todo o campeonato.

Nós precisamos de aproximadamente 30 dias para avaliar todos os jogos de uma rodada. E nós já identificamos, sim, outros jogos que não afetam o campeonato do Botafogo, mas isso é um trabalho que toma tempo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem. Vai alternar, ou só pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Vamos esperar a quinta vez.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Veja... Ah, já fez...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Na verdade, eu estou refazendo as perguntas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ah, porque não foi. Está o.k.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O senhor investe em times de futebol no Brasil e também na Inglaterra, França e Bélgica, por exemplo. Em sua visão, nesses países, há manipulação de resultado? Essa manipulação é maior ou menor do que no Brasil? O senhor contratou a mesma empresa para analisar jogos dos campeonatos francês e inglês? Já fez alguma denúncia de manipulação desses jogos nos campeonatos europeus?

O SR. JOHN CHARLES TEXTOR (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Bem, a empresa Good Game! tem sede na França. Eu não sei se essas pessoas, se a liga assinou o trabalho ou contratou o trabalho deles, como nós fizemos aqui. Mas vemos que eles têm alguns clientes lá. Eu, por exemplo, recebo vários alertas em tempo real, aqui no meu aplicativo. Nós temos, na Copa da França, na semifinal da Copa da França... houve uma situação, no minuto 32, de um pênalti que foi invalidado, que deveria ter sido pênalti. Nós deveríamos ter ganhado... Nós ganhamos o jogo, mas no final, recebemos um pênalti que não deveria ter sido recebido. Eu odeio desapontar as pessoas, mas esse foi um jogo em que o pênalti nos favoreceu.

E essa tecnologia nos tem oferecido várias vantagens, e eles têm tratado de divulgar o trabalho que eles fazem. Na verdade, é um sistema de VAR automatizado, e eles me disseram que não enxergam o nível de manipulação de resultados, como nós temos aqui, em nenhum outro lugar. Eles já me disseram que as avaliações dos árbitros não, não... É maior no Brasil do que em outros lugares.

Eu tenho a minha a própria teoria da aceleração desses problemas no último ano, mas eu não acho que a minha teoria seja relevante.

Eu sinceramente acredito que esse seja um problema global, mas eu agradeço novamente V. Ex. por trazer esse tema à pauta, porque ninguém mais está preocupado com isso.

Eu respondi todas as suas perguntas, Senador?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Textor, o senhor adota um método de monitoramento do Botafogo para evitar eventuais manipulações por parte dos atletas? A Good Game! também analisou o seu próprio time, sobretudo após a queda drástica de rendimento durante o Campeonato Brasileiro do ano passado?

O SR. JOHN CHARLES TEXTOR (*Tradução simultânea.*) – Sim, eu pedi para eles fazerem isso. Eu ainda não recebi os resultados. Eu conversei com a minha equipe no meio do ano. Eu acredito que... A nossa equipe acredita que algo de errado ocorreu na nossa temporada, e eu tenho tratado disso privadamente. Eu vou tratar dos motivos aqui na sessão secreta.

E estamos realizando investigações, mas, quando nós vemos a mesma combinação de árbitro de campo, árbitro de VAR e jogadores, existe uma caixa preta de seleção de árbitros, e eu acredito que a CBF deveria ser mais transparente sobre o como, sobre a forma em que os árbitros são escolhidos, como





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os árbitros de campo e os árbitros de VAR, principalmente como certas duplas de árbitros foram pareadas da mesma forma em mais de 20 jogos na sequência.

Então, quando esse par produz mais de dois gols inválidos na vitória do Flamengo sobre o Botafogo, isso é o que eu chamo de prova circunstancial, que a tecnologia não pode enxergar como o árbitro de VAR e o árbitro de campo... Não mostrou a evidência de vídeo para o árbitro de campo, que poderia revelar ali porque que esse... Que poderia ter permitido que o Palmeiras poderia ter ganho esse jogo. Mas eu acabei ficando satisfeito com a explicação de que isso ocorreu, e minha preocupação é de que os jogadores não fazem parte disso, e que outras partes atuaram. E como ocorre esse colapso por parte desses jogos? E como você pode ter 14 vitórias numa temporada? E eu gostaria de pedir desculpas por toda a família do Botafogo, mas, se nós não somos capazes de olhar no espelho e de resolver os nossos problemas da nossa própria equipe... e que existem pessoas trabalhando para subornar a nossa própria equipe.

Bem, se entendermos que isso não envolve o nosso time, se entendermos que isso envolve alguém do nosso time, alguma pessoa do nosso time, isso será parte das provas que vamos produzir.

Devemos então fazer essa reflexão e olhar no espelho e aceitar todas as consequências. E eu devo receber esses relatórios do que ocorreu na temporada, eu devo receber esse relatório nos próximos 14 dias.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O.k., muito obrigado. Estou satisfeito, Sr. Textor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bem, brasileiros e brasileiras, inicialmente Deus e saúde a todos e todas que nos acompanham pela competente TV Senado, que já está com uma enorme audiência, transmitindo, na íntegra, esta reunião, que tem tudo para ser histórica no futebol brasileiro; às emissoras BandNews FM, TV Meio e Rede Novabrasil FM, também o nosso agradecimento.

Registro, com muito prazer, a presença de um Senador da República, que é o orgulho de Roraima, que já está aqui presente, Dr. Hiran, para que ele também tome conhecimento de algo que nunca aconteceu na história das CPIs.

O Relator Romário, espontaneamente, aceitou minha sugestão, como Presidente, para que, embora regimentalmente ele tenha o tempo que ele desejar para perguntar, e a nós cabe esperar nossa vez, em ping-pong de um tempo para cada Senador, e não em bloco, como foi combinado por unanimidade por todos nós. Então, o Romário terminou o seu primeiro bloco, eu faço aqui apenas uma pergunta; seguiremos com o segundo bloco e daremos sequência à inscrição dos Senadores presentes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, Sr. John Textor, em meus 50 anos de carreira de jornalista esportivo nos maiores jornais, rádios e redes de TVs do Brasil, aprendi que cabe a um jornalista prestar atenção – e bastante atenção – na contradição que às vezes existe nas declarações de pessoas públicas.

No seu caso, eu vou mostrar aqui, em telão, por fineza, com a nossa Secretaria da Mesa da CPI da Manipulação de Jogos de Futebol e Apostas Esportivas, duas declarações feitas pelo senhor recentemente. Elas apresentam para mim – e respeito à opinião de todos, inclusive a sua – uma gigantesca contradição.

A primeira foi dada em seu *site* e também no canal Medeiros, do Youtube. Ela diz o seguinte – telão por gentileza –, é a primeira: "Ano passado foi turbulento, não vou deixar o que aconteceu ano passado passar impune. Estamos em uma nova temporada, temos provas pesadas, 100% confirmadas, de que o Palmeiras vem sendo beneficiado por manipulação de resultados por pelo menos duas temporadas".

Aí vem a contradição da segunda declaração sua, que foi dada em entrevista coletiva à maior parte da imprensa brasileira e aqui alguns veículos que acompanharam e também no seu *site* oficial. Ela diz – tudo o que eu falo entre aspas, foi palavra, uma a uma, expressada pelo senhor –, o senhor disse: "Eu não fiz acusação alguma contra o Palmeiras, eu não fiz acusação alguma contra o São Paulo. O que eu fiz foi entregar evidências de manipulação de resultado com envolvimento de jogadores".

Estamos diante de duas declarações. Em qual, John Textor, eu acredito? Na primeira declaração ou na segunda? É a minha única pergunta no revezamento.

O SR. JOHN CHARLES TEXTOR (*Tradução simultânea.*) – As duas declarações estão corretas, eu não vejo a declaração que foi apresentada.

Baseado no que eu acredito, nas provas que eu apresento, baseado na minha confiança na metodologia, eu acredito que vamos demonstrar de forma conclusiva que o Palmeiras foi beneficiado de manipulação de resultado em 2002 e 2003... 2022 e 2023.

Eu investi muito recurso nesta investigação, eu identifiquei dois jogos que eu acredito que também vou apresentar aqui na sessão secreta, porque vocês, sim, têm poder de investigação e eu posso indicar a direção correta para que vocês possam identificar e encontrar a manipulação de resultados. Mas o que eu trouxe na minha declaração... Isso foi do blogue do repórter, não a minha declaração, mas, se vocês analisarem a minha declaração em si, é que, a respeito do 100% de manipulação do Palmeiras, nas últimas duas temporadas, eu só preciso apresentar um jogo na última temporada para que eu possa validar a minha declaração. E também é verdadeiro que eu nunca acusei o Palmeiras ou o São Paulo como clubes, como equipes, de estarem por trás disso. Eu posso dizer aqui que o Julio, que comanda o São Paulo, é um dos mais carinhosos e mais receptivos presidentes de equipes do Brasil.

Da última vez, ele me abraçou e ele disse que a minha presença aqui foi transformadora para o bem aqui, para o Brasil. E esse... Existem situações muito evidentes que afetaram os jogos dessa equipe. Eu



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

não sei o motivo, qual a razão de os jogadores se comportarem daquela forma naquele dia. Eu já disse, já dei aqui o exemplo de futebol universitário dos Estados Unidos, a instituição da Universidade de Alabama tem a possibilidade de ter influência, de eliminar a influência dos seus atletas – porque vocês sabem que o dinheiro é capaz de corromper as pessoas. Eu nunca aleguei que Leila, ou Julio, ou o clube, os clubes estavam envolvidos nisso. Então, eu não vejo uma contradição nessas declarações.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Voltando ao segundo bloco de cinco perguntas do Relator, Senador histórico Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Sr. John Textor, o Presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues, entrou com um processo no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro acusando o senhor de calúnia, em função das suas declarações contra a entidade e seu presidente, o mesmo fizeram os Presidentes de São Paulo e Palmeiras. Há também processos no STJD no mesmo sentido. O foco de suas declarações foi a atuação da arbitragem em jogos do Botafogo. O senhor acredita que haja árbitros envolvidos em manipulação de resultados no futebol?

O SR. JOHN CHARLES TEXTOR (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Bem... Se eu puder decompor essa resposta em partes, os relatórios indicam – da Good Game! –, dizem que nunca houve uma avaliação de árbitros que invalidou, que avalia como algum pênalti, ou algum cartão vermelho, ou algum pênalti, que estabelece os motivos envolvendo o mesmo, a mesma dupla de árbitros de campo, e árbitros de VAR. Não tem uma maneira de eu deixar de entender dessa forma, depois de um ato de invalidação de jogo quando eu identifico essas inconsistências.

Quando eu ouço os áudios do VAR no Palmeiras e Botafogo, em 1º de novembro, e quando eu ouço o jogador, de forma muito enfática, argumento: eu vi a posse, eu vi as condições. E, quando eu sei que o vídeo diz o oposto, eu apenas tenho o poder de questionar isso, de questionar...

Eu sei que eu estava emocionado naquele momento e eu o chamei de corrupto, e eu ainda acredito que ele foi corrupto. E eu sei que eu fico... Eu sustento essas declarações e eu publico todos esses vídeos no meu *site*. Lá eu explico como eu utilizo a palavra "corrupto" em diferentes situações. Eu sou uma pessoa dedicada aos dados e os dados estavam cheios de dados em que o resultado revelou corrupção. Eu liguei para a CBF e eu pedi a renúncia dele, porque, nos dois anos em que eu estou aqui, você pode imaginar que o chefe do Arsenal se reunir com o chefe dos árbitros da Premier League, ou alguém, algum chefe de equipe, o presidente do campeonato se reunir com...

Vejam: eu tratei de fazer relações públicas com ele, e ele poderia me convidar aqui pela lei da SAF, e eu me reuni com o presidente de integridade da comissão, que não respondeu aos meus *e-mails*. E, naquela noite, quando eu o denunciei, quando eu pedi a renúncia dele... Eu ainda estou esperando pela transcrição do primeiro gol do Flamengo... gol do Flamengo, mas isso demora tanto para receber respostas... Outros donos de equipe foram capazes de fazer denúncias e dizer que a manipulação de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resultado não ocorre, mas eu peço, por favor, assistam aos vídeos. Você pode ver tudo isso no vídeo, eu vejo que está evidente.

Você pode imaginar o chefe da Premier League processando o Presidente do Arsenal, o Presidente de outra equipe que pediu a renúncia dele? Eu não consigo explicar esse processo, eu acredito que é uma oportunidade imensa, incrível de apresentar as minhas evidências e eu espero que ele continue com esses processos que envolvem o Palmeiras, envolvem o São Paulo. Eu sinto... É ruim, porque a Leila foi muito gentil comigo, sempre foi, mas honestamente a todo mundo que está ouvindo aqui, se vocês descobrem esse tipo de informação no meio da temporada, como vocês vão lidar com tudo isso? O que eu fiz foi apresentar um relatório detalhado ao tribunal e ali eu protegi, eu eliminei o nome de todo mundo e pedi por uma investigação. Eu não fiz nenhuma alegação, eu pedi para que fosse investigado – e eu pedi isso em dezembro. Se o tribunal tivesse se debruçado sobre aquele relatório, nós não estaríamos onde estamos hoje, porque tivemos que apresentar evidências nas últimas semanas, nos últimos meses, e agora isso acabou levando a processos.

E esse processo me permitirá trazer as evidências, as provas, seja... Mas vejam: se essas evidências não são entregues para quem está sendo alvo desses processos, eu vejo que isso é um tema para os promotores decidirem como vão fazer.

Eu acredito que eu respondi. Eu me distraí por um momento no meio da resposta, mas eu acredito que eu respondi concretamente tudo.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem.

O senhor contratou a empresa Good Game! para também fazer a análise da arbitragem e também dos jogadores ou apenas dos jogadores?

O SR. JOHN CHARLES TEXTOR (*Tradução simultânea.*) – Eu os contratei para estudarem jogos específicos para me dizerem se eles foram manipulados, e o relatório de análise da Good Game! me disse... Eles se baseiam para dizer se ele foi manipulado ou não. Além desses cinco gols, houve uma decisão errada do árbitro? E, se essa combinação de árbitro de campo e árbitro de VAR teve dificuldade para poder acertar ali, tomar decisões corretas ali naquele jogo, isso é algo que tem que ser investigado. Mas, em termos de manipulação do jogo Palmeiras e Fortaleza, isso acabou identificando envolvimento dos jogadores no jogo Palmeiras e São Paulo em 2023, e baseado apenas em envolvimento dos jogadores.

Eu tenho vários relatórios de atuação dos árbitros que eu tenho divulgado *online*, e deveríamos ser capazes de perguntar como, no jogo de Palmeiras e Bahia, uma jogada simples de ser decidida e que poderia ganhar três pontos para o Palmeiras... E eu acredito que as pessoas podem identificar e avaliar por conta própria. Naquele jogo, em particular, o jogador do Palmeiras sofreu uma falta, foi empurrado por trás, é uma falta clara, e então foi vantagem, o árbitro concedeu a vantagem. A bola nunca deveria ter sido chutada ali. Deveria ter chegado e ser marcado aquele gol. Essa foi uma decisão fácil de ser tomada



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

pelo árbitro de VAR. E vemos que são problemas envolvendo o árbitro de VAR, são... Muito fácil de comprovar que foi um gol válido ou um gol inválido. Mas eu acredito que isso está além do nível da margem de erro de um árbitro, porque isso eu acredito que não foi um erro do árbitro.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem.

Só para finalizar agora, Presidente, eu acredito que essa pergunta que eu vou fazer para o Sr. John Textor tem um significado muito grande, porque a gente lê muita coisa, ouve muita coisa, e é bom até, eu acredito, para o senhor esclarecer isso definitivamente para todo o Brasil.

Considerando que o senhor acredita que houve manipulação dos campeonatos disputados pelo seu time, o Botafogo, o senhor pretende continuar investindo no futebol brasileiro? Muita gente diz que o senhor estaria fazendo tudo isso porque o objetivo é vender sua participação na SAF Botafogo. Como o senhor poderia responder essa pergunta?

O SR. JOHN CHARLES TEXTOR (*Tradução simultânea.*) – Bem, eu sei que essa... Não é a respeito da sua pergunta, mas eu diria que essa é a pergunta mais estúpida que pode existir.

Se eu quisesse vender a minha participação, eu não estaria dizendo as coisas ruins que estão fazendo aqui, não estaria falando de corrupção, não estaria... eu nunca venderia um negócio dessa forma.

Eu tenho sido o mais transparente possível. Nós divulgamos as atualizações de tudo o que nós estamos fazendo, a nossa renda aqui. Nossa renda saiu de US\$50 milhões, em 2022, e estamos com US\$75 milhões, um ano e meio depois. Tem sido muito bom comercialmente para nós, para o Botafogo, e eu vejo isso também para o Brasil.

Eu convido a todos que estão vendo esse programa SAF, que venham também para o Brasil. Se você me convidar aqui para trazer ideias modernas para o Brasil... mas, em vez disso, eu passo a ser processado, passo a ser perseguido, passo a ser denunciado. Isso não é um ambiente tão convidativo, eu diria.

E eu acredito que no rádio, em 2022, as pessoas estavam me atacando. Eu amo a família do Botafogo, eu peço desculpas aqui pelas pessoas que torcem por outra equipe, mas eu recebo um suporte imenso aqui pelo Botafogo e pelas pessoas, inclusive de outras equipes, e eu acho incrível. E essa é uma das grandes lições que eu aprendi aqui no Brasil, mas dizer que eu estou criando esse cenário de manipulação para vender o meu negócio, vender a minha participação, isso acaba sendo muito incoerente e muito imaginativo.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. John Textor, pelas respostas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, quem também agradece aqui é esta CPI da Manipulação de Jogos de Futebol e Apostas Esportivas.

Há algo inédito em CPIs, que foi a posição e a postura do Senador Romário, e eu não esperava diferente. Diferentemente de todos os Relatores, ele preferiu fazer apenas dez perguntas, sendo que poderia fazer até 30, se quisesse, como aconteceu na CPI da Covid, por exemplo. E ele não quer mais perguntar, prefere revezar com os nossos companheiros presentes.

E eu vou, democraticamente, fazer com que o mesmo direito que tive de... no meio das duas rodadas de perguntas do Senador Romário, eu, como Presidente, fiz uma pergunta. Eu obedeco à linha de inscrição: ao Senador atuante Eduardo Girão, uma pergunta, depois ao Senador Carlos Portinho. Quem mais? O Senador Hiran também – já confirmou que quer fazer –, o Senador Veneziano também deverá fazer uma. Depois dessas quatro, nós voltaremos pela lista de inscrição, que começa comigo, aos dez minutos de cada um, em pingue-pongue e não em bloco, conforme combinado – pergunta/resposta, pergunta/resposta – porque eu creio que seja bem melhor assim.

Concluo agradecendo pelas perguntas e comentários. Peço às assessorias que fiquem atentas, pois, de repente, há uma pergunta que não foi feita aqui, e é interessante, ao senhor convidado, prazerosamente e respeitosamente, por nós, John Textor, em redes sociais, de todos nós Senadores, que estamos transmitindo ao vivo – sem parar e na íntegra – esta sessão que tem tudo para fazer história no futebol brasileiro. E, ao encerramento dela, teremos, então, a sessão secreta, onde receberemos toda a documentação – com nomes aos bois, como declarou o Sr. John Textor –, com provas e tudo o mais, para que possamos iniciar com nossas equipes a assessoria e definirmos a próxima reunião e também os convidados.

Senador atuante Eduardo Girão, é a sua vez, por fineza.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero cumprimentar o Relator, o Senador Romário, pelas perguntas, até algumas aqui nós cortamos, porque ele já as fez; quero cumprimentá-lo pela sua condução, Senador Kajuru. Nós estamos tendo aqui um debate de alto nível, uma CPI começando com o pé direito; e eu quero cumprimentar o Sr. John Charles Textor. Seja muito bem-vindo ao Senado Federal, com o seu *staff* aqui. É muito importante a sua coragem em se posicionar, em trazer este assunto à tona. Nós estamos aqui para defender o que é correto.

Eu fui Presidente do Fortaleza Esporte Clube, em 2017. Sou apaixonado pelo futebol, especialmente o brasileiro. E eu vejo que isso precisava acontecer, o que a gente está vendo aqui agora, e o senhor foi um instrumento, porque o advento das apostas esportivas – eu já vou entrar na pergunta, Presidente – eu acredito que foi muito ruim para o nosso futebol. Nós estamos vendo brasileiros



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

comprometendo uma renda básica, temos muita gente pobre neste país e comprometendo a sua renda básica com apostas esportivas.

Eu conversei com o Presidente do Fortaleza recentemente e ele me disse, inclusive, Senador Portinho, que o torcedor fica muito mais exigente, porque a essência do futebol, que é de unir, de integrar, de lazer, de uma competitividade saudável, Senador Veneziano, está agora turva, porque, além do resultado e de você ficar chateado com o time, o índice de chateação é muito maior, porque você perde dinheiro. Então, isso tem repercussão na sociedade, em casa e em uma série de situações, com o endividamento dos brasileiros. E entra também pela manipulação... E a gente precisa aqui fazer o nosso papel.

A SAF, e o senhor falou na sua consideração inicial, que foi uma grande propulsora nesse momento de competitividade do futebol brasileiro... Está aqui o Relator do meu lado, o Senador Carlos Portinho, do Rio de Janeiro.

Acredito que o Senado cumpriu um grande papel. A Câmara dos Deputados, que fica aqui vizinha, também o fez. E isso trouxe pessoas como o senhor, um grande investidor que gosta do futebol, a gente percebe isso. Eu não o conhecia pessoalmente, mas vejo que o senhor é entusiasta do futebol. Eu lhe agradeço por ter investido num grande clube do futebol brasileiro, tradicional, como é o Botafogo.

Eu quero lhe fazer uma pergunta sobre a Confederação Brasileira de Futebol, porque o senhor, como Presidente do clube, tem um relacionamento institucional – era para ter – com a Confederação Brasileira de Futebol. E, pelo que o senhor colocou aqui, parece-me que ficou um pouco isolado com essas denúncias. Eu quero saber o nível de confiabilidade do senhor na nossa Confederação Brasileira de Futebol. Se, na sua opinião, ela estaria sendo omissa ou conivente com essas revelações de fraudes, supostas fraudes que existem aí nos campeonatos de todas as séries do Campeonato Brasileiro, todas, série A, B, C e D.

Operações estão acontecendo no país, desvendando uma podridão que existe no nosso futebol, e era chegada a hora de uma CPI desta para buscar a verdade e buscar ver qual é a concertação disso, porque os torcedores brasileiros – e eu conversei com os torcedores no estádio – estão apreensivos com tudo isso. Eles não sabem se estão sendo enganados ali no esporte, se está sendo manipulado. E a gente precisa ver o que é que esta Casa pode fazer para consertar isso, especialmente essa relação de apostas esportivas.

E a minha pergunta objetiva para o senhor é a seguinte: existe, na sua opinião, uma conivência, uma omissão flagrante da CBF (Confederação Brasileira de Futebol), que me parece ter relações, inclusive com patrocínios, no seu campeonato, com empresas *bets*? Há conflito de interesse nesse aspecto, a Confederação Brasileira de Futebol, com relação específica com algumas empresas de apostas, na sua opinião?

Essa é a minha pergunta. Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se acontece no mundo isso, só ampliando um pouco mais. Acontece no planeta uma confederação que organiza o campeonato de futebol ter patrocínio de *bets* também? Obrigado.

O SR. JOHN CHARLES TEXTOR (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Obrigado por todas essas perguntas, Senador.

Eu odeio questionar a integridade de pessoas que eu não conheço, mas as minhas acusações sobre a manipulação de resultados levaram à implicação da CBF. Eu nunca me reuni com a CBF. Eu já viajei com representantes da CBF, eu já me encontrei com o Presidente, um dos diretores, com o Chefe de Árbitros, eu já me encontrei, o Sr. Wilson. Foi uma reunião muito produtiva, mas a Liga de Futebol, eu nunca pensei que fosse acontecer, e aquilo tinha que ocorrer.

Ali na CBF, eu vejo muito mais como eu vejo a FA, que conduz ali a primeira divisão, que cuida ali dos lucros que estão gerados ali no futebol, para que o dinheiro possa ser distribuído ali da primeira divisão para a segunda divisão, que nós entendemos que é parte da liga. Então, para a terceira, quarta e quinta divisão do sistema.

Esse relacionamento, que pode ser negociado com tanta facilidade ali, a respeito do recurso produzido pelo futebol, que possa ser distribuído para a academia do futebol, para a formação das categorias de base...

Aqui, quando nós vemos o tamanho do orçamento, do dinheiro arrecadado pela CBF, eles controlam, por exemplo, a designação de árbitros. A avaliação dos árbitros, por exemplo, é um problema. Eu vejo que a participação da CBF em parceiros de imprensa, eu acho muito estranha essa relação da CBF com a imprensa e com a mídia, e essas pessoas já me chamaram para televisionar e para me dar oportunidade de falar, e eu acho isso...

De alguma forma, é estranha essa relação entre a mídia e a CBF... que a CBF controla, por exemplo, a liberdade de expressão, de eu ter esse convite, por exemplo, e ele ser revogado – de ser retirado.

Todas as histórias que eu ouço, todo esse ruído que eu ouço durante todo esse tempo... Podemos ver na imprensa, a cada momento: "Essa pessoa, John Textor, está fazendo essas acusações e ele não apresenta nenhuma prova". E a mídia sabe muito bem que eu apresentei todas as provas em dezembro, protegido, ocultando os nomes de pessoas. Eu acreditava e eu apresentei isso para o tribunal competente para poder tratar desse assunto.

E as histórias que eu vejo sendo produzidas, não só aqui, como na Flórida, como em Washington... sendo produzidas, dizendo que John Textor tem produzido denúncias sem nenhuma corroboração de provas... E vocês sabem melhor do que eu como essas coisas ocorrem. E eu acredito que existe... Essa logomarca da CBF é algo incrível, tem um poder imenso de trabalhar com esse orgulho do Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu acho muito estranho que a Liga não tenha sido capaz de progredir com a Libra e com outra liga de futebol. Essa caixa preta do futebol: eu não sei como um árbitro de VAR... Se ele é emparelhado com outro árbitro de campo 16 de 20 vezes, eu acho esse tipo de emparelhamento, esse tipo de coincidência muito estranha.

Eu não sabia dessa participação da CBF em empresas de aposta. Essa foi a sua pergunta? Se eu soubesse disso... Bem, é uma surpresa. Eu nunca soube disso até hoje, mas vejo que algumas pessoas não podem estar... As empresas de aposta não podem estar no uniforme das equipes. Isso está sendo retirado da equação em outras partes do mundo, e eu não consigo imaginar uma participação, um patrocínio de empresas de aposta na confederação de futebol. Isso eu acho muito estranho.

Mas agora nós vemos essa participação de várias empresas – não só de aposta –, que são relações estranhas envolvendo o futebol e que podem levar, por exemplo, a simplesmente fazer com que os jogadores não marquem, não joguem, não façam o que deveriam fazer... E as pessoas que manipulam essas jogadas, eles não investem, eles não apostam pelos canais legítimos de aposta; eles buscam canais escusos de aposta para poder fazer. Essa é uma maneira indireta, um mecanismo direto.

A visão computacional é uma forma indireta de análise de jogos e nós temos essa análise direta também, que nós podemos assistir ao jogo. E temos muitos dados dessas centenas de jogos e em um jogo em particular, que foi manipulado, eu acredito que tenha sido a aposta internacional, mas eu não acredito que a confederação poderia estar recebendo... Enfim, poderia estar recebendo patrocínio de empresas de aposta. Isso eu acho que deveria estar sendo separado, deveria se manter livre disso.

Os fãs adoram isso. Se o seu time está ruim, a torcida espera que ele seja dispensado. Se um árbitro está errando, ele deveria ser dispensado também. Eu acredito que tudo isso deveria ocorrer de forma ampla e transparente e não da forma como é feito dentro da CBF, numa verdadeira caixa-preta em que as decisões são tomadas.

A propósito, eu gostaria de dizer aqui sobre o Fortaleza... Eu tentei contratar o técnico lá da sua equipe, mas a pessoa aqui do seu lado acabou herdando o cargo. Mas eu posso dizer que Marcelo é uma pessoa com uma mente muito aberta a respeito de ideias para corrigir esse jogo, essa modalidade. E eu enxergo tudo isso lá no Fortaleza.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bem, foram oportunas tanto a pergunta quanto a resposta do Senador Girão e do Sr. John Textor.

E que fique aqui bem claro – nada a esconder nesta CPI – que vamos dar nomes. A CBF fechou um patrocínio com a empresa de *bets* Betano para patrocinar o campeonato brasileiro. No que cabe a nós integrantes desta CPI, há responsabilidade de entendermos que, em quaisquer segmentos, precisamos separar o joio do trigo. Não são todas as casas de apostas que podem ser acusadas, mas aquelas de que nós tivermos qualquer envolvimento, qualquer elemento, qualquer prova, eu espero que todos nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tragamos para cá e chamemos para a devida investigação, com total independência, inclusive, neste caso, em relação à CBF e ao seu patrocínio, já que ela não aceita, por exemplo, o patrocínio de governos municipais, estaduais e do federal, mas aceitou da parte de *bets*.

Seguindo, então, o que nós combinamos, o direito de uma pergunta é do Senador Carlos Portinho. Ele, como o melhor advogado esportivo do Brasil que foi, conhece o submundo do futebol – hoje não pode ser mais, como Senador do Rio de Janeiro – no seu direito à sua única pergunta. Depois seguiremos. Depois, teremos o retorno para o pingue-pongue, de 10 minutos cada um.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Senador Romário, Relator.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu quero só deixar bem claro aqui, ao Senador Girão e todos aqui presentes, que a CBF já se colocou à disposição para mandar para a gente todos os tipos de documentação que esta CPI entender que será necessária.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Inclusive o relatório de 109 partidas.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Também.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu estive com ele pessoalmente. Ele já vai entregar para nós aquilo que não teve acesso até hoje, que é o relatório das 109 partidas que aquela empresa tem – que hoje é sediada na Suíça –, com a alegação de que houve manipulação de resultados no futebol brasileiro de 109 partidas.

Senador Portinho, por finesa.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Boa tarde, John Textor. Muito obrigado por investir no futebol brasileiro, você e todos aqueles que acreditaram na Sociedade Anônima no Futebol como um caminho, inclusive, de valorização do futebol brasileiro.

Eu vou conduzir as perguntas em português, aproveitando que há um tradutor, mas até por conta da audiência, para quem nos assiste, que não necessariamente compreenderia se na língua inglesa eu conduzisse esta conversa, esta reunião.

Antes de tudo, eu preciso dizer, mais uma vez – e gosto de fazer, faço com prazer –, que quando eu assumi o meu mandato no Senado Federal, embora não fosse obrigado por lei, eu me licenciiei das minhas atividades junto à Ordem dos Advogados do Brasil e saí também da sociedade do meu escritório,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

justamente porque eu acreditava que era incompatível a atuação pública com a atuação privada, por diversas razões e, principalmente, porque de muitos temas que importam à vida privada nós tratamos aqui na vida pública, e esse é um deles.

Dito isso, como advogado especializado em Direito Esportivo, eu atuei para, posso dizer, meu querido amigo advogado Bichara sabe, praticamente todos os clubes do Brasil e tive a satisfação de atuar, não diretamente, para o Botafogo – Dr. Bichara o fez –, mas, em duas ocasiões, em dois casos muito sensíveis, para atletas do Botafogo, no caso Dodô e no caso Jobson.

Eu estava me recordando de que, quando eu retornava da Europa em 2009, depois do julgamento na Corte Arbitral do Esporte, na companhia do Dr. Bichara na defesa do atleta que se eu não me engano foi o Jobson, estourou um grande escândalo de corrupção e manipulação de resultado na Europa. Isso foi em 2009 e envolveu, inclusive, o campeonato da UEFA.

Há 15 anos, eu não imaginava estar aqui nesta cadeira do Senado e há 15 anos eu não imaginava que as apostas estariam no mundo do futebol. Eu vi, a partir desse caso, e acompanhei, estudando, como a Europa se preparou após isso para coibir casos de manipulação.

A minha maior preocupação na Lei das Apostas foi incluir esses instrumentos na lei, a participação da Polícia Federal com um grupo tático especializado, a participação do Ministério Público com um grupo especializado, o papel da Confederação Brasileira de Futebol diante dessa nova realidade, e das federações do futebol, e o papel dos clubes, que precisam se unir, porque... O senhor é um mensageiro. Se a gente, na primeira denúncia – desculpe o termo –, mata o mensageiro, a gente deixa de receber a mensagem. E se a gente deixa de receber a mensagem, o crime se contenta e prevalece e a gente vai ter mais dificuldade ainda para apurar casos de manipulação e se preparar para o que é uma realidade no mundo, a partir do momento em que, no caso, o futebol escolheu a sua dependência às apostas, porque hoje o futebol brasileiro é dependente das apostas. E isso é o que mais me preocupa.

Eu advoguei para diversos casos no STJD, John Textor, e em dois deles eu tenho certeza de que houve a manipulação. Ocorre que a prova da manipulação, Senador Hiran, é das coisas mais difíceis. Por quê? As casas de aposta, em grande parte, muitas vezes, são vítimas da manipulação. Os clubes, muitas vezes, são vítimas da manipulação. Muitas vezes, a manipulação está, sim, no comportamento de atletas, da arbitragem, em subornos de terceiros que são levados a manipular. Antes das apostas, esses dois casos em que eu participei no STJD, e eu sei que houve, não consegui provar, mas um deles eu tenho certeza de que houve, apenas eu não podia ir além, porque a prova é muito difícil de ser feita. E esses casos em que houve a manipulação de resultados contaminam o futebol brasileiro.

A primeira reação – e eu compreendo – da Confederação Brasileira do Futebol, que tem que zelar pelo seu campeonato, pela valorização do seu campeonato, é rejeitar, é dizer: "Não, no nosso campeonato não tem manipulação".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A UEFA acreditava também em 2009 que não tinha manipulação, mas, para a gente tratar a doença, o primeiro ato é reconhecer que você pode estar doente. Se a gente não criar os instrumentos, se a gente não receber e ir a fundo nas denúncias, a gente nunca vai descobrir se houve, ou não, a manipulação.

Nós escutamos a Good Game! aqui. Achei interessante o seu estudo sobre o comportamento do atleta, mas, por outro lado, em todo esporte coletivo – nosso campeão, multicampeão Romário sabe –, principalmente futebol, em uma partida de futebol, em grande parte delas, o resultado é determinado pelos erros: os erros dos atletas ou os erros da arbitragem, não necessariamente com o intuito de manipular.

A apresentação da Good Game!, que eu achei interessante, mas com a qual eu fiquei preocupado... Porque, se a gente só olhar para o comportamento – como eu concluí, ao final, até para a imprensa, daquela audiência pública –, tão ruim quanto a manipulação das apostas é a suspeita da manipulação de apostas.

E eu tenho receio, Senador Kajuru, de que todo ano a gente vá ter uma CPI para apurar. Já era assim a desconfiança sobre resultados e já era assim antes da chegada do John Textor, como investidor, no Brasil. A gente teve o caso da máfia do apito. Essas duas partidas a que eu me refiro – do STJD, em que eu tenho certeza de que houve, só não consegui provar, foram a julgamento inclusive, ambas – foram antes das apostas.

É a manipulação para um resultado esportivo? É a manipulação para um acesso ou para evitar um dissenso?

Quantas vezes no imaginário do torcedor ele já ouviu da tal da mala branca, que é o clube ser ajudado para ganhar uma partida? Ora, ele já tem que ganhar uma partida, mas não, alguém que tem interesse naquele resultado dá lá um bicho, como a gente chama, um paga, para os atletas terem o resultado que deveriam ter, vencer uma partida?

A gente já tinha isso aqui no futebol brasileiro, da mala branca, e a gente também tem, teve casos de mala preta, que aí dito é o suborno, para perder, para manipular o resultado em seu próprio desfavor.

Então, John, primeiro, todas as suas denúncias são importantes, quero deixar muito claro isso. Se você tiver 100% certo, ou se você tiver 100% errado, é obrigação... Muitos vão perguntar: "Mas o Senado está perdendo tempo com isso?" Isso diz respeito ao torcedor, ao brasileiro, e agora, infelizmente, ao apostador. Então, é do interesse do Senado. O Senado, como eu digo, é do pepino ou ao foguete; a gente tem que lidar com tudo que interessa ao país.

Dito isso, eu queria fazer uma pergunta. Eu tenho uma segunda breve, não sei se eu posso juntar.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Vamos cumprir, Arnaldo Cezar Coelho, que você tanto...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vamos cumprir a regra.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – A regra é clara, é uma pergunta, porque depois você voltará a ter dez minutos para quatro ou cinco perguntas.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Como eu disse, o comportamento é interessante, mas só o comportamento, por si só, ele nunca vai servir de prova sozinho. Na própria apresentação que a Good Game! fez, ela trouxe um jogo conhecido de manipulação, lá atrás, no Campeonato Italiano, se eu não me engano, foi do Sassuolo. E a empresa entrou para assessorar o juízo onde estava sendo discutida judicialmente essa questão. Ela entra depois de outras provas e aí, pelo comportamento, ela ratifica, ela confirma que houve a manipulação.

Mas havia, John, outras provas. Eu queria, não sei se está no ponto, está no ponto aí para passar? *(Pausa.)*

Eu queria, para a gente ver como é perigoso a gente só olhar para o comportamento do atleta... E o lance que eu vou colocar eu coloquei também na audiência da Good Game!, justamente confrontando a análise de que o comportamento dos atletas é o determinante, onde não houve manipulação – quero deixar claro –, não houve manipulação. Mas como é que, se a gente olha só para o comportamento dos atletas, isso é perigoso.

Pode soltar.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Noventa e quatro minutos do segundo tempo. Final da Libertadores da América. Uma partida que iria às penalidades ou ia para a prorrogação, não me recordo agora, e duas falhas individuais: uma bola lateral mal dada, um "tijolo" como dizemos no futebol, do David Luiz para o Andreas Pereira, e uma falha inesperada, numa bola simples, que ele deve fazer essa atrasada para o goleiro... em cada treino ele deve dar umas dez dessas e nunca errou, jogador de seleção.

Então, se a gente olha só para o comportamento, a Good Game! não analisou, mas eu não tenho dúvida, ela ia botar a setinha para o lado, para cima, para onde vai a bola, a tropeçada do atleta, a gente tem que ter muito cuidado só com isso.

E eu sei que você teve o cuidado, você... realmente, Kajuru, em nenhuma das declarações o Textor disse que o Palmeiras ou o São Paulo participaram da manipulação. Ele alerta que o comportamento do



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

atleta enseja uma maior investigação, porque ele não tem meios disso. Nós podemos ter; o STJD, infelizmente, não tem. Essa é uma outra questão com que, desde quando eu era advogado esportivo, eu me debatia. Não há uma parceria do Ministério Público com o STJD, porque, na verdade, o STJD, o tribunal desportivo, não é uma corte do Judiciário, ela é uma instância administrativa da CBF. Isso já foi decidido inclusive – não é, Bichara? –, no caso Dodô, com todas as letras. Ele até é mais um departamento da CBF; ele não é um tribunal autônomo.

Dito isso, com essas imagens, eu queria, Textor, fazer uma pergunta.

Nos jogos em que você relata que eventualmente pode ter acontecido manipulação, foi avaliado pela sua equipe, pela CBF ou por alguém se houve alguma movimentação atípica nas apostas? Isso foi checado junto com o comportamento dos atletas?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Só antes, Sr. John Textor, só para registrar com muito prazer desta CPI, que o GE (globoesporte.com) está transmitindo, desde o início, toda essa nossa sessão.

Sr. John Textor com a palavra.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – A título de... Não é nem curiosidade, é só para que nós nos organizemos: o senhor pretende estabelecer a hora para que nós nos reunamos? É porque eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Depois das perguntas dos senhores, teremos o tempo nosso e já suspenderemos a reunião para ouvir tudo que é secreto e depois dar satisfação à imprensa.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Perfeito.

É para que nós economizemos, Presidente, porque está comprovado aqui que nós estamos no campo da subjetividade. Tudo é subjetivo. E as respostas também do Sr. Textor são subjetivas, serão subjetivas.

Para que nós ganhemos cinco minutos, oito ou dez, enfim... Eu, por exemplo, não terei nada, senão me repetir. E saberei que o Sr. Textor não vai dizer nomes. E vai ficar na subjetividade. E na subjetividade nós não temos como acusar absolutamente e não avançar em nada.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pondero, proponho, sem prejuízos ao que eu quero ouvir, ao que o Senador Hiran desejará também ouvir, que nós já estabeleçamos essa reunião a sós, porque senão vamos ficar no oito. O que eu vou perguntar vai ser mais ou menos o que já fez Eduardo Girão e o que já fez Carlos Portinho. É subjetivo. Se ele tiver algo palpável, que objetivamente nos traga, para que nós avancemos...

Essa é uma colocação que eu faço.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Só pela ordem, Senador Veneziano.

Eu também gostaria muito de chegar lá nessa reunião para a gente ver mais a fundo. Mas essas perguntas que a gente está fazendo aqui são preparatórias. Elas não são subjetivas.

Perguntar, por exemplo, se foi checado se houve manipulação, eu quero saber se essas análises de vídeo...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Pode saber na secreta também.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, mas a gente está, na verdade, ganhando tempo com isso, porque depois a gente vai ver. Tem relatório de cem páginas, tem muito mais provas aí para a gente avaliar.

Eu tenho uma segunda pergunta aqui que também é bem objetiva e que não tem nada a ver com as imagens que vão ser feitas. É a ele como Diretor ou Presidente da SAF.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim, eu também quero chegar lá no final da história. Mas eu tenho algumas perguntas preparatórias até para eu poder avaliar melhor o que for...

Desculpa. É só para me posicionar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu concordo com o Senador Veneziano Vital do Rêgo. É prudente.

Mas eu queria humildemente pedir – sou um juvenil perante os senhores aqui nesta Casa – que a gente apenas então fosse mais objetivo em cada questionamento, porque terminaríamos rapidamente – Concorda? –, tanto de sua forma, Sr. John Textor, mais objetivo; nós também. E aí já chegaríamos à conclusão. Suspendemos. Não terminaremos. Essa é uma reunião só, porque hoje é que vamos saber de tudo o que ele vai nos entregar. Perfeito? Não vai ser amanhã. Vai ser hoje.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí voltaremos, depois que recebermos todo o material, para darmos uma satisfação a todos, especialmente à imprensa brasileira e à sociedade brasileira, e aí, sim, encerraremos esta reunião.

Concorda, Relator Romário?

Já disse a mim que concorda, portanto, evidente que antes eu o consultei.

Sr. John Textor, à boa colocação do Senador Carlos Portinho, a sua resposta por fineza?

O SR. JOHN CHARLES TEXTOR (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Bem, de acordo com o comportamento ali do jogador, que foi a base – eu não tenho certeza se eu entendi bem a sua pergunta, mas o que você mostrou ali naquele vídeo foi como qualquer outro momento terrível ali no futebol... E eu já joguei, tentei fazer um passe para trás... Mas eu acredito que aquele jogador tropeçou na grama e não teve ali a velocidade correta na hora de fazer esse passe de retorno.

Eu sei que você deve ter tido, tem, uma afinidade ali com a equipe, e deve ter sido muito difícil. Mas não é disso, o método de que estamos falando não está tratando disso.

Eu daria um exemplo: tem ali um zagueiro, a bola, um meio campista... Chega até ele a bola, e nós entendemos o que é um comportamento normal, ele normalmente vai estender a sua perna, vai flexionar o seu corpo e vai receber essa bola. Isso a imagem computacional é capaz de identificar. Muitas vezes a audiência não é capaz de identificar, mas a visão computacional sim, ela pode ver, por conta...

Se, por qualquer motivo – ele deveria receber aquela bola e dominar aquela bola – e, se por qualquer razão, ele não recebeu aquela bola, se ele colocou as suas costas para trás, o corpo se tornou menor e a bola passa, e ele não é capaz de pegar a bola, então aí ele sofre o gol, esse seria um passe, seria um movimento estranho. Mas veja, nós podemos fazer isso a respeito de basquete, ou em qualquer outra modalidade. Simplesmente... Ele poderia, sim, ter um momento infeliz naquilo ali. Ele poderia, sim, tropeçar ali na grama, mas, quando a bola vem ali, a 18 quilômetros por hora, o que essa pessoa normalmente vê, quando ela vê essa bola, ele abaixa a sua cabeça, encolhe o corpo e se prepara para poder receber. Mas, naquele momento, ele faz o oposto, ele muda o ângulo, ele põe os ombros para trás. E o primeiro momento, depois de perceber aquela situação de gol foi, não de acelerar, mas de desacelerar – e esse é outro ponto de dado –, e, no mesmo momento, o goleiro, ele se identifica que está aí, ele está fora do centro... E, se é um jogador profissional, um goleiro profissional, ele trata de controlar ali o ângulo, mas ele não faz isso, ele faz dois passos para esquerda e ele está sempre ali, ele se apresenta de forma, com menos alcance do que normalmente ele se apresenta.

Essas anormalidades ou desvios, todas elas em combinação, em conjunto, todos esses comportamentos estranhos são muito diferentes desse exemplo que V.Exa. apresentou aqui, que pode ser perfeitamente descrito como um erro, um erro honesto, numa situação de gol.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas estamos falando de outra coisa, eu gostaria de não falar sobre a temporada de 2013. Mesmo que a Leila tenha a última palavra a respeito disso, ou que eu tenha a última palavra sobre isso, mas eu gostaria de falar sobre como você pode arrumar isso ou corrigir isso imediatamente. As coisas ruins são corrigidas com a luz do dia. A luz do dia, a transparência é que pode corrigir.

Eu vou financiar câmeras melhores em todos os estádios... Por US\$1,1 mil, você pode ter 11 câmeras ali em torno do estádio para filmar tudo, e elas podem produzir uma imagem volumétrica que pode ser capaz de identificar cada detalhe milimétrico que cada jogador pode produzir. E você pode ter VAR automático, você pode ter detecção automática de manipulação de resultados, isso por menos de US\$1 mil ou de US\$3 mil. Além de perceber quem é que fez o erro e ter alguém... identificar ou investigar quais são os candidatos, nós podemos corrigir isso, podemos acabar com isso. Cada milissegundo... Ao longo de centenas desses jogos, eles identificam quanto tempo demora para ele chegar até essa bola e responder àquela jogada. Em vez de fazer isso, nós podemos simplesmente confiar na tecnologia que eles desenvolveram.

Quando esta Comissão enfrentar aqui esse problema antigo, milenar, de manipulação de resultados... Existe uma história antiga de que o Shaquille O'Neal – e eu estou trazendo essa história de uma pessoa que trabalha muito próxima a ele – se sentou ali numa bola sem saber que uma das pessoas de uma das principais bancas de apostas ali nos Estados Unidos... E ele disse para mim: "Shaq, você não deveria ser fotografado com ele, e eu estou te fazendo um favor aqui, Shaquille O'Neal". Mas ele falava: "Não, não, não, eu sou capaz de cuidar de mim mesmo. Pode deixar". Mas ele disse: "Mas como que você é capaz de fazer com que esses jogadores manipulem jogos?". "Eu não gasto meu tempo com os jogadores, eu vou direto nos árbitros".

Vemos que houve um jogador na NBA que foi suspenso nesta semana, por ter um desempenho inadequado nesta semana... E nós não precisamos pensar que é um problema do Brasil, mas isso está em todos os lugares. Vemos que a CBF veio com uma investigação sobre eliminação de manipulação de jogadores pegando ou recebendo cartões amarelos.

Quando as pessoas estão preocupadas em corromper, se a preocupação é tirar o campeonato do Botafogo, eles também vêm atrás dos nossos jogadores. Veja, eles podem pensar em ir aos outros jogadores, aos do São Paulo, em vez de vir ao nosso jogador... Vocês são os únicos no planeta que estão propondo qualquer coisa a respeito disso, de fazer alguma coisa a respeito disso.

E vocês se lembram da última temporada, de US\$30 a US\$40 mil dólares na última aqui... Em cada estádio, nós somos capazes de alterar toda essa participação dos jogadores nos estádios, o que pode acabar com esse problema. E as pessoas deixam de pensar e deixam de discutir se isso ocorreu ou se não. E deixam de ter esse envolvimento dos árbitros. Eu sou um capitalista. Se você faz com que essas pessoas que recebem os melhores salários aqui no mercado e coloca aqui... E vejam que os árbitros que recebem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nem metade do que esses jogadores recebem, eles... E vejam, os principais, os piores acabam sendo mandados para a segunda divisão. E vejo que existe um caminho pra resolver esse problema.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... *the bets and the behavior of the athletes.*

[Tradução simultânea: ...]

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

O SR. JOHN CHARLES TEXTOR *(Tradução simultânea.)* – Então, vejam, 20%, baseado na minha pesquisa e no meu conhecimento, a empresa SportRadar avalia 20% de todos os dados no mundo sobre dados. Isso representa 80% das apostas ilegais em todo o mundo. Essa SportRadar avaliou os jogos que nós avaliamos, e eles chegaram à conclusão de que, sim, houve um motivo econômico. Eu não acredito que as pessoas que tenham interesse cheguem pra poder... Elas se apresentam pessoalmente pra poderem fazer as apostas, mas elas fazem as apostas por maneiras ilegais ou por maneiras indiretas pra poderem chegar... E nós vemos também que tem outros motivos, como também, por exemplo, motivos esportivos. As pessoas são capazes de fazer investimento.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – *In that case concerning the basketball players there are strange movements in the bets [...]*

[Tradução simultânea: A respeito do jogador de basquete, há diferentes... movimentos estranhos a esse respeito nessas apostas. E eu assisti a isso na Netflix.]

O SR. JOHN CHARLES TEXTOR *(Tradução simultânea.)* – E uma sugestão que eu faço aqui é que eu vou contatá-lo diretamente. Eu já falei diretamente com as pessoas do Genius – é uma empresa incrível. Se eles dessem... Eles poderiam oferecer a vocês os dados, se vocês não quiserem divulgar publicamente. Esses 109 jogos vão oferecer indicação indireta, de manipulação indireta, que podem ocorrer por meio de apostas ou... E essa é uma boa indicação de que alguma coisa errada ocorreu ali naquele jogo. E você pode pegar esses dados. Então, pode pegar esses dados da Good Game! e façam... Para que eles façam a avaliação de manipulação de resultados de nível 1 ali da Good Game!.

E os jogos identificados como suspeitos, basicamente 20% desses jogos que foram identificados como suspeitos vão ser confirmados como manipulados, e depois em vez de fazer essas elucubrações, você pode pegar diretamente esses dados e fazer a verificação se ocorreu a manipulação ou não. Essas conversas já ocorreram. Eu já conversei com o CEO da Genius nesta manhã. E há coisas incríveis que já existem, como impedimento automático, VAR automático, automatizado. E isso pode produzir todas essas ferramentas de investigação direta e indireta de interferência nos jogos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Para mim, esse é um jogo de xadrez em que o Brasil já praticamente deu o xeque-mate. Eles ainda não sabem, mas vocês já estão ganhando o jogo, porque vocês estão tomando as medidas necessárias pra poderem alcançar a solução para esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito. Estava apenas ouvindo o final (*Fora do microfone.*) ... da tradução.

Rapidamente, gostaria de dizer o seguinte, toda vez que o Sr. John Textor cita o nome a "Leila" é a Leila Presidente do Palmeiras. Não confundam com a Leila Senadora, por fineza. (*Risos.*)

Bem, os dois últimos Senadores apaixonados pelo futebol e pelas coisas honestas de quaisquer atividades, Veneziano Vital do Rêgo e Dr. Hiran, por fineza, com direito a uma pergunta e, depois, encerraremos o tempo de cada um e já iremos para a sessão secreta.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Para interperlar.) – Perfeito, Presidente. Até para não fugir às minhas impressões, já expostas precedentemente e com o devido respeito a todos que assim não entendem, porque eu fico com muitas dificuldades, muito franca e sinceramente, e acho que quem está participando, como nós, porque, afinal, cremos que esta CPI, como toda e qualquer Comissão Parlamentar, se presta à identificação de fatos que, tipificados estejam com os seus eventuais participantes, como também às sugestões, e aí é louvável a presença do Sr. Textor, porque não há dúvidas, não há como desconhecer que algumas sugestões poderão advir da sua presença entre nós, mas estamos sempre no campo – até este exato instante, enquanto nós não, assumidamente, tivermos, às nossas mãos, informações –, vamos ficar sempre nas elucubrações, nós vamos ficar sempre nas subjetividades.

Imaginemos nós que o glorioso Botafogo, que fez uma primeira parte do campeonato de 2023, e não quero, porque esta CPI não é para tratar sobre o episódio 2023 do Campeonato Brasileiro, ela é muito mais ampla, ela diz respeito a uma situação que, lastimavelmente, como parte da presença da atividade humana, e toda a atividade humana não pode ser tida e havida como estranha, não é?

Então, vamos lá, sobre os comportamentos que houve para que o Botafogo, na segunda metade do campeonato, terminasse por entregar o campeonato aos seus adversários, V. Sa. haveria de levantar dúvidas comportamentais para aqueles jogadores, aqui sem fazer citações, até porque alguns desses, ontem, tiveram um exemplar desempenho? Acredito que não... Então, a gente não pode ficar no comportamento.

Shaquille O'Neal era um dos piores arremessadores de lance livre, um dos piores, na liga NBA, e eu acompanho. Ou seja, é o inverso. Poderia se dizer: "Não, ele está recebendo para acertar". Ele só errava. Tanto é que se faziam faltas nele deliberadamente. Chegava-se ao ponto de se fazer, para ele bater, e ele perdia quase tudo, 90% dos lances livres ele não conseguia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Textor, não estou aqui a duvidar, absolutamente, eu quero louvar a sua presença e a sua disposição colaborativa, mas, efetivamente, não tenho perguntas a lhe fazer enquanto V. Sa. não trouxer, de fato, objetivamente, não sob o ponto de vista da subjetividade, informações.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Dr. Hiran, com a palavra, Senador, orgulhosamente, do Estado de Roraima.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Bom, Presidente Kajuru, nosso querido Relator Romário, Sras. e Srs. Senadores, todos os que participam desta nossa audiência e que fazem parte da mesa.

Sr. John Textor, eu sou botafoguense e eu acho que realmente você tem tido uma gestão que mudou um pouco a cara do nosso Botafogo, porque a gente perdia muito, agora a gente está perdendo menos.

Mas eu quero dizer a vocês que... eu quero lembrar vocês de que nós já tivemos aqui, nesta Casa, Sras. e Srs. Senadores, uma CPI, uma CPI do Futebol, que aconteceu, Sr. John Textor, em 2015. E essa CPI do Futebol foi presidida pelo Senador Romário, que sempre lutou pelo fim da "sacanagem" no futebol – ele fala esse termo, é esse termo que ele sempre me fala. E, naquela época, apesar de todo o trabalho que ele fez, nós tivemos nessa CPI de 2015 um Relator que, pra mim, é o pior que pode existir na política brasileira. Eu não falo o nome dele, porque ele é meu adversário; ele só vê defeito em mim.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Concordo.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Você concorda, não é? Tudo o que há de ruim...

E ele, durante a CPI, fez um relatório, em que ele não descobriu absolutamente nada de errado no futebol brasileiro. E aí, o Senador Romário fez um relatório paralelo e pediu o indiciamento, se não me engano, de nove pessoas; de nove pessoas. Eu vou dar o nome de três pessoas: Marco Polo Del Nero; o ex-Presidente da CBF que está lá em Andorra...

Como é o nome dele?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Ricardo Teixeira.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... Ricardo Teixeira; e o ex-Presidente da Federação Paulista de Futebol José Maria Marin. Foram todos presos. Todos presos. É trabalho dele.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, hoje eu vim aqui, eu fiz questão de vir aqui hoje, porque eu confio muito, tanto no Senador Romário – pela história dele no futebol – como no nosso querido Presidente Kajuru, que tem conduzido esta Comissão com maestria. E eu acho que vocês têm uma responsabilidade muito grande com este que é o nosso maior patrimônio, o maior patrimônio do nosso país, a maior paixão do nosso país, que é o futebol.

E eu estive, Sr. John Textor, lá naquele jogo do Botafogo contra o Palmeiras. Eu estava lá, eu levei minha filha naquele jogo – botafoguense também –; e alguma coisa aconteceu de estranha naquele jogo. Eu joguei futebol há muito tempo e... Primeiro que não havia razão de se expulsar o Adriel – eu já vi várias vezes aquele lance, não havia razão. Depois, eu vi alguns erros do Botafogo inexplicáveis. E o senhor falou aqui assim: "Não foi a Leila, não foi o Presidente do São Paulo"; se não foi a Leila naquele jogo, ou foi juiz ou foi jogador que teve um comportamento absolutamente anormal. O senhor concorda que houve um comportamento anormal ou da arbitragem ou de jogadores do Botafogo naquele jogo? Porque ali naquele jogo nós perdemos o campeonato, infelizmente.

O SR. JOHN CHARLES TEXTOR – *Well...*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sr. John Textor, só... rapidinho aqui. Eu não vou deixar de ser bocudo a vida inteira, não é? Eu sei que vai ser mais um processo, talvez um atestado de idade. O Senador a que o Dr. Hiran se referiu, com que Romário concordou e eu concordei... Eu vou dar o nome dele: Romero Jucá.

O SR. JOHN CHARLES TEXTOR (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Certamente, eu falei de coisas que precisam ser investigadas. O que vamos mostrar... Vamos falar de dois jogos na sessão secreta.

Vou dizer em relação à falta de informação sobre a audiência pública, o que eu estou falando... Eu quero falar sobre o método e isso nós vamos discutir na sessão secreta.

A única coisa que vai acontecer, a metade já é pública, mas vamos falar sobre um jogo, quatro gols, baseados no que eu acredito que foi o comportamento dos jogadores e um jogo foi incorreto. Todos podem ver o vídeo, ver aquele jogo e identificar quem poderia estar envolvido, mas a questão, em termos de manipulação, é que aquele vídeo é um exemplo que se relaciona à sua pergunta, senhor. Aquele erro, que foi um passe errado, foi normal, é um desvio normal. Se aquilo tivesse ocorrido no fim de desvios de jogadores com intenções cínicas, então, aquele último passe poderia ter sido um erro honesto e poderia ter sido combinado com outros erros intencionais e poderia haver uma situação em que seis jogadores foram implicados e quatro realmente estavam fazendo de forma intencional e repetida. Por isso que é importante, podemos dizer matematicamente que o jogo foi manipulado, mas não podemos dizer de forma conclusiva que todos os jogadores que tiveram desvios seriam culpados.

De fato, o relatório sobre o São Paulo e o Palmeiras mostra desvios de outros jogadores que não se transformarão em acusações. Foram jogadores que tiveram deficiências, cinco foram identificados que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são possíveis de estar envolvidos nessa manipulação, então, é possível ter um relatório sobre essas manipulações e o jogador individual tem o direito de se defender.

Não quero ter essa conversa pública, todos sabem do que eu estou falando, mas os jogadores têm o direito de se defender, essa é a minha frustração com a CBF... *(Pausa.)*

Leva tempo demais para as perguntas, pelo menos, coisas que não vimos ainda, não há explicação porque de um ângulo mostra que ele jogou. Por que o juiz não viu quando outros viram e houve um julgamento sobre isso? E vimos que foi um erro do VAR, houve um recurso contra isso e ninguém perguntou ao juiz do VAR por que esse ângulo não foi mostrado.

Eu não posso dizer, eu não sei dizer o porquê, eu não posso acusar o juiz do VAR de ter feito um grande erro, de ter cometido um grande erro. Eu ouvi a voz dele.

Eu sou um grande fã do Botafogo, eu não vou inventar coisas, mas uma investigação independente pode dizer que foi um grande erro, mas o que aconteceu naquele jogo eu estou olhando.

Eu olhei, no colapso que se seguiu, os jogadores que reclamaram, que foram puxados naquele jogo. Eu estou olhando, olho também para os nossos jogadores, porque é possível ver no vídeo até a troca de peso de uma perna para outra. Eu estou decepcionado, eu olhei o jogo, outro dia, que foi manipulado, e foi um grande momento para um certo jogador. Ele fez um gol muito bonito e correu para os fãs, e a torcida gostou muito do que viu e celebrou com ele. Essa é uma parte deprimente, que esse tipo de coisa errada está acontecendo, mas ninguém neste país deveria dizer que não está acontecendo.

Se alguém está com medo de que eu vou me divertir na sessão secreta, eu vou dizer para a Leila Pereira: me dê um troféu, mas o que eu quero dizer é que sistemas de câmera volumétricos, que podemos ter em qualquer um dos estádios para tudo que os jogadores e os juízes fazem, tudo é metrificado. Esse tipo de corrupção vai acontecer, mas eu tenho certeza de que a corrupção vai encontrar um jeito de entregar jogos e manipular resultados.

Em relação ao colapso dos jogadores e por que não tivemos um bom jogo, acho que nós estávamos mentalmente afetados no fim do campeonato. Houve uma sequência de jogos em que houve gols invalidados, descontados e um time com muitos gols. Acho que a nossa equipe ficou triste, e começaram, a torcida começou a dizer palavras de ódio para os nossos jogadores, mas não muda o fato de que certos jogos foram manipulados. Só precisamos de apenas um para ter uma investigação real.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para interpelar.) – John Textor, obrigado, Senador Hiran.

Vamos então ganhar tempo para o momento mais esperado desta CPI, que é a entrega de toda a documentação, de nomes e tudo o mais que esperamos nesta rápida sessão secreta, de que daremos



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

satisfação, após ela ser encerrada, a todos e todas presentes, especialmente à imprensa e à sociedade brasileira.

Peço que a gente respeite o tempo de dez minutos. Eu vou ser objetivo, obedecendo aqui a lista de inscrição.

Sr. John Textor, em dezembro, o senhor enviou ao tribunal esportivo, o STJD do Rio, um documento de 70 páginas baseado em relatório de jogos da Good Game! sobre irregularidades no Brasileirão de 2023. Ele foi arquivado em menos de 24 horas pelo STJD, o superior tribunal do futebol. Isso é fato? – eu pergunto ao senhor. E pergunto: a que o senhor atribui tal conduta deste Superior Tribunal de Justiça Desportiva?

O SR. JOHN CHARLES TEXTOR (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Sim, isso é verdade, mas o jeito que o relatório... Eu vou explicar aqui como o relatório de manipulação de resultados produz. O nível 1, ele produz uma verificação, ele avalia comportamento normal, suspeito e problemático. Tudo que é suspeito e nesse caso do relatório específico...

Esse jogo foi marcado como alterado nível 2, manipulado nível 2. Existe também a manipulação de nível 2 e a diferença entre manipulação de resultado nível 2 e nível 3 é efetivamente o mesmo documento. Existe mais a análise óptica do que pode ocorrer no nível 3, e o relatório do nível 3, que também inclui informações sobre a credibilidade da testemunha, do árbitro e do jogo específico.

A avaliação de jogo é também corroborada por testemunhas e outros recursos, que são utilizados também. Cada jogo é determinado, verificado como manipulado no nível 2. Ele é verificado e depois ele passa... Para que vá para o nível 3, os nomes das pessoas são ocultados e, então, é feita a análise. E depois que se pede para que seja feita essa análise, então é procedido dessa forma.

Eu tive indicação de que, eu não estou confortável em dizer isso, mas eu recebi indicação ou sugestão para mim de que houve pressão por parte da CBF e possivelmente de clubes, diretamente dos clubes. Nós vemos evidência dessas pressões, inclusive em nível público. Então, por qualquer motivo, independente do motivo, eles decidiram. Isso me tomou meses para eu me tornar familiarizado com esses relatórios e eu não sei como o tribunal, dentro de tão curto prazo, recebeu e pôde tomar uma decisão a respeito dele.

Mas eu apresentei apenas uma pequena parte desses dados e dessa avaliação que poderia avaliar e eu acredito que... Inclusive, eu pedi para que eles reavaliassem a minha suspensão. Houve um artigo que disse que eu apresentei nomes e as provas, mas isso não é verdade. O que eu apresentei foram apenas algumas páginas, talvez quatro ou menos, de um relatório de 180 folhas. E eu falei sobre esses problemas, sobre o que é um desvio, qual a probabilidade matemática dessas divisões em situações de gol e falei sobre a metodologia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E tinha alguns nomes que foram divulgados apenas a pessoas, aos mais altos oficiais ali do tribunal e os relatórios... dizer que nós apresentamos as provas não é verdade. Ninguém, eu não apresentei as 180 páginas e até este momento eles não tiveram acesso ao relatório de nível 2, de manipulação de nível 2, e não o relatório de nível 3 de manipulação.

E, quando eu me reuni com a polícia, inclusive eles manifestaram muito interesse para entender a cronologia dessa metodologia e eu me esforcei muito para que a polícia verificasse essa tela e olhasse o relatório. E, naquela tarde, eles avaliaram. Pediram para eu mandar via Dropbox e eu mandei para esses agentes para que eles avaliassem sobre a questão da matemática computacional para avaliar toda aquela problemática.

E eu tinha alta expectativa de que eles pudessem realizar aquele trabalho, mas isso é onde nós estamos em termos de evidência, em termos de prova neste momento

Vejam, para que fique claro, eu errei em apresentar aqueles jogos em que estava envolvido, com tantas emoções envolvendo a nossa equipe. Nós deveríamos estar tratando sobre questões objetivas, avaliar os cartões amarelos a favor do Palmeiras de forma consistente. Dois cartões amarelos, que são uma marca clássica, nós deveríamos ter uma sessão muito rápida a respeito disso. Isso aconteceu numa sequência muito rápida que, em poucos minutos, foram dois ou três cartões amarelos, e o VAR poderia ter revisado isso de uma forma muito simples. Esses são, enfim, ócios do ofício, mas cartões amarelos estão ocorrendo e ninguém está olhando efetivamente as provas.

Eu errei por apresentar questões relacionadas à minha equipe. Eu deveria ter trazido assim: "Olhem, esse é o problema que tem ocorrido e essa é a solução que nós deveríamos perseguir". Então, eu não quero interferir aqui com a logomarca da minha equipe, do Botafogo, e eu sei que isso afeta muito os nervos, as emoções de outras torcidas, de outros donos de equipes, mas é a minha abordagem, e eu não sei se eu teria feito diferente, mas essa foi a minha abordagem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sr. John Textor, eu quero só pedir, por fineza... Se eu demoro um minuto para perguntar (*Fora do microfone.*) ... eu poderia regimentalmente dar só três minutos ao senhor, então é só para a gente tentar essa objetividade, por fineza. Eu vou ser rápido nesta colocação.

O senhor falou várias vezes aqui que a Presidente do Palmeiras, Leila, foi sempre gentil com o senhor. Essa gentileza acabou hoje. Em rede nacional, ela deu uma entrevista duríssima contra o senhor e voltou a dizer aquilo de anteriormente com o adjetivo de fanfarrão e disse que o senhor está mentindo em tudo que fala, que o senhor não tem prova de nada, que o senhor tem que ser punido e que ela está à disposição para fazer com o senhor um cara a cara sobre qualquer assunto que o senhor está levantando e denunciando aqui nesta CPI. Responda, por gentileza, sobre isso e se o senhor aceitaria esse encontro com ela.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOHN CHARLES TEXTOR (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Eu tenho a felicidade de não falar português fluentemente e eu não tive a chance de ler tudo o que ela falou sobre mim. Mas eu vejo que ela tem uma motivação desportiva, uma motivação de aposta e uma motivação de fraternidade. Vejam, se o marido é assassinado, a esposa se torna uma suspeita daquele caso. Não cabe a mim fazer aqui uma determinação. Eu sei que eu fiz o que era correto. Eu fui ao órgão do esporte e pedi que eles fizessem a investigação. Eu recebi reações diferentes de diferentes donos de equipes de que o time deles poderia estar envolvido, que gostariam de saber quem. Eles têm o desejo de ter um jogo limpo.

Mas eu já disse várias vezes: eu não apresentei qualquer denúncia, nenhuma acusação contra ela, nem contra o Júlio, nem contra qualquer outro. A decisão dela foi apenas de me atacar. O que eu fiz... Se eu apresentei qualquer declaração falsa, ela poderia dizer diretamente. Qual é a chance disso? Deveriam ter 5% ou talvez 3%, talvez qualquer por cento. Qual é o percentual de chance de ela estar por trás de tudo isso? E não cabe a mim estabelecer tudo isso.

Honestamente, eu acho que é uma conversa fútil. Ela quer produzir, ela quer criar algum tipo de ruído dizendo que eu não produzi prova, mas, por uma questão de fato, eu, sim, apresentei. Eu sei que ela apresentou documentos ao Tribunal Desportivo. Ela falou com a imprensa e disse que eu não apresentei nenhum tipo de prova e tratou de me difamar e tudo, mas eu estou muito calmo a respeito disso. Eu apresentei isso de forma muito calma, mas ela adotou outra abordagem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sobre o jogo Palmeiras 5 São Paulo 0, pela Série A do Campeonato Brasileiro, quando afirmou que cinco jogadores do São Paulo estavam envolvidos em manipulação de resultados, um time histórico como o São Paulo, o senhor se arrependeu? E, se não se arrependeu, na nossa conversa secreta, o senhor dará nomes a esses cinco jogadores do São Paulo?

O SR. JOHN CHARLES TEXTOR (*Tradução simultânea.*) – Os nomes estão no relatório de nível 3. Tem mais do que cinco jogadores envolvidos nessa empresa, que é uma testemunha especialista em manipulação de resultados de jogos. É uma empresa confiável, que foi digna de confiança de diferentes instituições mundo afora, como a Copa do Mundo, a Champions League... Eles identificaram os cinco jogadores que eles acreditam que, claramente, estiveram envolvidos, que eles consideram... E também consideram outros como potencialmente ou possíveis envolvidos.

Eu não estou aqui para apontar qualquer jogador. Eu vim aqui para dizer que aquele jogo foi manipulado, baseado na minha convicção e nas evidências que foram apresentadas, e as pessoas que fizeram a análise são uma empresa muito séria, com uma metodologia muito confiável, que já foi utilizada para poder levar à prisão de jogadores, à prisão de pessoas envolvidas e suspensão de equipes. Eu acredito que ele foi manipulado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, para encerrar o meu tempo de 10 minutos, última pergunta.

O senhor apresentou declaração de um relatório onde um jogo de 2002 entre Palmeiras e Fortaleza teve manipulação de resultado. Mais tarde, o senhor declarou que o Palmeiras não estaria envolvido. Isso significa, então, que o Fortaleza estaria envolvido? Última pergunta.

O SR. JOHN CHARLES TEXTOR (*Tradução simultânea.*) – Bem, novamente, eu não estou dizendo que o Palmeiras estava ou não estava envolvido; eu só estou dizendo que eu nunca fiz essa declaração, nunca fiz essa acusação. Se alguém inspira o time ou os jogadores a diminuir o desempenho para perder um jogo, de novo, eu demonstrei como que ele foi manipulado, como que ele foi alterado, mas eu não sei dizer como... Desculpa, mas essas são as palavras do senhor dizendo que o Palmeiras estava envolvido. Eu não posso dizer se estão ou se não estão, se o Palmeiras está ou não está envolvido. A imprensa não quis envolver as informações sobre o processo, e eu acho que é muito conveniente da parte deles. Eu não acho que... Eu sou um dono de equipe, eu tenho uma equipe para poder conduzir, para administrar, e, no meio da temporada, eu vejo que a nossa equipe identificou eventos, acontecimentos muito estranhos envolvendo a nossa equipe depois de ter vários jogos em que nós perdemos de forma muito estranha, e eu perguntei à nossa equipe se eles gostariam que eu lutasse por isso, que eu cuidasse dessa parte para que eles pudessem se concentrar apenas na parte do jogo, e eles me pediam para defendê-los, e eu decidi continuar e levar adiante. Eu estou fazendo isso não só pelo Botafogo, mas também, inclusive, pelo Brasil.

Esse jogo de fortaleza foi de 2022 e quem se importa com isso mais? O campeonato de 2022 já foi embora, o de 2023 também. A minha proposta é estabelecer um sistema à prova de falhas em que nós possamos garantir que isso não ocorra mais e permitir que vocês possam desenvolver um sistema de investigação de tudo isso que ocorreu. O meu grande e maior interesse é voltar e retomar a minha atividade de administrador da minha equipe de futebol e garantir para que isso não ocorra novamente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, acredito que esse é o propósito, doa a quem doer nós buscarmos nesta CPI fazer o trabalho.

Inclusive eu quero perguntar, o Senador Romário informou que o Presidente da CBF ficou de enviar, que a própria entidade ficou de enviar documentos pra cá, o que for necessário. E eu pergunto: Ele estaria disposto a vir também, o Presidente da CBF?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Acredito que sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Isso é muito importante, porque eu acho que nós vamos ter aqui questionamentos nesse sentido.

Mas eu vou direto aqui às perguntas, lembrando que hoje é dia 22 de abril.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Descobrimento?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Descobrimento do Brasil por um português.

E nós estamos vendo aqui um americano, um norte-americano que está vindo aqui nos ajudar a redescobrir algumas situações do nosso futebol para corrigir.

Inclusive Charles Miller foi quem trouxe o futebol da Inglaterra pra cá e o senhor tem o nome Charles também aí no seu nome completo.

Sr. John Textor, o senhor afirmou no começo de março possuir um áudio de um árbitro falando sobre a manipulação de um jogo em uma divisão menor. Quem é esse árbitro?

Qual foi o jogo sobre o qual esse árbitro apontou ter havido fraude?

O senhor tem essa gravação, vai disponibilizar pra nossa CPI?

Só para emendar, são poucas perguntas.

O Senador Romário, os demais colegas e o senhor também, Presidente, já fizeram algumas que estavam aqui na minha lista, mas já vou engatar aqui para o seguinte.

É certo que a manipulação de resultados existe há muito tempo, basta observar a máfia do apito, o que falou aqui o Senador Carlos Portinho, que houve há alguns anos a máfia do apito.

Porém, com a chegada das *bets* ao Brasil, esse quadro piorou, coincidência ou não; pra mim não existe coincidência.

Hoje, a maioria dos times da Série A e Série B do futebol brasileiro...Inclusive, na Série B, a CBF também recebe um patrocínio que é de outra empresa, não é da Betano, é da Betnacional, a Série B tem esse patrocínio. Mas, hoje, a maioria é patrocinada, os clubes de futebol, por empresas de apostas esportivas, inclusive o seu time, o Botafogo.

Times do Reino Unido, França, países onde o senhor é dono de clubes de futebol, como o Crystal Palace e o Lyon, além de outras nações, estão endurecendo as regras sobre as apostas esportivas, inclusive proibindo patrocínio em camisas de clubes de futebol, exatamente pelo impacto negativo dessa jogatina sobre a credibilidade do esporte e as mazelas trazidas para a sociedade.

Nesse sentido, qual a sua visão sobre essa questão? O endurecimento com relação a preservar o futebol? Dessa questão das apostas, como disse o Senador Carlos Potinho, azar do futebol em termos disso. E o futebol brasileiro é um patrimônio, como foi lembrado aqui pelo nosso querido Senador, que me precedeu há pouco tempo, Dr. Hiran.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro questionamento que eu quero fazer para o senhor é o seguinte, dentro do tempo: além disso, como o senhor vê atletas, ainda em atividade, fazendo propagandas de casas de apostas? Levando-se em conta que eles, pelo fato de entrarem em campo, tenham mais facilidade de manipular os resultados. Ex-jogadores, técnicos... Como é essa relação, há um conflito de interesse?

Qual é a sua opinião sobre a participação de organizações criminosas que lavam dinheiro e corrompem agentes públicos no mercado de apostas?

Qual a sua visão sobre os enormes impactos sociais da descontrolada prática de apostas esportivas, principalmente pela população mais pobre?

Eu trouxe aqui um dado – até mostrei para o Senador Veneziano – escandaloso. Olha aqui, a matéria da redação da *Terra*, está aqui: "Quem recebe Bolsa Família chega a gastar mais de R\$100 por mês em apostas esportivas [...]". E ainda tem um projeto, depois de amanhã, no Senado Federal aqui, já quero alertar a população brasileira, numa tentativa de viabilizar cassinos. Já não basta esse exemplo de quem está... o mais pobre estar sendo afetado aqui e ainda vêm com essa história de cassino, na altura do campeonato, como se diz.

Tenho esse outro dado aqui, também importante, olha: "Ela estava devendo mais de um milhão de reais: empresária diz que irmã tirou [sua] própria vida por conta de jogos de azar". Suicídios acontecendo aos montes aqui no Brasil, perda de vidas, assassinatos, como bem lembrou também o Senador Carlos Portinho, aqui ao meu lado.

Para fechar a questão da Presidente do Palmeiras, a que o senhor já respondeu, eu não vou insistir, porque o Senador Kajuru já fez aqui esse questionamento, mas olha só um detalhe aqui, falando de apostas esportivas: "Até as apostas esportivas agora tiram dinheiro do comércio". Está aqui a Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo fazendo essa afirmação. Imagina o que é que vem depois com essa questão aí de jogatina, cassino, enfim.

Então, aqui é o resultado de suspeita de manipulação, Senador Kajuru, Senador Romário. Suspeita de manipulação, segundo a fonte do *Sport Radar*: Brasil em primeiríssimo lugar, 152 suspeitas; só no futebol, que é o nosso patrimônio, 139; Rússia, 92; República Tcheca, 56; aí vai, Cazaquistão, 43; China, 41; Grécia, 40; Argentina, nosso vizinho aqui, 39, Senador Veneziano; Filipinas, 37; Polônia, 36; e Tailândia, 35.

O Brasil é o campeão, infelizmente. Nós temos que resolver essa questão, e tenho certeza de que vai sair coisa boa desta CPI.

Muito obrigado, mais uma vez, pela sua coragem, pela sua participação. Se puder responder a essas perguntas que eu fiz no início, eu lhe agradeço.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOHN CHARLES TEXTOR (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Bem, a gravação de áudio a que eu me referi, primeiro eu gostaria de dizer por que foi que eu mencionei. Naquele momento, eu estava enfrentando uma quantidade inimaginável de pressão pelo que eu estava fazendo, não só no que eu fiz aqui, mas em todos os lugares. E a respeito desse áudio, do nome do árbitro, sim, eu vou apresentar aqui, durante a reunião secreta. E esse áudio foi passado para mim por meio de alguém conectado com a entidade governante da administradora do futebol. Eu estava sob imensa pressão em divulgar tudo isso, e veio de uma fonte oficial.

E eu não entendo qual é a pressão que eu recebi, porque se a polícia e a CBF já têm acesso a tudo isso, eu não sei por que foi que eu recebi esse áudio. Mas porque é uma conversa inacreditável ver um árbitro dizendo que perdeu dinheiro, a respeito de uma jogada envolvendo um pênalti. Então eu acredito que o árbitro estava em algum estado de inatividade.

Isso não significa nada para mim, porque eu não preciso de evidência sobre a ocorrência de manipulação de resultados. Eu não sei por que eu sofri tanta pressão para divulgar esse áudio e os dados sobre essa gravação, mas, sim, eu vou apresentar e trazer essas informações todas. É uma gravação inacreditável.

Eu acho que é difícil. Nós sempre falamos sobre as empresas de aposta, mas eu acho que eu até me equivoquei. Eu falei sobre o problema de a CBF recebendo dinheiro das empresas de aposta, mas eu não acho que necessariamente o envolvimento das empresas de aposta... Não cabe a mim fazer uma avaliação moral sobre o uso do dinheiro das pessoas em apostas ou não, fazer essa avaliação social ou uma avaliação moral sobre o impacto social de tudo isso.

Eu vejo que nos Estados Unidos, onde o próprio Governo instituiu loteria, porque certos estados não estavam recebendo dinheiro suficiente para cumprir suas funções, e criou essas opções. E as pessoas sonhando em receber esses prêmios, então investiam na loteria, faziam as apostas e gastavam muito dinheiro esperando ganhar muito, um prêmio muito grande. E o próprio Governo estava estimulando essa espécie de vício na população.

Vejam, esse é um problema aqui. Vocês são os líderes deste país e vocês têm interesse em tudo isso.

A respeito da velocidade, eu vejo que uma das decisões que eu tomei, de estudar economia, eu recomendaria altamente que qualquer indústria, o mercado de aposta que vocês tenham, esse dinheiro coletado numa área de uma mão é gasto em outra mão e depois vai para uma segunda mão, e isso vai sendo reciclado dentro do sistema monetário. O Brasil tem um sistema de monitoramento de transações com outros países, e às vezes é até ruim, causa muitos transtornos. E se você tem problema de aposta, se você tem apostas aqui no país, vocês podem trabalhar para que esse dinheiro – com a velocidade do dinheiro – possa beneficiar mais pessoas aqui dentro da própria sociedade. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço desculpas, eu não quero expressar aqui uma opinião moral. Se você disser que a Good Game! estabeleceu essa tecnologia para permitir que as empresas de aposta possam verificar e constatar se um jogo foi manipulado ou não – inclusive possam verificar e monitorar –, as empresas de aposta são vítimas da manipulação de resultados. E isso é terrível para a juventude. Nós vemos que pessoas muito jovens divulgam cigarros para as pessoas, e agora estão divulgando apostas também para elas.

A razão por que tiraram as apostas dessas empresas, o patrocínio dessas empresas, a presença delas nos uniformes dos jogos passa por aí, nessa linha. Mas isso não cabe a mim, fazer essa avaliação moral. E avaliar agora, fazer uma avaliação sobre a manipulação ali no ambiente, o recurso de que dispomos neste momento... Se torna tão fácil superar tudo isso que não justifica deixar de fazer.

Talvez a razão por que nós temos tanto no Brasil – comparado com outros países –, é porque vocês têm uma quantidade muito grande de empresas de aposta aqui que são monitoradas pela empresa de monitoramento Smart Company.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Apenas um minuto, por gentileza, só para esclarecer, (*Fora do microfone.*) já que o Textor não entrou nessa questão que eu perguntei sobre atletas estarem fazendo propaganda de *bets*. Árbitros, técnicos... O senhor acha que isso não gera um problema para o esporte em si, não estimula mais pessoas a jogarem, não dá um certo conflito?

A questão das camisas dos clubes, essa medida que aconteceu lá na Inglaterra. A partir de 2024, já não vai; 2025, não vai poder mais o clube ter o patrocínio na camisa. O senhor acha isso importante para prevenir esse alastramento aí?

E, com relação às placas no estádio: "aposte, aposte, aposte, aposte, aposte" – você não consegue assistir mais futebol. É uma lavagem cerebral.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Só um minuto, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E agora eles ficam dando, Senador Kajuru, até o resultado durante o jogo: quem é que está dando mais. Virou um comércio a céu aberto – perdendo o futebol –; é o azar do futebol mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – A sua resposta, Sr. John Textor, objetivamente.

O SR. JOHN CHARLES TEXTOR (*Tradução simultânea.*) – Bem, nós recebemos dinheiro – recursos – desses investidores. Nós viemos para este país e temos uma torcida, de pessoas que, às vezes,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

têm dificuldade de pagar, mas pagam para poderem ir para os jogos. Na parte econômica, são 40 milhões de torcedores. Não vindo com esse luxo... Eu tenho, enfim, várias considerações a respeito disso. Nós temos ofertas de patrocínios de diferentes empresas, de diferentes setores e nós decidimos se vamos aceitar ou se não vamos aceitar. Fazemos essa avaliação sobre se isso seria razoavelmente aceitável pela sociedade, se seria aprovado pelos órgãos regulatórios.

Eu não gosto de aceitar... me incomoda, pessoalmente, que essas apostas venham de pessoas que não têm condições financeiras para poder fazer isso. Tudo isso me incomoda.

Gostaríamos de superar essa realidade, de não depender disso, no Botafogo e em outros times. E de forma... Inclusive, aqui dentro do Botafogo, nós temos um programa de conceder ingressos gratuitos. Nós temos oferecido opções econômicas acessíveis para que as pessoas possam entrar, seja por associação, seja por assinatura.

Mas se a ideia é banir o patrocínio de empresas de apostas em uniformes, nós vamos cumprir, claro, e vamos apoiar. Mas... Agora, nós temos situações... Nós temos, por exemplo, as melhores quadras em todos os campeonatos. E temos, por exemplo, conflito com a participação, com a vinda de empresas de concerto que querem utilizar aqui os nossos estádios e podem prejudicar o funcionamento do futebol. Vejam, se me disserem que eu devo deixar de receber esse dinheiro do patrocínio dessas empresas, eu vou procurar em outros lugares. E me incomoda ver pessoas jovens apostando quando não deveriam estar fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito, Sr. John Textor. Diretamente ao Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Uma pergunta bem objetiva. A maior preocupação de todos nós, John Textor, Palmeiras, São Paulo, CBF, torcedor brasileiro, é sobre a integridade dos resultados esportivos. Então, uma pergunta objetiva. Sr. John Textor, nos clubes do Brasil, da série A, de que o Botafogo participa, os árbitros de futebol, pela sua comissão de arbitragem, a própria CBF, foram chamados, previamente ao campeonato brasileiro ou às competições do início da temporada, em janeiro, fevereiro, foram chamados para assinar algum documento de compromisso, de *compliance*, em relação às apostas esportivas? A CBF, em algum momento, chamou o Botafogo e todos os clubes, os atletas, os árbitros, para assinar algum compromisso de *compliance*, de não manipulação de resultados, de preservação do resultado esportivo?

Eu não estou dizendo o que está no regulamento geral das competições e que foi assinado. Ela tem, a CBF, uma diretoria de *compliance*. Eu quero saber se todos assinaram antes do campeonato, atletas, clubes e árbitros, através de seus representantes, algum documento de *compliance* nesse sentido, de salvaguardar a integridade esportiva?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

As casas de aposta participaram da assinatura desse documento, inclusive aquelas que financiam, patrocinam, clubes e a própria CBF?

O SR. JOHN CHARLES TEXTOR (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Não. Eu não quero fugir da sua pergunta, mas se se estabelecer um código de conduta, código de honra, alguns jogadores vão assinar, alguns árbitros vão assinar, mas nós temos pessoas desonestas e isso não vai desestimular a adesão dessas pessoas.

Eu acredito que seja interessante em diferentes partes do mundo, eu sei que no Brasil, há alguns anos, a AT&T... A American Airlines foi processada por utilizar testes poligráficos para avaliar empregados. O teste poligráfico foi tido como legal, mas as perguntas foram além do que deveria ser permitido. Eles foram processados por uma questão de privacidade e, então, eles recorreram para que eles pudessem...

Então, essa é uma opção de se estabelecer um teste de polígrafo com alguns limites de utilização. Um árbitro da série A, por exemplo, poderia passar por um teste de polígrafo e você poderia, certamente, utilizar testes aleatórios ou testes poligráficos ou de verificação para...

Você já teve, intencionalmente, já tomou decisão contrariando as suas convicções? Eu não sei como que o Brasil está nessa avaliação de testes poligráficos, mas, no caso da American Airlines, rapidamente, nós poderíamos chegar nessa avaliação. Você, rapidamente, poderia instalar sistema de visão computacional e poderia resolver essa situação.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu gostaria de saber se dentro dos protocolos da CBF, a CBF chamou os clubes, os atletas, os árbitros para se comprometerem ao jogo íntegro, à integridade dos resultados esportivos.

O SR. JOHN CHARLES TEXTOR (*Tradução simultânea.*) – Eu não tenho conhecimento a respeito disso. Eu estou pedindo a ajuda aqui do meu colega, porque talvez... O nosso CEO, que não está sob juramento.

Ele está balançando a cabeça, dizendo que "não".

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas você vê, Kajuru, há um senso geral de que não há manipulação, mas não houve um chamado para que os clubes se comprometessem a que não haja manipulação, que os atletas se comprometessem para que não haja manipulação.

Não que isso vá evitar manipulação, Textor. É lógico que pode acontecer mesmo assim, mas eu quero saber quais são os níveis de cuidado que a CBF está tendo com a integridade, com a prevenção da integridade, as condutas, os protocolos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A gente certamente vai ouvir a CBF a respeito.

Isso pode ser que não evite, mas compromete, e o compromisso é muito importante, porque é de todos.

O SR. JOHN CHARLES TEXTOR (*Tradução simultânea.*) – Eu entendo que eles deveriam liderar pelo exemplo. Eu tenho tentado obter respostas, eu já levantei a questão da corrupção e eu fui processado.

Então, existe, absolutamente, existe uma caixa preta a respeito da nomeação, da escolha dos árbitros, do empareamento dos árbitros, de VAR de árbitro de campo, uma dupla que não deveria aparecer com tanta frequência, e eu solicitei esses dados, suscitei essa questão e eu fui processado.

O Tribunal desportivo já está tentando me suspender. Eu já fui suspenso uma vez e agora estão tentando me atingir novamente e eu vejo que não seja uma questão de pressão apenas da CBF.

Vejam que a questão da manipulação de resultados, eu acredito que a Leila estava lá no Wembley Stadium, assumiu um compromisso de combater manipulação de resultados. Tem várias empresas de caridade, filantrópicas que adorariam oferecer o serviço.

Podemos empregar inteligência artificial evolutiva. E, em tudo que se tem aqui em termos de Lei da SAF, nós poderíamos utilizar de todo esse arsenal para poder resolver a situação aqui no Brasil, mas precisamos de liderança da CBF, e vocês deveriam limitar o poder da CBF, e deveriam privatizar a operação da liga.

Vemos tudo isso, essa força por trás da administração do campeonato, e nós nos unimos, e eu acabei me tornando uma pessoa polarizada, porque isso acabou se tornando a minha cruz.

Vocês sabem o que estão fazendo. Ninguém mais está fazendo o que vocês estão fazendo, mas eu peço a vocês que diminuam o poder da CBF, porque existe uma quantidade pequena de pessoas que estão reduzindo, estão diminuindo o poder de operação, de funcionamento do futebol. E o Brasil exporta os melhores jogadores do mundo. Eu acredito que esse jogo vale a pena ser jogado aqui. Então, está na hora de limpá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Senador Portinho, pela compreensão, pela disciplina e pela objetividade.

Senador Vital do Rêgo, o Veneziano, sempre objetivo também.

Pode pular? (*Pausa.*)

Senador Hiran, também? (*Pausa.*)

Então, eu não vou dar tempo, eu declaro suspensa – e não terminada – esta nossa reunião.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E prometerei ser breve, especialmente com respeito à imprensa brasileira, perfeito?

A imprensa brasileira quer saber do que vai acontecer agora, na reunião secreta, em que vamos ter acesso a documentações, a nomes, a tudo o que prometeu – e sei que vai cumprir – o Sr. John Textor.

Registro aqui, com prazer, a presença do meu companheiro de partido, do PSB, sempre atento a tudo, que é responsável por nós Parlamentares, o Senador de Roraima Chico Rodrigues.

Portanto, voltaremos o mais rápido possível com esta reunião – repito, que não terminou, apenas foi suspensa –, para o que todo o Brasil quer tomar conhecimento. E nós tomaremos, e daremos sequência à investigação, nos baseando em cada ato que receberemos documentalmente.

Agradecidíssimo.

(Iniciada às 15 horas e 08 minutos, a reunião é tornada secreta às 18 horas e 11 minutos e é reaberta às 20 horas e 09 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fazendo soar a campanha.*) – Bem, brasileiros e brasileiras, nossas únicas vossas excelências, chegamos às 8h10 da noite, desta segunda-feira, 22 de abril de 2024, e retornamos para o encerramento desta reunião insofismavelmente importantíssima, em que ouvimos o CEO majoritário do Botafogo do Rio, o histórico time brasileiro, desde as 3h da tarde.

E, antes de mais nada, o meu agradecimento, como Presidente desta CPI, aos Senadores e suas dedicações raríssimas na história deste Congresso Nacional, que pela primeira vez em uma segunda-feira realizou uma CPI desta envergadura e deste tempo dedicado.

Exalto aqui e justifico a ausência do nosso exímio Relator Romário, em função de presença em seu médico, mas sua assessoria esteve presente do começo ao fim.

Senador Eduardo Girão, meu querido Vice-Presidente desta CPI; Senadores acima de todas as médias, inclusive o Senador Carlos Portinho, do Rio de Janeiro, que teve seu filho nascido nos últimos dias; Senador Dr. Hiran; Senador Veneziano Vital do Rêgo; Senador Chico Rodrigues, que deixou duas perguntas importantes, que caberá ao nosso Vice-Presidente Girão entregá-las ao Sr. John Textor e sua assessoria, para que ele possa o mais rápido possível nos responder. Na próxima reunião, daremos conhecimento às perguntas e às respostas.

Quero apenas dar uma satisfação à imprensa brasileira, que seremos objetivos.

Aquele Senador que desejar falar nas suas considerações finais terá o tempo de dois minutos, e no tempo de cinco minutos a explanação final do nosso convidado principal, o CEO John Textor. Portanto, assim concluiremos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero resumir aos senhores e às senhoras da minha amada imprensa brasileira, a qual respeito – e já vou passando dos 50 anos de carreira lado a lado com vocês –, que neste momento aqui sou um Parlamentar e deverei respeitar obrigatoriamente o segredo de justiça, mas tentarei com toda a nossa Comissão, o mais rápido possível, trazer a público tudo o que ouvimos, tudo o que vimos e o que consta – estava aqui nas minhas mãos – do relatório entregue a esta CPI, de 180 páginas. Se alguém puder mostrar, por favor....

O relatório está aqui, está à disposição de todos os integrantes desta nossa CPI, para que todos nós possamos, urgentemente, com nossas assessorias, iniciar os trabalhos de convites, se necessários. *(Pausa.)*

Ah, perdão, culpa minha. Aqui está, por favor: são 180 páginas de relatório, todas as imagens vistas. Todos nós temos acesso a elas evidentemente. E, portanto, eu classifico – espero ter a concordância de todos; até ouvi a sugestão do advogado e Senador Carlos Portinho – que nós chegamos a uma conclusão simples, objetiva. Tivemos conhecimento de diversos indícios. Não queremos falar aqui ainda – ainda – em provas; indícios importantíssimos. Não podemos dizer que participamos mais de uma hora de uma conversa sem conteúdo; pelo contrário, ela teve conteúdo. Temos, inclusive, um Senador inglês – eu sou português, caipira de Cajuru –, que é o Portinho, do Rio de Janeiro. Fala inglês melhor até do que o John Textor. *(Risos.)*

E o duro é que ele fazia a pergunta, e Girão e eu... O Girão nasceu no Ceará, não precisa falar mais nada, não? *(Risos.)*

Então, a gente tinha que ficar perguntando: "Traduza para nós, Portinho".

Mas foi prazeroso, a gente só tem que agradecer a toda a equipe, muito bem apresentada aqui, com gente qualificada, sem fazer acusações, apresentando tudo com detalhes, com riqueza, mas que consideramos, novamente, indícios. Não se tratou apenas – quero deixar bem claro isto para a imprensa brasileira – de o CEO majoritário do Botafogo vir aqui só trazer fatos ou indícios envolvendo o seu clube, pelo qual se diz apaixonado, o Botafogo; ele falou de outros jogos, mostrou outras imagens. E concluiu assim: temos indícios suficientes para investigarmos profundamente, independentemente, e chegarmos à conclusão de quem mais nos interessa, de forma prioritária, em nossas próximas reuniões.

Por falar em próxima, ela será depois de amanhã, quarta-feira, já, às 2h da tarde. Também nunca tivemos duas CPIs assim, numa segunda e numa quarta. E daremos sequência ao nosso trabalho, ao que prometemos a toda a pátria amada, a toda a sociedade brasileira.

Coloco, então, os dois minutos para o Senador que desejar fazer uso da palavra e os cinco minutos da explanação final do CEO, convidado especial, John Textor.

Senador Eduardo Girão, Vice-Presidente desta CPI.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar mais uma vez o Sr. John Textor pela vinda aqui com seu *staff*; dizer que os indícios realmente transcenderam a questão apenas do comportamento de jogadores. Foi também a questão do VAR, da análise de imagens supostamente negadas. E a gente precisa entender por que isso aconteceu, entender o que a CBF tomou de providência – ou não tomou – com relação ao que a gente viu ali, em termos de punição, inclusive.

Quero dizer que nós estamos aqui para proteger o futebol brasileiro, para buscar a verdade, para proteger essa joia rara, que é um patrimônio do nosso povo, dizer que o advento das apostas esportivas me preocupa, praticamente, me preocupa muito...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... porque eu tenho recebido muitos torcedores, pessoas que perderam tudo e, a médio e longo prazo, os clubes vão perder com sócio torcedor que vai deixar de pagar porque está endividado. E a família vai pegar ojeriza ao futebol por estar vendo a destruição, a devastação no seio familiar.

Então, nós temos aqui que tomar medidas, como a gente viu, questão de clubes com patrocínio na camisa; nos estádios, divulgação; jogadores fazendo propaganda; técnicos... Isso tudo dá conflito de interesse, e nós temos que minimizar os impactos de tudo isso. Então, não podemos matar a galinha dos ovos de ouro do futebol brasileiro.

Muita paz! Parabéns a todos por esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mais algum Senador deseja fazer uso da palavra?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senador Dr. Hiran, por fineza. Obrigado pela dedicação.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Presidente Kajuru, Presidente Girão, meu querido Senador Portinho, eu quero aqui agradecer a presença do Sr. John Textor aqui, nesta audiência. E, como já foi falado aqui, as evidências são muito claras de que precisamos nos aprofundar com muita seriedade nessas investigações.

Eu acho que isso se tornará público no futuro e eu acho que os jogadores, quando virem o que nós vimos ali, vão pensar duas vezes em arrumar resultados, têm que ficar de orelhinha em pé.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero agradecer aqui a sua presença e pedir ao senhor, como botafoguense há mais de 40 anos, que contrate rapidamente dois zagueiros... *(Risos.)*

... porque Lucas Halter e o Bastos ali estão fazendo a gente sofrer do coração.

(Soa a campainha.)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Por favor, aqui um apelo de um botafoguense.

Saudações e uma excelente viagem de volta para casa.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Outro! Obrigado, Dr. Hiran, Senador.

Quero fazer uma comunicação aqui à imprensa brasileira e especialmente à sociedade antes de concluir com o nosso querido e exemplar Senador Carlos Portinho.

Por unanimidade, houve uma decisão em conversa minha com o Relator Romário, e todos os Senadores concordaram. Quando o Dr. Hiran, Senador, fala que fiquem de orelha em pé, jogadores, também árbitros, também dirigentes, corruptores e corruptos, também casas de apostas... Não estamos aqui generalizando a questão moral, o valor moral, há que separar o joio do trigo, mas certas casas de apostas – e saberemos escolher cada uma delas – precisam dar uma satisfação ao Brasil, por que até hoje não fez nenhuma denúncia, não apresentou absolutamente nada sobre tudo o que tomamos conhecimento, não só hoje, em caráter especial, por todos os indícios, por tudo o que vimos, por tudo que começamos a ler? E agora vamos entrar a fundo tanto no relatório como nas imagens.

Portanto, a nossa independência é indiscutível, cada Senador pode ter a sua opinião sobre figuras A, B ou C, mas que nós investigaremos e questionaremos, não há nenhuma dúvida.

Senador Carlos Portinho, para que a gente finalize com o CEO do Botafogo do Rio e convidado John Textor.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Muito obrigado. Quero agradecer ao nosso convidado, John Textor. Ele é um mensageiro.

É importante que todos aqueles que nos assistem, que tenham denúncias para fazer, mas que essas denúncias tenham ao menos indícios... E há indícios, há elementos técnicos apresentados pelo John Textor aqui, há conteúdo. Com toda sinceridade, Senador Kajuru, me espanta como é que a CBF, que é a maior responsável pela integridade do futebol do Brasil, não foi a fundo. Como é que o STJD, tribunal





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

onde militei em minha carreira como advogado, que tem excelentes advogados que colaboram como auditores contratados, não foram a fundo nisso? Porque há elementos técnicos, há conteúdo...

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... há razões para investigar. O que o John Textor nos trouxe aqui podem não ser provas concretas de que já sai daqui com o pedido de prisão de quem manipula, mas não tenho a menor dúvida de que é fundamental sejam essas investigadas para a preservação da integridade e para que aqueles que pensem em fraudar resultados esportivos desistam, porque, aqui no Senado, se tiver que todo ano estar aqui, a gente vai estar abrindo uma CPI.

E hoje, Senador Girão, com o que traz a inteligência artificial, com o que nos traz a tecnologia... a tecnologia é inexorável; quem resistir à tecnologia será atropelado pela história. Então deve ser dado crédito a todo material aqui produzido, como daremos. E espero que esta CPI receba muitos John Textor, receba muitos que queiram denunciar com o conteúdo, com indícios, com fumaça, digamos assim, de prova pelo menos, porque aí a gente pode ir a fundo sem medo. Aqui aqueles que de bem vierem serão bem tratados, como acredito o Sr. John Textor foi, melhor até do que outras instâncias em que esteve, porque aqui nós damos credibilidade.

Se, ao final, V. Sa. estiver 100% certo ou 100% errado, já valeu, porque a gente vai sair da CPI com diagnóstico e com propostas para melhoria também do futebol brasileiro e das instituições. Nós aprovamos a Lei das Apostas, mas não estamos – o Estado – preparados ainda para combater a manipulação.

E o que você nos traz aqui é um alerta no mínimo, no mínimo uma advertência de que o Governo, a Polícia Federal, o Ministério Público e as confederações precisam se preparar rápido, porque há casos de má interpretação da regra do jogo, há casos de edição do VAR, casos de edição do VAR do que é passado na TV para quem assiste a partida pela TV, e há casos de comportamento dos atletas que eu sozinho considero um indício, mas, quem sabe, num conjunto de outros indícios se transformem numa prova, e a gente tem que investigar.

Por final, quero dizer a você, John Textor, e à torcida do Botafogo, e falo como torcedor de outro time, mas falo também como Relator da SAF, porque o resultado esportivo é consequência da boa gestão financeira de um clube, especialmente aquele que se torne SAF; ele não é obrigatório, até porque campeão só há um.

E o que você está fazendo com o Botafogo é exemplar. A torcida do Botafogo deve ter orgulho, na minha opinião, do resultado que o Botafogo teve no campeonato passado. Poderia ser campeão? Poderia – poderia –, não o foi, mas está lá na Libertadores, um clube que é patrimônio do Brasil, saiu da segunda divisão na sua gestão e alcançou a primeira, que não era obrigação do planejamento – eu tenho certeza –,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

mas foi consequência de muito trabalho, do bom trabalho que vocês no Botafogo fizeram, de que o torcedor do Botafogo tem orgulho. Eu vi o Botafogo jogar ontem, e realmente dá pra ver que é um outro time, que tem o dedo aí dos *scouts* contratando, uma gestão correta – eu espero – financeira que possa liquidar o passivo, e o Botafogo ganhar capacidade maior ainda de investimento, pagando seus credores.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – "É muito bom ser botafoguense", de João Saldanha. Como eu não vou lembrar dele, não é?

Como sempre, com propriedade, argumentou o Senador Carlos Portinho.

Apenas dizer aos jogadores, técnicos, dirigentes, árbitros, enfim, todos os envolvidos que possam amanhã ser questionados ou condenados que prestem bem atenção nestas duas palavras: inteligência artificial.

Eu quero dizer aqui rapidamente o que a maioria tem conhecimento – o Girão já até assistiu e me parece que o Portinho já assistiu também –: eu e a Leila do Vôlei somos entrevistadores de um programa em rede mundial de televisão que se chama PodK Liberados. Na semana passada o convidado foi o Presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues, que nos recebeu muito bem, numa entrevista reveladora, mas, quando falei sobre manipulação de resultados, ele respondeu taxativamente que estava 100% à disposição para participar de tudo. Ele precisa entender, o baiano, que é aquela frase: "Não basta ser pai, tem que participar", tem que investigar, tem que mostrar o que ela representa como a entidade maior do futebol brasileiro em risco com a sua credibilidade.

Os cinco minutos finais agora para a explanação do nosso convidado, o Sr. John Textor, CEO voluntário... Voluntário, não, desculpa; majoritário do Botafogo do Rio de Janeiro – mesmo que não seja voluntário, é apaixonado pelo time.

Com a palavra e com a nossa tradução.

Por fineza, fones no ouvido, exceto Portinho.

O SR. JOHN CHARLES TEXTOR (Para expor. *Tradução simultânea.*) – ... de comprovação do ponto de vista de visão computacional de jogos, de partidas, de 7 de novembro de 2023 até agora, e eu já apresentei aqui para os Senadores na sessão secreta.

Eu não espero que todos entendam por que nós precisaríamos de 30 minutos, mas eu gostei muito da oportunidade de ter essa discussão aqui aberta, com questões muito boas e uma avaliação dos diferentes motivos de manipulação de resultado.

Com todo o respeito aqui do Senador, não é uma vergonha para o Brasil, porque, na verdade, se trata de um problema mundial. Eu não estou aqui para poder ensinar nada para vocês. Este é o primeiro





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organismo governamental no mundo a enfrentar essa questão. Nós amamos o nosso clube, logo na sequência, quase como nós amamos a nossa família. E vocês estarem enfrentando isso, isso é digno de destaque.

Eu também tive o prazer de... Eu agradeço pela paciência de me permitir seguir no meu pensamento para produzir não o que vocês consideram como prova. E a imprensa pode apresentar perguntas e vocês precisam estar prontos para responder essas perguntas, assim como o Senador Portinho mencionou. Então, nós fomos ao relatório em si de manipulação. Isso me tomou muito tempo, para confiar nesses relatórios, nessa pesquisa, nessa metodologia, que agora tem sido auxiliada por visão computacional. É importante. Isso já foi utilizado para prender pessoas, para aplicação de sanções, suspensões. É uma novidade, é novo em si e é novo aqui no Brasil, mas tem sido aceito como prova, como comprovação em tribunais. E podemos até discutir se isso é suficiente para chegar ao nível de condenação.

Mas, para mim, meu objetivo era apenas trazer isso. Eu carreguei essa informação, esse fardo por muito tempo. Eu passei muito tempo longe da minha equipe, da minha família, dos meus dirigentes, dos meus jogadores. Eu tratei de preservar ao máximo o meu vestiário. E ocorreu um dos maiores colapsos do desempenho de um time de futebol que já se tem registro, e foi muito dolorido para mim acompanhar tudo isso. Eu não sei qual é esse gringo louco que veio para cá para aplicar essa tecnologia, que não foi inventada por mim, ela foi trazida, mas este é um momento extraordinário para enfrentar esse problema de manipulação dos resultados, que pode ser visto como um balé capaz de manipular tantos esportes e tantos jogos, em tantos esportes ao longo do mundo. E agora nós temos o recurso da visão computacional que pode fazer uma avaliação de todos os árbitros de cada milissegundo de cada partida. Isso se torna cada vez mais difícil para que os corruptos e os corruptores façam uso desse recurso e usem desse expediente para comprometer o nosso jogo. E vemos que o uso dessa tecnologia é forte e precisa ser aperfeiçoado. Essas ideias com o recurso de alta definição e também sistema de múltiplas câmeras podem ser utilizadas para evitar que esses erros voltem a acontecer em qualquer momento no futuro.

Eu me senti muito bem acolhido aqui e agradeço a todos por essa receptividade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Nós que agradecemos, Sr. (*Fora do microfone.*) John Textor. E aqui ninguém fez e nem fará acusações a ninguém ainda.

Agora que uma frase fique clara, ela é até minha, mas tenho certeza de que receberei o apoio da Comissão: dizer que nós temos indícios não significa que nós não poderemos ter provas. Eu acho que isto é importante deixar bem claro.

E eu coloco em votação a ata da presente reunião.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovada.

Gostaria de agradecer a todos os colegas, amigos, Senadores presentes nesta reunião, os ausentes que acompanharam remotamente; agradecer também à minha equipe de gabinete com a competente e histórica assessora desta Casa, a Carol da Luz, a Luma Paschoalato, o Roberto Gonçalves; do gabinete do Senador Romário, o Wester, o Flavio, o Vicente, o Loni, só craques, apenas não no campo como ele; do gabinete do Senador Girão, o Chico e o Roberto; da Liderança do PSB, a Olga, o Santi, o Carlos; agradecer ao advogado do Senado, que tanto respeito, Dr. Octavio, presente do começo ao fim; aos Consultores do Senado Luciano, Tiago Ivo e Vinícius; aos assessores dos Senadores Portinho, Hiran, Veneziano Vital do Rêgo, Chico Rodrigues, presentes em toda a reunião; aos servidores da Secretaria da Comissão, formada por competentes e inquestionáveis, Marcelo Lopes, Antonio Silva Neto e Henrique Cândido.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a nossa próxima reunião, nesta quarta-feira, às 2h da tarde, da 4ª Reunião, que será desta CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas. Declaro então, encerrada a presente reunião.

Deus e saúde, pátria amada!

(Iniciada às 15 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 34 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA CPI DA MANIPULAÇÃO DE JOGOS E APOSTAS ESPORTIVAS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e cinquenta e seis minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Jorge Kajuru, reúne-se a CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas com a presença dos Senadores Angelo Coronel, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Chico Rodrigues, Otto Alencar, Carlos Portinho e Rodrigo Cunha, e ainda dos Senadores Janaína Farias, Professora Dorinha Seabra, Lucas Barreto, Izalci Lucas, Nelsinho Trad e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 3 de 2024** que: "Convoca Lane Gaviolle, Presidente do Tombense Futebol Clube." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru. **Resultado:** Aprovado como convite. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 4 de 2024** que: "Convoca Getúlio Marques Castilho, Presidente do Londrina Esporte Clube." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru. **Resultado:** Aprovado como convite. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 26 de 2024** que: "Convida Felipe Augusto Lyra Carreras, Deputado Federal." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 33 de 2024** que: "Solicita realização de Audiência Pública sobre como as entidades que administram o esporte estão se organizando para prevenir e combater a manipulação de resultados após a regulamentação das apostas esportivas no Brasil, com os convidados que especifica." **Autoria:** Senador Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 35 de 2024** que: "Convida: 1) O Senhor Thairo Arruda, CEO do Botafogo; e 2) Um representante da empresa SportRadar para prestarem informações." **Autoria:** Senador Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 36 de 2024** que: "Convida Glauber do Amaral Cunha, ex-árbitro de futebol, para oitiva a ser realizada em sessão secreta." **Autoria:** Senador Carlos Portinho e outros. **Resultado:** Aprovado como convocação. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 37 de 2024** que: "Convida Daiane Caroline Muniz, árbitra de futebol, para oitiva a ser realizada em reunião secreta." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 38 de 2024** que: "Convida Raphael Claus, árbitro de futebol do quadro da CBF, para oitiva a ser realizada em reunião secreta." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 39 de 2024** que: "Convida Hélio Santos Menezes Junior, Diretor de Governança e Conformidade da CBF, para oitiva perante esta CPI." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 40 de 2024** que: "Convida Wilson Luiz Seneme, Presidente da Comissão de Arbitragem da CBF, para oitiva a ser realizada perante esta CPI." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 41 de 2024** que: "Convida Eduardo Gussem, Oficial de Integridade da Confederação Brasileira de Futebol - CBF, para oitiva a ser realizada em reunião desta comissão." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 42 de 2024** que: "Convida Felipe Marchetti, representante da empresa SportRadar AG, para oitiva a ser realizada em reunião desta comissão." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 43 de 2024** que: "Convida Tiago Horta Barbosa, Chefe de integridade para a América Latina da empresa Genius Sports, para oitiva a ser





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realizada em reunião desta comissão." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 44 de 2024** que: "Convida Emanuel Macedo de Medeiros, Presidente da Sport Integrity Global Alliance - SIGA Latin America, para oitiva a ser realizada em reunião desta comissão." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 45 de 2024** que: "Convida José Perdiz de Jesus, Presidente do Superior Tribunal de Justiça Desportiva - STJD, para oitiva a ser realizada em reunião desta comissão." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 46 de 2024** que: "Convida Régis Anderson Dudena, Secretário de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, para oitiva a ser realizada em reunião desta comissão." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 47 de 2024** que: "Convida Ronaldo Botelho Piacente, Procurador-Geral do Superior Tribunal de Justiça Desportiva, para oitiva a ser realizada em reunião desta comissão." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO Nº 48 de 2024** que: "Convida Júlio Avellar, Diretor de Competições da CBF, como testemunha, para prestar depoimento perante esta comissão." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO Nº 49 de 2024** que: "Convida representante legal da LOTERJ para ser ouvido nesta CPI." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim e outros. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Kajuru

Presidente da CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2024/04/24>

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Hoje é quarta-feira, 24 de abril de 2024. Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da CPI da Manipulação de Jogos de futebol e Apostas Esportivas, criada pelo RQS 158/2024, para apurar, no prazo de 180 dias, fatos relacionados às denúncias gravíssimas e suspeitas de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manipulação de resultados no futebol brasileiro, envolvendo jogadores, dirigentes, árbitros, empresas de apostas, enfim, corruptores e corruptos de A a Z, sem blindar rigorosamente ninguém.

A presente reunião se destina à apreciação de requerimentos, inclusive alguns novíssimos, o que agradará, sem nenhuma dúvida, a nação brasileira, que tem a sua maior paixão no futebol.

Caso o Plenário esteja de acordo, votaremos em bloco todos os requerimentos da pauta: 3, 4, 26... O 26 saiu – desculpa, perdão. É por unanimidade. Isso não significa que ela não haverá. O 33 e os de 35 a 47.

1ª PARTE**ITEM 1****Requerimento Nº 3/2024**

Convoca Lane Gaviolle, Presidente do Tombense Futebol Clube.

Autoria: Senador Jorge Kajuru

1ª PARTE**ITEM 2****Requerimento Nº 4/2024**

Convoca Getúlio Marques Castilho, Presidente do Londrina Esporte Clube.

Autoria: Senador Jorge Kajuru

1ª PARTE**ITEM 4****Requerimento Nº 33/2024**

Solicita realização de Audiência Pública sobre como as entidades que administram o esporte estão se organizando para prevenir e combater a manipulação de resultados após a regulamentação das apostas esportivas no Brasil, com os convidados que especifica.

Autoria: Senador Carlos Portinho



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 5****Requerimento Nº 35/2024**

Convida: 1) O Senhor Thairo Arruda, CEO do Botafogo; e 2) Um representante da empresa SportRadar para prestarem informações.

Autoria: Senador Carlos Portinho

1ª PARTE**ITEM 6****Requerimento Nº 36/2024**

Convida Glauber do Amaral Cunha, ex-árbitro de futebol, para oitiva a ser realizada em sessão secreta.

Autoria: Senador Carlos Portinho

1ª PARTE**ITEM 7****Requerimento Nº 37/2024**

Convida Daiane Caroline Muniz, árbitra de futebol, para oitiva a ser realizada em reunião secreta.

Autoria: Senador Jorge Kajuru

1ª PARTE**ITEM 8****Requerimento Nº 38/2024**

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Convida Raphael Claus, árbitro de futebol do quadro da CBF, para oitiva a ser realizada em reunião secreta.

Autoria: Senador Jorge Kajuru

1ª PARTE**ITEM 9****Requerimento Nº 39/2024**

Convida Hélio Santos Menezes Junior, Diretor de Governança e Conformidade da CBF, para oitiva perante esta CPI.

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE**ITEM 10****Requerimento Nº 40/2024**

Convida Wilson Luiz Seneme, Presidente da Comissão de Arbitragem da CBF, para oitiva a ser realizada perante esta CPI.

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE**ITEM 11****Requerimento Nº 41/2024**

Convida Eduardo Gussem, Oficial de Integridade da Confederação Brasileira de Futebol - CBF, para oitiva a ser realizada em reunião desta comissão.

Autoria: Senador Romário



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 12****Requerimento Nº 42/2024**

Convida Felipe Marchetti, representante da empresa SportRadar AG, para oitiva a ser realizada em reunião desta comissão.

Autoria: Senador Romário

1ª PARTE**ITEM 13****Requerimento Nº 43/2024**

Convida Tiago Horta Barbosa, Chefe de integridade para a América Latina da empresa Genius Sports, para oitiva a ser realizada em reunião desta comissão.

Autoria: Senador Romário

1ª PARTE**ITEM 14****Requerimento Nº 44/2024**

Convida Emanuel Macedo de Medeiros, Presidente da Sport Integrity Global Alliance - SIGA Latin America, para oitiva a ser realizada em reunião desta comissão.

Autoria: Senador Romário

1ª PARTE**ITEM 15****Requerimento Nº 45/2024**

Convida José Perdiz de Jesus, Presidente do Superior Tribunal de Justiça Desportiva - STJD, para oitiva a ser realizada em reunião desta comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Romário**1ª PARTE****ITEM 16****Requerimento Nº 46/2024**

Convida Régis Anderson Dudena, Secretário de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, para oitiva a ser realizada em reunião desta comissão.

Autoria: Senador Romário**1ª PARTE****ITEM 17****Requerimento Nº 47/2024**

Convida Ronaldo Botelho Piacente, Procurador-Geral do Superior Tribunal de Justiça Desportiva, para oitiva a ser realizada em reunião desta comissão.

Autoria: Senador Romário (*Pausa.*)

Eles tratam de convites e convocações para depoimentos de realização de audiências públicas sobre o objetivo de investigação desta CPI.

Do mesmo modo que na primeira reunião deliberativa, fizemos a proposta para que os Requerimentos de nºs 3 e 4, embora estejam com a denominação de convocação, devam ser admitidos e enviados como convite – é aquilo que eu falei: começamos por amor; se não der por amor, vai por dor –, a fim de ressaltar, então, a postura dialogal e também colaborativa de nossa Comissão, em pensamento unânime.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pela ordem, Senador Eduardo Girão, Vice-Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Se quiser se sentar à mesa, fique à vontade, irmão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Não, tranquilo, tranquilo.

Eu queria só lhe agradecer, mais uma vez, por uma reunião estar aqui sendo feita. É a CPI cumprindo o seu papel perante a sociedade brasileira num assunto que tem assustado os brasileiros. Eu acho que é papel nosso também tranquilizar, é papel nosso também ter muita serenidade, porque o Campeonato Brasileiro envolve patrocínios, todo um calendário e toda uma programação. E é como a gente sempre diz, e o senhor também: é o patrimônio do povo brasileiro.

Eu só queria, sobre o Requerimento nº 26, que nós retiramos, por unanimidade, dizer que é um requerimento que eu considero importante, que a gente tem que enfrentar se essa CPI quer ser realmente diferente das outras que tiveram no Congresso Nacional – e eu sei que esse é o desejo do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ela não quer ser, ela vai ser.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, ótimo. Muito bom esse seu compromisso. Tem um requerimento meu, o nº 26, que nós resolvemos tirar por unanimidade, mas...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pelo bom senso seu, aliás.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tiramos hoje, mas o requerimento permanece...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... para que a gente possa pautar mais na frente, que é o do Deputado Federal Felipe Carreras.

É um requerimento em que... Inclusive, na época da própria CPI lá da Câmara dos Deputados, esse assunto foi muito impactante, na época em que a gente estava aprovando apostas esportivas aqui nesta Casa, e denúncias, e a gente tem que ter muita responsabilidade com relação a isso. E tem uma relação com o caso.

Então, o que eu queria dizer é o seguinte: estamos retirando agora, com o compromisso de V. Exa. – e eu queria que o senhor publicizasse isso – de que esse requerimento fica para uma análise posterior, mas o senhor inclui numa agenda próxima, que o senhor vai dizer, daqui a quatro semanas, que a gente possa ouvir o Sr. Mansur, que foi o Secretário do Governo responsável... Inclusive, a matéria capa da



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

revista *Veja* cita o Sr. Mansur. Que a gente possa ouvi-lo aqui nesta CPI, para depois fazer a votação do requerimento do Deputado, para que nós tenhamos transparência nesta CPI, tão importante para o futebol brasileiro e para o Brasil.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Senador Carlos Portinho, com prazer.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Primeiro, quero agradecer a presença de todos os nossos colegas, Senador, Senador Rodrigo Cunha, Senador Chico Rodrigues, todos que nos assistem, Senador Kajuru, nosso Presidente, Senador Girão.

Eu gostaria de tomar alguns minutinhos, porque eu vejo necessidade, Senador Kajuru, de a gente colocar algumas questões exatamente como elas são, e não como vem sendo especulado na imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Concordo plenamente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ontem até conversamos em troca de mensagem, também conversei um pouco com o Girão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E eu até lhe pedi desculpas por um erro.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, não teria nem por quê. A questão maior que me preocupa é quando a gente vê que jogam informação na mídia sem pesquisar a fonte.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se tem alguma fonte que pode dar alguma informação, é o Presidente desta Comissão, é o Relator, é o Senador Girão, o Senador Rodrigo Cunha, são os membros componentes daqui.

Eu digo isso, primeiro, porque alguns veículos de imprensa e alguns veículos de mídia social disseram que o áudio vazado... Olha que irresponsabilidade, gente. Vamos tratar... A gente aqui está tratando com muita responsabilidade esse assunto. Então, eu peço que a imprensa que o cobre trate, por favor...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Da mesma forma.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... com muita responsabilidade, porque isso é coisa séria.

Ninguém aqui está fazendo chacota, como fizeram antes, inclusive, de o Textor vir aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Exato.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Fizeram chacota com as denúncias dele.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – "Ah, isso é chiadeira, porque é chororô do Botafogo", mas ninguém parou para ver as provas...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Exatamente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... que, inclusive, eu prefiro chamar de indícios.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Assim nós definimos, inclusive.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso. Indícios fortíssimos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Fortíssimos.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só esses indícios justificariam que os órgãos que devem prezar pela integridade do esporte – no caso do futebol é a CBF – tivessem mandado isso para o Ministério Público...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... e para a Polícia Federal, e talvez a gente não tivesse nem aberto essa CPI.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É verdade.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por quê? Foi o Ministério Público de Goiás que revelou o que a federação, a CBF, ninguém sabia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Exatamente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Achavam que era história da carochinha, "imagina, manipulação de resultado no Brasil!". Parece até que se esqueceram da máfia do apito, quando não havia nem aposta...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É verdade.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... aqui regulamentada. Então, vamos tratar com seriedade.

Olha o que alguns veículos disseram: que o áudio vazado, o áudio que foi entregue aqui pelo Dr. Textor, seria o áudio do árbitro Claus. De onde tiraram isso?! Ninguém... Primeiro, pelo nosso sigilo...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro! Os telefones nossos estavam desligados, inclusive.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... a gente não poderia nem dizer...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Nem dizer.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... de quem é. Mas, já que o próprio Textor, que nos trouxe a prova – não é, Kajuru? –, ele mesmo revelou, e eu acho que ele fez de boa-fé, porque ele viu que estavam botando na conta de uma pessoa, e ninguém disse que era esse árbitro.

Então, o árbitro é o árbitro que a gente está convocando, o áudio é do árbitro que estamos convocando.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Glauber.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Glauber, na segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Carioca.

Segunda-feira, agora, mesmo sendo semana de feriado, nós teremos sessão.

E, perdão, só para agradecer aqui ao Relator Romário, o nosso irmão, histórico em todos os sentidos. Ele teria uma viagem, ele cancelou porque ele quer estar aqui como Relator nesta segunda-feira. E vamos seguir aquela ordem que nós combinamos aqui, por unanimidade: primeiro, este árbitro, o Gleuber...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Glauber.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Glauber, desculpa – o duro é que ele se chama Glauber; Glauber, para mim, é Glauber Rocha. Depois, nós teremos CBF, perfeito? Depois, Palmeiras e São Paulo e, depois, Mansur. Estou certo? Perfeito?

Siga, por fineza. Desculpa, Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, sobre ainda esse caso do áudio do Glauber, vamos ter a responsabilidade, porque, ao dizerem que o áudio de manipulação, de venda de partidas, de resultados seria do Claus, seria uma grande injustiça...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Total.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... e eu quero deixar claro, com um dos melhores árbitros do Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Também acho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... árbitro FIFA, que merece todo o respeito – todo o respeito. E estavam imputando a ele um áudio, coitado, que nunca houve. Então, vamos ter responsabilidade.

A segunda questão: essa mesma matéria dizia que o árbitro seria um árbitro da Série C do Campeonato Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Rapaz, de onde tiraram que é da Série C do Campeonato Brasileiro? É da Série C do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Um pouquinho do dever do jornalista de ir a fundo: Glauber, onde é que ele está vinculado? Federação do Rio.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Carioca.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ah, então é Série C do Rio de Janeiro. Ele apitou algum jogo da Série C do Brasileiro? Pesquisa lá, gente, pelo amor de Deus! "Não, não tem o nome dele." Então, assim, por que botaram que era do Brasileiro? Não existe áudio de manipulação de Campeonato Brasileiro. Vamos deixar bem claro: até o momento...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ainda não.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... não existe.

O outro reparo que eu preciso fazer: a Anaf soltou, Associação Nacional dos Árbitros...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – A nota, ontem.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... por que tenho o maior respeito... Sempre falei que, na minha opinião, deveriam ser todos profissionalizados, ia melhorar muito a arbitragem. Deveria ser uma associação autônoma da CBF, sempre defendi isso quando era advogado esportivo. Deixando isso claro – e meu respeito à Anaf –, a Anaf soltou uma nota em que ela diz que há muitas críticas ao VAR, que muitos árbitros estão ficando incomodados com as críticas ao VAR e que ela poderia fazer uma paralisação porque árbitros mulheres...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Isso, não estão recebendo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... não estão sendo pagas. Isso, árbitro não ser pago, é motivo de paralisação, como em qualquer categoria, direito de greve por falta de pagamento, dentre outras medidas, está no direito. Com relação a... E por problemas de relacionamento com a Comissão de Arbitragem – e a gente sabe que isso não é de hoje, por isso que talvez a autonomia dos árbitros, a profissionalização, um órgão próprio resolvesse isso. Mas aí resolveram dizer que seria por causa da CPI.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Gente, críticas ao VAR existem desde que o VAR apareceu no mundo do futebol e, mais do que isso, este Senado, Senador Kajuru, Senador Girão, já deu uma grande contribuição para aprimorar o VAR, que foi adotada após a nossa recomendação, numa audiência pública com a CBF sobre o VAR, em cima de um projeto do Nelsinho Trad. A CBF admitiu duas sugestões nossas aqui. Uma, que já estava acontecendo no mundo: ela passou a veicular as imagens do VAR no telão – parabéns, transparência. E a segunda sugestão aqui nossa – e ela disse inclusive na audiência que iria adotar –, que é o árbitro de campo dizer para o estádio o porquê, em breves linhas, ele estava validando ou anulando um gol depois de assistir ao VAR – medida de absoluta transparência.

Então, as críticas ao VAR sempre existiram, desde que nasceu, elas levam ao aperfeiçoamento, como este Senado Federal já contribuiu na matéria, e elas nunca seriam causa, nem as críticas ao VAR, nem esta CPI, para a paralisação, até porque não se está aqui, em momento nenhum, investigando o campeonato de 2024 – vamos deixar claro. A gente está investigando fatos passados, que aconteceram. Aconteceu em 2023, aconteceu porque a SportRadar soltou aquela relação de 109 jogos, não foi só a questão do Textor que...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Aliás, estamos recebendo o relatório agora à tarde.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E ela virá aqui, está convocada, para nos explicar, para todo mundo entender que 109 jogos... Gente, é muita coisa, são 109...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Será dia 7 de maio.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ótimo, dia 7 de maio. São 109... Acho que dia 7 é a CBF.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Dia 7 é a CBF. Aliás, só uma dúvida, por fineza. Hoje nós temos talvez, se não for adiado, o julgamento do afastamento ou permanência do Presidente da CBF, o baiano Ednaldo Rodrigues. No caso de ele ser afastado, como a gente faria o convite para a CBF?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu queria fazer inclusive uma sugestão a respeito disso...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Por isso que estou pedindo aqui, já agora.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está até anotado, eu vou deixar para o final.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só terminar, para a gente alinhar, para quem nos assiste, o que eles estão lendo lá fora e o que está errado no que eles estão lendo lá fora.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, a Anaf soltou uma nota: falta de pagamento de árbitro, péssima relação com a Comissão de Arbitragem, criticam o Wilson Seneme, que certamente aqui também será chamado, como todos os árbitros dessas partidas que tiveram alguma contestação poderão ser chamados, deverão ser chamados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Deverão.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Quero aqui dizer, como advogado desportivo, militei no STJD, que os árbitros sabem que, quando eles são contestados... Isso é comum, toda audiência de STJD vai ter, tem, é frequente um árbitro lá prestando esclarecimento. E eu não tenho dúvida de que não serão os árbitros, por isso, que ficarão intimidados ou magoados por estarem sendo chamados aqui para prestar um depoimento, porque eles já fazem isso no STJD diuturnamente, em muitos processos. E eles vão ser tratados com respeito, respeitando o princípio da inocência, respeitando a pessoa que virá aqui.

Então, vamos deixar – alguns da imprensa, se me permitem – o sensacionalismo de lado. Aqui a gente está tratando de forma responsável, porque envolve pessoas. Pessoas. Então, apurem, chequem suas fontes quando quiserem dar uma matéria. Todos nós aqui estamos abertos e vamos tratar da vida como ela é, e não com manchetes sensacionalistas para ganhar *like* e dizer que é por causa da CPI isso, que é por causa da CPI aquilo.

Bom, por fim, a última questão que eu queria colocar é exatamente essa, Presidente Kajuru. A gente já tem aprovada a convocação do Presidente da CBF.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Certo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está nominado que é o Sr. Ednaldo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Certo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se, por alguma razão, ele deixar de sê-lo, é o Presidente da CBF que virá aqui...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Será Rubens Lopes.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Será aquele que estiver à frente. Mas – aí é o que eu acho que é o mais importante – eu não sei se a gente pode acrescentar a esse requerimento... Porque a CBF tem uma diretoria de *compliance*...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... que foi recém-criada...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... e quem está à frente dela é uma pessoa que merece todo o respeito, porque foi Procurador do Ministério Público no Rio de Janeiro, do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Eduardo Gussem, pessoa de enorme sabedoria, seríssimo. Já estive com ele em outras situações.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu o conheço.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ele assumiu há pouco tempo, não tenho dúvida – foi criada essa diretoria há pouco tempo –, e eu acho que ele, além do Presidente da CBF, seria a pessoa mais adequada para vir aqui para poder nos esclarecer, inclusive – o que eu acho que é a função desta Comissão – a partir do momento da aprovação da Lei das Apostas, que medidas estão sendo tomadas para garantir a integridade por parte da entidade que gere e que tem o dever...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Corretíssimo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... de garantir o resultado esportivo. Isso é o mais importante.

Vocês se lembram que eu fiz a pergunta de se, antes do campeonato, atletas, casas de aposta, árbitro, clubes, CBF assinaram algum documento de *compliance*. Eu continuo com essa dúvida e tenho quase certeza de que não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu tenho certeza. (*Risos.*)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas tudo isso a gente pode perguntar e inclusive sugerir, na conclusão dessa CPI.

E não só, Senador Kajuru, para a CBF, mas para o Governo Federal, porque eu tenho aqui um requerimento, que eu acho que já foi aprovado. Vamos ouvir aqui o Dr. Paulo Gonet, ouvir o chefe da Polícia Federal, por quê? Porque a gente quer saber também o que o Governo... como ele está se preparando, a partir dos recursos que a lei das apostas está encaminhando para esses órgãos, para cuidar da integridade do resultado esportivo e evitar a fraude no resultado. Isso é um dever do Estado. Quiseram aprovar a lei de apostas, assumiram essa responsabilidade, porque em todo o país há grupamentos táticos especializados nas suas polícias federais ou sei lá o nome e há, no Ministério Público, grupamentos especializados só para isso.

Na Alemanha, depois de 2009, do escândalo da manipulação da UEFA, dos jogos da UEFA, foi o que foi feito, e você depois não vê – pelo menos, casos em profusão – manipulação de aposta. Agora, se não fizeram nada, vão deixar o campo aberto para esses aventureiros.

Então, eu queria incluir a CBF, o Presidente, seja ele quem for, e o Dr. Eduardo Gussem, que é o diretor de *compliance*, para nos esclarecer essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Acato.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senador Chico Rodrigues, por fineza.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, com todo o respeito ao autor do requerimento – já havíamos dialogado pessoalmente –, nós havíamos feito a sugestão de que, no item 9, Requerimento nº 39, ele fosse substituído pelo Sr. Julio Avellar, que é Diretor de Competições da CBF, até porque foi ele que depôs na Câmara, então, estaria muito mais abalizado para, obviamente, prestar qualquer esclarecimento aqui na Comissão.

Obviamente, não quero que haja prejuízo ao requerimento do Senador porque, de qualquer forma, o Senador Eduardo Girão está debruçado sobre essa questão, mas a gente vê, exatamente, uma duplicidade.

Então, gostaria de deixar essa avaliação aos colegas da Mesa para que possam decidir pela retirada ou por ir a voto. V. Exa. poderia decidir.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Quero aqui dizer que é muito válida a colocação do nosso querido Senador Chico Rodrigues. Eu tenho, inclusive, um extrapauta para chamar também o Sr. Julio Avellar. Mas uma coisa, como a gente diz no Nordeste, não elimina completamente a outra. Eu acredito que é importante que a gente possa ouvir também o Diretor de Governança e Conformidade da CBF. Por que é importante esse diretor? Porque é ele que trabalha a transparência e a ética.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É verdade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, dentro da escala, nós podemos colocar um no dia ou, no mesmo dia, os dois, sem problema nenhum. Um vai complementar o outro, assim como lembrou bem o Senador Portinho – que até foi aprovado também –, o Presidente da Comissão de Arbitragem, o Sr. Wilson Luiz...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Seneme.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Está também aprovado um requerimento nosso. Então, eu acho que a gente poderia, nesse dia da CBF, chamar todos aqui para que a gente possa ouvir. É importante porque, nos setores deles, é importante que demonstrem o que aconteceu, cada coisa que a gente viu na sala secreta. A gente vai precisar fazer questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

Eu só quero acrescentar ao que bem colocou, como sempre, o Senador Carlos Portinho, quando usou a palavra "indícios", que foi a palavra usada por mim, com todos concordando, anteontem. Agora, isso não significa que indícios não podem virar provas, em função de tudo o que a gente ouviu, viu e estamos lendo.

A partir de hoje, há 180 páginas já à disposição de todos. Amanhã colocarei o relatório da CBF à disposição de todos. A consultoria jurídica do Senado – aqui presente, com o Dr. Otávio –, já começa, também, a ver hoje as 180 páginas trazidas pelo John Textor. E todos nós começamos, também, a fazer esse trabalho e a dar prioridade àquilo que a nação brasileira, apaixonada pelo futebol, mais quer saber.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a nota de ontem da Associação Nacional, Portinho... Eu não sei se você pensa como eu, e eu não estou falando como advogado. Você foi o melhor advogado esportivo do Brasil, eu já falo isso, e não tenho nenhum motivo para não falar. Agora, eu estou falando com você como torcedor de futebol. Eu tenho 50 anos de carreira – sou mais velho do que você – e fiz nove copas do mundo, presente. Eu não concordei com uma parte: quando foi chamado de inconsequente o John Textor, por dizer que árbitros manipulam resultados de futebol; tanto que um árbitro – já que vazou, a gente pode falar aqui – declarou que, aos 16 minutos do primeiro tempo, inventou um pênalti...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Máfia do apito, que existiu e em que só um juiz foi suspenso. Lembra? Só houve uma punição. Então, a Associação Nacional não pode dizer que todo juiz é santo. Tem muito juiz que é santo do pau oco. Se esse juiz...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... como em qualquer segmento, em qualquer profissão, inclusive na nossa, em qualquer uma.

Aí, Senador Veneziano, o árbitro vira e fala, nós ouvimos – já que agora vazou, pelo jornal *O Globo* –, que depois tiveram vários "agarras-agarras" com pênaltis, mas que ele não marcou porque cumpriu a parte dele, só não recebeu a propina que lhe foi prometida. Então, essa gravação desqualifica essa parte da nota oficial de ontem. Só isso que eu queria apresentar.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Eu só queria fazer um aparte.

Você falou muito bem. Indícios são indícios, provas são algo um pouco mais além, têm que ter maior materialidade.

E eu também quero deixar muito claro para quem assiste: existe o erro – o erro de interpretação – e existe o erro para manipulação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim, o intencional.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Em nenhum, momento, até aqui, com base no que a gente recebeu, nenhum de nós afirmou ou poderia afirmar que houve erro para manipulação. Mesmo o que nós vimos, uma divergência ou uma edição de imagem da cabine do VAR para o que foi a campo, a gente não está, em nenhum momento, dizendo que foi feito para manipular. Isso interferiu, na minha opinião, na decisão do árbitro, porque lhe faltou um fragmento



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

fundamental num lance capital de uma partida para que ele decidisse corretamente. Ainda estamos, todos nós, considerando grave, mas como um erro.

Erro para manipulação, aí, vai depender de prova, não só do indício.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Concordo mais uma vez.

Bem, de forma simbólica, peço a compreensão de todos, vamos votar "sim" em todos os requerimentos apresentados?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Incorporando a sugestão do Chico?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É, a do Senador Chico.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Incorporando a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não entendi.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

Então, todos aceitos?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Todos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Todos aceitos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Acrescendo, mas não substituindo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, entendi.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Acrescendo...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ...cearense.

Eu preciso falar aqui que eu amo o Ceará, porque segunda-feira eu fiz uma brincadeira: que o Girão nasceu no Ceará e que por isso ele não fala inglês como o Portinho. Foi uma brincadeira minha, claro. Tem muito cearense que fala inglês, fala alemão, fala dinamarquês. Não é, não?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – "Cearensense."

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – "Cearensense?" (*Risos.*)

Tem aqui um requerimento extrapauta, não é isso? (*Pausa.*)

Declaro aprovada, então, a questão de todos os requerimentos aceitos.

A questão do árbitro Glauber Amaral Muniz, eu peço aqui... Eu nunca decido nada sozinho, embora tivesse o direito. O Amaral Cunha, o Glauber, o árbitro da gravação que nós temos, os senhores concordam que, no caso dele, como já houve esse vazamento, a gente, ao invés de convidá-lo, convoque? Qual é a opinião dos senhores? (*Pausa.*)

Concordam? Pode ser? (*Pausa.*)

Portanto, ele está convocado para a próxima segunda-feira, dia 29.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pode ser. Vai ser uma sessão...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – A outra reunião será dia 7 de maio, certo?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Certo. A outra será dia...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E depois seguiremos...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Toda semana?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não; nós teremos uma também dia 8 de maio, depois da CBF...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... com Palmeiras e São Paulo, os presidentes.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito. E aí na...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E aí 13, segunda-feira, 13 de maio, em que o Romário, inclusive, estará de volta.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Treze seria a do Mansur...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Hã? Treze é segunda-feira.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Treze de maio é a que seria do Mansur?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Exatamente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Só uma pergunta: essa sessão... Como é que vai ser a modalidade dessa sessão de segunda-feira próxima?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Começa às 3h da tarde...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Começa às 3h. Vai ser aberta? Como é que vai ser?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Essa? Aberta.

Ah, você fala da conversa com ele?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sim, com o árbitro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu atendo a sugestão de vocês. Depois do que vazou, eu não sei se ela precisa ser secreta.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Acho que é importante que seja secreta, Senador Kajuru.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então, mantemos. Essa foi a nossa decisão anteontem, não foi? (*Pausa.*)

Só que tem uma coisa: aí ela não poderá ser remota, hein? Terá que ser presencial. Como é que faz? Dia 29.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Dia 29, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Hã?

Dia 29 você vai poder, Portinho? Como é que faz? Porque é Regimento...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tem algum problema...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Secreta não pode ser remota.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... que seja aberta, Senador Veneziano, Senador Chico Rodrigues?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu não vejo nenhum problema em ser aberta.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Porque pode ser remota, alguns colegas podem estar...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Muito provavelmente, Presidente...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Se ela for aberta, ela pode ser remota.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Muito provavelmente, na semana vindoura, por força...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Do feriado?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – É. Até em razão de as duas Casas estarem por anunciar as atividades semipresenciais...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O Senado já anunciou, inclusive.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Pois é.

Fatalmente, ou muito provavelmente, poucos dos Congressistas estarão presencialmente. Se V. Exa. definir como reunião presencial, é pouco provável que nós consigamos ter número...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Quórum.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... regimental para dar sequenciamento.

Se V. Exa. achar que não há problema e, evidentemente, ouvido o Colegiado, para que nós assim o façamos – aberta, *online* –, tudo bem. Aí vai depender da compreensão sobre o tema ou os temas...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... se são mais sensíveis a uma exteriorização e publicização no primeiro momento ou não; aí depende de V. Exa. e, evidentemente, da fala do Colegiado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, eu sempre respeito a tua...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu tenho uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... experiência, Veneziano. Eu penso que um assunto tão grave como esse, a questão desse árbitro, com a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gravação dele... Porque ele vai ter que falar pra nós aqui, de qualquer maneira, qual foi o clube, qual foi o corruptor, quem é que ofereceu propina, se ele já recebeu, não recebeu, tudo isso vai ser questionado.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Para falar, tem que ser secreta.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Aí eu pergunto: você, ausente?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Não, mas o Girão vai dar uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Qual é a sugestão?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu queria dar uma sugestão, porque eu acho que, para o andamento – e muito bem ponderou aqui, com a sabedoria que tem, o Senador Veneziano, experiente –, eu acredito que a gente possa fazer, se todos concordarem, uma inversão...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Qual? Ser dia 7?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Por exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ser dia 30?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... seria... A gente poderia antecipar o da CBF...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Não, porque...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pode ser também; antecipar o da CBF, que estava...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E deixar o árbitro para a outra segunda?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E deixava o árbitro para a outra segunda.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Que seria dia 6.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Para que a gente pudesse fazer.

Tem outra sugestão também, do Senador Portinho. Vamos lá, Senador Portinho!

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vamos lá, que a gente vai...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu sou o Presidente mais aberto a sugestões.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Aí, pensando... É apenas a gente não fazer nada no dia 6, e fazer 7, 8 e 9. CBF, no dia 7; Palmeiras...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu topo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... dia 8; e, no dia 9, o árbitro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Se quiser fazer domingo, eu topo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É uma quinta. Entendeu? Dias 7, 8 e 9.

O árbitro a gente faz numa quinta.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – E tem as outra Comissões, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, a gente faz no período... O horário nosso é 14h.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A gente já tem 7 e 8.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Nesse horário nosso, não tem Comissão.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A gente já tem dia 7 e dia 8.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Dia 8, inclusive, se não me engano, é uma quarta, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Dia 8 é quarta.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Que tem um montão de Comissão, e a gente botou o Palmeiras. Então, já que... Botar no dia 9 o árbitro, que é uma quinta, que é um dia mais morto – não é morto, porque todo mundo trabalha, mas eu digo que aqui o movimento é menor –, fazer dias 7, 8 e 9.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu concordo.

Vocês concordam?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tem um detalhe. Tem um detalhe, uma informação que eu recebi agora.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Qual?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Dia 7...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Terça-feira.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... terça-feira, tem uma audiência de que a gente deve estar, todo mundo, participando aqui, que é a questão dos cassinos, vai ter uma ampla discussão no Plenário... No Plenário, não, mas na Comissão, na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mas vai começar que horas? Dez horas da manhã.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Vai começar às 10 da manhã, e, como são muitos convidados, eu não sei se...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mas a nossa sessão pode começar às 15h, 15h30.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pode, sem problema nenhum.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Por conta do Plenário.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Agora, abre o Plenário também, não é? Estamos numa sinuca de bico, hein?

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. *Fora do microfone.*) – Se tiver Ordem do Dia, não pode.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tem Ordem do Dia.

Por que a gente não antecipa a CBF para a semana que vem?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Para o dia 6?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sim. Na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Segunda-feira agora?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Dia 29, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perdão, dia 29 agora.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Dia 29. Porque aí faz aberta...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O Portinho pode?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Faz aberta, faz remota.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então pode ser.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pode.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pode.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ótimo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Aí a gente vê o calendário e resolve as outras. Mas não mudamos a ordem. Só mudamos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Aqui tem um requerimento do nosso querido Capitão Styvenson e também do Senador Girão para intimar a Loterj. É o Requerimento nº 49.

Eu coloco, simbolicamente, se há concordância de todos... *(Pausa.)*

Havendo a concordância, aprovado.

Bem, então, antes de encerrarmos, eu gostaria de informar que serão encaminhadas aos Senadores membros e suas respectivas equipes as normas de acesso à documentação sigilosa da CPI definidas pela Presidência. Trata-se de praxe das CPIs para preservar a integridade e a idoneidade dos documentos recebidos, considerada a sua relevância.

Destaco aqui, ainda, que a Secretaria desta Comissão é responsável pelo cadastramento de todos os que poderão ter acesso aos documentos sigilosos, nos termos descritos nas normas de acesso.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos e todas, convidando-os para a próxima reunião, a realizar-se na segunda-feira, agora, dia 29 de abril de 2024 – segunda-feira –, às 15 horas, via remota, no caso, híbrida. Perfeito?

Então, tudo esclarecido?

Deus e saúde a todos.

Agradecidíssimo.

(Iniciada às 14 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 32 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS ATIVIDADES RELATIVAS AO ENFRENTAMENTO DA CALAMIDADE QUE ATINGIU O RIO GRANDE DO SUL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dezessete horas e quarenta e quatro minutos do dia sete de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Esperidião Amin, reúne-se a Comissão Temporária Externa para acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul com a presença dos Senadores Hamilton Mourão, Ireneu Orth, Alessandro Vieira e Astronauta Marcos Pontes. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Kajuru e Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A reunião é suspensa às dezessete horas e cinquenta e três minutos e reaberta às dezoito horas e hum minuto. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição.** **Finalidade:** Instalação e Eleição. **Resultado:** Instalada a Comissão. Eleito Presidente o Senador Paulo Paim e Vice-Presidente o Senador Ireneu Orth. Designado Relator o Senador Hamilton Mourão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da CTERS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2024/05/07>

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Temporária Externa criada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 5, de 2024, com a finalidade de acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8373521430>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

calamidade ocasionada pelas fortes chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul e apresentar medidas legislativas para auxiliar na superação da situação.

Esta reunião destina-se à instalação da Comissão e à eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente desta Comissão.

Instalada a Comissão, consulto as Lideranças sobre as indicações para o preenchimento dos cargos de Presidente e Vice-Presidente desta Comissão.

Antes de franquear a palavra, quero informar que, obviamente, caberá ao Presidente, ao Vice-Presidente e à Comissão estabelecer depois o seu cronograma de trabalho, incluindo plano de trabalho e similares.

De maneira muito informal e fraterna, eu franqueio a palavra aos nossos ilustres representantes.

Sabemos que está havendo uma sessão no Plenário, com votação daqui a pouco, discussão e votação do projeto de decreto legislativo apresentado pelo Presidente da República, de sorte que alguns dos integrantes ainda estão se dirigindo para cá, mas eu registro a presença do Senador Hamilton Mourão e do Senador Ireneu Orth e lhes faculta a palavra.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Bom, Senador Esperidião, Senador Ireneu, eu julgo que seria importante a gente aguardar pelo menos a chegada aí do Senador Paulo Paim, que ainda está terminando o relato dele sobre o PDL que está em votação, e acredito que será aprovado sem maiores problemas...

O Alessandro e o Astronauta deram presença. Então, eu acho que seria melhor dar uma seguradinha aqui e esperar, para a gente definir os cargos, que eu acho que é o ponto focal da reunião de agora.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu aproveito para, complementando as palavras do Senador Hamilton Mourão, dizer que recebi aqui a informação de que o bloco respectivo indicou o Senador Jorge Kajuru Nasser para integrar a nossa Comissão Temporária. *(Pausa.)*

Anuncio a chegada do Senador Paulo Paim, que realmente já apresentou o relatório, mas não foi votado ainda.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Acredito que a votação lá vai ser simbólica – não é, Senador Esperidião? – e acho que o importante aqui – e podemos definir – é nós colocarmos claramente os dois aspectos básicos desta Comissão, que são: definir quais são as legislações que precisam ser aprovadas, no sentido de a gente socorrer o Estado do Rio Grande do Sul e sua população, e também o papel de fiscalização de que isso ocorra tanto em contato com o Governo Federal como também com o Governo estadual e com os municípios.



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8373521430>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na segunda-feira, eu recebi a execução orçamentária do que tinha sido a MP, acho que era a 1.188, do ano passado, de 18 de setembro, e ali tinham sido alocados em torno de R\$361 milhões para essas ações de defesa civil, de reconstrução daqueles municípios do Vale do Taquari. Foram empenhados R\$293 milhões, ou seja, ainda tinha um saldo de R\$68 milhões aproximadamente, liquidados também os R\$293 milhões e pagos, até hoje, R\$140 milhões – menos de 50%.

Então, acho que esse é um ponto a que nós vamos ter que estar atentos.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Acho que isso que o senhor falou de acompanhar, fiscalizar, auditar, no sentido mais amplo da palavra – não é propriamente auditar a regularidade, mas a efetividade –, já justificaria a Comissão, porque, realmente, a diferença em termos de tempo e de quantia do que é anunciado e do que é liberado sempre apresenta uma defasagem muito significativa.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – É, e hoje, pela manhã, Senador Esperidião, eu conversei com o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, que é gaúcho, o Paulo Ziulkoski, e ele coloca claramente que o que os Prefeitos estão precisando hoje, de imediato, é de dinheiro na veia. Então, medidas simples resolvem a situação imediata. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu queria fazer uma arguição até existencial: Senador Paulo Paim, o senhor não é mais velho do que eu não?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Eu acho que não, mas não tenho problema...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Olha, pelo menos por cabelo branco, o senhor dá de banho, não é? (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Sete quatro – sete quatro.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É, então é mais moço.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – É um garoto ainda, é um garoto.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sete meia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, isso!

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Como se diz? Classe 47. Ele é classe 49.



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8373521430>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Não, o Paim é classe 50.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sou de 1950.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Bom, aproveitando a sua chegada, com a bancada do Rio Grande na ativa, 100% presente, não deixo de aqui homenagear o meu querido amigo, muito fraternalmente, nosso querido Luis Carlos Heinze, que nós consideramos presente aqui, porque todos nós estaremos também representando-o, representando a sua pessoa neste evento, além do próprio Senador Ireneu.

Eu acho que vocês têm que confabular, porque, na minha opinião, é óbvio, na minha opinião pessoal, eu acho que a Presidência e a Vice-Presidência desta Comissão têm que ser do Rio Grande do Sul. Não tem nenhum cabimento imaginar ser algo contrário. É uma questão mansa e pacífica. Falo como o mais gaúcho dos estrangeiros.

O Alessandro Vieira é gaúcho também. O Alessandro Vieira é de Passo Fundo.

Essa gente aí está andando pelo mundo inteiro.

O Senador Alessandro Vieira, queria que a mesa conferisse, é nascido em Passo Fundo.

A conferir.

Confere?

Nascido em Passo Fundo, tchê.

Senador Marcos Pontes, o senhor nasceu no interior de São Paulo, em Bauru. Depois, inventou o famoso sanduíche...

E eu tive um grande professor de biologia chamado Norberto dos Anjos Ferreira. O apelo dele era Bauru. Ele era de Bauru, São Paulo. Norberto dos Anjos Ferreira.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, eu acho que vocês três deviam se entender logo antes que o Kajuru se candidate. *(Pausa.)*

Senador Alessandro, neste momento, a sessão está suspensa para um conciliábulo proposto por mim, no sentido que um da bancada do Rio Grande do Sul – não a nativa, pois, senão, V. Exa. poderia ser, mas um dos três Senadores da bancada do Rio Grande do Sul – seja o Presidente da Comissão e escolha, se possível, um colega seu do Estado do Rio Grande do Sul como Vice-Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8373521430>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O nosso representante de Bauru concordou, o Senador Marcos – de Bauru na Terra e de todo o universo no céu –, e V. Exa. e eu ficamos aguardando que S. Exas... E caberá ao Presidente nos orientar.

Informo a V. Exa. também que foi indicado... Aliás, foi ou não foi indicado o Kajuru? Foi, não é? *(Pausa.)*

O Senador Jorge Kajuru foi indicado, ainda que não tenha... *(Pausa.)*

Podemos, PSDB e PDT. *(Pausa.)*

Tudo certo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, eu, neste momento, num ato de respeito óbvio à nossa querida comunidade do Rio Grande do Sul e ao Estado do Rio Grande do Sul, reafirmando aqui o meu desejo pessoal – e tenho certeza de que o de todos os demais – de darmos a maior contribuição possível para... *(Pausa.)*

Primeiro, declaro reaberta a reunião.

Estou fazendo uma brevíssima alocação, só para reiterar a minha disposição pessoal de contribuir para o êxito da reunião, cuja utilidade já foi aqui comentada.

E eu convido para ocupar esta cadeira o Presidente escolhido por vocês.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O meu papel agora, então, é indicar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – São indicados: para Presidente, PP – conhecido aqui como PP –, Paulo Paim, que, na pia batismal, ganhou essa sigla; para Vice-Presidente... Ele escolhe ou anuncio depois? *(Pausa.)*

Senador Ireneu Orth.

Primeiro, vamos elegê-los, não é?

Os nomes estão lançados. Eu peço que nós, que aqui integramos, os saudemos com um aplauso, que significa a eleição. *(Palmas.)*

Com muito prazer, passo a Presidência dos trabalhos ao Senador Paulo Paim.



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8373521430>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, de imediato, eu convido – como é que ficou mesmo, o Ireneu ficou de Vice, não é? – o Senador Ireneu, de Vice, para que ele venha aqui à mesa para ficar do nosso lado. Agora eu vou dialogar com ele para a gente ver quem vai ser o Relator. E disseram que tem que ser do Rio Grande do Sul também. (*Risos.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Tem gaúcho aqui, não vão me esquecer

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De imediato, então, seguindo o ritual aqui, eu indico o Senador Mourão para ser o Relator. (*Palmas.*)

Assim, os três gaúchos mostram afinidade, companheirismo, solidariedade, numa demonstração clara de que a questão aqui não ideológica, não é partidária. Senão, tudo aquilo que a gente fala na tribuna, e demonstramos, a emoção de todos nós... Uns demonstram mais, outros menos, mas todos estão emocionados com a situação do Rio Grande do Sul.

Então, a partir deste momento, eu já abro a palavra a todos os membros desta Comissão para que possam interagir e apontar os caminhos. Se alguém tiver alguma sugestão e quiser ir colocando, de plano de trabalho, nós estaremos já encaminhando.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pedindo licença da palavra, primeiro quero parabenizar os indicados eleitos. O Estado do Rio Grande do Sul seguramente está muito bem representado, e o Brasil, através dos senhores.

A experiência na pandemia da covid nos trouxe alguns aprendizados. Em particular, aqui o Esperidião Amin participou comigo de algumas das principais relatorias e processos que nós tivemos naquela época. E a lógica manda...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Falha minha, não é? E me permito interromper V. Exa. para convidar o Senador Hamilton Mourão, que vai ser o nosso Relator, para que venha para a mesa.

A palavra volta a V. Exa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Em ótimas mãos a relatoria.



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8373521430>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aquela experiência, Presidente Paim, nos mostrou que existe uma sequência de atos que precisa ser concatenada aqui. Nesse primeiro momento é de salvamento das pessoas propriamente ditas. A Presidência da República optou, a equipe do Presidente Lula optou pelo PDL, por entender que seria um caminho mais rápido, mas isso não afasta a necessidade de levar para a Constituição mecanismos de socorro para os estados com a magnitude que hoje só estão reservados para calamidades nacionais. E, nesse sentido, tem a PEC 15, já apresentada e com a assinatura de todos, e que deve tramitar.

Para amanhã, na pauta de Plenário, acredito, nós teremos a votação do Projeto 4.129, que trata dos planos de mitigação desse tipo de situação também em esfera nacional. Isso é importante, porque esse tipo de drama vai se repetir pelo Brasil afora. Hoje, em Sergipe, no Nordeste do Brasil, eu tenho cinco municípios com alagamento severo, dois deles com problema mais grave. Graças a Deus, nada semelhante ao que o Rio Grande do Sul enfrenta, mas problemas que se repetem, que vão se agravar com o tempo. Nós todos já sabemos que tem previsão de problemas no Norte nos próximos dias.

Então, que esta Comissão tenha essa capacidade de atender bem ao Rio Grande do Sul, a emergência imediata.

A reconstrução – o Senador Ireneu foi muito feliz na fala em Plenário – será longa, difícil, mas temos absoluta certeza de que muito bem-sucedida, pela força que o povo do Rio Grande do Sul sempre demonstrou e pelo apoio que o Brasil certamente irá prestar, mas temos que criar mecanismos para que esse tipo de drama não se repita com essa frequência. Nós teremos cidades que terão que ser realocadas, inteiras, no Rio Grande do Sul e em outros estados, porque os problemas são claros, os riscos são muito elevados, e nós temos que tentar preservar vidas, empregos e renda.

Então, que o plano de trabalho – e talvez o Esperidião Amin me secunde nessa iniciativa – venha do nosso Relator, acho que é muito natural que ele sugira um roteiro, ele é um homem preparado para isso tudo, e estaremos dispostos sempre à colaboração, na sequência de preservar os seres humanos; depois os empregos; depois a reconstrução de infraestrutura – tudo com muita brevidade, porque a dor do povo não espera; tem urgência.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – ... a sua bela contribuição, já apontando...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Eu vou passar a palavra a cada um dos Senadores.

Senador Esperidião Amin; depois o Relator e o Vice dão a sua contribuição, ouvindo primeiro o Plenário.



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8373521430>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, eu me sinto muito honrado por ter aberto esta sessão e muito feliz pela demonstração de unidade que a bancada de Senadores do Rio Grande do Sul afirma aqui, em demonstração prática, e tenho certeza de que esse espírito fraterno permitirá que nós sejamos úteis. Nada mais do que isso: úteis, ao transformar em realidade – como lembrou há pouco o Senador Mourão, ao falar... Se a memória não vai me falhar, R\$361 milhões era o valor destinado; R\$293 milhões foram empenhados e liquidados; pagos, R\$140 milhões. Ou seja, para aproximar o quarto número do primeiro, é preciso que haja o nosso empenho e, naturalmente, caberá a todos nós estimular que o uso do recurso público seja exemplar na forma e no resultado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Senador.

Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado; obrigado, Presidente. Antes de mais nada, quero parabenizar a iniciativa e a escolha, também, dos Presidente, Vice e Relator; isso também é muito importante.

Eu tenho, como já sabem, um carinho muito especial pelo Rio Grande do Sul – morei lá, meu filho nasceu lá – e todos nós, neste momento, de certa forma, somos gaúchos; a gente precisa ajudar o estado. Cada um de nós aqui tem toda boa vontade de se colocar à disposição para resolver os problemas.

Existe, obviamente, uma sequência lógica que vai ser determinada no plano de trabalho. O Senador Alessandro já deu um ponto de partida: sem dúvida nenhuma, reforçar a busca e o salvamento neste momento; depois, como nós não sabemos quanto tempo vai durar isso aí e as dificuldades que vão se passar enquanto a infraestrutura não é recuperada, é importante reforçar o que existe de infraestrutura para se ajudar na continuidade, vamos dizer assim, do problema, e como continuar a salvar vidas nessa situação; depois, a reconstrução da infraestrutura – é importante essa reconstrução –; depois, a reconstrução da economia do estado, que também tem que ser recomposta. Tudo isso vai precisar de recursos, e nós precisamos trabalhar aqui para a liberação desses recursos de todas as formas possíveis e, por último e muito importante também, que esse aprendizado, não só das operações – agora falando como militar –, das operações agora em combate possam ser registradas para que sejam aperfeiçoadas e utilizadas em outras situações, mas também a prevenção e a preparação.

Então, hoje, com uma satisfação também com a relatoria do Senador Esperidião Amin, nós aprovamos na Comissão de Assuntos Econômicos o PL 5.002, de minha autoria, que trata de gerenciamento de riscos para desastres naturais, que foi feito na verdade pelo Cemaden (Centro de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais), com a defesa civil – por oito meses trabalharam com isso –, e a gente espera, foi aprovado o requerimento de urgência, que isso aí corra rápido, de forma que nós possamos utilizar essa estrutura depois, essa governança para prevenir ou para ajudar a mitigar os riscos de ocorrências futuras. E



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8373521430>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

nós sabemos, do que nós temos certeza é que eles vão aumentar em frequência e aumentar em intensidade por causa das mudanças climáticas. É bom nós ficarmos preparados para isso. Eu trabalhei 30 anos com investigação e prevenção de acidentes. As pessoas veem um fato acontecer, existe comoção, e é importante que haja solidariedade, e depois se esquecem, e outros casos acontecem. A gente não pode esquecer, a gente precisa trabalhar na prevenção para mitigar esses riscos.

De imediato, a gente fala do Mato Grosso e do Pantanal, que vão sofrer – já está anunciado isso – bastante com uma seca muito grande lá, e isso vai trazer incêndios. Então, o que está sendo feito neste momento para isso? Precisa começar a ação agora.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Astronauta Marcos Pontes, muito obrigado.

Como os Senadores que estão no Plenário já usaram a palavra, eu vou de imediato passar para o meu Vice, Senador Irenêu, para o nosso Vice, de todos!

O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Boa tarde a todos.

Referindo-me aqui ao que o Esperidião falou, da unidade das questões, nós três somos de partidos diferentes, mas o eleitor, quando nos elegeu, não só a nós, a todos que estão aqui, escolheu pensando em uma alternativa ou achando que esta ou aquela pessoa era melhor. Porém, a chuva, a tempestade não escolheu as pessoas. Todas foram atingidas, independentemente de partido político. Esta é uma razão que nos une, nos emociona, quando falamos da situação do Estado – eu vi o Paim conversando lá emocionado. Hoje pela manhã, na Comissão da FPA, o Antônio da Luz, que é um economista muito renomado do Rio Grande do Sul, fez um relato que emocionou quase a todos que estavam ali, mostrando imagens, mostrando fatos que aconteceram e situações reais. Então, a gente sabe que as pessoas que foram atingidas são muitos amigos da gente, da família da gente, conhecidos da gente, e mesmo não sendo, são gaúchos e que sofreram muito.

Então, o nosso trabalho vai ser, sem sombra de dúvidas, esquecendo qualquer questão partidária. Nós temos que realmente focar na população, no povo atingido, nas soluções dos problemas de ordem pública, que são muitos. Nós temos muitos estragos nas questões públicas, rodovias, ferrovias – hidrovias não, porque a água subiu –, mas colégios, hospitais e tal. E, na iniciativa privada, nós perdemos uma grande área do Rio Grande que era altamente produtiva em hortifrutigranjeiros na região aqui do Vale do Taquari. Perdemos animais tanto bovinos, como suínos e aves, que foram embora. E perdemos plantações, hortifrutigranjeiros, eu já falei, assim como a plantação de arroz, que é um elemento essencial para a nossa sobrevivência, e ele foi muito atingido. Então, nós temos que também, além de toda a recuperação de ordem pública das cidades que têm que ser feitas, também nos preocupar com o campo, porque, não tendo a recuperação desta área no estado que foi atingido, seguramente nós não vamos ter condições de produzir



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8373521430>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alimentos suficientes para atender o Rio Grande e o Brasil, muitos produtos dali vão para o Brasil, assim como a exportação.

Então, o nosso trabalho vai ser árduo. Vamos, Mourão, nos dedicar. Sem sombra de dúvidas, estamos bem dirigidos pelo nosso Paim, que é um profundo conhecedor do sistema de funcionamento aqui da Casa. Eu tenho certeza de que a gente vai fazer um bom trabalho de acompanhamento em prol do povo gaúcho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Ireneu, que chegou há pouco tempo na Casa, não é? Mas ele diz que eu domino tudo, mas ele chegou dominando já, ele chegou bem!

Senador Hamilton Mourão, Relator indicado por nós todos, a palavra é sua.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, caros colegas, em primeiro lugar eu agradeço a nobre missão que me foi concedida. Eu espero, dentro de dois dias, podermos já apresentar um planejamento, Presidente, para que seja votado, mas peço que todos que tenham suas ideias me abastecem porque tem que ser um trabalho conjunto, obviamente.

O Senador Alessandro colocou já muito bem que nós temos uma manobra de três fases. Nós estamos numa fase agora de salvamento, de resgate, de manutenção da segurança pública, que começa a se deteriorar. Hoje o Governador do estado pediu apoio da Força Nacional. Poderá ocorrer o problema de ter que pedir apoio das Forças Armadas. Isso leva a um decreto de garantia da lei e da ordem. Então, são medidas extremas que podem ter que ser tomadas.

Há os primeiros passos para a reabertura. As pessoas têm que voltar. As águas vão baixar, as pessoas têm que voltar, têm que começar a trabalhar novamente. A reconstrução, como está colocado.

E há uma terceira fase, que eu considero de suma importância, que talvez pode não ser nossa responsabilidade total, mas a gente pode apontar um caminho, que é um projeto de resiliência climática, porque a gente não pode mais continuar... E aí, tem um ditado do Exército que diz que todo ano a gente é surpreendido com o Sete de Setembro, vai ter desfile. A gente não pode mais ser surpreendido todo ano por catástrofe dessa natureza e não ter um planejamento coerente, equipamento repositicionado, de modo que se enfrentem essas situações com menos sofrimento para a nossa população.

É só isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Eu vou fazer uma fala aqui bem rápida e prometo que não vou ler tudo isso que a assessoria me deu aqui, que é a fala de abertura aqui, que eu devia ter feito inclusive na abertura. Eu só quero, com muito



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8373521430>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

carinho, cumprimentar todos os senhores, os senhores que estão no Plenário, os senhores que estão aqui na mesa.

Todo mundo sabe que eu presido a Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado; presidi a da Câmara muito tempo também. Acho que, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, eu devo ter, no mínimo, uns 15 anos. Então, a minha posição – e por isso conversamos muito aqui, para decidir quem seria o Relator e quem seria o Vice – são as pessoas, as políticas humanitárias. A forma, como eu falei no Plenário, é a mesma forma com que vou trabalhar aqui.

Eu tenho certeza – conversando aqui, com meus dois parceiros de mesa – de que o relatório será um só. O relatório será nosso, porque havia um debate aqui: "Mas quem vai ser o Relator? Quem vai ser o Presidente?". Nós três conversamos; não há problema nenhum. Qualquer um de nós três – assim nós conversamos – poderia ser o Relator ou o Presidente. Nós vamos fazer um relatório coletivo, porque ele não é dos três; é de todos os oito desta Comissão. Não vai haver atrito nenhum, tenho certeza absoluta, quando o foco são as pessoas, se o foco são as políticas humanitárias.

Nós todos acompanhamos lá, e vocês mais à distância, a realidade do Rio Grande do Sul. Aquilo lá é um filme de terror. Aquilo, de você olhar as pessoas gritando no meio da noite, que vão morrer – "Nos salvem!" –, entregando as crianças, e o pai e a mãe ficando. Aquilo tudo que foi falado por nós todos, cada momento que passamos, e sabemos que esse tema que tratamos agora não é para oito meses, um ano, dois anos; provavelmente, serão três, quatro anos.

Nós sabemos também que não é emenda de Senador ou Deputado, embora nós vamos nos doar, com o maior orgulho e satisfação, que demos nossa contribuição integral em emendas de bancada, emendas de Senador. Estou falando, claro, aqui, em nome dos Senadores do Rio Grande, se assim me permitem, porque essa é uma posição que nós vamos tomar juntos, mas, pelo outro lado, também nós temos que lembrar que a reconstrução do Rio Grande não é ficar falando em milhões; são bilhões. Alguém tem dúvida quanto a isso? Os investimentos que vamos ter para recuperar o nosso estado são na ordem de bilhões. Quem viu como está aquele estado sabe disso.

O senhor relatou muito bem, e o senhor também, Senador. Os senhores, os dois, relataram muito bem a realidade. Fábricas inteiras tomadas, cheias d'água. Perdeu o empresário, perderam os trabalhadores, perderam todos, e os que mais perderam foram os que perderam a vida. E, nisso tudo, nós vamos ter que encaminhar o que fazer. Podemos construir proposta imediata, do seguro-desemprego, por exemplo, do fundo de garantia. Como é que entra a previdência, o seguro social, porque é um seguro social?

Essa população de que o rio levou embora pela terceira vez já as suas casas, vão reconstruir as casas ali? Claro que não. Eu vi ontem ainda um vídeo da China, em que eles, na prevenção, deu um problema semelhante a esse, não constroem mais ali; vão para outro lugar, mudando cidades inteiras.



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8373521430>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Mudando a casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mudando a casa, mudando tudo, mudando as fábricas, mudando tudo mediante os efeitos dos ciclones, enfim, da crise climática.

Eu tenho certeza, pessoal, porque, antes de assumir aqui, eu falei com o Governo também. Todo mundo sabe que eu sou da base do Governo e vou me portar aqui como um parceiro de todos para ajudar a interagir junto ao Governo. Aquilo que nós construímos de forma coletiva, que eu possa chegar ao Presidente... Nós podemos chegar ao Presidente, mas falo mais como Senador da base do Governo. Conheço o Presidente Lula há mais de 40 anos. Não tenho isso de mandato, mas o conheço há mais de 40. Eu tenho 37 de mandato. E sei que ele é sensível, como todos nós somos. E com essa fala rápida, na visão de que nós vamos aqui nos preocupar principalmente com as pessoas, mas com todas as pessoas, ricas ou pobres. Vamos nos preocupar com todas as pessoas: com o empregador e com o empregado, com o setor do agronegócio, mas também com o MST, vamos olhar para todos, como para a agricultura familiar, por exemplo. Nós vamos olhar para todos e haveremos de construir um bom, um bom caminho.

Permitam que eu termine dizendo: vida longa ao povo brasileiro, nós juntos venceremos!

Obrigado. (*Palmas.*)

A Senadora Leila Barros é indicada para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Independente.

Conforme já adiantado pela Secretaria, os requerimentos somente poderão ser apresentados por Senadores e membros da Comissão, que deverão ser protocolizados por meio do Sedol.

Não havendo mais nada a tratar, eu quero tomar a liberdade de marcarmos a próxima reunião. Para quando? Estamos correndo atrás do tempo. Coletivamente...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Eu acho que pode ser para quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Boa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Podemos fazer na quinta-feira pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – E, particularmente, Presidente, eu sugiro um contato com o Governador Eduardo Leite no tocante ao ponto da segurança



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8373521430>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

pública, para que ele tenha a clareza e a parceria da Comissão se houver necessidade de GLO, porque é uma possibilidade, considerando o emprego das forças para resgate e contra a marginalidade, que, infelizmente, aproveita esse vazio.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Eu conversei com o Governador hoje pela manhã, Senador Alessandro. Ele já pediu apoio da Força Nacional, já estão se deslocando para lá acho que 140 homens da Força Nacional. É pequeno, deixei claro para ele: "Olha, se desbordar, você não hesita em pedir o apoio do Governo Federal nessa questão".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Faremos esse contato. Se me permitirem, eu faço contato. Ele está no meu WhatsApp agora, porque sabia que nesse caminho eu faço contato imediato. E, se todos concordarem, quinta-feira, 9h da manhã, como indicativo, esta mesma sala. O.k.?

Parabéns a todos! Vamos lá.

Está encerrada a reunião de hoje.

(Iniciada às 17 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 24 minutos.)



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8373521430>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS ATIVIDADES RELATIVAS AO ENFRENTAMENTO DA CALAMIDADE QUE ATINGIU O RIO GRANDE DO SUL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e treze minutos do dia nove de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão Temporária Externa para acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul com a presença dos Senadores Hamilton Mourão, Ireneu Orth, Jorge Kajuru, Alessandro Vieira, Astronauta Marcos Pontes, Leila Barros e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Ciro Nogueira, Angelo Coronel, Jorge Seif e Styvenson Valentim, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em três partes: **1ª Parte - Apresentação e Apreciação do Plano de Trabalho. Finalidade:** Apresentação e apreciação do plano de trabalho. **Resultado:** Plano de trabalho aprovado. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento Nº 1, de 2024** que: "Realização de Ciclo de Debates, a fim de tratar do tema " A Tragédia no Estado do Rio Grande do Sul"" **Autoria:** Sen. Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento Nº 2, de 2024** que: "Requer a realização de diligência externa na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul." **Autoria:** Sen. Hamilton Mourão. **Resultado:** Aprovado. **3ª Parte - Encaminhamentos. Finalidade:** Informar os encaminhamentos definidos no dia. **Resultado:** A Comissão, reunida em 9 de maio de 2024, adotou os seguintes encaminhamentos: 1. Levantar proposições legislativas em tramitação na Casa relacionadas ao objeto da Comissão; 2. Conversar com o Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, para pautar matérias que atendam as demandas do Rio Grande do Sul; 3. Propor ao Presidente da Casa a realização de duas sessões de debates temáticos, sendo uma sobre a emergência e outra sobre um projeto maior de reconstrução; 4. Realizar ciclo de debates; 5. Criar um grupo de *WhatsApp* com os senadores da CTERS; 6. Indicar sub-relatores por áreas para as relatorias dos projetos; 7. Avaliar propostas que tramitam na Câmara dos Deputados para não repetir projetos e fazer parceria com a outra Casa Legislativa; 8. Agendar reuniões semanais da Comissão e, emergencialmente, reuniões virtuais; 9. Definir um calendário com propostas emergenciais, de curto prazo e de longo prazo; 10. Formular convites para representantes das seguintes áreas federais e estaduais: meio ambiente, defesa civil, desenvolvimento regional, saúde, educação, cultura, transporte e outras relacionadas à tragédia; 11. Definir calendário de diligências ao Rio Grande do Sul com objetivo específico; 12. Buscar ações do Governo Federal para juntar ao Plano de Trabalho apresentado e conjugar os esforços; 13. Estabelecer contato com o Governador do estado e sua equipe; 14. Estabelecer canal de comunicação com o Poder Executivo e, especificamente, com o Presidente da República; 15. Estabelecer contato com os prefeitos das regiões atingidas, a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), e Prefeitos de Porto Alegre, Canoas, Caxias e São Leopoldo (áreas mais atingidas e em situação mais difícil); 16. Reunir-se com os Presidentes das Comissões para tratar das emendas de Comissão para o Rio Grande do Sul e da legislação ambiental; e 17. Sugerir que não sejam deliberadas matérias que sejam prejudiciais ao meio ambiente durante o período de desastre. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reunião às dez horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão Temporária Externa para acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2024/05/09>

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas. Satisfação recebê-los aqui. Nós já estamos com quórum para deliberar, se for necessário, embora eu entenda que aqui nós vamos caminhar sempre na linha do consenso, uma construção coletiva, mediante a triste situação do nosso estado. Eu sempre digo que é nosso estado porque entendo que o Brasil, pela solidariedade de todos os estados, que está acontecendo, assumiu que o Rio Grande do Sul não é só dos gaúchos, é de todos os brasileiros e brasileiras.

Nesse sentido, eu declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Temporária Externa criada pelo ato do Presidente do Senado Federal Rodrigo Pacheco, no dia 5 de maio de 2024, com a finalidade de acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade ocasionada pelas fortes chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul, para apresentarmos hoje aqui medidas legislativas para auxiliar, nesse momento tão triste da vida dos gaúchos e gaúchas e do povo brasileiro.

A intenção, no dia de hoje, é debater um plano de trabalho. Já tivemos uma conversa preliminar com o Relator e também com o Vice para que o plano de trabalho seja objetivo dentro das limitações do Legislativo. Devido a isso, eu dispenso a leitura e peço a aprovação da ata.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário, como dizia aqui, a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à apresentação e à apreciação do plano de trabalho e demais requerimentos. Dessa forma, nós vamos de imediato passar a palavra para o Relator e depois de o Relator apresentar a sua proposta para discussão do plano de trabalho, tenho certeza de que todos nós vamos contribuir no sentido de termos um plano de trabalho que atenda aos interesses de todos os gaúchos e gaúchas e à expectativa criada pelo povo brasileiro.

Senador Hamilton Mourão, por favor, a palavra é sua. Estão presentes já Hamilton Mourão, Ireneu, Jorge Kajuru e Alessandro Vieira. Eu só estou na expectativa ainda, que deve estar chegando, já chegou o Senador Astronauta Marcos Pontes, a Leila Barros diz que está vindo e o Senador Esperidião Amin com certeza vai também estar presente.

Senador, é com o senhor.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, bom dia. Bom dia a todos os colegas, às senhoras e senhores que nos acompanham. Conforme foi acertado, esta reunião da nossa Comissão destina-se à apresentação e discussão desta proposta de plano de trabalho. Em linhas gerais, eu gostaria de destacar que o que eu procurei colocar aqui é qual é o propósito do nosso trabalho e tarefas que terão que ser conduzidas pela Comissão, no sentido de a gente cumprir a missão que nos foi dada pelo Presidente do Senado Federal.

Então, o item 1 são premissas básicas.

Em consonância com os esforços do Governo do Rio Grande do Sul, a Comissão trabalhará com o objetivo de prestar apoio cerrado ao povo gaúcho no enfrentamento e superação dos desafios impostos pela maior catástrofe climática do nosso estado. Para tanto, em perfeito alinhamento com o Plano de Reconstrução do Rio Grande do Sul, elaborado pelo Executivo gaúcho – esse plano eu distribuí a todos os Senadores –, a Comissão pautará suas ações alinhadas com a perspectiva de enfrentamento aos desafios de reconstrução, considerando os quatro pilares da ação governamental a seguir referenciados. Então, são os pilares eleitos pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul: pilar financeiro, fiscal, o enfrentamento ao excesso de burocracia e o pilar técnico.

O item 2, propósito da nossa Comissão. Então, aqui a gente tem que compreender os limites do nosso trabalho, uma vez que nós não somos membros do Executivo. Apesar de alguns de nós termos sido membros do Executivo, em algum momento, e outros na vida particular privada que têm essa capacidade, mas nós aqui temos uma limitação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu coloquei aqui que o nosso propósito, a fim de cooperar no esforço e reabilitação do estado, é acompanhar as atividades de enfrentamento emergenciais e de reconstrução das áreas atingidas e apresentar medidas legislativas para: auxiliar a superação dos esforços emergenciais iniciais, de resgate, de amparo à população atingida e de recuperação inicial das estruturas essenciais; cooperar na reconstrução e remodelação da infraestrutura, dos serviços públicos e das comunicações existentes; e implantar um projeto de resiliência climática com vistas a preparar o Rio Grande do Sul para o enfrentamento de futuros eventos climáticos extremos.

Como orientações gerais: promover a ampla articulação com os três Poderes e todas as esferas administrativas; propor medidas legislativas excepcionais para a mitigação das demandas emergenciais; acompanhar a aplicação dos recursos públicos disponibilizados em todas as fases do programa; amparar o Rio Grande do Sul no estabelecimento de convênios que viabilizem os projetos e ações do Programa de Reconstrução do Estado; e articular a canalização de parte das emendas de Comissão do Senado Federal para o atendimento às demandas do povo gaúcho.

Ações a realizar: para acompanhar as atividades de enfrentamento, a Comissão deverá estabelecer e manter contato com autoridades do Rio Grande do Sul; manter ligação com a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, a fim de estreitar laços, acompanhar e cooperar nos trabalhos desta Casa, em prol do restabelecimento da normalidade; coordenar e articular as deliberações desta Comissão com as ações da bancada gaúcha no Congresso Nacional; criar e manter um canal de informações com capacidade de receber e encaminhá-las aos setores adequados; estabelecer um cronograma de visita de Senadores integrantes da Comissão ou de seus prepostos, com a finalidade de acompanhar o andamento dos trabalhos nas diversas fases do programa; emitir boletins com atualização da situação, por intermédio da Secretaria da Comissão; expedir relatório semanal relativo ao período anterior, por intermédio da Secretaria da Comissão; e sugerir ao Governo do estado a realização de reuniões periódicas de alinhamento e execução dos projetos em andamento, com o objetivo de acompanhar a evolução física e alinhar as expectativas futuras das atividades.

Para apresentar medidas legislativas voltadas ao programa de recuperação do estado, a Comissão deverá: organizar uma lista de proposições do Senado Federal, já em andamento, que possam concorrer para o melhor andamento dos trabalhos de recuperação do Estado; identificar setores de atividade que, na situação atual, necessitem da criação ou da modificação de legislação federal para o melhor andamento; utilizando as ligações com a Assembleia Legislativa do Estado Rio Grande do Sul, encaminhar sugestões, minutas de projetos e documentação que suportem a elaboração da legislação estadual que faça frente às situações vividas no estado, bem como acolher sugestões, solicitações e impressões daquela instituição sobre o programa; e estabelecer e manter contato com o Governo do Rio Grande do Sul, a fim de alinhar de modo contínuo as expectativas, as necessidades, bem como receber sugestões e encaminhamentos de interesse do povo gaúcho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entrego três anexos. O Anexo 1, que é o cronograma aproximado de atividades. Não vou detalhar, ele todo, são três fases. Uma fase emergencial, que eu estimei em período de 15 dias, onde as principais atividades são de assistência social, primeiro socorro e suporte às vítimas, com ações de canalização de recursos, apoio à subsistência, apoio de imunização e saúde, recuperação emergencial de estruturas. Uma fase de reconstrução que eu estimei em seis meses, com propostas de reconstrução e remodelação de estruturas de mobilidade, serviços públicos e de comunicação, e com ações para as estruturas de mobilidade, para o serviço público, defesa civil, corpo de bombeiro e brigada de socorristas e forças de segurança. E uma fase que é o projeto de residência climática, que na minha visão vai de três a cinco anos, com preparação de estruturas de apoio às atividades econômicas prioritárias e readequação dos recursos humanos.

Temos um Anexo 2. Eu fiz um levantamento de todas as propostas já em andamento dentro do Congresso Nacional que têm alguma coisa a ver com a situação do Rio Grande do Sul. Encabeça aí a PEC 15, do Senador Alessandro Vieira. Essa relação aqui é flutuante, vamos falar assim, porque, a toda hora, está entrando algum novo projeto a respeito.

E também entreguei o plano do Governo do estado, que eu acho que é importantíssimo, porque nós temos que nos balizar por ele, para que a gente possa ter um caminho a seguir e não ficar afastado daquilo que são os interesses do Estado do Rio Grande do Sul.

Então era isso que eu queria apresentar, Sr. Presidente, e está aberta aí a caça para que se retifique ou se ratifique aquilo que eu coloquei nesse documento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Hamilton Mourão, que apresentou com muita competência um relatório bem resumido e, com isso, dando oportunidade para que todos nós possamos avançar.

Entendo que o relatório, na minha avaliação, está bem encaminhado. Eu só colocaria também, com a mesma ênfase que o senhor colocou, nesta combinação que nós estamos fazendo... Eu vou anexar tudo aquilo que o Governo do Presidente Lula também está fazendo, porque entendo que os dois programas se completam, o do estado e o da União. E, consequentemente, para a gente colaborar... Porque aqui a minha preocupação, e estou só comentando ainda o geral, não tenho detalhes do seu relatório, é que nós temos que passar com muita clareza para a sociedade brasileira que nós estamos todos juntos. Aqui não tem esse ou aquele partido, não tem o Governo estadual, não tem União, na linha do seu relatório, o senhor colocou nessa linha.

O Governo do estado tem uma responsabilidade porque está lá na ponta. Agora, o Governo Federal tem uma enorme responsabilidade, porque é daqui que saem, inclusive, as verbas para reconstruir o Rio Grande do Sul.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu o cumprimento pelo seu relatório, avançaremos nesse sentido. Eu me comprometo de trazer tudo o que o Governo até o momento fez. Já me mandaram uma síntese, eu entendi que poderei apresentar depois tudo o que foi feito até o momento, tudo o que se pode fazer e tudo aquilo que vamos trabalhar aqui dentro ainda.

O Senador Kajuru, Vice-Líder do Governo aqui, eu passo para ele a palavra nesse momento. E depois vamos conversando, nós todos aqui, com a maior tranquilidade, mas desde já o cumprimento pelo seu relatório, Senador Mourão.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, primeiro Deus e saúde a todos e todas presentes e, em especial, ao nosso Rio Grande do Sul e toda a pátria amada. É uma satisfação estar ao lado deste tripé de joias raras da vida pública deste país, Presidente Paulo Paim, Vice-Presidente Ireneu, Relator General Hamilton Mourão, os que integram, como eu, como Astronauta Marcos Pontes, como Alessandro Vieira, como Leila do Vôlei e como o Esperidião Amin. Acho que não esqueci nenhum nome, não, não é? Perfeito. A memória não é de Mourão, mas é de Kajuru.

Apenas acrescentaria, se vocês concordarem, que é importante que o Rio Grande do Sul saiba quais Senadores desta Casa estão empenhados em oferecer aquilo que pertence a eles, ou seja, emendas do Governo Federal, no meu caso representando Goiás, mas já tem o apoio solidário do estado ao Rio Grande do Sul, porque isso é difícil, não é? Tem Senador que pode ter medo de enviar alguma emenda para o Rio Grande do Sul e o seu estado não ficar satisfeito. Infelizmente isso pode acontecer. Não é o meu caso, e felizmente não é o caso do Estado de Goiás. Particularmente eu já fiz o meu trabalho, sigo, envio a prestação de contas ao Senador Paulo Paim e ao Senador General Hamilton Mourão, a partir de agora enviarei aos demais companheiros desta Comissão.

E também já defini em tribuna, quando o Senador Paulo Paim estava junto comigo e fez até o seu aparte, o meu compromisso, em relação às emendas que vou receber nos próximos dias, de repassar uma parte considerável ao Estado do Rio Grande do Sul. Então, eu acho que nesse plano, nessa apresentação das nossas tarefas, é importante que o Estado do Rio Grande do Sul saiba quais Senadores estarão dispostos a esta iniciativa, não por eles, mas pelos seus estados, para que o Rio Grande do Sul saiba realmente quais estados estão sendo parceiros neste momento trágico, difícil e que não vai terminar amanhã.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Kajuru, só para ajudar, já no encaminhamento, nós pretendemos, ao longo do trabalho do dia de hoje... Depois vou passar a palavra para V. Exa., com maior tranquilidade também... Porque aqui o plano básico, o Relator apresentou com enorme competência. Então, o plano básico, no meu entendimento, vamos aprovar. Eu só peço que a gente inclua um pouco mais a participação da União e não há problema nisso.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – A gente pega um outro anexo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. Pronto. Botamos um outro... Eu peço o anexo e encaixamos.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Anexo IV... Ou renumera uns com as ações do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. Perfeito, perfeito.

Agora aqui, de imediato, dentro do Congresso, na mesma linha de V. Exa., eu tinha pensado duas coisas. Depois vocês podem normalmente complementar.

Nós vamos fazer um apelo, esta Comissão, a todos os Senadores, aos 81 Senadores, que se não quiserem dar o conjunto da emenda, nós daremos totalmente. Os gaúchos, não tenho nenhuma dúvida, vão liberar todas as suas emendas, tanto a bancada federal, como nós no Senado... Eu tenho liberdade de falar talvez pelos Senadores, a Câmara depois... Todas as emendas, tanto de bancada como individual... Eu, por exemplo, destino, para a educação do Rio Grande do Sul, 5 milhões todo ano; este ano não vai para a educação, já avisei ao reitor, vai todo para combater... Vai para o Governo do estado para combater a situação que estamos atravessando. E os outros quase 80 milhões que cada um tem o direito, em síntese – estou dizendo –, de encaminhar, nós vamos fazer um apelo a cada Senador que doe parte. E vamos fazer o mesmo apelo para a Câmara dos Deputados. É um dinheiro que o Governo pode adiantar de imediato e chegar lá na ponta. Eu estou me referindo às emendas individuais e de bancada, que o Kajuru já adiantou e eu já adiantei também no Plenário, quando questionado.

Outra questão é uma proposta do Senador Flávio Arns. O Senador Flávio Arns decidiu, na Comissão de Educação, que da emenda da Comissão ele vai encaminhar tudo para o Rio Grande do Sul. A Comissão de Direitos Humanos decidiu na mesma linha. Nós pretendemos, se vocês assim entenderem possível... Nós até fazemos uma reunião com todos os Presidentes de Comissões. O Senador Kajuru pode nos ajudar muito, pela sua liderança também. Para todos os Presidentes de Comissão aqui, nós vamos encaminhar...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – A nossa, Presidente Paim... Desculpe interrompê-lo – é a Comissão de Esporte, da qual eu sou o Vice-Presidente e o Romário é o Presidente. Só que estranhamente a nossa Comissão tem um orçamento de R\$800 mil e a Comissão do Esporte da Câmara tem simplesmente o orçamento de R\$3 bilhões!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nossa! Isso é o motivo de nós interagirmos. Precisamos trabalharmos para isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Casa de Arthur Lira, não precisa falar mais nada, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode entrar. Pode entrar.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Só complementando, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu só entrei para começar o debate.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Pelo dado que eu possuo, tem duas Comissões que têm realmente uma quantidade de recurso enorme. É a CDR, que tem mais de 4 bilhões, e a CCJ, que tem 780 milhões. Então, nós temos que ir em cima dessas duas Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos fazer o apelo.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Inclusive porque a CDR é desenvolvimento regional, é aquela que pode destinar metade desses recursos para o Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos fazer o apelo a partir da reunião de hoje.

O Senador Ireneu estava pedindo a palavra aqui e em seguida o Senador Astronauta.

O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Pela ordem.) – Eu quero cumprimentar o colega, Senador Mourão, pelo brilhante projeto aqui apresentado, e cumprimentá-lo principalmente porque fez isso praticamente em 36 horas. A Comissão foi constituída anteontem e hoje já estamos com esse trabalho aqui que, logicamente, pode sofrer algumas alterações.

Mas eu vejo uma coisa que acho que temos que acrescentar aqui. As pessoas vivem nos municípios. Então, nós estamos aqui passando os recursos para o Governo do estado, que depois deverá repassar para os municípios prejudicados. Eu fui Prefeito por 18 anos e sei que o problema está lá na comunidade. Então, eu não sei se não caberia aqui, nessa ideia que o nosso Senador Hamilton Mourão já deu, fazer mais um anexo dos recursos que poderão ser destinados aos municípios, porque, daí, vai direto do Governo Federal ao município. Como seria essa distribuição?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Ou a emenda nossa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – É, ou a emenda.

Que seja distribuída talvez na proporção, na fórmula do FPM.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Porque, daí, não tem briga, não é? O município que tem tal cota vê o montante total que vai e distribui dentro dessa medida. Aí, o recurso vai lá para os quatrocentos e tantos municípios que já estão em estado de calamidade – tinha 425 ontem à noite – e se dispensa aquele trabalho do Governo do estado de distribuir e criar uma outra estrutura. Ele partiria direto daqui e seria para a execução imediata dos problemas lá nas cidades. E, lógico, o quinhão, a parte do estado, que é do estado efetivamente, porque teve vários e muitos prejuízos que são estaduais, logicamente vai para o estado.

Então, eu sugiro que nós possamos incluir esse item.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Registramos a presença da Senadora Leila do Vôlei, que preside a Comissão do clima. Hoje de manhã, inclusive, numa entrevista, me apertaram, e eu disse que, se precisar, iríamos falar com você para criar uma Subcomissão para a gente discutir depois lá. *(Pausa.)*

O Alessandro chegou no momento certo – nós já estamos discutindo –, porque ele apresentou um programa básico, não é? Houve duas propostas no programa: uma, de ampliar um pouco mais o programa com aquilo que está fazendo o Executivo. E qual é o vínculo mais forte? Mas isso o Executivo manda para mim e eu mando para ele. Ele fez uma apresentação, que estou resumindo aqui, falando da importância da Comissão e a participação direta com o Governo do estado.

Nós já estamos aqui agora num segundo momento: o que é mais premente, o que é mais importante, o que a gente pode fazer? As pessoas continuam morrendo. Baixou lá um pouco o nível do Guaíba, mas já falam que amanhã volta a chuva com toda a força, volta com 300 milímetros.

Então nós temos que olhar com esse olhar crítico, preocupante, o que podemos fazer.

Aí, só para situar vocês, levantamos aqui nós... Fazemos um apelo aos Senadores: aqueles que puderem doar um pouco da sua emenda o façam baseados...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. *Fora do microfone.*) – Comissões também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Comissões também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu falei o exemplo do Flávio Arns. O Flávio Arns já o fez, a Comissão de Direitos Humanos já o fez e as outras Comissões...

E uma terceira coisa que nós decidimos é fazer uma reunião com os Presidentes das Comissões...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. *Fora do microfone.*) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... para que cada um deles ajude, desde esse cuidado, a também não votar... Eu estou falando isto agora: nós faríamos um apelo para que não se votasse nenhum projeto nesse período que venha trazer problemas para o clima, para que a gente reflita junto, ache um caminho. Faríamos esse apelo aqui e na Câmara, porque eu soube que na Câmara há um projeto hoje que avança em 30% a mais do que é hoje nos desmatamentos da Amazônia. Está toda a imprensa comentando, só estou aqui falando.

Seria importante que saísse desta Comissão matéria redigida de forma coletiva para a CCJ da Câmara.

Eu não quero falar demais, mas tinha que falar um pouquinho na abertura.

Agora, eu passo a palavra aos Senadores do Plenário, que não falaram.

Quem pediu primeiro? Senador Astronauta.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, bom dia. Bom dia a todos.

Eu gostaria inicialmente de parabenizar o Senador Hamilton Mourão pelo plano de trabalho e, rapidamente, só somar dois pontos, dentro do relatório, em que eu posso ajudar aqui como ações, diretamente, pela minha atividade agora e pela anterior.

Com relação ao Anexo 1, aqui na parte emergencial, com o apoio à imunização, à saúde, neste momento agora emergencial, eu acionei com o meu gabinete, para que nós tenhamos a participação de um grupo de pesquisadores e cientistas, ou seja, acionei a comunidade científica para nos ajudar nesse plano, em ações que possam ser feitas baseadas em ciência, em tecnologia, agora, no apoio emergencial. Isso é uma coisa que já está em andamento. Estou só colocando aqui porque eu vou apresentar isso.

Da mesma forma, na parte do projeto de resiliência climática, nessa parte da recuperação econômica do estado, também pela minha atividade anterior, eu tenho muito contato com as empresas, associações de empresas de vários tipos. E o que eu vou pedir para ser feito é um plano de recuperação econômica do estado, para poder somar, obviamente, ao plano em que o estado já está trabalhando em cima e o Governo. Mas, neste momento agora, quando o foco está no emergencial, a gente já começa a pensar na recuperação lá na frente. E a parte de ciência também é importante nesse sentido, porque – eu não sei, eu não sou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especialista nisso – o que acontece depois que as águas saem? O que acontece com a produção? O que acontece com a região toda de lá? Existe algum processo cientificamente estudado que possa ajudar a recuperar mais rapidamente as terras, para recuperar a situação como um todo? Então, eu vou engajar a ciência dentro desse contexto para nos ajudar nas soluções.

E o último ponto: eu faço parte da CMO também. Então, eu quero me colocar aqui como...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um interlocutor da Comissão.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Em qualquer coisa que a gente possa levar para a CMO, para acelerar nesse sentido, também contem comigo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Senadora Leila...

O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Pela ordem.) – Só para colaborar com o que o nosso Astronauta falou, para complementar.

Quanto à questão das terras, eu sou agricultor há cinquenta e tantos anos. Onde a água ficou estacionada, onde ela parou, levantou, o prejuízo não é tão grande em termos de solo. Agora, onde é ladeira, ela lavou, e aí, sim, tem que se fazer um trabalho de recuperação muito grande.

Mas um grande problema – eu vi hoje de manhã um vídeo – é a morte dos animais. Eu vi um vídeo... Olha, eu me emocionei olhando o vídeo. O cara andando de carro e focava para os dois lados da pista: animais e animais e animais mortos – suínos, gado e tal. Então, na região baixa não vai ter esse problema na terra; agora, na ladeira, sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem. Complementação muito adequada do Senador Ireneu.

Senadora Leila do Vôlei.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A gente liga sempre: Leila, vôlei. Não tem como.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Graças a Deus! É uma história muito rica.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – É Barros!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Pela ordem.) – É.

Eu cumprimento os três Senadores do nosso querido Estado do Rio Grande do Sul. Quero parabenizá-los pela iniciativa, pela força. Assim, nossa solidariedade. O povo do DF inteiro está se mobilizando em torno da arrecadação de donativos, de tudo que é possível para enviarmos ao estado.

Quero dizer que as cenas são estarrecedoras, todos nós estamos absolutamente tristes com tudo que está acontecendo com o estado. E nós estamos nos somando a vocês três de coração. O empenho, eu tenho absoluta certeza de que dentro desta comissão, será máximo.

Inclusive, Senador Ireneu, quando o senhor fala dos animais, eu até faço um apelo ao Governo do Rio Grande do Sul. Está acontecendo... Tem um cavalo em cima de uma casa inundada há três, quatro dias – hoje eu vi na CBN. Há quatro dias ele está em cima daquele telhado. Por que ele não foi resgatado? Então eu vou fazer um apelo, porque é muito triste ver a situação daquele cavalo e de tantos outros animais, bichos, tantos outros *pets*.

Uma coisa muito interessante que eu ouvi foi que, na pandemia, esses *pets*, os bichos, os animais, foram nossos parceiros. Na pandemia, a gente sabe o que cada um sofreu emocionalmente e o quanto que eles foram fundamentais. Então, acho que a nossa solidariedade, além de ser com as pessoas, são com esses animais. Há urgência deles serem resgatados, porque é muito triste a situação.

Com relação à CMO, também me junto ao Senador Astronauta Marcos Pontes, eu também sou membro titular da CMO, então me ponho à disposição para tratarmos de recursos, do que for necessário dentro da Casa para ajudarmos nossos irmãos do Rio Grande do Sul.

E quero dizer, com relação às emendas, pasmem, que nós temos Comissões aqui que têm bilhões de emendas, bilhões, e a Comissão de Meio Ambiente – só para vocês verem como o tema é tratado dentro desta Casa – R\$100 mil. Eu faço... É uma vergonha. O Kajuru está rindo, o Kajuru está rindo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É muito sério isso.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Eu estou chorando, eu tenho vergonha. Ontem, o meu discurso foi neste sentido: como a pauta do meio ambiente vem sendo tratada, não é desta legislatura, há anos vem sendo tratada com descaso, com negacionismo, tá? E eu acho que está na hora de a gente olhar a pauta como grande parceiro do desenvolvimento, não só social, mas



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

econômico, humano. Se nós não nos debruçarmos, Senadores – Senador Mourão, Paim, Ireneu, Marcos Pontes, Kajuru, Alessandro –, se nós não debruçarmos e não trouxermos soluções, nós não teremos plano B para o Brasil e para a humanidade. A água chegou, está aqui, bateu – desculpa – no "popô" da gente, já está ali, não tem mais para onde correr. Como é que nós vamos fazer?

Às vezes, eu fico preocupada que nós estamos enxugando gelo. A minha impressão é: vão bilhões para lá... Em setembro passado já tivemos uma situação parecida, enchente, estamos tendo de novo, e aí quando é que vai vir a solução? É urgente, urgente. Então, estou feliz de estar aqui porque quem conhece como eu trabalho, eu entro de cabeça em tudo que eu faço e eu quero muito trazer uma solução. Essa questão da situação das mudanças climáticas é real, e me preocupa muito aquela região ali, porque, em poucos meses, nós já tivemos enchente, agora nós tivemos essa tragédia. E o que virá, no futuro, se nós realmente não tivermos a responsabilidade com relação a esse tema?

É isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Leila, V. Exa. me permite uma frase antes? Foi perguntado aos Deputados Federais e Senadores: das suas emendas individuais – que nós sabemos que é um volume alto, não é pouca coisa; eu falo em torno de R\$80 milhões –, quantas mandaram para o município destinadas ao meio ambiente?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Hã?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não chegaram a 5%. Não vou citar nomes aqui, mas não chegaram a 5%. Eu digo que isso é um alerta a todos nós.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – A todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – As minhas emendas eu mando para todos os 497 municípios, e eles as aplicam onde eles querem. Mas todos nós vamos ter que olhar agora.

Este dado que você deu foi assustador: para a principal Comissão do Senado nessa área, R\$100 mil; para outras, bilhões.

Senador Alessandro Vieira, com a palavra.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Alessandro, só rapidinho...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Pois não, Kajuru.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Aproveitando – perdoe-me, irmão –, irmã Leila, eu penso que essa é a única hora que a gente tem de uma união desta Comissão para chegarmos até o Presidente Rodrigo Pacheco ou até o Presidente Lula para mostrar o crime que se cometeu. Para mim, foi crime essa diferença de orçamento das Comissões, e o seu caso é o mais gritante.

O meu sorriso foi de revolta, de indignação, porque foram R\$100 mil, enquanto uma outra Comissão tem R\$4,5 bilhões...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... e a CCJ com R\$780 milhões. Qual é a diferença de Comissões?

No caso meu e de Romário, a nossa Comissão de Esportes tem R\$800 mil, e a Comissão de Esportes da Câmara tem R\$3 bilhões! Qual a é a diferença entre a Comissão de Esportes da Câmara e a Comissão de Esportes do Senado?

Então, eu acho que este é o momento de a gente se unir e chegar ao Rodrigo Pacheco e, de repente, até ao Presidente Lula, porque senão não adianta. Fica cada um tentando conversar aqui, conversar ali, e não se resolve nada.

Desculpe, Alessandro querido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Senador Alessandro, por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem até uma PEC que trata do tema.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Isso.

A minha preocupação, Presidente, é que a gente não transforme – o que é muito comum no Parlamento – a Comissão em um ponto de retardo de soluções. No Brasil, quando não se quer resolver alguma coisa, cria-se uma Comissão, jogam-se as coisas na Comissão e, daqui a dois meses, tenta-se começar a fazer alguma coisa. Então, é uma preocupação que tenho e um alerta que faço. Já existe muita coisa em tramitação que tem condições de prestar atendimento. Então, exemplifico e aproveito para agradecer a parceria do Senador Kajuru e de tantos outros.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos pronto para a pauta, no Plenário, o 4.129, que veio da Câmara dos Deputados, e que é de autoria inicial da Deputada Tabata Amaral, de São Paulo, já construído em parceria, e de relatoria minha aqui. É um projeto que trata da preparação dos planos de mitigação e adaptação das cidades. Nós precisamos preparar as cidades para uma realidade que está posta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Ele está pronto para o Plenário. Não pode ficar esperando...

Um segundo projeto, o 1.580, foi apresentado ainda no final da semana passada, se não me engano. Ele é de minha autoria, traz o auxílio emergencial para as vítimas desta tragédia e deixa o dispositivo pronto para ser acionado para outras tragédias, sempre com cuidado, porque eu escuto uma preocupação com responsabilidade fiscal – ela é fundamental, e eu tratarei disso também na minha fala –, mas a responsabilidade fiscal está atrelada ao atendimento do cidadão. Ela não prescinde do atendimento do cidadão, ou eu terei o Governo atual Lula repetindo o início do Governo Bolsonaro no tratamento da pandemia, quando demorou a entender a gravidade.

É muito evidente que nós temos hoje milhares de cidadãos no Rio Grande do Sul absolutamente apartados de renda. Eles não têm renda nenhuma. Eles vão levar dois, três, quatro meses para retomar uma renda. Então, aqueles que não tiverem acesso a um seguro-desemprego, aqueles que não têm como fazer um saque de FGTS vão viver de quê? Os problemas de violência e de saques começam a crescer. Então, é o tipo de ação muito óbvia pela nossa experiência, mas que o fiscalista tenta travar. É o fiscalismo "burro", vamos usar uma expressão popular.

Então, cabe a esta Comissão acelerar esses processos: "Olha, isso é muito importante". Já existe um sistema, nós já fizemos isso antes. Isso vai atender a uma população muito limitada, muito segmentada e muito correta. Nós já temos que começar o tratamento de linhas de crédito para a recuperação dos empreendedores gaúchos, porque o valor hoje é incalculável, mas o desenho das linhas já pode ser feito, novamente buscando experiências que nós já tivemos no passado, aproveitando o texto que nós temos aqui.

Eu tenho uma PEC, Senador Paulo Paim, de 2019, que cria um fundo justamente para remediar esse tipo de tragédia – 2019, salvo engano, a PEC 203, com destinação específica; salvo engano, o Kajuru foi segundo subscritor.

Então, tem um conjunto de normas que já estão na Casa e que talvez a assessoria faça um trabalho rápido de catar isso tudo, fazer um pente fino, identificar aquelas que são úteis e botar para andar, porque nós não podemos abrir mão do protagonismo do Senado como Casa da Federação. Existe uma atenção hoje focada no Rio Grande do Sul, justíssima – é urgente, é desesperador –, mas, ao mesmo tempo, nós cuidamos do país. Então, a gente tem que ter esse cuidado sempre de fazer o manejo das soluções para que elas sejam





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também aplicáveis para outras situações, porque nós já temos notícia de uma expectativa de seca severa no Pantanal e no Norte do país. Existe toda a expectativa.

Ireneu, que é um grande produtor, sabe desse cenário. É um cenário que hoje não é mais restrito àquele mundo de ONGs. Não, hoje o grande empreendedor do agronegócio sabe perfeitamente o tamanho dos riscos que nós temos no Brasil, de sair da nossa condição de grande produtor para grandes crises. Nós teremos seguramente aumento do custo da cesta básica, porque os rebanhos e as plantações no Rio Grande do Sul, que é grande produtor, foram dizimadas, e eu tenho que encaminhar soluções para isso.

E aí, em particular, para a questão fiscal, acho que é justo também que se faça o seguinte registro. Eu observei o plano de ação urgente apresentado pelo Governo do Rio Grande do Sul. A crise atual não vai servir para resolver os problemas fiscais históricos do Rio Grande do Sul. É importante ter uma calma com o andor, porque o santo é de barro. Tem que ter calma nisso. Nós temos problemas, é um estado que tem problemas históricos, nós sabemos, eu em particular, porque nasci no Rio Grande do Sul, ainda que criado no Nordeste. Isso tem que ser...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A dívida com a União é de 92 bilhões.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Claro, não vamos resolver isso agora, porque senão falta recurso para atender ao que é urgente. Então, acho que a gente tem que ter essa tranquilidade e equilíbrio no tratamento das questões, focando...

Acho que o Senador Mourão foi muito feliz no desenho do seu plano de trabalho. Na nossa primeira reunião, nós fizemos esse registro e eu volto a reforçar: vamos cuidar das pessoas – salvamento, resgate, preservação –; vamos cuidar da segurança dessas pessoas, e eu volto a tratar da questão de uma possível GLO, porque as forças de segurança do Rio Grande do Sul estão exauridas. Isso é muito óbvio. E a gente não pode ter o temor de usar as Forças Armadas por uma questão que é prevista constitucionalmente. Eu preciso que o povo tenha minimamente segurança para fazer o trabalho que está fazendo de resgate e proteção e para as pessoas recuperarem suas residências, seus espaços. Hoje, isso, com a força que tem lá, não será possível. Não é previsão catastrófica, é o óbvio.

E a gente vai nesse passo a passo, mas sem perder, Senador Paulo Paim, e o senhor é um exemplo dentro desta Casa e no Congresso Nacional em geral de resiliência, persistência nas pautas, sem perder foco, senão nós vamos servir de desculpa para retardo de atendimento. Esse roteiro já se desenhou aqui várias vezes e a gente não pode permitir. Nenhum de nós, eu tenho certeza, vai acertar participar de um conjunto de amortecimento e retardo de demandas que são sérias e urgentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pediu a palavra agora o Senador Astronauta Marcos Pontes.

Mas o Senador Alessandro faz uma fala bem objetiva, em que listou alguns projetos sobre os quais nós podemos, de imediato, conversar com o Presidente Pacheco; e, ao mesmo tempo, entender que não é nesse momento que a gente vai resolver os problemas todos do Rio Grande nem todos do Brasil. Nós precisamos, de imediato, daquilo que a gente possa aprovar e que atenda a milhões de pessoas que estão nessa situação de tanto desespero no nosso estado.

Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Presidente, eu gostaria de me somar à fala da Senadora Leila e do Senador Alessandro. É um assunto que me preocupa há muito tempo já.

Eu trabalhei 30 anos fazendo investigação e prevenção de acidentes. A questão de mudanças climáticas não é conversa teórica de cientista. Nada disso. Isso aí acontece, está acontecendo. É importante ter em mente isso aí, pois não se podem atrasar ações. É lógico que agora o foco é na parte emergencial, etc., mas, como o Senador Alessandro falou, a gente tem que pensar no país como um todo. E vão acontecer outros eventos frequentemente intensos. A seca no Pantanal já está prevista e isso aí vai ser um problema, com incêndio e tudo o mais. Então a gente tem que pensar nisso aí nesse contexto e utilizar agora, como a gente faz na segurança de voo: você utiliza um acidente para prevenir outros. Isso é um conceito básico.

Somado a isso, eu tenho um projeto de lei, que também vou colocar aqui, que é o 5.002, de 2023, que foi feito pela Defesa Civil e pelo Cemaden (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais). São especialistas nas áreas, trabalharam oito meses fazendo esse projeto. É um projeto de gestão de riscos para desastres naturais. Ele soma exatamente na parte de mitigação, que é uma parte do processo. Prevenção é uma parte do processo e a gestão de risco é uma parte inteira, que vai desde o monitoramento, passando pela análise, pela classificação de riscos, entrando na parte de prevenção, preparação, resposta, recuperação, ou seja, é um arcabouço com isso aí. Ele foi feito por esses profissionais, por quem tenho uma consideração muito grande. Ele passou na CAE, rapidamente, e agora tem duas Comissões por passar ainda: a CCJ, e terminativo na CMA (Comissão de Meio Ambiente). Ou seja, se a gente acelerar esse processo, dá para ser anexado junto com esse, para que a gente tenha um conjunto.

Eu falei com o Senador Rodrigo Pacheco nesta semana, tentando acelerar o processo, mas tem ainda essas duas Comissões. Então ele termina na CMA, ou seja, é terminativo lá. Ou seja, a gente precisa trabalhar, é lógico, agora na recuperação, mas não se pode esquecer da prevenção, porque esta é a receita do sucesso: pensar na prevenção, tá bom?

Obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senador Astronauta, só como informação ao Presidente Paulo Paim, reforçando as palavras sempre embasadas do Senador Alessandro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Seja bem-vindo, Senador Esperidião Amin...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Amin.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Só como informação então, ontem a Deputada Tabata Amaral me telefonou, pois somos do mesmo Partido, o PSB, e, quando tomei conhecimento de que a relatoria foi feita pelo Alessandro Vieira, fiquei mais entusiasmado ainda e fui até o Presidente Rodrigo Pacheco, ontem, 5h30 da tarde, e obtive dele a notícia de que, na semana que vem, o projeto de mudanças climáticas já vai, diretamente, para o Plenário, apenas como informação. Quanto ao bom senso do Presidente Rodrigo Pacheco, tomara que ele siga tendo o mesmo em relação a outros proponentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Boa informação, que vai no espírito desta reunião: reunir o que há de melhor e encaminhar, para o Plenário, com urgência.

Senador Esperidião Amin, V. Exa., se quiser comentar, nós estamos indo para os encaminhamentos finais aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu estava presidindo o Grupo Parlamentar Brasil-Cazaquistão e tive que prestigiar também o Grupo de Trabalho, presidido pelo Senador Nelsinho Trad, Brasil-Líbano. Impossível. Estava representando, inclusive, o Kajuru Nasser lá, que não pôde comparecer. Eu queria deixar consignado também que tive que presidir esse primeiro grupo, porque o nosso amigo Chico Rodrigues perdeu um colaborador de mais de 30 anos e me passou a incumbência.

Mas o que eu acho mais importante registrar aqui é a nossa mobilização, o nosso compromisso com o acompanhamento daquilo que for planejado e a atualização, do ponto de vista legislativo, de medidas que, hoje, podem não parecer urgentes e prioritárias, mas as circunstâncias podem assim determinar daqui a pouco. Confio na qualidade do trabalho apresentado, procurarei trazer contribuições ainda a propósito, mas quero, acima de tudo, assinalar que a nossa solidariedade deve ser um exercício permanente e constante.

Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A palavra está à disposição, senão, eu vou para os encaminhamentos que eu tenho, na mesa, até o momento.

Senadores, eu vou consultar os senhores, pois, hoje de manhã, há uma reunião do Colégio de Líderes, e eu tomei a liberdade ontem, porque fiquei sabendo da reunião que era hoje, e a nossa reunião é agora, de que a Comissão seja proponente, encaminhei nesse sentido, e, pela informação que recebi, o Colégio de Líderes poderá assumir – eles – a proposta, porque é preciso a assinatura de todos os Líderes, de fazermos uma sessão temática sobre a situação, no Plenário do Senado.

Houve tantas sessões temáticas, eu mesmo fiz acho que mais de mil... Mil não digo, mas mais de cem sessões, no Plenário do Senado, para inúmeros temas. Eu digo isso, mais de cem, porque eu estou aqui há quase 40 anos, e é mais do que justo que, em um momento como este, de um estado de guerra praticamente, na situação que se encontra o Rio Grande, que esta Comissão seja a proponente de uma sessão temática, no Plenário do Senado da República, convidando todas as forças vivas, inclusive o Governador do Estado, um representante da Presidência da República, as autoridades que conhecem o tema com profundidade, como vocês aqui falaram, para debater toda a crise, mas com foco, claro, hoje, no Rio Grande do Sul. Pergunto a V. Exas. se entendem... (*Pausa.*)

Eu tomei a liberdade de conversar com o Presidente Rodrigo.

Você estava no Plenário ontem, não é? E, do Plenário, eu falei com ele.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu pergunto só se... O que seria mais conveniente? Ou talvez as duas. Eu acho que o mais complexo vai ser debater o plano de reconstrução.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os dois. Porque o Rio Grande do Sul está desesperado. Se o Plenário do Senado não se posicionar muito firme nessa questão... V. Exa. tem razão: os dois temas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Nós temos dois temas. O pouco que eu aprendi é que uma coisa é a emergência. Essa tem que... Dedicção exclusiva, tempo integral, e é o que se observa, inclusive com o crescente engajamento das Forças Armadas, que são cruciais neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Senador Alessandro, desde a primeira sessão, falou sobre isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Na emergência, surgem fatos novos diariamente, e não terminou ainda a emergência. Essa que é a verdade. Pelo que se projeta, de clima, vento, frio, nos próximos dias, vamos ter a emergência prosseguindo, recrudescendo e se metamorfoseando. Ela vai mudando de característica. E, depois, o plano de reconstrução. Esse, por não ter o caráter de drama,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

vai exigir disciplina e persistência. Então, são dois enfoques diferentes. Eu acho que um não prejudica o outro.

Concordo com o senhor que a realização de uma sessão de debates temáticos sobre a emergência... Agora, mais duradoura é a segunda, a da...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A concordância é total. Faz-se de imediato a de emergência, e, da emergência, faz outra, especificamente, sobre uma proteção a longo prazo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Médio e longo prazo. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Diz aqui que o requerimento já está disponível, porque já houve a assinatura de todos os Líderes. Então, o Presidente Pacheco...

A minha preocupação foi de alertar para que, ainda no mês de maio, a gente fizesse essa sessão...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sobre a emergência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... sobre a emergência, e, como consequência disso, uma segunda, quem sabe no mês de...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pode até lançar no final da sessão de debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. Isso. A próxima audiência pública será especificamente sobre um projeto maior.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – No final dessa sessão, vamos lançar a agenda da seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro.

O.k. Aprovado? *(Pausa.)*

Eu tomei a liberdade, ainda – agora é a nossa Comissão –, de apresentar o seguinte requerimento, se os senhores concordarem, porque aqui também vai ter debate. Tem muita gente que quer conversar conosco, do Brasil todo, principalmente o pessoal do meio ambiente, e é natural, pois o assunto é o meio ambiente, queiramos ou não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 1

Requerimento Nº , de 2024

Realização de Ciclo de Debates, a fim de tratar do tema " A Tragédia no Estado do Rio Grande do Sul"

Autoria: Senador Paulo Paim

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater... Eu coloquei "em um ciclo de debates", que os senhores poderão propor, "com foco..." O foco é na tragédia do Rio Grande do Sul, mas o olhar é muito mais longe.

Justificação rápida, senhores.

As fortes tempestades que caem no Estado do Rio Grande do Sul transformaram a região em um cenário de devastação, caos, sofrimento, morte, cenas de estado de guerra, com – eu digo – dezenas ainda, mas vai ser mais de uma centena, infelizmente, de pessoas desaparecidas e mortas. Desaparecidas já está em 150. Há cidades totalmente isoladas, estradas interrompidas, pontes e pontes destruídas, falta de luz e água. Os relatos são angustiantes. Até agora, 341 municípios foram atingidos, mais de 800 mil pessoas afetadas, 265 municípios em estado de calamidade pública – e já aumentou para mais de 300; mais de 200 mil desalojados; 78 pessoas... Aqui nesse requerimento que eu tinha feito com antecedência, mas já está mais de 105, no momento, o número de mortos. Mais de 40 mil resgatados. Enfim, aqui todos os números que eu estou atualizando.

Esses dados são atualizados periodicamente. Não param de crescer. Os esforços conjuntos dos Governos do estado, da União e dos Prefeitos são importantes e estão acontecendo. A presença do Presidente Lula por duas vezes no Rio Grande do Sul, com três Ministros, tudo ajudou. A participação do Presidente Rodrigo Pacheco, de Arthur Lira, do Vice-Presidente do Supremo, do Ministro Edson Fachin, cito aqui, ressalta a gravidade da situação e o compromisso de assistência às vítimas.

Sinto eu que todos estão se somando para combater essa situação desesperadora.

Deliberação do requerimento.

Assim vocês querem discutir ou entendem que é possível? Porque esse requerimento, no meu entendimento, abre espaço para outras audiências públicas, para não chegar cada uma: "Vamos fazer, aprovar um requerimento". O Senador propõe uma audiência pública, a Mesa encaminha e vamos para o segundo momento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fica aprovado um ciclo de debates nesta Comissão.

Coloco em votação o Requerimento nº 1, de 2024, de nossa autoria.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O requerimento está aprovado.

Agora vamos sobre o plano de trabalho. *(Pausa.)*

Ele vai para uma outra reunião. Mas anuncia ali, Senador, por favor. Falou no meu ouvido. Se eu repetir tudo o que ele disse...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Eu não sei se tem algum Senador que está juntamente conosco na Subcomissão de Meio Ambiente, de Ativos, perfeito, que tem tudo a ver com o nosso assunto aqui. É a primeira reunião que eu vou presidir. Então, só peço licença porque os Senadores já estão lá à minha espera.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k. Valeu, Senador Kajuru. Obrigado.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não. Depois eu vou para a aprovação do plano de trabalho.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Pela ordem.) – Eu vou ter que sair também porque, como tem sessão do Congresso, eu estou tratando de alguns vetos e o Randolfe está me chamando. Peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se me permitir, então, antes que você saia...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu queria só... Eu fiz aqui alguns encaminhamentos, é prática da Presidência. Por exemplo, se vocês concordarem, criamos um grupo de WhatsApp com os Senadores da Comissão, o.k.? Para que nenhum de nós faça nada... "Ô, Paim, porque você não consultou no grupo pelo menos?". O.k.? Até para me controlar, a mim também, viu? Porque às vezes a gente é muito impulsivo, mediante a emoção que nós estamos passando.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria dos projetos. Assim conversamos com o Senador. De sub-relatores que entenderem do assunto, dividem, sob a sua orientação, não é? É apenas uma contribuição para que ele tenha total liberdade de chamar Senadores para sub-relatorias, porque é um projeto mega, esse, sem sombra de dúvida, não é?

Avaliar propostas, o que já foi discutido hoje – aqui são os encaminhamentos –, que tramitam na Câmara dos Deputados, para não repetir o mesmo projeto aqui, e ter avaliação, pedindo, naturalmente, para o Presidente, por decisão tomada aqui, que projetos prementes, importantes, como esses citados, possam ter preferência aqui na Casa.

Calendário das atividades da Comissão.

Se vocês concordarem, teríamos pelo menos uma reunião semanal, que pode ser na quinta – por mim, pode ser –, porque é o dia que tem menos trabalho aqui na Casa. Sei que alguns poderão entrar até virtual, se assim entenderem. Seria toda quinta-feira, 9h da manhã.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Só reforço a alternativa do semipresencial na reunião por conta de horário de voo. A dificuldade no Nordeste é muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exato. O.k., sabendo que pode ser semipresencial.

O seu relatório, meu Relator, Senador Mourão, fala sobre tudo isto: emergências a curto prazo, a longo prazo e um projeto permanente, que aqui foi levantado, isso já está no seu relatório.

Eu ainda faria, aqui na Comissão: formulação de convite a representantes das áreas federais e estaduais do meio ambiente, defesa civil, desenvolvimento regional, saúde, educação, cultura, transporte, enfim, que a gente deixe as portas abertas para convidar ministros que venham aqui falar como está a situação, se assim vocês concordarem. O.k.? *(Pausa.)*

É bem encaminhamento, não precisa nem votação.

Calendário de diligência ao Rio Grande do Sul com objetivo específico. Quando decidimos ir ao Rio Grande do Sul – conversamos ontem, não é, Senador? –, ele só apresentou o eixo. Agora, os detalhes da nossa conversa eu estou aproveitando para colocar aqui. Se formos ao Rio Grande do Sul, ir com objetivo fixo. Aonde vamos? São as crianças? É a violência? Você fala bastante do... Como é a sigla que você usa aí?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – GLO. Vamos com esse objetivo? Vamos ver como está a água? Onde está? Qual é o desespero? Do que mais precisam? Mas bem objetivo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E comunicaremos, naturalmente, os Prefeitos daquelas cidades, o Governador e, naturalmente, também o representante do Governo Federal que está instalado lá.

Estabelecer contato com o Governador – aí o Mourão pode fazer isso mais do que ninguém, porque você tem uma ligação direta com o Governador, não é? Sempre estamos em contato com o Governador – eu acho que o Ireneu também. Eu me comprometo a fazer contato mais com a Presidência da República, mas tenho uma excelente relação também com o Eduardo Leite. Até muitos falam que eu o elogio demais. Não é porque o elogio, eu estou dizendo que ele está fazendo o que ele pode fazer, como o Presidente Lula está fazendo o que ele pode fazer também. Mas, se vocês concordarem, vocês fazem a ponte mais direta, vocês dois, que são da base, não é? Eu me comprometo a fazer então uma interligação mais junto à União. Porque ninguém pode pensar que nós estamos aqui para ocupar espaço que não é nosso. Nós só queremos ajudar, não é, Senadores?

Estabelecer um canal de comunicação com o Poder Executivo, com o Presidente Lula – eu vou ter que ver com o pessoal do Governo como é que eu faço isso.

Estabelecer contato com os Prefeitos da região, isso a gente já combinou.

E aqui termina...

O ciclo de debates já foi aprovado. A sessão temática já foi por nós recomendada. E reunião com os Presidentes das Comissões já também deliberamos aqui.

Eu também disse, se vocês concordarem, que esta Comissão recomendaria – recomendaria, porque não é a votação; é a última, meu Relator – que, durante esse período – nós estamos num estado de emergência –, a Câmara e o Senado não votem nada que vá violentar o meio ambiente. Tudo aquilo que vier ajudar terá o nosso apoio.

O.k.? (*Pausa.*)

Então, aprovados esses encaminhamentos.

Volto a palavra ao nosso Relator.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, eu só queria colocar dois aspectos aqui. Um, é que nós temos que primar pela objetividade. Eu apresentei aí uma relação das matérias de abrangência regional e nacional. Eu acho que a gente tem que estabelecer prioridade daquilo que nós temos que impulsionar aqui dentro do Congresso.

Então, eu peço aos companheiros, à Leila, que coloque três prioridades cada um aí para nós trabalhávamos então em cima disso, porque, se a gente for botar cinco, seis, sete, oito prioridades, a gente não vai cumprir a nossa tarefa. Isso é um aspecto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outro aspecto, Presidente, que eu julgo importante é que, na semana que vem, a gente vá ao Rio Grande Sul. Eu acho que a gente tem que ir lá, estabelecer o contato pessoal. Acho que nós temos que visitar um abrigo, ver a situação *in loco*. Então eu acho que podemos levantar um dia aí a critério, a gente estabelecer contato com o Ministério da Defesa, pedir o apoio da Força Aérea, e a gente faz um bate e volta, passa um dia lá. Eu acho que é importantíssimo isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito. Como tínhamos aprovado um calendário de ida ao Rio Grande Sul, por sugestão do Relator, que seja já na semana que vem. De minha parte não há problema, até porque o último voo que teve lá foi o que eu peguei para vir para cá. Depois, não pude voltar mais, porque o aeroporto não permitia. E agora poderíamos ir, inclusive, para a Base de Canoas que, casualmente, é minha cidade.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Só uma contribuição, Presidente.

Primeiro acho, sim, que a próxima semana é ideal. Eu não vou poder participar na próxima semana que eu estar em missão, mas seguramente estarei bem representado. E uma sugestão no tocante a esse encaminhamento com os líderes e Presidentes de Comissão, nesse mesmo sentido de estabelecer prioridades.

Então, particularmente, para favorecer e facilitar o trabalho de convencimento dos colegas, no sentido de abrir mão de uma parcela das suas emendas, que se defina o objetivo disso, que aí facilita muito mais; que se colha, com muita brevidade, é água hoje, a maior demanda? E, se cada um dos Senadores abrir mão de R\$1 milhão, eu estou falando de R\$81 milhões, destinados para água potável. É conectar isso e dar uma entrega concreta. E aí a gente começa a deslanchar mais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k. Eu entendo que é unânime.

Então, insistindo comigo que eu bote em votação os requerimentos. Primeiro é o relatório, que nós já tínhamos acertado. Aqui é o relatório do eminente Senador Hamilton Mourão, com os complementos que nós todos colocamos aqui.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Pela ordem.) – Só uma pergunta, com relação à viagem, a ideia é durante a semana, na semana que vem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Hamilton Mourão propôs que fosse ainda esta semana.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Não, perfeito.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas não disse o dia. Semana que vem, claro.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Eu já falei com o Senador que eu tenho uma missão, final de semana.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Dia 18 você está fora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Então está bom. Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Escolhemos um dia, eu acho que sexta-feira que vem ou quinta, não?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Eu acho quinta ou sexta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que não prejudique os andamentos aqui na Casa.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Eu só iria sugerir quinta, a nossa primeira reunião já indo embora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Primeira reunião já no Rio Grande do Sul.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Acho que quinta-feira é um bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, a Comissão recomenda que seja na próxima quinta-feira, e o nosso Relator, que tem contato direto com as Forças Armadas, por seu histórico, ele poderá fazer essa ponte.

Vamos, neste momento, deliberar sobre o relatório.

Aqueles que aprovam o relatório aqui apresentado do Senador Hamilton Mourão, plano de trabalho, permaneça como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião destinou-se à apresentação e da apreciação do plano de trabalho e demais requerimento. Dessa forma concluímos aqui essa parte da sessão. Isso já está aprovado. *(Pausa.)*

Isso, agora da diligência. Aqui tem uma série de papéis, porque a diligência já é para a semana que vem, e a assessoria rapidamente aqui apresenta o requerimento extrapauta.

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de inclusão extrapauta do Requerimento nº 2, de autoria do Senador Hamilton Mourão, para que a primeira viagem seja já na semana que vem.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Na quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Na próxima quinta-feira.

2ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 2****Requerimento Nº , de 2024**

Requer a realização de diligência externa na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

Autoria: Senador Hamilton Mourão

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Cumprimos todas as finalidades desta reunião de hoje: aprovamos o nosso plano de trabalho, aprovamos as audiências, as viagens ao Rio Grande do Sul, a sessão temática no plenário... E ainda me lembram aqui, antes de eu ler o encerramento, que eu leia os encaminhamentos, de forma resumida, para que não fique nenhuma dúvida.

Aprovado o plano de trabalho apresentado pelo Relator, o Senador Hamilton Mourão, o Presidente irá buscar ações do Governo Federal para juntar ao plano de trabalho apresentado e conjugar os esforços; fazer o levantamento das proposições em andamento relacionadas; buscar os Presidentes das Comissões Permanentes do Senado Federal e tratar da alocação de emendas de cada Colegiado para o Rio Grande do Sul; conversar com o Presidente Rodrigo Pacheco para pautar matérias que atendam às demandas do Rio Grande do Sul e vão na linha da crise climática; propor ao Presidente da Casa a realização de duas sessões de debate temático, uma sobre a emergência e outra sobre o projeto maior de reconstrução e a questão



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

climática em todo o país. Haverá a diligência na semana que vem, e faremos o apelo para que nenhum projeto que venha na linha de ferir o meio ambiente, de atacar o meio ambiente seja votado nas duas Casas nesse período. O.k.?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu já eu falei umas duas, três vezes, e o que não estava aqui, inclui agora.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É uma sugestão. Nada aqui é votação; tudo é sugestão.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Presidente, quero só lembrar de acelerar os projetos que já estão aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Isso. Se não está, que conste aí: acelerar os projetos que já estão prontos sobre o tema. O.k.?

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e convido-os para a próxima reunião a realizar-se no dia... Qual é o dia mesmo?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – No dia 16.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... no dia 16, quinta-feira próxima, provavelmente no Rio Grande do Sul.

Declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 9 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 19 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e treze minutos do dia quatorze de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Cid Gomes, reúne-se a Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde com a presença dos Senadores Otto Alencar, Astronauta Marcos Pontes, Fernando Dueire e Rodrigo Cunha, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Wilder Moraes, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Paulo Paim, Zenaide Maia, Esperidião Amin e Wellington Fagundes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Luis Carlos Heinze e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à pauta: **Audiência Pública. Finalidade:** Audiência pública para debater o Projeto de Lei n. 2308/2023. **Resultado:** Audiência pública realizada. Por meio de convite realizado pelo Presidente da Comissão, participaram da reunião: Rodrigo Rollemberg, Secretário de Economia Verde, do Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio - MDIC; Rodrigo Lopes Sauer, Presidente Executivo da ABSOLAR; Gustavo Ferreira, Diretor de Programa da Secretaria de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda; Rafael Dubeux, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Fazenda; Karina Araújo, Diretora do Departamento de Transição Energética; Elbia Gannoum, Presidente da ABEEÓLICA; Luis Viga, Presidente do Conselho da ABHIV; André Passos Cordeiro, Presidente da ABIQUIM e Paulo Emílio de Miranda, Professor do Programa de Engenharia Metalúrgica e de Materiais da Coppe/UFRJ; Roberta Cox, do Conselho Global de Energia Eólica; Guilherme Cardozo, das Relações Institucionais e Governamentais da ABSOLAR; Fabrício Gomes Santos - Secretário da Fazenda do Estado do Ceará. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e hum minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Cid Gomes

Presidente da Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2024/05/14>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão Especial criada com a finalidade de debater políticas públicas sobre hidrogênio verde.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 2.308, de 2023, que institui o marco legal do hidrogênio de baixa emissão de carbono; dispõe sobre a Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono; institui incentivos para a indústria do hidrogênio de baixa emissão de carbono; institui o Regime Especial de Incentivos para a Produção de Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono, o Rehidro; cria o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono, PHBC; e altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, bem como a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

Bom, a ideia, antes de que a gente possa iniciar a reunião propriamente dita, é, a partir de um roteiro, que estabeleceríamos como o projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado, a gente ir acompanhando. Nós fizemos aqui uma interação com o relatório, que é um relatório que tem sido sempre atualizado – e é bom que seja assim –, do nosso Senador Otto Alencar e, na medida em que tenha um entendimento consensual, a gente segue adiante, até encontrarmos pontos em que haja divergência.

Então, será uma reunião com o mínimo de formalismo possível. As pessoas, todos os presentes fisicamente e acompanhando, podem, a qualquer momento, solicitar a palavra e colocar pontos de divergência. Eu sou um inveterado otimista e eu acredito sempre que é possível a gente encontrar um termo comum entre as diversas visões que existem sobre essa novidade que é o hidrogênio.

Então, sem mais delongas, eu vou pedir aqui a ajuda aos universitários para chamar simbolicamente algumas pessoas para compor a mesa e a gente iniciar a reunião.

Bom, eu vou convidar o Rodrigo Sauaia. Já está aqui o Rodrigo Sauaia? Ele é Presidente Executivo da Absolar, para sentar-se aqui à mesa; o Secretário de Economia Verde do Ministério da Indústria e Comércio, que confirmou presença, mas não chegou ainda e já fica também convidado para compor a mesa; o Luis Claudio Viga, Presidente do Conselho da Associação Brasileira da Indústria de Hidrogênio Verde (ABIHV), convidado para compor aqui a mesa.

Eu não sei como é que são as patentes aí, mas convido também o Secretário Executivo Adjunto do Ministério da Fazenda, Rafael Dubeux – eu peço uma outra cadeira aqui – e o Gustavo Ferreira, Diretor da Secretaria de Reformas Econômicas, igualmente do Ministério da Fazenda, e a Diretora do Departamento de Transição Energética do Ministério das Minas e Energias, Karina Araújo. *(Pausa.)*

A Elbia, Presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica, também é convidada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado. (*Pausa.*)

Bom, gostaria de registrar a presença do nosso Relator e pedir mais um lugar à mesa. Vamos transformar esta mesa em uma mesa simbólica, não é? Ela se estende a toda a...

Senador Otto, só para lhe dar a informação de roteiro e para esclarecer aqui para todos que nos acompanham que a ideia é que, a partir do projeto da Câmara, esse tema é objeto de um projeto de lei já aprovado no Senado e que tramita na Câmara, a Câmara também aprovou um projeto, que é o de nº 2.308, de 23, que chegou aqui no final do ano passado, salvo engano, e, em ambos, o Relator é o Senador Otto. Eu não tenho informações de como é que anda o projeto do Senado na Câmara. Nós convidamos até o Presidente da Comissão, tem uma Comissão especial na Câmara também, uma Subcomissão, e ele está convidado para comparecer aqui.

Para que a gente possa dar agilidade, o ideal é que nós evoluamos para um texto aqui, a partir dessa base, que é o projeto da Câmara, e vice-versa, que a Câmara evolua, a partir do Senado para um novo texto, e que sejam coincidentes. Senão, vai ficar esse vai e vem interminável entre as duas Casas, lembrando sempre que, para além do entendimento entre as duas Casas, a Câmara e o Senado, nós temos que ter a necessária sanção do Executivo, do Presidente da República. Obviamente, para esta sanção, o Presidente ouvirá diversas áreas que são ligadas muito estreitamente ao tema. Ministério de Minas e Energia, Ministério da Indústria e Comércio, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Fazenda são, notadamente, aqueles que têm mais proximidade com o tema e praticamente todos estão aqui representados por autoridades já nominadas.

Esse é um setor da economia, podemos dizer assim, uma nova matriz de energia. Muitos acreditam que será a energia do futuro. Eu, particularmente, filio-me aos que acreditam que o hidrogênio verde será a grande energia do futuro. O tema, por si só, já atrai bastante atenção, mas, na medida em que alguns países, algumas nações do mundo têm dado maior ênfase a essa questão e, já, de forma prática e objetiva, realizado leilões para...

Simbolicamente, o Otto está convidado. Simbolicamente não, abriu-se aqui um lugar para ele. Teremos uma grande honra em tê-lo aqui, mas eu estou para ir para ali, para baixo. (*Risos.*)

No começo tinha tão pouca gente, que eu estava preocupado. Eu chamaria... Mas, enfim, vamos...

O tema desperta muitas atenções por ser novidade, mas, como eu ia dizendo, o fato de já termos países no mundo realizando leilões para aquisição de hidrogênio aponta para a necessidade e a urgência de que tenhamos, o mais rapidamente possível, no Brasil, um marco legal para que se possa dar segurança aos investidores.

Como se sabe, a energia produzida a partir do hidrogênio pode ter diversos vetores, diversos itinerários. O que tem a classificação de hidrogênio verde...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou dizendo isto para especialistas, mas, como a reunião está sendo transmitida, é importante que a gente faça de forma mais breve possível, que é o que eu vou tentar fazer, alguma conceituação, até porque a gente ouve expressões diversas.

O hidrogênio verde é definido, é uma nomenclatura somente usada na Comunidade Europeia. A Alemanha já tem feito leilões fazendo referência especificamente a hidrogênio verde, que pressupõe a energia a partir da hidrólise, a quebra da molécula da água, usando como energia fontes renováveis e, de forma mais explícita, na definição, repetindo, europeia e alemã, a energia eólica e a energia solar, ambas novas energias, novas fontes geradas. Então, não se admite a hidroelétrica – a França, por exemplo, tenta incluir a nuclear, e, a partir do conceito estrito de não emissão de carbono, é uma energia que não emite carbono –, e hoje o conceito de hidrogênio verde é esse.

O Brasil, o nosso Relator, a própria tramitação na Câmara tem incorporado essa nomenclatura de hidrogênio de baixa emissão de carbono. Nessa lógica, ele pode ter o seu itinerário a partir de outros insumos que não a água, não só a energia eólica e solar. Pode ser a partir do etanol, admite-se a hidroelétrica nesse conceito... Enfim, é um conceito mais amplo de hidrogênio com baixa produção de carbono.

Se a produção se destina à exportação, quem dita as regras é o país comprador. Então, a Alemanha vai definir o seu conceito. E esse programa não se destina só a estimular e a regular a produção de hidrogênio para exportação. É, acreditamos todos, ou será o primeiro cliente, em que se terá aquisição, primeiro, será nesse conceito de hidrogênio verde, mas o que nós queremos é instituir uma política para o Brasil, e o hidrogênio de baixo teor de carbono atende – estou falando tudo, são visões minhas, mas que já estão aí colocadas no relatório do Senador Otto e no projeto de origem da Câmara – aos interesses. O ótimo é inimigo do bom. Se a gente tem a possibilidade de ter um combustível, uma matriz energética que reduza a emissão de carbono, nós estamos contribuindo, e o Brasil já é um grande contribuinte para a humanidade.

Então, dando sequência ao roteiro avisado, eu passarei a ler, literalmente, o projeto de lei da Câmara e, havendo alguma alteração no relatório, eu vou fazer a observação. Não sei se essa matéria pode ser colocada aí, mas, enfim, eu posso até também, de alguma forma, economizar aqui, onde não tiver nenhuma preocupação. Não sei se isso está disponível para vocês, o projeto da Câmara. Para todos aí está disponível o projeto? Se alguém quiser, acho que podemos também aqui providenciar.

Então, o projeto tem a sua ementa:

Institui o marco legal do hidrogênio de baixa emissão de carbono; dispõe sobre a Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono; institui incentivos para a indústria de hidrogênio de baixa emissão de carbono, institui o Regime Especial de Incentivos para a Produção de Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (Rehidro); cria o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC); e altera as leis [já mencionadas].





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei institui o marco legal do hidrogênio de baixa emissão de carbono, dispõe sobre a Política [...]

É a ementa, praticamente, cria o programa e altera as leis.

Capítulo II

Da Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono

Seção I

Dos Princípios e dos Objetivos

Art. 2º Fica instituída a Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono, com os seguintes princípios:

- I – respeito à neutralidade tecnológica na definição de incentivos para produção e usos do hidrogênio de baixa emissão de carbono;
- II – inserção competitiva do hidrogênio de baixa emissão de carbono na matriz energética brasileira para sua descarbonização;
- III – previsibilidade na formulação de regulamentos e na concessão de incentivos para expansão do mercado;
- IV – aproveitamento racional da infraestrutura existente dedicada ao suprimento de energéticos;
- e
- V – fomento à pesquisa e desenvolvimento do uso do hidrogênio de baixa emissão de carbono.

Esse é o art. 2º. Art. 3º... Se ninguém levantar alguma observação, eu vou prosseguindo.

Art. 3º São objetivos da Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono:

- I – preservar o interesse nacional;
- II – incentivar as diversas rotas de produção de hidrogênio de baixa emissão de carbono e seus derivados, de forma a valorizar as múltiplas vocações econômicas nacionais;
- III...

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Eu levantei a mão, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Como? Alguém levantou a mão? Pois não.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO (Para expor.) – Sim. André Passos, Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria Química.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos uma sugestão no inciso II do art. 2º, que vai em linha com o que o senhor referiu em relação a ter uma priorização do consumo nacional do hidrogênio. Então a nossa sugestão é inserir, no inciso II: inserção competitiva e priorização do hidrogênio de baixa emissão na matriz energética brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Relator, o André sugere: inserção competitiva do hidrogênio de baixa emissão de carbono na matriz energética brasileira e priorização...

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – E priorização...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – ... para a sua...

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Inserção competitiva e priorização do hidrogênio de baixa emissão de carbono na matriz energética brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Concorde, Relator?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Hã? (Risos.)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Muito bem. O.k., está certo.

Eu lhe passo aqui então: inserção competitiva e priorização...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – A minha assessoria está atenta a isso e vai me passar depois.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – O.k., tranquilo.

E priorização...

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Senador, só fazer a referência de que essas... Primeiro, quero agradecer e, segundo, quero fazer a referência de que essas sugestões que eventualmente a gente for ler ao longo do processo aqui foram entregues também à sua assessoria e à assessoria do Senador Otto Alencar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Muito bem. E priorização do hidrogênio de baixa emissão de carbono.

Voltando aqui ao art. 3º, eu já estava no inciso III:

- III – promover o desenvolvimento sustentável e ampliar o mercado de trabalho das cadeias produtivas do hidrogênio de baixa emissão de carbono e seus derivados;
- IV – promover as aplicações energéticas do hidrogênio de baixa emissão de carbono e seus derivados e valorizar seu papel como vetor da transição energética em diversos setores da economia nacional;
- V – valorizar o uso do hidrogênio de baixa emissão de carbono e seus derivados para suprimento do mercado interno e para fins de exportação;
- VI – proteger os interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta estável e perene do hidrogênio de baixa emissão de carbono e seus derivados;
- VII – proteger o meio ambiente, promover a conservação de energia e mitigar as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e de poluentes nos consumos energético e industrial;
- VIII – incentivar o fornecimento de hidrogênio de baixa emissão de carbono e seus derivados em todo o território nacional;
- IX – promover a livre concorrência;
- X – atrair e incentivar investimentos nacionais e estrangeiros para a produção de hidrogênio de baixa emissão de carbono e seus derivados;
- XI – ampliar a competitividade do País no mercado internacional;
- XII – promover, em bases econômicas, sociais e ambientais, a participação do hidrogênio de baixa emissão de carbono e seus derivados na matriz energética nacional;
- XIII – fomentar iniciativas de produção de hidrogênio de baixa emissão de carbono e seus derivados para exportação ou uso em cadeias produtivas diversas com vistas a agregar valor a produtos nacionais;
- XIV – atrair investimentos em infraestrutura para transporte e estocagem do hidrogênio de baixa emissão de carbono e seus derivados;
- XV – fomentar a pesquisa e o desenvolvimento relacionados aos usos do hidrogênio de baixa emissão de carbono e seus derivados para fins energéticos e industriais;
- XVI – fomentar a transição energética com vistas ao cumprimento das metas do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e demais tratados internacionais congêneres;
- XVII – promover a cooperação nacional e internacional para implementação de ações com vistas ao cumprimento dos compromissos e das metas de mitigação das mudanças climáticas globais;
- XVIII - fomentar a cadeia nacional de suprimento de insumos e de equipamentos para fabricação do hidrogênio de baixa emissão de carbono;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

XIX – estimular a celebração de parcerias público-privadas para desenvolvimento de projetos de hidrogênio de baixa emissão de carbono; e

XX – fomentar o desenvolvimento da produção nacional de fertilizantes nitrogenados provenientes do hidrogênio de baixa emissão de carbono com o objetivo de reduzir a dependência externa e de garantir a segurança alimentar.

Só uma observaçãozinha minha, de redação: público-privadas, no português correto, está assim? Tem hífen, não tem hífen ou são duas palavras separadas? (*Pausa.*)

Separar, por que aqui está público-privada junto. É redação.

Parágrafo único. A Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono integra a Política Energética Nacional de que trata a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

Seção II

Dos Conceitos e das Definições

Art. 4º Para os fins desta Lei e de sua regulamentação, consideram-se:

I – análise do ciclo de vida: metodologia utilizada para mensurar as emissões de [gases de efeito estufa] GEE [Sugiro isso também, porque aqui só está a sigla], considerados todos os estágios consecutivos e encadeados de um produto, serviço ou sistema;

II – cadeia de custódia: modelo por meio do qual são estabelecidos os requisitos mínimos para o rastreamento dos atributos do hidrogênio ao longo de toda sua cadeia de suprimento;

III – carregadores de hidrogênio: [são] substâncias ou materiais que carregam hidrogênio, para fins de armazenagem, de estocagem, de acondicionamento, de transporte ou de transferência, e que o liberam no local em sua forma original;

IV – certificação: conjunto de procedimentos e de critérios por meio do qual a empresa certificadora avalia a conformidade da mensuração dos aspectos relativos à produção de hidrogênio com base em análises do ciclo de vida;

Rodrigo, sente-se aqui à minha direita, embora eu saiba que você está sempre à esquerda. (*Risos.*)

Bem-vindo.

Nós estamos aqui, a partir do projeto da Câmara, fazendo uma leitura para ouvir prós e contras, sugestões. Até agora, uma sugestão e uma mudançazinha de texto.

Item V. Talvez não esteja no de vocês, no roteiro de vocês. É do Relator. É até o IV ou já no V? Deixe-me ler o V e eu lhe passo a palavra. O V incorporado pelo Relator.

V – certificado de hidrogênio: documento emitido exclusivamente por empresa certificadora credenciada, como resultado do processo de certificação de hidrogênio, que deve incluir pelo menos as características contratuais dos insumos empregados, a localização da produção, as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informações sobre o ciclo de vida e a quantidade de dióxido de carbono equivalente emitida como resultado do processo de certificação de hidrogênio.

André...

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO (*Fora do microfone.*) – Está contemplada.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Está contemplada.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Eu acabei de ver que a redação foi contemplada.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – O.k.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Muito bem.

VI – comprador: consumidor do hidrogênio produzido no território nacional que será objeto do processo de certificação;

VII – credenciamento: procedimento por meio do qual a instituição acreditadora avalia, qualifica, credencia e registra a habilitação de uma empresa certificadora para realizar a certificação de hidrogênio;

VIII – derivados de hidrogênio: produtos de origem industrial que tenham o hidrogênio, coletado ou obtido nas formas previstas neste artigo, como insumo no processo produtivo;

IX – escopo de emissões: categorização dos limites operacionais para a contabilização das emissões de [gases de efeito estufa] GEE de uma determinada atividade produtiva, contempladas as emissões diretas e as indiretas;

X – Estudo de Análise de Risco (EAR): parte integrante do estudo ambiental que contempla a avaliação da vulnerabilidade do empreendimento e da região em que está localizado, incluídos técnicas de identificação de perigos, estimativas de frequência de ocorrências anormais e gerenciamento de riscos;

XI – fronteiras do sistema de certificação: estágios da cadeia de produção do hidrogênio, com base em análise do ciclo de vida, que estarão cobertos pela certificação do hidrogênio;

XII. Hidrogênio de baixa emissão de carbono...

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Pois não.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Só uma sugestão de inclusão aqui nesse ponto.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – No XI?

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Entre o XI e o XII.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Onze ponto cinco. Onze e meio.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Então, o XII renomeando os demais artigos.

Incluir o conceito de integridade ambiental, estabilidade ecológica e física dos ecossistemas, porque este conceito é citado ao longo do texto, só que não é definido aqui conceitualmente.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Bom, eu imagino que a assessoria, aliás, imagino não. O Senador Otto fez registro de que a assessoria estava atenta a isso, mas eu vou fazer também o papel de secretário de mesa aqui.

Seria o item XII renumerando os subsequentes.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Isso. Integridade ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Integridade ambiental.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Estabilidade ecológica e física dos ecossistemas.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Estabilidade... (*Pausa.*)

Estabilidade?

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Ambiental, que significa...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Integridade ambiental, dois pontos...

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Que significa estabilidade ecológica e física dos ecossistemas.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Estabilidade ecológica e física dos ecossistemas. (*Pausa.*)

A Ata nos ajudará também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Astronauta Marcos Pontes é um dos integrantes desta Comissão, dos mais assíduos, dos mais participativos e dos mais colaborativos.

Senador, nós estamos fazendo aqui, a partir do relatório da Câmara, literalmente, um acompanhamento na íntegra e sempre que há alguma sugestão a gente a incorpora aqui para que isso seja apresentado ao nosso Relator.

Então, nós estamos neste momento no art. 4º. Há uma sugestão da incorporação de um inciso XII novo, renumerando-se o que passa a ser XIII.

XII – hidrogênio de baixa emissão de carbono: hidrogênio combustível ou insumo industrial, coletado ou obtido a partir de fontes diversas de processo de produção, e que possua emissão de [gases de efeito estufa] GEE, conforme análise do ciclo de vida, com valor inicial menor ou igual a 4 kgCO₂... (*Pausa.*)

Posso. Sem problema. (*Risos.*)

... conforme análise do ciclo de vida com valor inicial menor ou igual a 4 kgCO₂eq/kgH₂ (quatro quilogramas de dióxido de carbono equivalente por quilograma de hidrogênio produzido);

Ah, já está. (*Risos.*)

Eu com dificuldade de ler aqui a coisa, mas já estava a leitura.

... de hidrogênio produzido); (*Pausa.*)

O.k.

Há um acréscimo também aqui do Relator.

"O item 13, em se admitindo aquele, passa a ser..."

Eu vou manter o número original, porque aquilo é uma sugestão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Está bom! O.k. Beleza!

XIII – hidrogênio renovável: hidrogênio combustível ou insumo industrial, coletado ou obtido a partir de fontes renováveis, incluídas a solar, eólica, hidráulica, biomassa, biogás, biometano, gases de aterro, geotérmica [e outras a serem definidas pelo poder público];

Essa é uma incorporação do relatório do Senador Otto.

XIV...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KARINA ARAÚJO (*Fora do microfone.*) – Senador, a gente da mesa também pode?

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Claro! Claro que sim!

A SRA. KARINA ARAÚJO (Para expor.) – Então, primeiro, em nome do MME, quero agradecer que as nossas sugestões foram acatadas pelos assessores e pelo Relator, entre elas, essa aqui na parte de conceituação em relação a hidrogênio renovável. A gente concorda em manter, assim como deixar bem claro no PL (projeto de lei) a citação clara de "baixa emissão de carbono", "hidrogênio de baixa emissão de carbono", porque a gente entende que sinaliza adequadamente com as normas internacionais, com os estudos internacionais, e não a conceituação de cores, mas, sim, é importante usar todo o potencial que o Brasil tem, de todos os recursos disponíveis, para a produção de hidrogênio. Então, a gente agradece e concorda, tá?

E, aí, só trazer um ponto de ressalva, que a gente já trouxe aos assessores, em relação ao valor fixado em lei, de quatro quilos de emissões de dióxido de carbono equivalente em hidrogênio. A gente ponderou que em lei... Mas a sugestão já foi apresentada formalmente pelo MME aos assessores, tá?

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – A ponderação foi de que não coloque?

A SRA. KARINA ARAÚJO – É; de não manter um valor fixo na definição por ser em lei e permitir a própria evolução tecnológica com o tempo. Mas isso foi discutido com os assessores, e eu acho que é uma posição que os próprios assessores do Relator conseguiram trazer, tá? É só deixar registrado o nosso posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – O.k.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Pois não.

Professor.

O SR. PAULO EMÍLIO VALADÃO DE MIRANDA (Para expor.) – Boa tarde.

Paulo Emílio de Miranda, da Associação Brasileira do Hidrogênio. Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Eu que agradeço.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO EMÍLIO VALADÃO DE MIRANDA – Aqui, eu gostaria de sugerir, no XIII, na definição de hidrogênio renovável como: "Hidrogênio de baixa emissão de carbono (vírgula), combustível, insumo..." E continua todo o resto do texto como está, para que ele seja considerado parte de baixa emissão de carbono.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Hidrogênio de baixa emissão de carbono...

O SR. PAULO EMÍLIO VALADÃO DE MIRANDA – E o resto todo igual.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – combustível ou insumo industrial coletado... O.k.

O SR. PAULO EMÍLIO VALADÃO DE MIRANDA – Perfeito! Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Deixem-me fazer aqui.... Eu olhei para a frente. Não há nenhuma referência a hidrogênio verde?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO EMÍLIO VALADÃO DE MIRANDA – Idealmente, não.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – O senhor considera que idealmente não?

O SR. PAULO EMÍLIO VALADÃO DE MIRANDA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Mas não era bom a gente só.... Porque esse é um conceito existente. Boa parte ou, pelo menos, a primeira parte dos produtores, dos investidores, pelo que eu vejo, se destina a atender esse público. Então, não era bom a gente fazer só uma referência? Hidrogênio verde, no molde do que é o conceito europeu... Só para fazer o conceito, e, naturalmente, uma certificadora aqui, havendo o registro, pode fazer a referência: se é de baixo carbono, se é renovável e se é também considerado hidrogênio verde, segundo a lei.

A SRA. ELBIA GANNOUM (Para expor.) – Senador, pelo que me lembro, foi feita uma definição de hidrogênio verde também no relatório do Otto.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Sim, mas em qual momento? Porque nós estamos nessa hora, não é? *(Pausa.)*

A SRA. ELBIA GANNOUM – Mudou novamente? *(Pausa.)*

Ele está dizendo que retirou o "verde".



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Bom, pois é...

O SR. PAULO EMÍLIO VALADÃO DE MIRANDA – Senador, se o senhor permitir...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Pois não.

O SR. PAULO EMÍLIO VALADÃO DE MIRANDA – Veja bem, nem mais na Europa se está utilizando, a não ser em alguns lugares específicos, essa taxonomia de cor. Nós a consideramos inespecífica, porque ela não está conectada com emissões de CO₂ na produção de hidrogênio. Dessa maneira, quando nós definimos como um hidrogênio de baixa emissão de carbono, ele é regulado por emissões, entende?

Então, nós entendemos que, embora pareça, assim, agradável do ponto de vista popular, porque a gente costuma dizer que o que é verde é ecológico e tudo – a gente reconhece isso –, mas nós temos que tratar o que vai regular tecnologias no país. E, para isso, a gente precisa quantificar, especificar. E a nossa opinião é que é melhor que não conste no texto hidrogênio verde.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – O.k.

O SR. PAULO EMÍLIO VALADÃO DE MIRANDA – Eu sei que isso é difícil para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Não, não tem nada de difícil para mim.

O SR. LUIS CLAUDIO VIGA – Eu gostaria, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Como diz o cearense: "Edifício é prédio alto".

O SR. PAULO EMÍLIO VALADÃO DE MIRANDA – Essa eu não conhecia.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Eu estou aqui para buscar um entendimento e, para mim, ele é possível.

Veja bem, o conceito... Quem me disse isso, me perdoe aqui, mas foi nada mais, nada menos, do que a diretora de energia da comunidade europeia; estive pessoalmente com ela em Bruxelas e ela falou desse conceito. E o que eu quero é só facilitar, na sequência, o trabalho que haverá de fazer.

Imagine o seguinte: se se instala uma empresa no Rio Grande do Sul que vai usar apenas energia eólica para a produção, pegar água de reúso de Porto Alegre, usar energia eólica para fazer o hidrogênio, a gente pode dar o nome que a gente quiser; mas o conceito, eu acho que não custava nada e ajudará no





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

futuro, se a gente já tiver para os nossos órgãos certificadores, etc., etc., aquele nome. Se não quer verde, a gente dá um outro nome, mas que seja de água e que seja de eólica e de solar.

O SR. PAULO EMÍLIO VALADÃO DE MIRANDA – Veja bem, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Se for de água, e a energia for eólica e solar, vamos dar um nome. Se não quer verde, vamos dar um nome para ele, mas de modo que facilite.

O SR. LUIS CLAUDIO VIGA – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Se um cara vai participar de um leilão lá na Alemanha e a exigência deles é essa, para que eu vou dificultar? Aqui, eu tenho um renovável. Aí, vai mandar um cara de lá para ver se esse renovável é só de água, se eu posso ter uma certificadora aqui para dizer que esse aqui é de água e que a energia usada para ele é só a solar ou a eólica, ou as duas juntas.

O SR. LUIS CLAUDIO VIGA (Para expor.) – E, Senador, eu gostaria de completar: o conceito de hidrogênio verde na Europa é, sim, muito conhecido e divulgado. Então, é, sim: vem de energias renováveis, vem de água, então é sem o uso de energia fóssil.

A gente aqui não está criando nenhuma restrição para nenhuma das tecnologias...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Pois é!

O SR. LUIS CLAUDIO VIGA – ... por que a gente vai fazer uma restrição para o hidrogênio verde?

Então, temos, sim, que manter o hidrogênio verde aqui como uma delas, como as outras alternativas, as outras rotas.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Pois não.

O SR. PAULO EMÍLIO VALADÃO DE MIRANDA – Veja bem, o art. 2º do texto da lei, no seu inciso I, fala em neutralidade tecnológica. E, quando se utiliza hidrogênio de baixa emissão de carbono, ele pode ser obtido por qualquer meio tecnológico; quando se fala em hidrogênio verde, ele tem uma definição tecnológica específica.

Então, vai contra o próprio texto da lei.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Mas veja bem: eu não estou dizendo que nós só vamos incentivá-lo ou que só ele pode ser produzido. Ao contrário, a gente já falou de vários; já falou do de baixa emissão de carbono, já falou do renovável, está certo? É só acrescentar mais um para facilitar esse trabalho.

Haverá uma demanda, e essa demanda é internacional e é real – eu não estou falando de projeto –; é real. E há empresas estudando o mercado brasileiro, por uma série de questões, para produzir nesse modelo. Então, isso vai precisar de uma certificadora.

Se nós já vamos prevendo certificadora e nós podemos dar esse conceito... Se não quer usar o nome "verde", eu não estou querendo dizer que o outro é cinza ou é amarelo ou é vermelho, não. Eu acho até que pode mudar o nome de verde, mas com as mesmas características, para facilitar. Quem vai certificar, certifica que este hidrogênio aqui é água e uma fonte dessas – só para certificar; não é que isso vá ter vantagem comparativa em relação a qualquer outra matriz, não estou defendendo isso. Eu estou defendendo só que, feito o conceito, a gente pode dar um nome brasileiro para ele.

Quem é que sugere algum nome para tirar o verde da história?

O SR. PAULO EMÍLIO VALADÃO DE MIRANDA – Nesse caso, Senador, (*Fora do microfone.*) poderia ser criado...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Energia de hidrólise, hidrogênio hidrolítico...

O SR. PAULO EMÍLIO VALADÃO DE MIRANDA – ... um inciso específico sobre hidrogênio produzido a partir da eletrólise da água.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Pronto, é isso aí.

O SR. PAULO EMÍLIO VALADÃO DE MIRANDA – Não chama de verde...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Tudo bem, não tenho nenhum problema com isso, eu só quero...

O SR. PAULO EMÍLIO VALADÃO DE MIRANDA – ... chama de hidrogênio produzido a partir da eletrólise da água.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Isso, pois é.

O SR. PAULO EMÍLIO VALADÃO DE MIRANDA – Pode ser.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Vamos chamar de um outro nome: hidrogênio... Como é? Alguma sugestão de nome? *(Pausa.)*

Pois não.

A SRA. ROBERTA COX (Para expor.) – Senador, eu sou Roberta Cox, do Conselho Global de Energia Eólica, e venho aqui reafirmar o que o senhor está colocando, que, para o diálogo com a Europa, pode ser interessante manter esse conceito de hidrogênio verde.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – É isso, é isso.

A SRA. ROBERTA COX – Só para facilitar o diálogo.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Não vai alterar em nada a nossa política, é só para registrar e os nossos certificadores e classificadores já terem isso, estar lá, no inciso XIII ou XIV da taxonomia nacional, que fala do hidrogênio...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Se não quer usar o verde, não tem problema; não sou obrigado a usar o nome "verde". Agora, eu acho que não custa nada a gente já permitir aos nossos certificadores que atestem um hidrogênio que é feito a partir da hidrólise e usando como energia exclusivamente a solar ou a eólica. Não é nem renovável, é solar ou eólica; porque o conceito de renovável amplia. É solar ou eólica, que é esse conceito europeu. Não estou dizendo que esse vai ter uma vantagem a mais do que o outro, nada; não estou dizendo que esse é mais bonito do que o outro, nada disso. Eu quero só facilitar o trabalho de dar uma certificação internacional.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Pois não.

A SRA. KARINA ARAÚJO (Para expor.) – Então, só queria deixar registrado aqui o posicionamento do MME, que é justamente de reforçar a importância do sistema de certificação, para que a gente possa dialogar com os mercados internacionais. O certificado, como está aqui, está bem descrito nas denominações "O processo de certificação e o certificado", que vão dar esse carimbo do hidrogênio produzido a partir de uma fonte eólica, ou solar. Vai vir no certificado já essa preocupação.

Então, a gente entende a não necessidade de estar o hidrogênio verde no projeto de lei. Essa foi a nossa consideração aos assessores. O hidrogênio de baixa de emissão de carbono é, sim, o termo técnico adequado. Ele não restringe nenhuma fonte. Ele traz a oportunidade de aproveitarmos todos os potenciais que o país tem, incluindo eólico e solar.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O sistema de certificação com a governança bem desenhada, como está aqui agora, é o suficiente para que o Brasil possa desenvolver o seu potencial, e se comunicar diretamente com os outros mercados.

Então, para o MME, como atuante nessa política pública, no Programa Nacional de Hidrogênio, a gente não utiliza hidrogênio verde nas denominações.

A SRA. ELBIA GANNOUM – Senador, posso fazer uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Pode. Todas serão bem-vindas.

A SRA. ELBIA GANNOUM (Para expor.) – Senador, com o objetivo de sair da discussão, a nossa sugestão é que, na definição de hidrogênio renovável, está lá "hidrogênio de baixa emissão", coloca hidrogênio renovável, dois pontos, hidrogênio verde, hidrogênio de baixa emissão... blá-blá-blá. E aí você colocou todo o hidrogênio ali na própria definição de hidrogênio renovável.

Logo depois dos dois pontos, você coloca hidrogênio verde. E aí está resolvido.

O SR. PAULO EMÍLIO VALADÃO DE MIRANDA (Para expor.) – Nós achamos isso inadequado. (Risos.)

O SR. LUIS CLAUDIO VIGA (Para expor.) – O hidrogênio derivado do etanol não é verde?

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Bom, estou vendo que a gente não vai conseguir, mas eu...

A SRA. ELBIA GANNOUM – É, não vai...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – E me parece uma coisa tão... Qual é o... Tem um ditado assim: "O que abunda não prejudica". Uma coisa é o seguinte, eu acho razoável que um investidor, um empreendedor que está pensando em fazer, a partir da cana-de-açúcar, a partir do gás natural, uma matriz de produzir hidrogênio, que ele queira que o país esteja aberto também a incentivá-lo. E eu dou total razão.

Agora, vamos tirar um pouquinho... Ah, já... Eu não estou falando de hipótese. Eu vou repetir, eu ouvi da diretora de energia da comunidade europeia, que disse assim "Nós vamos comprar 20 milhões de toneladas de hidrogênio". Disso aí, 10 milhões de toneladas serão produzidos pela Europa, 10 milhões serão de fora. E esse hidrogênio tem que ter as seguintes características: ele tem que ser da água e tem que ser de energia solar ou eólica nova.

Lá, eles não permitem nem que eu use um parque existente aqui eólico, ou um parque solar já existente, para fazer o hidrogênio. Eles não vão considerar nesse conceito que eles lá chamam de *green*, não é de verde, não. (Risos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se a preocupação é a gente não ser um país que vai se render, nada disso, eu não estou aceitando aqui imposição de vetor tecnológico nenhum, porque há especulações: "Ah, os alemães estão querendo vender os eletrolisadores deles". Não estou a favor disso, não; eu estou só querendo poupar um passo para empreendedores que são reais também. Há pelo menos três empresas que eu sei, que eu conheço, que estão trabalhando com vistas ao mercado internacional nesse conceito de hidrogênio verde, e eles não vão deixar de usar a matriz de eletrólise e não vão deixar de usar a solar e a eólica, não, porque é o comprador deles quem dita.

Eu estou falando agora só o seguinte: de a gente colocar aqui, *en passant* – *en passant* – um conceitinho assim só para facilitar que a certificadora coloque "esse hidrogênio é o hidrogênio que atende o que a comunidade europeia..." Vamos chamar de hidrogênio CEE, comunidade... Como é que chama?

A SRA. ELBIA GANNOUM – Comunidade Econômica Europeia.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – É.

Hidrogênio CEE: hidrogênio Comunidade Econômica Europeia. Já que não se deseja estabelecer o verde, porque seria um preconceito – "se esse é verde, o outro não é verde" – tudo bem, eu concordo com essa preocupação, mas vamos pensar um nome neutro só para facilitar a vida dos outros.

Tem um comprador para esse tipo de hidrogênio, tem um vendedor para esse tipo de hidrogênio, por que eu não vou só fazer uma referência na classificação dele? Assim, *en passant*.

O SR. PAULO EMÍLIO VALADÃO DE MIRANDA (Para expor.) – Eu tenho uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Pois não. Opa! opa! opa!

O SR. PAULO EMÍLIO VALADÃO DE MIRANDA – É o seguinte: o que o senhor acha importante é que exista no texto claramente especificada a produção de hidrogênio usando eletrólise da água, principalmente com novas renováveis, como eólica, solar e etc. O que te interessa não é o nome "hidrogênio verde".

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Não, não.

O SR. PAULO EMÍLIO VALADÃO DE MIRANDA – É que isso conste.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Isso, isso.

O SR. PAULO EMÍLIO VALADÃO DE MIRANDA – Então, eu lhe pergunto se poderia ser assim, olha: "hidrogênio renovável: hidrogênio de baixa emissão de carbono, combustível ou insumo industrial,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

coletado ou obtido a partir de fontes renováveis, incluindo biomassas, biocombustíveis e hidrogênio eletrolítico, produzido a partir da água com energias renováveis, eólica, solar, geotérmica, das marés e oceânica".

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – O.k.

O Senador Astronauta Marcos Pontes, desculpe, tinha...

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Eu só gostaria de, porque eu cheguei no meio da discussão...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Não, você chegou no começo. Até então estava tudo pacífico. *(Risos.)*

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para interpelar.) – Então, eu cheguei em uma hora boa.

É que eu não consegui pegar exatamente, mais claramente quais são os prós e os contras da utilização de "hidrogênio verde" no nome aqui dentro. Então, isso não ficou muito claro para mim.

Mas uma coisa... até aproveitando a presença de especialistas aqui, eu acredito que não exista um índice claro, objetivo, de você... pode ser um índice composto, por exemplo, que faça a designação de quanto um hidrogênio ou alguma outra fonte seja renovável ou não.

Existe isso? Um índice que pode ser até um índice composto, tipo assim: "isso aqui foi produzido... tem tanta emissão de carbono, tem isso aqui". Tem outras coisas que podem compor um índice. Porque seria um hidrogênio de índice x, tanto...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – É isso. Isso é possível e está aqui previsto no conceito.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Não sei se existe isso. Estou perguntando.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – A gente já falou sobre isso aqui.

Olha, um dos...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

São várias coisas no questionamento do Senador Marcos Pontes. Mas essa relativa à quantidade de carbono emitida está aqui... A gente acabou de fazer referência a ele. Cadê? Onde é que está isso, meu Deus? Eu vi neste instante, não é possível. (*Pausa.*)

Está aqui ó, no inciso XII. Ele fala: "[...] com valor inicial menor ou igual a [...] (quatro quilogramas de [...] carbono equivalente por quilograma de hidrogênio [...] [gerado])". Isso é para a definição da baixa emissão de carbono, que é a essência da nossa lei. A essência da lei, a essência do plano é para estímulo à baixa produção de carbono. É a essência. E eu sou a favor de que assim seja.

Agora, acho que não custa nada a gente colocar uma definiçõzinha para facilitar a vida de quem vai pelo itinerário: água, energia eólica...

O SR. PAULO EMÍLIO VALADÃO DE MIRANDA – E essa dos eletrolíticos a partir da água.

O SR. LUIS CLAUDIO VIGA (Para expor.) – Eu gostaria de falar um pouquinho aqui, só ligando ao hidrogênio verde.

Senador, existe, sim, uma organização chamada Green Hydrogen Organization, que define até condições mais restritas, colocando 1 kg de CO₂ equivalente por produção de 1kg de hidrogênio.

Então aqui, quando a gente coloca – acho que é o objetivo do Senador – 4kg aqui, no projeto de lei, abre para mais outras fontes. O que é muito bom, porque a gente está discutindo aqui várias fontes.

Então existe, sim, classificação de hidrogênio verde. É muito importante para o Brasil se posicionar, nessa transição energética – que a gente não faz bem ainda, a gente está melhorando –, como o grande vetor verde do mundo, porque isso vai puxar não só o hidrogênio, mas o fertilizante verde, o aço verde, o briquete verde, o cimento verde, que vão ser produtos diferenciados.

Então, restringir agora – porque a gente está abrindo para todos – o verde é algo que a gente vai estar perdendo mercado no futuro, porque a gente pode se diferenciar. A China não pode se diferenciar de verde como a gente pode, porque a gente tem uma matriz elétrica de 90%. Então por que a gente vai se penalizar? O Senador está muito certo. Isso é abundante e não prejudica nada e ninguém. Então vamos colocar o hidrogênio verde.

A senhora falou da Europa – desculpe-me – e confirmou... Nas minhas visitas à Europa, a gente tem um time comercial muito grande na Europa, do hidrogênio verde, sim, é falado. E a gente pode utilizar isso como diferencial do Brasil. A gente tem que bater no peito e dizer: "Olha, somos o lugar verde do mundo." Transição energética no Brasil não é só para o hidrogênio, mas para toda a neointustrialização que vai vir.

A SRA. ELBIA GANNOUM (Para expor.) – Senador, como Presidente da Associação de Energia Verde, concordo com o Viga. (*Risos.*)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Bom, eu busco sempre o entendimento. Se a gente não conseguir, a gente passa adiante e, enfim, vamos para a votação lá ao final. Mas...

Você quer fazer alguma ponderação, Professor?

O SR. PAULO EMÍLIO VALADÃO DE MIRANDA (Para expor.) – Eu gostaria, sim, para dizer que, na realidade, é o contrário do que o Viga falou, pelo seguinte: quando se estabelece em lei o hidrogênio verde, principalmente quando se colocam propostas de subsídios, como foram colocadas e que já foram revistas, veja que isso faz um direcionamento tecnológico.

E o que nós queremos é que não haja direcionamento tecnológico.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Professor, perdoe-me, para deixar muito clara a minha posição, pelo menos a minha posição.

Para mim, o que é razoável é que o Brasil esteja completamente livre. E tudo o que foi dito até agora atende ao meu objetivo.

Eu acho que a gente pode ser, neste setor, protagonista mundial. Nós jamais seremos, não conseguiremos em robótica. Nós não conseguiremos em *chips*, em inteligência artificial, em insumos e equipamentos médicos. Nós jamais conseguiremos superar tantas gerações que já perdemos.

Nesta questão do hidrogênio e nos seus mais diversos itinerários, nas suas mais diversas rotas, nós podemos ser protagonistas do hidrogênio a partir do gás natural, que nós temos em abundância. Nós podemos ser protagonistas do hidrogênio a partir do etanol, em que nós já temos protagonismo internacional e passaremos a ter ainda mais.

Enfim, o que eu estou só querendo – às vezes, eu fico achando que eu estou com dificuldade de me fazer compreendido – é que a gente faça só uma referenciazinha para um nicho de mercado que independe da nossa vontade.

Eu não estou falando que o hidrogênio verde, eu não estou propondo isto, vá ter um subsídio. O que eu proponho que tenha subsídio são todas as modalidades, que estão aqui definidas no hidrogênio de baixo carbono, que é até quatro. Pronto. Todos devem ter estímulo. E o Brasil pode assumir o protagonismo internacional disto. Nós podemos ser o lugar do hidrogênio, na vanguarda internacional, ser a referência de hidrogênio.

Agora, esqueça tudo isso. Tem alguém querendo comprar e tem alguém trabalhando para se viabilizar para vender.

Nós falamos aqui de certificação, de credenciar empresas certificadoras. Então, só para efeito de facilitar a vida dessas pessoas que querem comprar e dessas que querem vender, você introduz um conceito.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Se o nome "verde" é um nome que, eu concordo, pode gerar uma discriminação, pensemos em "hidrogênio nos moldes da comunidade europeia". Estou dando uma sugestão. Ou: "hidrogênio a partir da hidrólise, usando como energia a solar e a eólica". Pronto. Assim, eu atendo lá. Eles aqui vão atender. A nossa certificadora vai dizer para eles que eles produzem o hidrogênio no interesse da comunidade europeia. E a comunidade europeia acredita ou não. Se ela acreditar, muito bem, vai aceitar. O Brasil tem fé pública, tem certidão. Ou não: ela manda alguém aqui para ver se realmente atendeu ao objetivo dela.

Não é para ter um tostão a mais de financiamento, não é para ter um subsídio, não é para ter uma vantagem a mais. É só isto: para facilitar o trabalho da certificadora, que vai existir. A certificadora vai dizer: este é de baixo carbono, mas também atende ao inciso XIII, que é o conceito da comunidade econômica europeia.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para interpelar.) – Presidente, eu acho que eu entendi a preocupação do Professor, da seguinte forma... Por isso, eu perguntei se havia um índice – composto, que seja – que pudesse dar uma numeração. Por exemplo, esse aqui é o hidrogênio 0.4, chutando qualquer índice...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Isso.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Esse aqui é o 0.7.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – E tem.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Porque, no momento em que a gente coloca isso –vê se é isso, Professor –, pulam-se algumas tecnologias, para que sejam associadas a um conceito. De repente, a gente pode travar algum tipo de tecnologia que pode entrar no mercado futuramente – a gente não sabe – e que pode produzir com o mesmo índice.

Eu quero produzir um que seja 0.3. Hoje, ele pode ser produzido com eólica... De repente, amanhã ou depois, aparece uma tecnologia nova que pode produzir na mesma quantidade e que poderia, também, ser classificada como verde.

É isso, Professor?

O SR. PAULO EMÍLIO VALADÃO DE MIRANDA (Para expor.) – Sim, Senador. Nós chamamos isso de trancamento tecnológico. (Risos.)

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Então, de repente, se se associar com o índice...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Eu não estou me fazendo compreender.

Eu não estou defendendo nenhum incentivo, nenhuma limitação da política nacional para esse... Eu estou só defendendo que tem um comprador e tem um vendedor. Ele comprador quer daquele jeito e, se não for daquele jeito, ele não compra. O vendedor sabe que ou ele faz daquele jeito ou o comprador não compra. E vai se estabelecer uma certificação. Nós já estamos prevendo uma certificação. É só para a certificação ter uma base na lei para dizer que esse é o que tem assim, assim e assado. Pronto!

O europeu vai ver, pode acreditar na certificadora e pronto, facilitou o trabalho dos dois. Se não, o daqui vai ter que mostrar que é, e o de lá não vai confiar, obviamente, na palavra do vendedor. Vai ter que mandar uma missão para cá para ver, estudar e não sei o quê.

Pode criar dificuldade, e a gente podia só dizer o conceito.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO (Para expor.) – Senador, eu posso retomar a sugestão que o Professor fez? Ele fez a sugestão de inclusão da expressão "hidrogênio obtido a partir da eletrólise"...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Pronto. É só dar um nome.

Eu não estou defendendo que seja feito, não.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – ... no item XIII.

Eu acho que, se a gente caminhar nessa direção, ambos vão estar contemplados na proposta. E ele não fica restritivo também, porque é uma das formas, dentre tantas, que estão listadas lá.

E já aproveito para sugerir outra inclusão no inciso XIII, porque também faltou uma das rotas possíveis. Diz ali: "incluindo solar, eólica, hidráulica". Então, além da expressão que o Professor está sugerindo, da rota de eletrólise, peço para incluir também a rota de etanol ali. Certo?

Então, são minhas duas sugestões: uma para consenso, incluir exatamente isso que o Senador está propondo.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Solar, eólica, hidráulica, etanol...

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Solar, eólica, etanol...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Gases. Gases, só tem gases... Tem biogás.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – E aí..





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem outras: biogás, biometano, gases de aterro, etc., que são fontes de biomassa.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – O.k.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Incluir o etanol e incluir, justamente, essa redação que o Professor está sugerindo, que se refere à rota obtida a partir da eletrólise. Pode-se, inclusive, entre parênteses, colocar: "segundo padrões definidos pela diretiva"...

O SR. FABRÍZIO GOMES SANTOS – Senador...

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Acho que aí a gente consegue...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Muito bem.

Então, o Professor depois põe no papelzinho aí.

Vamos para frente! *(Risos.)*

O SR. FABRÍZIO GOMES SANTOS – Senador, só uma...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Pois não.

O SR. FABRÍZIO GOMES SANTOS (Para expor.) – Posso falar? É o Fabrício Gomes, Secretário da Fazenda do Estado do Ceará. É só um esclarecimento tributário.

Não existe por que ter receio algum sobre o incentivo diferenciado porque é hidrogênio verde. Como o Senador bem falou, isso está bem amplo. Inclusive, na reforma tributária, no art. 225, §1º, inciso VIII, fala-se lá de biocombustível e hidrogênio de baixo carbono.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Pois é.

O SR. FABRÍZIO GOMES SANTOS – Não se fala em hidrogênio verde. Então, na própria reforma a gente já está contemplando todos os hidrogênios de baixo carbono, sem distinção.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Então, é bom ter coincidência entre a reforma e este projeto de lei.

É exatamente disso que eu estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Claro! Mas isso está claro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não estou querendo excepcionalizar o verde para efeito de ter um incentivo, não. Eu quero só para efeito de classificação para facilitar a venda para o exterior. Ponto!

Mas vamos adiante.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Só para eu não vou ser mal entendido, Senador. Nem eu estou dizendo isso. Por isso, sugeri a proposta que consta.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – O.k., beleza.

Vamos ver a proposta do Professor, então.

XIV – intensidade de emissões: relação da emissão de [...] [gases de efeito estufa], com base em análise do ciclo de vida, computada ao longo do processo de produção do hidrogênio, por unidade de energia;

XV – Plano de Ação de Emergência (PAE): documento integrante do Plano de Gerenciamento de Risco do empreendimento que estabelece as ações a serem [...] [exercidas] pelo empreendedor em caso de situação de emergência e que identifica os agentes a serem dela notificados;

XVI – Plano de Gerenciamento de Risco (PGR): documento que descreve como o gerenciamento de risco do empreendimento será executado, monitorado e controlado;

XVII – produtor: agente econômico autorizado a exercer a atividade de produção de hidrogênio no território nacional;

XVIII – selo de enquadramento: etiqueta atribuída ao hidrogênio certificado em virtude do cumprimento dos requisitos mínimos estabelecidos para o seu enquadramento; e

XIX – unidades certificáveis: métrica que será considerada para medição das emissões de [...] [gases de efeito estufa] associada ao hidrogênio produzido e que será reportada no certificado.

§ 1º A definição [...] da escala de emissões de que trata o[s] inciso[s] XII [e XIII] do *caput* deste artigo deverá preservar o valor previsto [...] [nesta lei] até 31 de dezembro de 2030 [podendo, a partir dessa data, ser revisada em regulamento].

Isso foi a introdução do Senador Otto, o.k.?

§ 2º Regulamento disporá sobre hipóteses em que a água, a energia elétrica, o gás natural e os insumos utilizados no processo produtivo serão considerados matérias-primas para a produção de hidrogênio de baixa emissão de carbono e de hidrogênio renovável.

O.k.?

CAPÍTULO III

DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DO HIDROGÊNIO DE BAIXA EMISSÃO DE CARBONO



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Seção I**Disposições Gerais**

Art. 5º São instrumentos da Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono:

I – o Programa Nacional do Hidrogênio (PNH2);

II – o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC);

III – a certificação do hidrogênio de baixa emissão de carbono;

IV – o Regime Especial de Incentivos para a Produção de Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (Rehidro);

V – a cooperação técnica e financeira entre os setores público e privado para o desenvolvimento de pesquisas de novos produtos, métodos, processos e tecnologias para produção de hidrogênio de baixa emissão de carbono;

VI – os incentivos fiscais, financeiros, creditícios e regulatórios legalmente instituídos.

Art. 6º São agentes responsáveis pela implantação da Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que tenham competências relacionadas à consecução de seus objetivos, além dos órgãos previstos nesta Lei.

Parágrafo único. Caberá ao órgão da administração pública federal direta responsável pela condução da política energética, entre outras competências, propor ao Conselho Nacional de Políticas Energéticas (CNPE) os parâmetros técnicos e econômicos para a elaboração dos fundamentos da Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono.

Seção II**Do Programa Nacional do Hidrogênio**

Art. 7º O Programa Nacional do Hidrogênio (PNH2) terá competências, diretrizes e atribuições instituídas em regulamento e em diretrizes do Conselho Nacional de Políticas Energéticas, que deverão incluir a execução da Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono de que trata esta Lei.

Eita, aqui ficou ruim! No artigo, é isso? Que trata essa lei.. Ah, não. É que aqui não foi dado o espaço. Desculpe-me.

Art. 8º Ao Comitê Gestor do Programa Nacional do Hidrogênio (Coges-PNH2), além das competências, diretrizes e atribuições instituídas em regulamento e em resoluções do Conselho Nacional de Políticas Energéticas, compete:

I – estabelecer as diretrizes para execução da Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono, observado o que for estabelecido pelo CNPE e por esta Lei;

II – participar e coordenar ações e políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento da indústria do hidrogênio de baixa emissão de carbono;

III – expedir a orientação superior das políticas de produção e usos e aplicações do hidrogênio de baixa emissão de carbono e seus derivados.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 9º...

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Senador?**O SR. PRESIDENTE** (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Pois não.**O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO** (Para expor.) – Uma sugestão de inclusão do inciso, nesse artigo, inciso IV: expedir orientação a respeito da captação de recursos financeiros previstos no art. 31.**O SR. PRESIDENTE** (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Expedir?**O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO** – Expedir orientação a respeito da captação de recursos financeiros previstos no art. 31.

O art. 31 fala dos recursos financeiros do programa de hidrogênio de baixo carbono.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Expedir orientações a respeito da captação de recursos...**O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO** – ... financeiros previstos no art. 31.**O SR. PRESIDENTE** (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – ... financeiros previstos no art. 31.**O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO** – No projeto original é art. 31. Não sei como ficou na redação final, mas, enfim...**O SR. PRESIDENTE** (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Acho que não é mais 31, não.

Ou é? Art. 31. O PHBC deverá conceder crédito fiscal de comercialização... É isso?

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO –

Constituem recursos do PHBC:

I – dotações consignadas [...];

II – recursos decorrentes de acordos [...];

III – doações realizadas [...];

IV – empréstimos de instituições [...];

V – percentual de lucros [...];

O SR. GUSTAVO FERREIRA – Senador, só para tentar contribuir com o seu trabalho...

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Pois não.

O SR. GUSTAVO FERREIRA – Pelo menos, a gente, no Ministério da Fazenda, sugeriu uma nova redação para o art. 31, e, talvez a proposta do André perca o objeto. Talvez, por isso é que, no seu relatório, já esteja difícil interpretar.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – O art. 31 foi integralmente substituído por outro texto. A gente vai chegar lá, mas fica aí a preocupação...

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – ... de que o Comitê Gestor tenha gestão sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – É só uma coisa de esclarecimento de informações e tal. O objetivo do seu...

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Que o Comitê Gestor tenha gestão sobre os recursos financeiros.

A SRA. KARINA ARAÚJO – Isso. Ele está trazendo...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Sim, mas expedir orientações a respeito...

A SRA. KARINA ARAÚJO – Isso. Ele está trazendo para o Coges, que é coordenado pelo MME. Então, está de acordo com a proposta trazida pelo Ministério da Fazenda de alteração do 31, e não com a proposta de trazer ao Coges essas diretrizes. Não é papel do Ministério de Minas e Energia estabelecer diretrizes em relação ao que está sendo estipulado de benefícios e incentivos fiscais. O Coges é mais regulamentador de leis e procedimentos.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Então, o próprio MME acha que isso não deve ser, mas, enfim, fica aqui a sugestão.

Eu já tinha...

Art. 9º O Coges-PNH2 será integrado por até 15 (quinze) representantes de órgãos do Poder Executivo, na forma de regulamento, além de:

I – 1 (um) representante dos Estados e do Distrito Federal;

II – 1 (um) representante da comunidade científica; e

III – 3 (três) representantes do setor produtivo.

Parágrafo único. A escolha dos representantes do Coges-PNH2 que não integram o Poder Executivo federal será definida na forma de regulamento.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Senador...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Pois não.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO (Para expor.) – Eu tenho uma sugestão da Associação Brasileira da Indústria Química que é para aumentar a participação privada e da academia nesse conselho gestor. Então, a nossa sugestão é que tenhamos três representantes da comunidade científica – não um – e cinco representantes do setor industrial – e não três.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Setor produtivo.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Setor produtivo, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Bom, a sugestão é que sejam três representantes da comunidade científica e cinco...

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Cinco representantes das associações e representantes do setor produtivo.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Fica a sugestão.

Seção III

Das Diretrizes da Gestão de Risco

Art. 10. Os empreendimentos e as atividades de que trata esta Lei deverão adotar medidas para gestão de risco de acidentes ou desastres.

§1º São instrumentos para gestão de risco de acidentes ou desastres dos empreendimentos e das atividades:

I – EAR;

II – PGR; e

III – PAE.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Senador, só uma sugestão aqui de redação: no art. 10º, antes de "os empreendimentos e as atividades de que trata esta lei", incluir a referência "sem prejuízo das exigências previstas na legislação ambiental". É só, de forma cautelosa, incluir no artigo que deve haver a consideração de todo o restante da legislação ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) –

§2º Regulamento definirá os requisitos e os critérios para elaboração dos instrumentos previstos no §1º deste artigo, a serem exigidos pelo órgão regulador das atividades de produção e de usos e aplicações do hidrogênio e pelos órgãos responsáveis pelo licenciamento ambiental.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seção IV

Da Produção de Hidrogênio

Art. 11. As atividades de produção de hidrogênio, seus derivados e carreadores serão exercidas por empresas ou consórcios de empresas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, que tenham obtido autorização do órgão regulador competente.

§1º A autorização para a produção do hidrogênio de que trata esta Lei caberá à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), respeitadas as atribuições das demais agências reguladoras conforme as fontes utilizadas no processo de produção.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Pois não, André.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Aqui a nossa sugestão é acompanhar a emenda do Senador Rodrigo Cunha, que fala:

§ 1º A autorização para a produção do hidrogênio de que trata esta Lei caberá à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), respeitadas as atribuições das demais agências reguladoras conforme as fontes utilizadas no processo de produção, somente quando a produção se destinar ao uso energético ou como combustível, e nunca como insumo industrial.

Porque não cabe à ANP regular o uso de insumos de qualquer natureza para uso industrial, somente para a finalidade combustível. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Talvez seja melhor aí a proposta de um parágrafo, não é?

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Sim, pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Na hipótese de não ser para uso industrial, enfim... Pode ser: na hipótese de uso industrial, a regulamentação será feita por...

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Por agência competente, não pela ANP.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Sim, mas isso não já está dito aqui?

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Não. Aqui está dito...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – "[...] respeitadas as atribuições dos demais agências reguladoras, conforme fontes utilizadas no processo de produção [...]".

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – É que nós não temos uma agência reguladora para o uso de insumo industrial, Senador. Esse é o ponto.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Sim. Então, hoje, alguém fazer hidrogênio para uso industrial não tem regulação?

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Não tem, não. Não. Não tem. Exatamente.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (*Fora do microfone.*) – Nesse caso, não é melhor ficar com a ANP?

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Não, porque não há necessidade de regulação. É uma mercadoria adquirida para uso industrial, com todo o cuidado ambiental, com a regulação em lei... Então, não tem necessidade de uma agência reguladora para qualquer tipo de consumo, de insumo industrial. Esse é o ponto, a não ser que seja o consumo energético.

O SR. GUSTAVO FERREIRA – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Acho que podia... Veja se atende aqui: a seção é "Da Produção de Hidrogênio para Fins de Combustíveis".

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Se mudar a seção, já vai ficar claro que nós estamos tratando só para fins de combustíveis.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Só para finalidade de combustíveis.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Então, já fica na mudança no título da seção.

O SR. GUSTAVO FERREIRA – Senador.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (*Fora do microfone.*) – Que é a seção da utilização para produção industrial.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Não, mas se eu estou tratando aqui só da produção para uso de combustível...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (*Fora do microfone.*) – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Já vou tratar só de uso combustível, eu não estou tratando do industrial.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Aí tem que se dizer que a regulação se dará somente na finalidade de combustível.

O SR. GUSTAVO FERREIRA – Senador.

O SR. LUIS CLAUDIO VIGA (*Fora do microfone.*) – Eu entendo o ponto.

O SR. GUSTAVO FERREIRA – Por favor, Luis.

O SR. LUIS CLAUDIO VIGA (Para expor.) – Porque você vai dar para fertilizantes. Então, quando você atribui para a ANP e você (*Fora do microfone.*) está condicionando às outras agências reguladoras, você está concentrando em um lugar só e você está cobrindo os outros produtos ou derivados do hidrogênio, que são o quê? O aço, a própria energia elétrica, que pode ser utilizada como energia elétrica, a questão do fertilizante... Então, a gente tem que, de repente, colocar o industrial como exceção.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Exatamente.

O SR. LUIS CLAUDIO VIGA – Mas aí tem que respeitar as outras instituições.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Exatamente. Então, eu não tenho uma regulação, nem há a necessidade de ter, para o uso do hidrogênio para a produção de fertilizante nitrogenado.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Vou voltar à seguinte questão: se, na seção, eu digo, da produção do hidrogênio, mas eu não estou tratando o *lato*, eu estou tratando da produção do hidrogênio, para fins energéticos... Pronto. Aí tudo que está aqui é relativo a energia. Pelo menos, imagino eu que vai atender a sua...

Você tinha pedido a palavra. Desculpe-me.

O SR. GUSTAVO FERREIRA (Para expor.) – Senador, obrigado pela palavra.

Eu vi que o Juliano, o Consultor do Senado agora levantou a palavra, e talvez ele relate a mesma coisa que eu. Só fazendo o papel aqui de relatar o que a gente discutiu na Câmara dos Deputados, e não como representante do Ministério da Fazenda, mas a gente enfrentou esse debate junto com a assessoria do Deputado Arnaldo Jardim e do Deputado Bacelar, e a nossa preocupação lá, acho que de todos, o consenso do debate, é que fica difícil regular um produto pela sua destinação. A unidade produtiva vai produzir hidrogênio, e ela não sabe se ela vai vender esse hidrogênio daqui a três, cinco anos para combustível, para matéria-prima ou para qualquer uso que ele venha ter lá na frente. Então, ficaria difícil estabelecer a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulação *ex-ante* pela finalidade do produto. E a solução que se construiu na Câmara dos Deputados foi exatamente o que está no §4º aqui do texto, do art. 11, que diz que "regulamento deverá estabelecer as hipóteses em que a autorização de que trata o *caput* deste artigo poderá ser dispensada, em especial quanto ao volume produzido e ao uso do hidrogênio como insumo...". E o texto segue na página seguinte. Então...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – "[...] assegurada a exigência de registro da atividade no órgão regulador competente".

O SR. GUSTAVO FERREIRA – É isso. Então...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Atende?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Teria que dar uma olhadinha na redação.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – O.k. Bom, fica aí a observação, e já antecipamos aqui a leitura do §4º. Vou ler o §3º.

§3º É permitida a transferência da titularidade da autorização, mediante prévia e expressa aprovação pela ANP, desde que o novo titular atenda aos requisitos previstos nesta Lei.

Então, pulando o artigo... O §4º já lido.

Art. 12. O arranjo denominado *sandbox* regulatório, de que trata o inciso II do *caput* do art. 2º da Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021 [tem isso lá, *sandbox*, tem isso, essa referência na lei? Tem? Meu Deus!], poderá ser utilizado para a elaboração de normativos relacionados às atividades previstas nesta Lei.

Parece código, parece tudo código. Olha aqui:

O arranjo denominado *sandbox* regulatório, de que trata o inciso II do *caput* do art. 2º da Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021, poderá ser utilizado para a elaboração de normativos relacionados às atividades previstas nesta Lei".

Alguém traduz isso aí?

A SRA. KARINA ARAÚJO (Para expor.) – Então, chamando o Google, nosso colega Google, não, mas trazendo diretamente da Lei Complementar 182, o inciso II define o *sandbox* como:

II - ambiente regulatório experimental [...]: conjunto de condições especiais simplificadas para que as pessoas jurídicas participantes possam receber autorização temporária dos órgãos ou das entidades com competência de regulamentação setorial para desenvolver modelos de negócios inovadores e testar técnicas e tecnologias experimentais [...].



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Caixa de areia.

A SRA. KARINA ARAÚJO – É para experimentar, fazer inovação.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – O.k., está ótimo.

Parágrafo único. O órgão regulador de que trata o art. 11 desta Lei poderá adotar soluções individuais que visem ao atendimento do disposto nesta Lei, respeitado seu rito decisório, até que seja editada regulação específica.

Art. 13. Compete à ANP regular, autorizar e fiscalizar o exercício da atividade de exploração e de produção de hidrogênio natural no território nacional.

Parágrafo único. Regulamento estabelecerá as modalidades de outorga que serão praticadas para fins de exploração e produção de hidrogênio natural no território nacional.

No questions? Nós estamos falando de jazidas de hidrogênio já no ponto de ser engarrafado.

Art. 14. As atividades relacionadas ao carregamento, ao processamento, ao tratamento, à importação, à exportação, à armazenagem, à estocagem, ao acondicionamento, ao transporte, à transferência, à revenda e à comercialização de hidrogênio, seus derivados e carreadores poderão ser exercidas por empresas ou consórcios de empresas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, que solicitem autorização à ANP.

Parágrafo único. Os agentes que obtiverem autorização para produção de hidrogênio prevista no art. 11 desta Lei terão prioridade na tramitação dos pedidos de autorização previstos no *caput* deste artigo.

Seção V.

Aqui tem de novo um problema de...

Então é isso aí, art. 14 e seu parágrafo único, o.k.?

Seção V

Do Sistema Brasileiro de Certificação do Hidrogênio

Subseção I

Disposições Gerais

Art. 15. Fica instituído o Sistema Brasileiro de Certificação do Hidrogênio (SBCH2), para promover a utilização do hidrogênio de forma sustentável a partir das informações contidas em certificado emitido por empresa certificadora ao produto hidrogênio e derivados.

§ 1º O certificado será emitido para informar a intensidade de emissões relativas à cadeia do produto hidrogênio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ 2º O sistema de certificação de que trata o *caput* deste artigo será de adesão voluntária pelos produtores de hidrogênio ou seus derivados produzidos no território nacional e poderá ser utilizado para fins de reporte e de divulgação.

§ 3º As regras de governança estabelecidas no SBCH2 serão de cumprimento obrigatório para todos os agentes econômicos da cadeia de valor de hidrogênio que desejarem emitir certificação para o hidrogênio ou seus derivados produzidos no território nacional.

§ 4º Para eventual utilização do hidrogênio de origem importada, regulamento tratará do processo de reconhecimento da certificação adotada no território de origem.

Subseção II

Da Estrutura, da Governança e das Competências

Art. 16. O SBCH2 terá a seguinte estrutura:

- I – autoridade competente;
- II – autoridade reguladora;
- III – empresa certificadora;
- IV – instituição acreditadora;
- V – gestora de registros;
- VI – produtor; e
- VII – comprador.

Art. 17. A autoridade competente do SBCH2 será a instância responsável por estabelecer as diretrizes de políticas públicas relacionadas à certificação do hidrogênio no território nacional.

Art. 18. A autoridade reguladora será a instância responsável por supervisionar o SBCH2, com as seguintes competências:

- I – definir os regulamentos para implementação das diretrizes para a certificação do hidrogênio, em alinhamento ao estabelecido [...] [pela] [...] [Comissão Nacional de Política Energética];
- II – estabelecer padrões e requisitos mínimos para o processo de certificação do hidrogênio;
- III – estabelecer as responsabilidades e as obrigações das empresas certificadoras credenciadas;
- IV – fiscalizar a movimentação do hidrogênio comercializado, de forma a verificar sua adequação à certificação;
- V – fiscalizar as empresas certificadoras credenciadas; e
- VI – definir e aplicar sanções administrativas e pecuniárias cabíveis, conforme previsão em regulamento.

Art. 19. A instituição acreditadora será instância responsável pelo credenciamento das empresas certificadoras ao processo de certificação do hidrogênio, com as seguintes competências:

- I – estabelecer os procedimentos para o credenciamento das empresas certificadoras;
- II – proceder ao credenciamento das empresas certificadoras, por ato administrativo próprio ou mediante instrumento específico;
- III – disponibilizar e manter atualizada a relação de empresas certificadoras credenciadas em sítio eletrônico; e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

IV – auditar os certificados de hidrogênio emitidos pelas empresas certificadoras.

Art. 20. Instituição privada que atenda aos requisitos estabelecidos pela autoridade reguladora e que seja credenciada pela instituição acreditadora poderá atuar como empresa certificadora, instância responsável pela emissão do certificado de hidrogênio.

§ 1º Uma vez acreditadas pela instituição acreditadora, compete às empresas certificadoras realizar a avaliação de conformidade, com o intuito de verificar a conformidade do hidrogênio produzido com as normas estabelecidas.

§ 2º É obrigatório que as empresas certificadoras enviem as informações relativas a cada certificado emitido à gestora dos registros do SBCH2.

Art. 21. A gestora dos registros do SBCH2 será a instância responsável pela gestão da base de dados nacional de registros de certificados de hidrogênio.

§ 1º Além da atribuição descrita no *caput* deste artigo, compete à gestora dos registros o registro, a guarda, a contabilização e a disponibilização das informações dos certificados emitidos para fins de auditoria.

§ 2º A gestora dos registros deverá manter sistema informatizado e plataforma eletrônica pública de acesso à base de dados.

§ 3º A gestora dos registros deverá garantir aos compradores a verificação da autenticidade do registro do certificado de hidrogênio emitido.

Subseção III

Da Certificação do Hidrogênio

Art. 22. Para os fins desta Lei, a certificação do hidrogênio adotará a intensidade de emissões de [...] [gases de efeito estufa] relacionada ao hidrogênio produzido no território nacional como atributo, com base em análise do ciclo de vida.

Parágrafo único. Os certificados de hidrogênio emitidos para o hidrogênio produzido no território nacional deverão resguardar a integralidade ambiental, assegurada a inexistência de dupla contagem.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Senador, só uma sugestão de redação: "conforme previsão em regulamento".

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Ao final...

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Ao final: "conforme previsão em regulamento".

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – "Conforme previsão em regulamento".



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 23. Selos de enquadramento para o hidrogênio produzido no território nacional poderão ser emitidos pelas empresas certificadoras, conforme critérios estabelecidos em regulamento. *(Pausa.)*

Precisa ver se... Critérios estabelecidos em regulamento já não atende o anterior, não? Não. É outro artigo.

Art. 24. A certificação do hidrogênio produzido no território nacional terá como referência o PBCH2, o qual será estabelecido em regulamento e deverá conter, no mínimo:

I – o modelo de cadeia de custódia que será adotado;

II – o escopo das emissões de [...] [gases de efeito estufa] que será considerado;

III – as fronteiras do sistema de certificação;

IV – as unidades certificáveis que serão reportadas no certificado;

V – os critérios para suspensão dos certificados de hidrogênio emitidos;

VI – os critérios para cancelamento dos certificados de hidrogênio emitidos;

VII – os instrumentos de flexibilidade que poderão ser adotados em casos de perda temporária de especificação do hidrogênio; e

VIII – a informação sobre emissão negativa no processo produtivo, quando couber.

Art. 25. A autoridade reguladora deverá prever mecanismos de interoperabilidade e de harmonização com padrões internacionais de certificação de hidrogênio e poderá estabelecer regras para reconhecimento de certificado para o hidrogênio e seus derivados que forem objeto de importação, observados os objetivos da Política Energética Nacional.

A SRA. KARINA ARAÚJO (Para expor.) – Senador, só registrar aqui um ponto, porque a gente não veio só para brigar, mas também para elogiar.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. *Fora do microfone.*) – E você quer brigar?

A SRA. KARINA ARAÚJO – Eu não brigo, eu sou maranhense, mas sou tranquila. Não, eu estou brincando. *(Risos.)*

Na verdade, eu só quero registrar aqui, para o MME, a importância desses artigos da certificação de hidrogênio, do sistema de certificação.

Na COP, em Dubai, foi assinada uma declaração de interesse mútuo com os países do Hydrogen Trade Forum, mesas redondas de alto nível em hidrogênio, que é uma declaração mútua de que os sistemas de certificação internacionalmente devem conversar, devem ser alinhados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil assinou essa declaração na COP como uma entrega do PNH2. Então, estar isso aqui no marco legal é o atendimento de uma declaração assinada na COP e é uma entrega do Programa Nacional de Hidrogênio, é um marco muito importante para o setor.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Muito bem.

Eu tinha lido o art. 25 já, não é? Seção 6ª ou Seção 6? Seção 6? Quando é algarismo romano até o 10 não é...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – No cardinal. Mas eu digo, quando é romano, até o 10 não é 10º não, 9º? Sempre...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Bom.

Seção VI.

Do Regime Especial de Incentivos para a Produção de Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono

Eita, agora é que vai começar a esquentar.

Art. 26. Fica instituído o Regime Especial de Incentivos para a Produção de Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (Rehidro), a fim de fomentar o desenvolvimento tecnológico e industrial, a competitividade e a agregação de valor nas cadeias produtivas nacionais, nos termos desta Lei.
§ 1º O Poder Executivo regulamentará a forma de habilitação e coabilitação ao Rehidro.

§ 2º Regulamento deverá estabelecer, como requisito para a habilitação ao Rehidro:

I - percentual mínimo de utilização de bens e serviços de origem nacional no processo produtivo;

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO (Para expor.) – Senador, aqui nós temos uma sugestão de redação alternativa.

Hoje há regras para a aquisição à semelhança do que é praticado, por exemplo, no Ex-Tarifário de bens e equipamentos. A nossa sugestão é que tenha uma possibilidade de dispensa desse conteúdo quando inexistir equivalente nacional ou a quantidade produzida...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Você está falando é uma redação ao inciso I?

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – É uma redação alternativa. Isso, no inciso I.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Como é a...

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Percentual mínimo de utilização de bens e serviços de origem nacional no processo produtivo, que poderá ser dispensado quando inexistir equivalente nacional ou a quantidade produzida for insuficiente para atendimento da demanda interna.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Hã?

Aperte o seu microfonezinho.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Já foi acatada ou retirada do inciso? *(Pausa.)*

Ah, então, o.k.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Como é?

A SRA. ROBERTA COX – O Senador acatou a emenda do Senador Rodrigo Cunha, que faz essa solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Dois.

A SRA. ROBERTA COX – A Emenda 3.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – O.k.

II - investimento mínimo em pesquisa, desenvolvimento e inovação; e

III - percentual máximo de destinação do hidrogênio produzido para exportação.

O.k.?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG *(Fora do microfone.)* – Posso tirar uma dúvida aqui?

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Pode.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Para expor.) – Cíntia, você disse que o Senador retirou o inciso I, percentual mínimo de utilização de bens e serviços de origem nacional no processo produtivo?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Não, não é que retirou. Ele alterou para...

A SRA. CÍNTIA (*Fora do microfone.*) – Ele acatou a emenda do Senador Rodrigo Cunha que faz a supressão dos incisos I e II.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG – Então, ou seja, para ter o Rehidro agora não precisa mais ter conteúdo nacional, nem investimento mínimo em pesquisa, desenvolvimento e inovação?

A SRA. CÍNTIA (*Fora do microfone.*) – ... o Rehidro para utilização das produções do hidrogênio verde. Por quê? Ele acredita que os eletrolisadores são todos importados e isso poderia atrapalhar na evolução do processo.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG – Mas aí, se me permitem, eu queria retomar, talvez, a redação que o André sugeriu, de manter o conteúdo nacional e você excepcionalizar quando eventualmente não haja similar nacional.

Mas é muito importante que nessa política haja o incentivo ao conteúdo nacional e haja o investimento mínimo em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

A SRA. ELBIA GANNOUM – Senador, de acordo com a proposta do secretário...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Leia aí, André! Só para...

Faça de novo aí o registro para eu anotar aqui.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Faça melhor, eu posso...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Eu deixei de registrar, porque eu tinha entendido que ele tinha incorporado a sua sugestão, mas não foi.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Eu posso passar por escrito, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Ele retirou, no último relatório, o inciso I e o inciso II.

Então, a sua proposta para o inciso I qual é?

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Que poderá ser... Incluir, ao final da redação...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Percentual mínimo de utilização de bens e serviços de origem nacional no processo produtivo...

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Que poderá ser dispensado...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Que poderá...

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – ... quando inexistir equivalente nacional ou a quantidade produzida...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Que poderá ser dispensado...

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Quando inexistir...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – ... quando inexistir...

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – ... equivalente nacional...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – ... equivalente nacional...

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – ... ou a quantidade produzida for insuficiente para o atendimento da demanda interna.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – ... ou quantidade... insuficiente. *(Pausa.)*

O SR. GUSTAVO FERREIRA *(Fora do microfone.)* – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Oi!

O SR. GUSTAVO FERREIRA (Para expor.) – Apenas para registrar a posição do Ministério da Fazenda.

Os incisos são importantes para o Ministério da Fazenda. A gente acha que é relevante manter uma vinculação com a indústria nacional. Então, por isso, a gente pleiteia também a manutenção dos incisos, com a devida vênua ao Senador Otto, do Senador Rodrigo, mas são pontos importantes para o Ministério da Fazenda também.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO (Para expor.) – Apenas quero registrar que, para nós, conteúdo nacional também é importante. A indústria química defende isso, só que pode ser uma trava na ausência, já que a lei aqui tem sentido positivo: "obriga a"... Então, se nós não tivermos o acesso, pode travar o investimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – O que está dizendo é que "a lei fixará percentual".

O SR. GUSTAVO FERREIRA – O regulamento fixará percentual.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Pois é.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Mas, aí, você fixa o percentual e você pode ter um empreendimento inteiro que não tenha por conta de demanda por bens e serviços de...

A SRA. ELBIA GANNOUM (Para expor.) – Permita-me, Senador.

Eu creio que, André, estamos de acordo com o Gustavo também. A gente gostaria de manter os incisos e ainda adicionar à sua redação...

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Ah, sim! O.k!

A SRA. ELBIA GANNOUM – ... mas para valorizar a indústria nacional.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO – Não, eu não tenho... Nós sugerimos uma alternativa justamente por isso.

A SRA. ELBIA GANNOUM – Estamos de acordo. Está perfeito, mas o inciso precisa ser mantido para a gente ter a cadeia de produção, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – O.k!

Bom, ao relatório do Senador Otto, introduz-se um §3º, com a seguinte redação: "Os incentivos tributários aos beneficiários do Rehidro terão vigência de cinco anos, a partir de 1º de janeiro de 2025".

O.k.?

§4º O Poder Executivo estabelecerá metas e objetivos a serem alcançados por meio da concessão dos incentivos do Rehidro.

§5º O Poder Executivo designará órgão gestor responsável pelo acompanhamento e pela avaliação dos benefícios tributários quanto à consecução das metas e dos objetivos estabelecidos.

Art. 27. É beneficiária do Rehidro a pessoa jurídica que, no prazo de até 5 (cinco) anos, contado da data de publicação desta Lei, seja habilitada para a produção de hidrogênio de baixa emissão de carbono, nos termos de regulamento.

§ 1º Observados o prazo a que se refere o *caput* deste artigo e os requisitos dispostos em regulamento, poderá ser beneficiária do Rehidro a pessoa jurídica coobilitada que:



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

I – exerça atividade de acondicionamento, de armazenamento, de transporte, de distribuição ou de comercialização de hidrogênio de baixa emissão de carbono;

II – dedique-se à geração de energia elétrica renovável para a produção de hidrogênio de baixa emissão de carbono e atenda aos critérios previstos nesta Lei; ou

III – dedique-se à produção de biogás ou de biometano para a produção de hidrogênio de baixa emissão de carbono.

§ 2º Também poderá requerer a habilitação ao Rehidro a pessoa jurídica que já atue na produção de hidrogênio de baixa emissão de carbono na data de publicação desta Lei, nos termos de regulamento.

§ 3º As pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não poderão aderir ao Rehidro.

§ 4º A adesão ao Rehidro e a permanência nesse regime ficam condicionadas à regularidade fiscal da pessoa jurídica em relação aos impostos e às contribuições administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.

§ 5º São permitidos o ingresso no Rehidro e o aproveitamento desse regime pelas empresas instaladas em Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), sem prejuízo dos benefícios estabelecidos na Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007.

§ 6º Os beneficiários do Rehidro deverão aplicar percentual mínimo, a ser definido em regulamento, em projetos de desenvolvimento sustentável de transição energética localizados no País.

Art. 28. Aplicam-se aos beneficiários do Rehidro os benefícios fiscais de que tratam os arts. 3º, 4º e 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO (Para expor.) – Senador, nós não temos oposição ao art. 28, mas gostaria de fazer uma observação que, como os tributos previstos nos arts. 3º, 4º e 5º, aos quais se aplicam esses benefícios fiscais, serão extintos e reunidos no IBS e CBS, pode ser que esses benefícios acabem inaplicáveis a partir do momento da efetivação da reforma tributária. Então, talvez seja necessário encontrar uma redação aqui que resolva esse ponto de continuidade.

O SR. GUSTAVO FERREIRA – Posso comentar, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Claro.

O SR. GUSTAVO FERREIRA (Para expor.) – Só trazendo uma explicação, André, em relação ao Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que foi encaminhado pelo Poder Executivo e que regulamenta e institui a CBS e o IBS. Não vou me recordar aqui agora, peço desculpas, dos artigos de memória, mas o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PLP 68 preserva a arquitetura construída para o Reidi, que são esses arts. 3º, 4º e 5º da Lei nº 11.488, no novo regime da reforma tributária. Então, os projetos habilitados no Reidi terão a mesma suspensão dos tributos. E aí, a suspensão do... (*Pausa.*)

Isso, enquanto estiver habilitado no Reidi, ele mantém a suspensão do tributo; e também a reforma tributária já traz que, mesmo para aqueles projetos que não estiverem eventualmente no Reidi, quando forem para a aquisição e incorporação no ativo imobilizado do contribuinte, esses tributos que forem recolhidos terão o ressarcimento em 60 dias. Então, a gente acha e espera que, com a reforma tributária, todos esses problemas de acúmulo de créditos e de oneração do Capex deixem de existir. Acho que isso cumpre a promessa que o Ministro Fernando Haddad fez de desonerar os investimentos em bens de capital. Então, eu acho que a reforma tributária traz uma solução que é até mais abrangente do que essa.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) –

Art. 29. O disposto no art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, aplica-se às debêntures emitidas por beneficiário do Rehidro destinadas à captação de recursos com vistas a implementar ou a expandir projetos relacionados às atividades de que tratam o *caput* e o § 1º do art. 27 desta Lei.

Seção VII

Do Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono

Subseção I

Disposições Gerais

Art. 30. Fica instituído o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC) [...] com a finalidade de constituir fonte de recursos para a transição energética a partir do uso do hidrogênio de baixa emissão de carbono.

Parágrafo único. São objetivos do PHBC:

I – desenvolver o hidrogênio de baixa emissão de carbono e o hidrogênio renovável de que trata esta Lei;

II – dar suporte às ações em prol da transição energética em apoio ao Coges-PNH2 de que trata o art. 8º desta Lei;

III – estabelecer metas objetivas para o desenvolvimento do mercado interno de hidrogênio de baixo carbono;

IV – aplicar incentivos para descarbonização com o uso de hidrogênio de baixo carbono nos setores industriais de difícil descarbonização, como de fertilizantes, siderúrgico, cimenteiro, químico e petroquímico; e

V – promover o uso do hidrogênio sustentável no transporte pesado.

Art. 31. O PHBC deverá conceder crédito fiscal na comercialização de hidrogênio de baixa emissão de carbono e seus derivados produzidos no território nacional, observadas as diretrizes desta Lei, nos termos do regulamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parágrafo único. Serão elegíveis ao crédito fiscal de que trata o *caput* os projetos que observem ao menos um dos seguintes requisitos:

- I – contribuição ao desenvolvimento regional;
- II – contribuição às medidas de mitigação e adaptação à mudança do clima;
- III – estímulo ao desenvolvimento e difusão tecnológica; e
- IV – contribuição à diversificação do parque industrial brasileiro.

Art. 32. A concessão do crédito fiscal de que trata o art. 31 observará o disposto neste artigo.

§ 1º Entre 2027 e 2030, os créditos fiscais mencionados neste artigo serão limitados aos seguintes valores globais para cada ano-calendário:

- I – 2027 - R\$ 1.700.000.000,00 (um bilhão e setecentos milhões de reais);
- II – 2028 - R\$ 2.900.000.000,00 (dois bilhões e novecentos milhões de reais);
- III – 2029 - R\$ 4.200.000.000,00 (quatro bilhões e duzentos milhões de reais);
- IV – 2030 - R\$ 4.500.000.000,00 (quatro bilhões e quinhentos milhões de reais).

§ 2º O Poder Executivo definirá o montante de créditos fiscais que poderão ser concedidos, observadas as metas fiscais e os objetivos do programa.

§ 3º Os valores de que trata o § 2º deverão ser previstos no Projeto de Lei Orçamentária Anual encaminhado pelo Poder Executivo Federal ao Congresso Nacional.

§ 4º Sem prejuízo do disposto no § 3º, o Poder Executivo deverá divulgar os montantes de créditos concedidos e utilizados e seus beneficiários.

§ 5º A concessão do crédito fiscal será precedida de procedimento concorrencial.

§ 6º O crédito fiscal de que trata o *caput* deverá ser concedido para produtores ou compradores de hidrogênio de baixo carbono.

§ 7º São elegíveis à apuração dos créditos de que trata o *caput* deste artigo as empresas ou consórcios de empresas que participem de processo concorrencial, nos termos deste artigo e do seu regulamento, e que:

- I – sejam beneficiárias do Rehidro, no caso de produtores; ou
- II – adquiram hidrogênio de baixo carbono produzido por empresa ou consórcio de empresas beneficiárias do Rehidro, no caso de compradores.

O SR. LUIS CLAUDIO VIGA (Para expor.) – Senador, uma observação aqui.

Eu acho que... Hoje, no mundo, em termos de benefício para a hidrogênio, a gente tem basicamente duas vertentes.

Uma é dos Estados Unidos, que é o IRA, no qual ele, para o hidrogênio de baixo carbono, dá um crédito até de US\$3, que seriam R\$15, por quilo de hidrogênio produzido, com algumas qualificações.

Na Europa, existe o que eles fizeram muito de leilão. Fizeram até um leilão agora, que foi um leilão muito pequeno e não foi exitoso. Surgiram muitas dúvidas na Europa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que essa parte do texto aqui merece uma atenção especial, porque fazer o processo concorrencial pode estar atrasando a decisão de investimentos de bilhões de reais que já podem acontecer no Brasil no próximo ano.

Então, não descartando o texto, mas eu acho que tem que ter um diálogo aqui com a indústria para poder ajustar e a gente trazer.

Na Europa, como exemplo, a questão de leilão, eles já estão trabalhando há três anos com leilão e tendo dificuldade de implementar. Inclusive, esse primeiro leilão foi colocado na Europa que foi um leilão muito pequeno, piloto, e eles têm perdido o projeto para os Estados Unidos.

Então, apesar de entender aqui o espírito e de corroborar, eu acho que vale a discussão de tentar trazer já uma certeza maior para os investidores para você ter projetos realmente, porque o problema hoje é que a gente já está perdendo projetos para os Estados Unidos. Tem empresas aqui, sentadas hoje aqui, que estão tomando decisão de investimentos dos Estados Unidos, porque têm regras claras e objetivas de incentivos.

A Europa está perdendo. Tem fábrica de fertilizantes que está deixando de ser feita aqui no Brasil, tem empresa que está fazendo aço no Oriente Médio.

Então, por mais que entenda aqui, eu acho que o espírito tem que ser parte de debate. A questão de como a gente faz para expedir essa indústria, porque é, sim, uma competição global; é, sim, uma corrida para trazer esses investimentos aqui para o Brasil.

A SRA. ELBIA GANNOUM – Senador, me permite?

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Pois não.

A SRA. ELBIA GANNOUM (Para expor.) – Eu gostaria de concordar com o Viga e destacar até de onde vem essa preocupação dos leilões, até o nosso exemplo de sucesso de eólico e solar num passado recente.

Mas a corrida da transição energética está em um outro patamar e numa velocidade muito alta. Então, se nós começamos a repetir que o passado foi ótimo, que chegamos aonde chegamos... mas a gente precisa de agilidade e nós estamos vendo na cadeia de produção da eólica – o senhor deve ter visto nos jornais –, que estão fechando, indo embora algumas fabricantes, deixando de produzir no Brasil, indo para os Estados Unidos.

Então, a gente tem uma emergência de fazer essa política industrial pautada no hidrogênio. E aí é muito importante que a gente traga exemplos de sucesso do presente. Então, a gente tem a Europa de um lado, que não está conseguindo fazer, justamente porque está seguindo um modelo de leilão, e a gente está vendo a agilidade dos Estados Unidos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a nossa sugestão é que isso não esteja em lei, porque talvez seja dada uma indicação para a regulamentação, e que seja feita de forma mais ágil. Do contrário, a gente perde a corrida da transição energética.

Então, essa é a nossa percepção.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. *Fora do microfone.*) – Traduza aí em texto de lei.

A SRA. ELBIA GANNOUM – Em texto de lei, joga-se para regulamento, e aí a gente faz depois...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Cria um montante? Fiz uma soma aqui. Nós estamos falando de 13,3 bilhões...

A SRA. ELBIA GANNOUM – De investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – De investimento, não. De créditos fiscais.

A SRA. ELBIA GANNOUM – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Como é a sugestão de vocês, então?

A SRA. ELBIA GANNOUM – A nossa sugestão é que não seja tratado em lei, que seja discutido, já pensado num decreto mais associado ao modelo americano do que ao modelo europeu, porque esse aqui está parecido com o modelo europeu, que não está saindo do papel.

Então, a gente precisa pensar numa...

O SR. LUIS CLAUDIO VIGA (Para expor.) – Senador, eu trago aqui um artigo do... houve um leilão agora, foi há praticamente duas semanas, e o presidente de um dos ganhadores, um dos maiores ganhadores do leilão afirmou após ele ter ganho o leilão que não tem decisão de investimento, que vai depender do mercado.

Então, longe de mim dizer que o leilão não é uma das soluções, mas, sim, eu acho que a gente tem que voltar para a mesa, voltar para a mesa com o ministério para tentar encontrar soluções parecidas com as dos Estados Unidos ou uma solução híbrida.

Eu acho que isso é um trabalho de quatro mãos. E quero parabenizar, porque a gente avançou muito no projeto de lei aqui. Eu estou trabalhando pelo menos há três anos aqui com esse grupo, com o Gustavo, com o Dubeux e com o senhor, e a gente já passou por muitas coisas, muitas coisas já foram superadas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Mas essa questão da urgência, como a Elbia muito bem colocou... só a Aeris, lá no Estado do Ceará, está demitindo 1,5 mil funcionários hoje de acordo com a imprensa.

Então, a gente tem que ter uma urgência de levar isso daí. Então, tem-se que encontrar um mecanismo, hoje fica muito aberto. Para o investidor fazer esse investimento ele não consegue da maneira que está hoje. Para a gente trazer essa urgência para o Brasil, para ter projeto de decisão de investimento no ano que vem já e ajudar não só a desenvolver essa indústria de hidrogênio, mas toda... resolver o problema que a gente tem, como a Elbia muito bem colocou, de eólica, solar, de demanda, de empregos que estão sendo perdidos. Foram fechadas – não é, Elbia? – a fábrica da GE, Siemens, WEG, grande produtor nacional, grande produtor de tecnologia anunciou que... a WEG está vendendo nos Estados Unidos, está saindo daqui para vender nos Estados Unidos, porque não tem demanda, e o hidrogênio verde é essa demanda.

Imagino que temos que trabalhar juntos aqui a quatro mãos para essa agilidade.

O SR. GUSTAVO FERREIRA – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Pois não.

O SR. GUSTAVO FERREIRA (Para expor.) – Só reagindo um pouco às falas, Senador, primeiro quero registrar o agradecimento tanto do trabalho do senhor, da sua assessoria, quanto da assessoria do Senador Otto, por ter acolhido a proposta que o Ministério da Fazenda trabalhou.

Pegando um pouco das falas que foram ditas, acho que a gente tem que tomar cuidado para não juntar todos os problemas como se fossem um problema só. A questão da perda de competitividade e de a indústria eólica estar com fechamento de fábricas, perdendo empregos, acho que são vários problemas, várias causas e a gente não pode colocar tudo na mesma mesa, como se isso aqui fosse a salvação da lavoura de todo mundo e fosse resolver todos os problemas de todas as indústrias de hidrogênio – de hidrogênio para frente, a utilização dele, e para trás também da cadeia de suprimento e de insumos, que vem atrás da cadeia de hidrogênio. Então, acho que a gente tem que focar num problema e numa solução e olhar isso de maneira segmentada.

Comentando um pouco sobre a proposta de leilão, primeiro, Senador, só destacando, como o Luis bem colocou, que esse texto aqui reflete um esforço muito grande do Ministério da Fazenda em avançar com políticas de incentivo para a indústria do hidrogênio. A gente tem incentivo na aquisição de bens de capital, a gente tem incentivo na emissão de dívidas, via debêntures, a gente não retira nenhum outro incentivo que existe. Acho que é importante mencionar Fundo Clima, que foi recém capitalizado com R\$10 bilhões e que vai fornecer recursos para essa indústria também; o incentivo das ZPEs continua vigente, a gente tem uma cadeia de incentivos bastante grande já bem estabelecida para a indústria e voltados para a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transição energética. Esse projeto traz mais alguns novos incentivos. Então isso reflete um esforço muito grande que a gente vem fazendo.

Em relação à urgência de se conseguir desenvolver essa cadeia, acho que é bastante importante que a gente tenha em vista que, como a gente diz no Ministério da Fazenda, que a gente não pode encarar o desenvolvimento da indústria do hidrogênio como uma corrida de cem metros rasos. Isso aqui é uma maratona. Essa indústria vai prevalecer pelos próximos 50, 100 anos.

Tentando trazer um pouco já do contexto do texto, por que a gente traz a proposta de procedimento concorrencial? A gente pode escolher correr uma maratona dando *sprint* no começo, cansar na metade e não conseguir prosseguir com esse desenvolvimento da indústria ou a gente pode escolher fazer essa corrida a passos moderados, sabendo que ela é uma corrida longa.

O leilão que ocorreu na União Europeia, acho que é preciso entender melhor as condições de contorno lá. Acho que não dá para dizer que a indústria do hidrogênio não se desenvolve na velocidade que a União Europeia espera por conta do mecanismo de leilão. Acho que tem uma dificuldade de conseguir *off-takers* para pagar o preço desse hidrogênio. O hidrogênio, nos Estados Unidos, está mais avançado acho que por uma série de fatores, e não apenas pela política de incentivos.

Mas esse leilão que o Luís bem mencionou partiu de um preço-teto de 4,50 euros por quilo e finalizou as propostas entre 0,38 e 0,47, algo que o valha. Então a gente teve um leilão que teve um deságio de 90%. Eu acho difícil entender um leilão com um deságio de 90% em que tenha faltado interesse. Acho que o resultado do leilão demonstra o tamanho do apetite que houve em cima daquilo que foi ofertado. Se não, você não teria deságio nenhum, você teria um leilão vazio e zero deságio. Então acho que é importante a gente voltar para a prancheta, estudar todas as condições de contorno e as experiências internacionais. A gente fez esse trabalho, mas acho que a gente está disposto a voltar e conversar.

Tentando pegar mais algum ponto, acho que, assim, a gente não tem prejuízo. A gente não vê problemas nenhuns em voltar a conversar com a Abhiv, com a ABEEólica, com todos os agentes do setor privado, para entender.

Talvez se a previsão na lei específica de procedimento concorrencial seja algo que incomode, acho que a gente pode trabalhar em, eventualmente, deixar a lei mais aberta, levando isso para o regulamento.

Acho que a gente tem um caminho bastante grande de convergência.

Para finalizar minha fala, Senador, gostaria de destacar essa convergência que a gente já conquistou durante este longo tempo de trabalho.

Ajustes pontuais podem ser feitos, acho que do nosso lado, tenho certeza de que aqui, no Senado Federal, também acho que a gente consegue no curto prazo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E estamos 100% à disposição, como sempre estivemos, Luis, para discutir este texto com vocês e chegar a uma redação que seja confortável para todos, no mais curto prazo possível.

A SRA. ELBIA GANNOUM – Permite-me um minutinho, Senador?

O SR. LUIS CLAUDIO VIGA (Para expor.) – Como o Gustavo, eu quero agradecer.

Tenho tido, sim, no Governo, tanto no Senado como na Câmara e também com o Executivo, este diálogo, que é muito importante, porque a gente começou aqui falando da CDE, que era um problema enorme. E isso foi superado.

A gente falou sobre a questão fiscal. E isso também foi superado, mostrando que o hidrogênio traria quase R\$70 bilhões, R\$80 bilhões, já em 2030, de superávit para o Governo, fazendo cálculos macroeconômicos, mostrando impacto na economia.

Tudo isso veio a partir do diálogo, e por isso a gente avançou tanto.

Mas acho que a gente tem um desafio agora, Gustavo, realmente de entender, juntos, o que aconteceu na Europa e como a gente realmente tira do papel, porque a intenção aqui de todos é tirar essa nova indústria do papel e gerar empregos.

A gente tem também planos muito exitosos do Governo agora em que não foram feitos leilões, como o Mover, por exemplo. O Mover, aí já saíram mais de R\$50 bilhões, se a minha conta está certa – Gustavo, você sabe melhor do que eu –, de novos investimentos.

O que a gente está falando aqui, depois de uma política bem implementada, é você tirar do papel esses projetos e gerar investimento.

E a indústria do hidrogênio tem uma particularidade. Dependendo, se você fizer o modelo dos Estados Unidos, nesse modelo, só é dado algum tipo de incentivo após a produção. Significa que todo o investimento que é feito pelos investidores, pelos empreendedores é feito antes de qualquer incentivo.

Então, você arrecada já todo o valor que você precisa para incentivar através dos empreendimentos. É uma conta positiva. É um investimento que gera retorno.

Isso tem que ser discutido, conversado, e a gente encontrar soluções aí, como vem encontrando soluções em tudo.

Hoje, realmente, assim pensando, a indústria vive a preocupação, porque não conseguimos tomar uma decisão de investimento amanhã, com esse texto.

E o que está procurando a indústria é chegar a uma decisão de investimento. Aliás, é o que estão procurando todos aqui, não é só a indústria. Por isso tem esta plateia tão grande aqui e o interesse tão grande dessa nova indústria.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELBIA GANNOUM – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Pois não.

A SRA. ELBIA GANNOUM (Para expor.) – O nosso ponto não é nem com relação à proposta, mas é realmente tratá-la em decreto.

Nós temos a experiência, o senhor sabe muito bem, do Proinfa. Quando nós tratamos a regulamentação no decreto, depois nós tivemos a flexibilidade, inclusive, para não aplicar mais aquele modelo de leilão e passamos a contratar a eólica em modelos competitivos.

A minha preocupação é deixar cravado em lei, mas, sim, levar para um decreto, porque o decreto vai ter a flexibilidade, inclusive, para implementar a própria evolução do mercado.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Deixe-me ver.

Se, no §5º, tiver a seguinte redação "a concessão do crédito fiscal será definida em decreto do Poder Executivo", resolve?

O SR. GUSTAVO FERREIRA (Para expor.) – Acho que sim, Senador. É preciso avaliar dentro de casa, mas acho que sim.

Acho que sim.

O SR. LUIS CLAUDIO VIGA (Para expor.) – Eu acho que a gente precisa avaliar, Senador. (*Fora do microfone.*) Eu acho que tem que ter uma conversa aqui.

Um projeto dessa envergadura, porque a gente está falando aí de bilhões de dólares de investimento – quer dizer, cada projeto desse vai começar em R\$10 bilhões, R\$15 bilhões –, tem uma particularidade: são os primeiros entrantes, principalmente, os projetos mais custosos. Mas esses projetos também são muito importantes, como foi a eólica lá atrás. Se esses projetos, os primeiros, não tivessem sido colocados de pé, você não teria uma redução gradativa do preço do produto.

A eólica – que, lá no passado, foi R\$800 o megawatt-hora e, hoje, é R\$150 – e a solar também são as fontes mais baratas de energia nova, mas precisaram passar por uma planta de R\$850. Então, é o que a gente está falando aqui. E aí gerou... Elbia tem os números muito melhores do que os meus. Eu acho, Elbia, que você pode trazer toda essa indústria imensa aqui no Brasil.

Então, a gente tem que pensar... Esses valores são valores muito tímidos, pensando na produção que você vai ter, porque o processo todo foi feito para 20 anos. Você tem que considerar que você tem um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contrato de 20 anos, mas também tem que trabalhar – e o Gustavo conhece melhor do que eu – nas capacidades do Governo.

Pela LOA, cinco anos é o preferido.

O SR. GUSTAVO FERREIRA – Não, não é o preferido. É o imposto.

O SR. LUIS CLAUDIO VIGA – É o imposto. Exatamente, é o imposto. Obrigado pela palavra.

A gente tem que encontrar o mecanismo para fazer, porque, senão, o projeto não sai do papel.

Agradeço de novo ao Gustavo pelo diálogo. E agradeço ao Senador pelo diálogo que a gente sempre teve.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Bom, para a gente avançar, quer dizer que essa questão de definição em decreto resolveria?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Eu sei que as negociações, enfim, as definições não acontecerão nesta tarde de terça-feira, mas eu estou querendo dar agilidade, pelo menos para que a gente tenha um marco aí, e as coisas possam evoluir.

Mas, enfim, faz-se o que se pode.

O SR. LUIS CLAUDIO VIGA – Senador, eu acho que vale a pena mais conversa sobre este tema, para se encontrar uma congruência. Ainda não iria direto para o decreto, apesar de achar uma ideia boa, mas eu acho que a gente pode trabalhar um pouquinho neste tema.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – O.k.

Eu tinha visto até o §7º, inciso II.

§8º O procedimento para a concessão do crédito de que trata o *caput* poderá prever, dentre outras hipóteses:

I - a concessão de créditos em montantes decrescentes ao longo do tempo;

II - que o valor do crédito estará relacionado à diferença entre o preço do hidrogênio e o preço de bens substitutos;

III - a exigência de apresentação de garantia vinculada à implantação do projeto de produção ou consumo de hidrogênio de baixa emissão de carbono e seus derivados; e

IV - a aplicação de penalidades, inclusive pecuniárias, decorrente da não implementação do projeto.”

[São indicações de como será o procedimento.]





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

“Art. 33. Os créditos fiscais de que trata o art. 31 corresponderão a crédito da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.

§ 1º O valor dos créditos fiscais apurados será reconhecido no resultado operacional.

§ 2º Observada a legislação específica, os créditos fiscais poderão ser objeto de:

I - compensação com débitos próprios, vencidos ou vencidos, relativos a tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda; ou

II - ressarcimento em dinheiro em até 60 dias, na inexistência ou insuficiência de débitos de CSLL ou de quaisquer outros tributos federais passíveis de compensação.”

“Art. 34. O crédito fiscal de que trata o art. 31 deverá ser concedido para as operações de comercialização de hidrogênio de baixa emissão de carbono e seus derivados produzidos no território nacional ocorridas no período de 1º de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2031.”

“Art. 35. A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com [...] [a seguinte redação]: XVIII – mitigar as emissões de gases causadores de efeito estufa e de poluentes nos setores de energia e de transportes, inclusive com o uso de biocombustíveis e de hidrogênio de baixa emissão de carbono e seus derivados; e

XIX – incentivar a produção e promover a competitividade no País e no mercado internacional, bem como atrair investimentos em infraestrutura ligada à indústria do hidrogênio de baixa emissão de carbono e seus derivados.”

“Art. 2º

.....

XV – estabelecer diretrizes para o desenvolvimento da indústria do hidrogênio de baixa emissão de carbono.

.....”

“Art. 8º A ANP terá como finalidade promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural, dos biocombustíveis e do hidrogênio, no que lhe compete conforme a lei, cabendo-lhe:

.....

VIII – declarar a utilidade pública, para fins de desapropriação e instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à exploração, ao desenvolvimento e à produção de petróleo e gás natural, à construção de refinarias, de unidades de processamento de gás natural, de instalações de estocagem subterrânea, de dutos e de terminais, bem como à construção de infraestrutura necessária à produção de hidrogênio;

.....

XVIII – especificar a qualidade dos derivados de petróleo, gás natural e seus derivados, dos biocombustíveis e do hidrogênio;

.....

XXXVI – regular e autorizar as atividades relacionadas à produção, ao carregamento, ao processamento, ao tratamento, à importação, à exportação, à armazenagem, à estocagem, ao





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acondicionamento, ao transporte, à transferência, à distribuição, à revenda e à comercialização de hidrogênio, bem como avaliação de conformidade e certificação de sua qualidade, e fiscalizá-las diretamente ou mediante convênios com outros órgãos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;

XXXVII – regular e autorizar, no âmbito de suas competências, as atividades relacionadas à produção de hidrogênio renovável e de baixa emissão de carbono a partir do uso de energia elétrica, na forma de regulamento;

XXXVIII – regular e autorizar, em conjunto com outras agências reguladoras, as atividades relacionadas à produção de hidrogênio renovável e de baixa emissão de carbono que utilizem em seus processos produtivos insumos regulados por essas agências, na forma de regulamento.

.....”(NR)

"Art. 36. Ficam convalidadas as autorizações para o exercício da atividade de produção de hidrogênio de baixa emissão de carbono e seus derivados vigentes na data de publicação desta Lei, mediante análise de conformidade do órgão regulador competente de que trata o art. 11 desta Lei.

Parágrafo único. A análise de conformidade de que trata o *caput* deste artigo deverá ser realizada em até 180 (cento e oitenta) dias após a data de publicação desta Lei."

"Art. 37. As áreas necessárias às instalações de transmissão e distribuição de energia elétrica de interesse restrito de agente outorgado, que não sejam destinadas ao acesso ao sistema de transmissão ou distribuição, poderão receber declaração de utilidade pública pela Agência Nacional de Energia Elétrica [...], nos termos do art. 10 da Lei [...], desde que sejam dedicadas ao suprimento exclusivo de projetos de produção de hidrogênio de baixa emissão de carbono."

"Art. 38. Os arts. 2º, 3º, e 6º-B da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 2º A criação de ZPE far-se-á por decreto, que delimitará sua área, a qual poderá ser descontínua e/ou expandida, observado o disposto nos §§6º e 7º deste artigo, à vista de proposta dos Estados ou dos Municípios, em conjunto ou isoladamente, ou de ente privado.

§ 7º Áreas expandidas são áreas descontínuas com distância indeterminada, destinadas à produção de insumos e de estrutura de armazenamento dedicados exclusivamente à produção de hidrogênio de baixa emissão de carbono e renovável dentro das áreas a que se refere o § 6º.’

(NR)

§ 8º...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) –
Opa!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Para expor.) – Em relação a esse tema, a minha sugestão é que ele seja excluído. Eu tive a oportunidade, inclusive, de alertar a Presidente Elbia que, apesar de toda a boa intenção desse artigo, o que ele coloca aqui é que, ao expandir uma área de ZPE para qualquer região do país, você vai permitir, em primeiro lugar, que, por exemplo, se importem equipamentos para produção de energia eólica com os subsídios, com a isenção de impostos, o que vai comprometer a indústria eólica brasileira.

Nós, inclusive – eu estava aqui preocupado com esse tema chegar até às 5h –, às 5h, temos reunião do Governo para buscar soluções emergenciais que possam socorrer a indústria eólica no Brasil, que está passando por um momento muito difícil.

E, no nosso entendimento, é muito importante a aprovação do projeto de lei do hidrogênio, porque nós temos uma crise de demanda e, certamente, a regulamentação do hidrogênio vai contribuir para isso.

Mas eu quero chamar a atenção de que esse artigo aqui compromete, porque, quando a gente vê o art. 6-A, ele diz que as importações ou as aquisições no mercado interno de máquinas, de aparelhos, de instrumentos e de equipamentos por empresa autorizada a operar em ZPE terão suspensão da exigência dos seguintes impostos e contribuições: Imposto de Importação, imposto tal... Então, isso compromete.

No meu entendimento, não há necessidade de se criar ZPE estendida. O que é preciso fazer – a gente conversava com o Luis hoje – é definir o que o Superior Tribunal de Justiça já decidiu em acórdão, se referindo, salvo engano, a ArcelorMittal, de você ter uma esteira que vai abastecer, diretamente, a produção de hidrogênio, para que esses equipamentos que vão servir, exatamente, para a produção de hidrogênio recebam os mesmos incentivos das empresas que estão em ZPE. Mas, no nosso entendimento, esse artigo aqui é prejudicial à indústria nacional.

A SRA. ELBIA GANNOUM (Para expor.) – Senador, queria complementar o Rodrigo e dizer que concordo com ele, no mérito, com relação à produção nacional. Nós, realmente, estamos falando, o tempo todo, que o Brasil tem a sua grande oportunidade de se industrializar também a partir da energia.

Então, a gente está falando, sim, de adensamento tecnológico, de industrialização da cadeia de produção, e o conceito de ZPE estendida, talvez, da forma que está... Inclusive, o último parágrafo que está aqui, o §4º, está falando de insumos de energia elétrica, mas a interpretação pode levar a crer que você também está isentando os equipamentos para importação, e isso, realmente, vai destruir a cadeia de produção da energia eólica, por exemplo, que, aliás, já está com fortes sinais de cansaço.

Então, realmente, eu concordo com o Secretário Rodrigo na preocupação, mas eu acho que a gente deveria ter aqui, talvez, um artigo que deixasse claro que, primeiro, o conceito de ZPE expandida é muito caro para nós, é muito importante, mas os equipamentos associados aos insumos – aqui a gente coloca energia elétrica, água e outros insumos –, esses, sim, não estarão sujeitos à isenção, justamente porque nós queremos desenvolver uma cadeia de produção nacional.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, talvez, seria algum ajuste de redação. Ontem mesmo, tive a oportunidade de conversar com o Rodrigo e seu Secretário Fábio, nessa linha de ajustar o texto, para não permitir que os equipamentos estejam nesse rol de isenção.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG – Se me permite, Senador Cid, a minha sugestão é a mesma que foi feita em relação à Associação Brasileira de Hidrogênio Verde, em relação ao Ministério da Fazenda, de que a gente possa sentar. Aqui eu quero elogiar a sua assessoria e a assessoria do Senador Otto, porque tem sido um diálogo bastante produtivo, no sentido de a gente conseguir a construção adequada que atenda... Nós entendemos e chamamos o Luís para conversar, hoje, para entender o que, efetivamente, é necessário para viabilizar a indústria do hidrogênio, mas para que a gente não erre no sentido de tomar uma medida, achando que vai beneficiar a indústria tal, e acabar comprometendo a indústria nacional, que, como disse a Elbia, está passando por dificuldade. O nosso interesse é fortalecer a indústria eólica e a indústria nacional, de uma forma geral.

O SR. GUSTAVO FERREIRA (Para expor.) – Senador, se me permite complementar e participar do debate também, acho que, em relação a esse artigo das ZPEs, diferentemente dos outros benefícios que a gente tem no corpo do projeto de lei, esse aqui não me parece, pelo menos, adequado ao que dispõe tanto o ADCT – acho que isso é superável –, porque o art. 113 do ADCT exige que qualquer benefício tributário tenha estimativa de impacto orçamentário.

Acho que isso poderia ser incorporado no relatório – e não seria, talvez, o maior problema –, mas ele também não me parece adequado ao que dispõe a LDO, aquele dispositivo que a gente já argumentou nos outros pontos, que exige que esse benefício tenha vigência de cinco anos e que tenha um órgão para acompanhar a efetividade, metas e objetivos. Então, do ponto de vista formal, esse dispositivo me parece que merece ajustes.

Agora, eu acho que o foco do debate aqui é o mérito da política pública, e, talvez, Elbia, o próprio texto, da forma como está, já atenda a sua preocupação.

Destacando aqui o inciso II do §1º do art. 27, ele já permite que a empresa que se dedique à geração de energia elétrica renovável para a produção de hidrogênio de baixo carbono se coabilite no Rehidro. Coabitando-se no Rehidro, ela também terá os benefícios que a lei inteira traz, lembrando deles: a emissão de debêntures incentivadas e de infraestrutura e a qualificação no Reidi, que suspende os tributos – hoje, PIS-Cofins e, depois, CBS e IBS – na aquisição dos bens para o Capex, e aí a gente está desonerando esses bens. Então, talvez isso já seja o objetivo que se busca com a política pública, que é desonerar o Capex também da planta de energia elétrica que vai alimentar a indústria de hidrogênio. Avalie isso.

E pegando aqui o último dispositivo do projeto, que é o §4º, que fala dos insumos, incluindo energia elétrica, água, vapor. Peço desculpa, Senador, é o §2º do art. 4º, que traz uma redação semelhante:



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

"Regulamento disporá sobre hipóteses em que a água, a energia elétrica, o gás natural e os insumos utilizados no processo produtivo serão considerados matérias-primas [...]".

Então, esse §2º do art. 4º traz basicamente a mesma disposição que vem aqui no último §4º, lá na Lei 11.508, mas delegando para o regulamento, em que a gente consegue fazer essa restrição quando esses bens aqui forem insumos para a produção do hidrogênio.

Então, penso eu que o texto da Câmara não precisaria de ajustes nesse ponto para atender a preocupação que a Elbia traz, que é a desoneração do investimento em energia para a produção de hidrogênio e também a desoneração da própria energia elétrica quando ela for vendida para o consumidor de energia elétrica que vai produzir o hidrogênio.

Trago esses pontos para destacar, Senador. Talvez a gente esteja discutindo aqui um não problema, para que a gente possa limpar nossa pauta.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Fabrício, quer falar?

O SR. FABRÍZIO GOMES SANTOS – Eu não ouvi a última fala, podia repeti-la?

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Não, nós estamos discutindo aqui o... Estamos chegando ao fim já, penúltima página.

O §7º, que trata das áreas expandidas e descontinuas de ZPEs.

Estou vendo aqui quem defende...

O SR. FABRÍZIO GOMES SANTOS (Para expor.) – Eu acho que é uma defesa do Estado do Ceará, porque, na prática, a ZPE normal já dá essa isenção em relação aos equipamentos de importação. Eu acho que poderia ter no texto, talvez, o que foi colocado sobre similar nacional. Se não tiver o similar nacional, você pode importar. Tendo o similar... Eu acho que poderia ser colocado nesse sentido, o que não impediria de a gente ter a ZPE estendida, que eu acho que é um conceito importante para todo o projeto.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Para expor.) – A ZPE estendida também tem um outro problema sobre o qual aí era importante o Ministério das Minas e Energia se pronunciar, porque, veja bem: se você cria o conceito de ZPE estendida, em tese, você pode criar uma ZPE em Uberaba para fornecer energia para Pecém, e com isso você vai carregar a rede de transmissão.

Então, isso aí tem um outro componente. Eu acho que a gente precisa se debruçar mais sobre esse tema. É importante que a Receita Federal esteja participando, e também a área de Secretaria Executiva de ZPE do Mdic, para que a gente possa buscar a melhor alternativa que possa atender os objetivos que vocês querem, que são os mesmos nossos, mas que, no nosso entendimento, com esse texto aqui, a gente está criando mais um problema do que uma solução.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Bom, fica uma sugestão de...

É bom, Fabrício, depois fazer, então, um textozinho aí, botar o §7º...

O SR. FABRÍZIO GOMES SANTOS – Certo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – ... porque, pelo que eu entendi, na questão de desoneração de tributos ou imunidade... É imunidade que se chama? Eu não sei.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Suspensão.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Na suspensão dos tributos de importação, seriam atendidos para, exclusivamente, bens que não tenham similaridade nacional. Enfim, veja aí...

O SR. FABRÍZIO GOMES SANTOS – A gente faz, sim.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – ... uma sugestão.

O SR. LUIS CLAUDIO VIGA (Para expor.) – Senador, desculpe-me aqui, mas eu acho que são excelentes pontos colocados pela Elbia, pelo Secretário Rodrigo Rollemberg, pelo Gustavo, pelo Fabrício, e talvez um dos caminhos assim também é o diálogo, não é? Mas é entender se for a questão de – como foi colocado pelo nosso colega da Abiquim – não ter similaridade nacional ou, de repente, alguma coisa de desabastecimento, não sei, se tiver essa oportunidade. Mas sempre entendo aqui os pontos aqui que foram colocados muito bem pela Elbia e pelo Rodrigo Rollemberg também. Um ponto a discutir, a conversar.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Muito bem.

§ 8º. Os empreendimentos de hidrogênio de baixa emissão de carbono terão prioridade na análise que trata o inciso II do *caput*.

Agora o §8º, também de outro artigo, acho que o artigo agora... É o art. 6º-A:

§ 8º. A suspensão prevista no *caput* se aplica no caso de venda ou de importação de materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas aos projetos de hidrogênio [...] renovável, incluindo as estruturas de armazenamento do hidrogênio ou derivados na área a que se refere [...].

Acho que mais ou menos na mesma coisa, não é?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KARINA ARAÚJO (Para expor.) – Senador, só um pontinho que a gente identificou, que aqui no artigo está se referindo somente a hidrogênio renovável, faltou a menção de baixa emissão de carbono nesse parágrafo exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Você está falando em qual?

A SRA. KARINA ARAÚJO – Esse que o senhor acabou de ler, o §8º.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – O §8º do art. 6º-A.

A SRA. KARINA ARAÚJO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – "A suspensão prevista no *caput*"... Eu tenho que saber o *caput* do art. 6º. O que é que diz?

A SRA. KARINA ARAÚJO – As isenções da ZPE.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG – O que ela está dizendo é que aqui se colocou só o hidrogênio renovável.

A SRA. KARINA ARAÚJO – Está só "renovável".

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Ah, a preocupação com o texto. O.k.?

A SRA. KARINA ARAÚJO – Isso. Faltou "baixa emissão de carbono".

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Hidrogênio renovável ou de baixa emissão de carbono.

A SRA. KARINA ARAÚJO – É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – BHC, não é?

A SRA. ELBIA GANNOUM – E se a gente criar o conceito de verde, aí tem mais um ainda. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Mas o verde já está incluído no "baixa emissão de carbono".

Os insumos... O §4º, agora do art. 6-B:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§4º Os insumos utilizados na produção de hidrogênio de baixa emissão de carbono [aqui já foi colocado] e renovável, incluindo energia elétrica, água, vapor d'água, gás natural e outros previstos em regulamento, serão enquadrados como matérias-primas para fins da suspensão da exigência de impostos e tributos de que trata o *caput*.

Eu acho que para tudo isso é a questão sem a similaridade nacional, não é? Não é isso?

O SR. LUIS CLAUDIO VIGA (Para expor.) – Não, esse é mais uma segurança jurídica na aquisição de insumos hoje. Já é de entendimento que eles são matéria-prima, mas, para você evitar alguma insegurança, é preciso botar bem claro no projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Bom, pelo que eu vi aqui, nós temos uma questão relacionada ao conceito de ZPE expandida, e me corrijam aí os universitários se eu estiver errado.

A SRA. ELBIA GANNOUM – Isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Nós temos uma questão ainda para ser discutida, tanto do tanto, quanto da forma do incentivo, não é isso?

A SRA. ELBIA GANNOUM – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Que se prende aqui ao art. 32, correto? E algum impasse maior nessa questão de taxonomia só, de estar lá, não para ter diferencial, mas só para registrar, do hidrogênio verde. Procede, são esses três pontos?

A SRA. ELBIA GANNOUM – Procede, Senador. Eu, inclusive, acho que ficou uma lição de casa para nós, o setor produtivo, conversarmos tanto com o Mdic quanto com o Ministério da Fazenda com relação a esses pontos que nós concordamos e discordamos ao mesmo tempo, mas fica como lição de casa fazermos isso.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Muito bem. Então, acho que cumprimos um...

O SR. LUIS CLAUDIO VIGA (Para expor.) – Senador, quero agradecer pelo trabalho. Isso é um plano que, com o senhor capitaneando, trouxe um avanço enorme, com a ajuda do Mdic e do Ministério da Fazenda, do MME também, que está aqui.

Muito obrigado, acho que, de toda a indústria. A gente está falando de algo que vai revolucionar o Brasil, não só no hidrogênio, o hidrogênio é simplesmente um vetor; você tem uma série de outras indústrias que a gente pode trazer para o Brasil e realmente reindustrializar o Brasil. A gente perdeu 50% da nossa indústria, e o seu trabalho é louvável e de uma competência enorme, assim como a sua assessoria.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Eu é que agradeço.

Senador Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Para expor.) – Senador Cid, muito obrigado. Acho que foi uma tarde extremamente importante.

Eu quero cumprimentar todos que estão aqui nesta mesa, registrar a presença do Francisco Avelino, que é nosso Diretor de Descarbonização, e dizer da importância que o Senado está dando para acelerar essa agenda. Essa agenda é uma agenda estratégica para o Brasil, é importante para o desenvolvimento da nossa indústria, importante para a descarbonização da nossa indústria.

Eu quero aqui agradecer à sua assessoria, à assessoria do Senador Otto, pelo diálogo aberto, ao setor produtivo, que tem também o tempo todo dialogado. Eu acho que é esse diálogo que vai fazer com que a gente tenha o melhor instrumento jurídico, que dê segurança jurídica para os investimentos, e que a gente possa realmente aproveitar isso para um novo processo de industrialização do país.

Muito obrigado.

Peço licença à V. Exa. e aos demais membros da mesa. Nós temos uma reunião agora para tratar da indústria eólica.

Muito obrigado.

O SR. GUSTAVO FERREIRA – Senador...

A SRA. ELBIA GANNOUM – Obrigada, Governador Rodrigo, pela causa...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Continua facultada aqui a palavra. Senador...

A SRA. ELBIA GANNOUM (Para expor.) – Senador... Perdão, Gustavo.

Eu queria agradecer, em nome do setor produtivo. Nós enviamos, inclusive, uma carta de apoio ao relatório do Senador Otto, com as assinaturas da ABEEólica, Absolar, Abihv, ABHAV, também o Governo do Ceará e a Nordeste Forte, e nós já estamos pegando mais assinaturas, Consórcio Nordeste, e outras instituições que estão apoiando o relatório do Senador Otto, sem prejuízo dessas discussões que nós teremos que fazer. Mas obrigada pelo espaço, e parabéns pelo debate!

Eu fico muito feliz de ver o Legislativo e o Senado Federal tão envolvidos nessa pauta de país de muita relevância, que é a transição energética e a industrialização verde do Brasil.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Obrigado, Elbia.

A SRA. KARINA ARAÚJO (Para expor.) – Também gostaria de agradecer, principalmente, em nome do Secretário Thiago Barral, que não pôde estar aqui justamente por agendas no Palácio do Planalto, na Casa Civil.

Para a gente foi muito importante trabalhar em parceria, desde a Câmara, com o Senador Cid, com os assessores, com os dois Senadores agora, o Cid e o Otto. A gente também tentou trabalhar em parceria com os dois ministérios, o da Fazenda e o Mdic, para que tivesse um alinhamento de Governo, de qual era a melhor forma de conduzir o PL, os incentivos e os direcionamentos.

E quero agradecer a todos os assessores e consultores que nos ouviram, que entenderam nossos posicionamentos.

E o MMA vai estar de portas abertas ainda para continuar nas discussões, ainda no infralegal, assim que a gente superar essa etapa. Estaremos sempre dispostos ao debate.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Gustavo.

O SR. GUSTAVO FERREIRA (Para expor.) – Obrigado, Senador. Em benefício do tempo, só quero reforçar as palavras que o Secretário Rodrigo Rollemberg já colocou, em relação à posição do Governo. Quero destacar que o Ministério da Fazenda está comprometido também com o senso de urgência que a indústria enxerga.

A gente enxerga da mesma forma e a gente reforça aqui o compromisso de, aprovado esse projeto de lei e levado à sanção do Presidente, trabalhar o mais rápido possível na regulamentação para que a gente consiga já a concessão desse crédito fiscal e os incentivos todos postos ainda neste ano. Essa eu acho que é uma meta que o Ministério da Fazenda tem, de aprovar esse projeto ainda no primeiro semestre, trabalhar nessa indústria e regulamentar tudo ainda este ano.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Obrigado, Gustavo.

Guilherme.

O SR. GUILHERME CARDOZO (Para expor.) – Senador Cid, queremos agradecer. Entendemos que essa pauta, como todos nós temos aqui falado, é uma pauta importantíssima para o país, e, na verdade, como a Presidente Elbia disse, estamos aí na pauta da transição energética, e essa transição energética é um tema do qual tem sido falado no mundo todo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Obviamente, agradecemos muito pelo debruçar do Senador Cid, do debruçar do Senador Otto Alencar, aqui em nome da Cynthia, agradecemos em nome da Absolar, em nome de todos vocês, porque realmente estamos avançando numa pauta que é premente para todo o país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – O André não participou ainda. Quer fazer a sua participação?

O SR. ANDRÉ PASSOS CORDEIRO (Para expor.) – Senador, quero só agradecer também ao senhor e à sua assessoria, ao Germano, ao Senador Otto Alencar e à assessora Cynthia, também pela incorporação de várias sugestões que foram feitas pelo setor químico brasileiro.

Colocamo-nos também à disposição aqui para tratar dos temas que restaram ainda para o processo de discussão.

O hidrogênio verde é fundamental para a indústria química brasileira, muitos dos nossos associados o produzem, inclusive, para consumo próprio, e a gente aguarda ansiosamente e com alta expectativa a aprovação desse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Obrigado, André.

Vamos encerrar com a academia, Professor?

O SR. PAULO EMÍLIO VALADÃO DE MIRANDA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Encerrar com a academia quer dizer: dar à academia o local de destaque. (Risos.)

O SR. PAULO EMÍLIO VALADÃO DE MIRANDA – Queria dizer que a Associação Brasileira do Hidrogênio se sente orgulhosa com essa participação e muito agradecida pelo trabalho enorme que o senhor, a sua equipe e outros, tanto no Senado quanto na Câmara, têm dedicado a esse tema. Eu acho que nós vamos chegar a um bom consenso e uma boa lei para o Brasil.

Muito obrigado pelo seu trabalho.

Fui cansativo hoje, não fui? (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Não, nada. Foi ótimo.

(Intervenção fora do microfone.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Eu também aguentaria mais umas duas ou três horas, aliás, ainda vou para as duas ou três horas lá do Plenário.

Eu quero agradecer a participação, a presença e a contribuição de todos. Não sei se remotamente a gente teve alguma coisa, não me chegou registro.

Vejam bem, nós estamos falando, de forma objetiva, de um projeto que tem 38 artigos; nós estamos ainda com a pendência em três. Eu acho que está muito próximo de a gente concluir isso.

Então, muito obrigado pela contribuição de todos.

Eu coloco aqui em votação não o projeto, mas a ata da reunião anterior desta Comissão.

Havendo número regimental, peço a dispensa da leitura da ata.

Nós podemos ter votação remota, para não aumentar a estranheza.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 01 minuto.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

